

JOÃO FELIPE DA TRINDADE

MAIS NOTÍCIAS GENEALÓGICAS
DO RIO GRANDE DO NORTE



Francisco, filho legítimo do Major José e Mar-
tina de Almeida, e D. Josefina e Maria Ferreira, nas-
cido aos sete de outubro de mil, e setenta e quatro
e um, e foi baptizado aos seis de janeiro de
quarenta e seis em Macaço pelo Padre João Fran-
cisco Cimentel que lhe impoz de minha licen-
ça os S. S. Solos. Doravante o Tenente Coronel José
Ramos de Oliveira, e sua mulher D. Mariada
Costa, por seus Procuradores em Macaço, do
que, para constar, fez este assento, em que me
assigno
O Tenente Coronel José Ramos de Oliveira
Tenente Coronel de Engenharia

MAIS NOTÍCIAS GENEALÓGICAS
DO RIO GRANDE DO NORTE



JOÃO FELIPE DA TRINDADE

MAIS NOTÍCIAS GENEALÓGICAS
DO RIO GRANDE DO NORTE




edufrn

Natal, 2019

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFERN

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana (Diretor)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Juditha da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Conselho Editorial

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana (Presidente)

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Arrilton Araújo de Souza

Cândida de Souza

Eduardo José Sande e Oliveira dos Santos Souza

Francisco Dutra de Macedo Filho

Glória Regina de Góis Monteiro

Heather Dea Jennings

Helton Rubiano de Macedo

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

Luciene da Silva Santos

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Zikan Cardoso

Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite

Marta Maria de Araújo

Maurício Roberto C. de Macedo

Richardson Naves Leão

Sebastião Faustino Pereira Filho

Tércia Maria Souza de Moura Marques

Yanko Marcius de Alencar Xavier

Editoração

Helton Rubiano (Editora)

Fabrcio Ribeiro (Editoração eletrônica)

Alva Medeiros da Costa (Supervisão editorial)

Design editorial

Fabrcio Ribeiro (Capa)

Imagem da Capa

Batismo de Francisco Martins Ferreira, bisavô do autor, em 1832.

57
anos

Fundada em 1962, a Editora da UFRN (EDUFRN) permanece até hoje dedicada à sua principal missão: produzir livros com o fim de divulgar o conhecimento técnico-científico produzido na Universidade, além de promover expressões culturais do Rio Grande do Norte. Com esse objetivo, a EDUFRN demonstra o desafio de aliar uma tradição de quase seis décadas ao espírito renovador que guia suas ações rumo ao futuro.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catálogo da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Trindade, João Felipe da.

Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] / João Felipe da Trindade. – Natal, RN : EDUFRN, 2019.

306 p. : il., PDF ; 12,4 Mb

Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

ISBN 978-85-425-0911-3

1. Genealogia – Rio Grande do Norte. 2. História – Rio Grande do Norte. I.
Título.

RN/UF/BCZM

2019/25

CDD 929. 18132

CDU 929.5(813.2)

OFERECIMENTO



Este livro é dedicado, especialmente, à princesa Melina, minha primeira neta, que com sua chegada trouxe mais alegria para nossa família.



AGRADECIMENTOS



Agradeço a Cúria pelas informações colhidas nos seus registros; ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, pelos diversos documentos e livros consultados; ao *O Jornal de Hoje*, pela acolhida dos meus artigos que compõem este livro; aos diversos colegas e amigos que enviaram suas observações ou seus estudos.

INTRODUÇÃO



Este livro dá continuidade ao anterior, *Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte* (EDUFRN, 2011). Naquele foram incluídos 119 artigos publicados no *O Jornal de Hoje*. Este contém, além dos artigos publicados no dito jornal, alguns escritos que postei no blog. Os artigos são, na sua maioria, de genealogia e história do Rio Grande do Norte, mas tem, também, artigos que escrevi sobre outros assuntos.

Como no anterior, após alguns artigos faço comentários de descobertas novas ou mesmo complementando alguma informação que não foi possível colocar em virtude do limitado espaço no jornal.

Os artigos foram trabalhados em cima de documentos que estavam na Cúria, na Casa Paroquial de Assú, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano, em sites da internet como os das Universidades de Brasília e de Pernambuco, que tratam do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, em obras que são nomeados no fim do livro, no Fórum de Assú e no Fórum de Macau.

SUMÁRIO

O PRIMEIRO ANO DA PRINCESA MELINA	13
A MENTE QUE NÃO MUDA	15
O PROGRESSO DA CIÊNCIA E A GENEALOGIA	19
RODRIGO GUEDES ALCOFORADO MOUSINHO	23
A 62ª REUNIÃO DA SBPC.....	26
NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (I)	29
NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (II).....	32
BENTO JOSÉ DA COSTA E OS DÍZIMOS REAIS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	35
ALGUNS REGISTROS MAIS ANTIGOS DA NOSSA FREGUESIA.....	38
O SARGENTO-MOR MANOEL DA SILVA VIEIRA	41
MARIANNA PASCHOA BEZERRA, O SANTO OFÍCIO E OS ROCHA BEZERRA.....	44
MATHIAS VIDAL DE NEGREIROS.....	47
TERMO DE ABERTURA DE PILOUROS DO ANO DE 1753.....	50
NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (III)	53
OS CEM ANOS DE SEU PINDOBA.....	56
MOSSORÓ, UMA VIAGEM PROVEITOSA.....	60
COMENTÁRIOS SOBRE O INVENTÁRIO DE MARIANA LOPES VIÉGAS	63
O PREÇO DE UM ESCRAVO, 250\$000	66
RETRATO FALADO DE NOSSOS ANTEPASSADOS	69
ALGUNS ASSENTAMENTOS E REGISTROS	72
DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (I).....	75

DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (II)	79
DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (III).....	82
BALTHAZAR DE MOURA E SILVA, DE MACAU PARA MACAU	85
BALTHAZAR DE MOURA E SILVA, DE MACAU PARA ARACATI	88
A MORTE TRÁGICA DE JOSÉ ALVES MARTINS	91
ESCRAVOS, PRETOS E ÍNDIOS.....	94
O CAPITÃO ALEXANDRE LOPES VIÉGAS	97
CARTAS DA ILHA DE MANOEL GONÇALVES	100
PROF. JOSÉ MELQUIÁDES, PADRE ZÉ VEINHO E EU	103
GENTE DA FREGUESIA DE SANTA RITA DA CACHOEIRA	106
NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (IV)	110
NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (V).....	113
PROF. JOÃO ABNER E THOMAZ BENGALA	116
A ILHA DE MANOEL GONÇALVES, HÁ DUZENTOS ANOS	120
A ILHA DE MACAU E AS OUTRAS ILHAS, HÁ DUZENTOS ANOS	123
CORSÁRIOS INGLESES NA ILHA DE MANOEL GONÇALVES, 1818.....	126
O REPOVOAMENTO, APÓS A SAÍDA DOS HOLANDESES	130
CRIME DE LESA-PATRIMÔNIO	133
OS 150 ANOS DE PEDRO AVELINO E OS 136 DE JOSÉ DA PENHA.....	137
JOÃO LOSTAU NAVARRO E A PETIÇÃO DE FRANCISCO LOPES.....	140

MACAU, RELATOS DE UMA VIAGEM	143
AS RECOMENDAÇÕES DO CÔNEGO FERNANDES	146
FAZENDA DO AMARGOSO, 1810.....	150
FAZENDA DAS CACIMBAS DO VIANNA, 1810	153
A PARTIDA DE BARTOLA	156
CORONEL GONÇALO FREYRE DE AMORIM.....	159
JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (I).....	162
JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (II)	165
JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (III).....	168
REGO MOLEIRO, FERREIRO TORTO E CIDADE NOVA	171
JOÃO MIGUEL E OS TRINDADES DE ANGICOS (I).....	175
MANOEL ALVES FILHO, SEU NEZINHO.....	178
CORONEL DAVID DANTAS DE FARIA E A FAZENDA PANOM.....	181
DESCENDENTES DO CORONEL DAVID DANTAS DE FARIA	185
CONCUBINATOS	188
MACAU MAIS ANTIGO	191
CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA.....	195
JOÃO MIGUEL E OS TRINDADES DE ANGICOS (II).....	198
A CIDADE DOS VEADOS E OUTRAS NOTÍCIAS.....	201
INTRIGAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE.....	204
O PROVIDOR, A CADEIRA RASA E O REVERENDO PÁROCO	207

A CAPITANIA NO TEMPO DE CAETANO DA SILVA SANCHES.....	211
A SUBMISSÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO E À COMARCA DA PARAÍBA.....	214
ANNA MARTINS DE MACEDO E JOÃO MARINHO DE CARVALHO	217
D. JOANNA MARTINS DE SÁ E A CASA GRANDE DO ASSÚ	220
FESTAS E IMPOSTOS PARA OS DESPOSÓRIOS DOS PRÍNCIPES.....	223
O INVENTÁRIO DE JOSÉ ALVES MARTINS, 1871.....	226
IMPOSTOS, O PARECER DE METELLO	229
O PADRE REVOLUCIONÁRIO E OS MONTENEGROS DE ASSÚ (I)	232
O PADRE REVOLUCIONÁRIO E OS MONTENEGROS DE ASSÚ (II).....	235
FELIZ ANO NOVO, NATAL.....	238
OS CAMINHOS DE MANOEL ALVES MARTINS	240
SARGENTO-MOR JOÃO RODRIGUES DE SEIXAS E DESCENDÊNCIAS	243
QUEM ERA D. ANTONIA MARIA SOARES DE MELLO?	246
MIGUEL RAPOSO DE MELLO	249
FRANCISCO DE OLIVEIRA BANHOS E D. ANTONIA TAVARES DE MELLO.....	251
FRANCISCO MACHADO DE OLIVEIRA BARROS.....	253
A ESCOLHA DO CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE.....	256
ANTIGOS BATISMOS, VELHAS CAPELAS	259
NÓS O ESQUECEMOS, O REI NÃO	262
A PETIÇÃO DE PASCHOAL GOMES DE LIMA	265

O BATISMO DE JOSÉ GEORGINO	268
O CONDE QUE ARRIBOU NA ILHA DE MANOEL GONÇALVES	270
GONÇALO JOSÉ BARBOSA E OS SOBRENOMES DIFERENTES	273
ISABEL GONDIM, NÍSIA FLORESTA E MIGUELINHO	276
A FILHA DE JOÃO MACHADO DE MIRANDA E ROGÉRIO DE OLANDA	279
CARTA DE PEDRO AVELINO PARA EMYGDIO AVELINO	282
D. ÁGUIDA TORRES E MAJOR BERNARDO PINTO DE ABREU	285
O PATACHO TRÊS DE MARÇO NO PONTAL DO AMARGOSO	288
OS ASCENDENTES DE ANNA FERREIRA DE MIRANDA	291
ANNA FERREIRA DE MIRANDA, ASCENDÊNCIA EM QUESTÃO	294
BARRAS E ENSEADAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 1799	297
FREI MIGUELINHO E OS TEIXEIRA DE SOUZA	301
BIBLIOGRAFIA	305

O PRIMEIRO ANO DA PRINCESA MELINA



Tenho dado preferência, nos artigos sobre Genealogia, aos registros mais antigos do nosso Rio Grande, até para recompor a nossa História, principalmente, por conta da raridade dos documentos e do estado em que eles se encontram. Os documentos mais recentes são de mais fácil acesso. Entretanto, é preciso fazer o elo entre as atuais gerações e as mais antigas. Por isso, resolvi trazer para cá informações sobre minha neta Melina.

João Felipe da Trindade quando casou já tinha 31 anos de idade, seu filho, Miguel Francisco, casou com 30, e meu pai com 40 anos. Parecia que eles queriam retardar suas descendências, talvez na expectativa que mais na frente o mundo seria melhor. Eu, mais apressado, pois do namoro ao casamento não durou nem três meses, casei com 24 anos.

A minha filha mais velha, Alessandra, que tem 40 anos, não pode me dar netos, pois, é especial, muito especial. Miguel Felipe, o segundo, parece seguir o caminho de Miguel Trindade, o avô, que só teve seu primeiro filho com 41 anos de idade. Thiago, o terceiro, e sua esposa Dúcia, só resolveram ter filhos depois de completar seus estudos de pós-graduação. Somente, recentemente, fui contemplado com a primeira neta.

Melina, minha neta, nasceu aos 12 de agosto de 2011, em Natal, filha de Thiago Gomes da Trindade e Dúcia Cosme da Trindade, neta por parte paterna de João Felipe da Trindade e Maria das Graças Gomes da Trindade, e pela parte materna de Dúbel Ferreira Cosme e Lúcia Caldas Cosme, foi batizada, na Capela de São Francisco, da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, pelo Padre Robério Camilo

da Silva, aos 14 de julho de 2012, tendo como padrinhos seus tios, Miguel Felipe Gomes da Trindade, Andréa Lúcia Cosme Lemos e seu esposo Almiro José da Rocha Lemos.

Assim, no próximo domingo, 12 de agosto, Melina vai completar seu primeiro ano de vida. Já diz algumas palavras e está próxima de dar os primeiros passos. Observa detalhadamente cada pessoa próxima dela, como se estivesse querendo conhecê-la melhor. Assim, também faz com cada objeto que vê. Com as árvores procede de modo diferente: fica totalmente absorta, como se estivesse entrando em um mundo de reminiscências. O grande perigo é que as várias escolas do mundo travem as suas capacidades e qualidades.

Seu nome poderia ser Duthia, seguindo a tradição familiar, pois a mãe Dúcia vem de Dúbel e Lúcia; o outro avô, Dúbel, vem de Duclerc e Isabel. Mas, os nomes têm suas ondas e seus momentos. Melina, em grego é: a cortês, a gentil. Espero que assim seja.

O mundo em que ela chegou não é melhor do que aquele em que viveram seus ascendentes. Veja a Grécia da outra Melina (Mercouri), em que situação se encontra. A natureza se manifesta, muitas vezes, de forma violenta. A ciência e a tecnologia trazem algumas facilidades e alguns confortos. Vivemos, aparentemente, mais anos de vida. Mas, pelo que observamos, não há muitas mudanças nas áreas de educação, saúde e segurança. A vida não parece ser mais fácil que a dos nossos ancestrais.

Se alguém fala em mudanças em educação pensa em escola de tempo integral, como se isso fosse resolver. Passamos mais de dez anos estudando Português e Matemática, incluindo aí uma série de coisas desnecessárias, e não dominamos bem essas matérias. Em Geografia, História, Ciência e outras matérias, não aprendemos o essencial. Hoje, com o acesso mais fácil à internet, mais livros e revistas a nossa disposição, deveríamos nos aprofundar em partes mais essenciais das matérias citadas. Todo ensino deveria partir de dentro

para fora. Deveríamos conhecer melhor o que está ao nosso redor e ao longo do tempo conhecer as coisas mais distantes.

Há necessidade de uma revolução na saúde deste país. Deveríamos, pelo menos, por um certo tempo, dar maior atenção à saúde. As políticas públicas estão recheadas de coisas supérfluas. A droga deveria ser combatida com se fosse uma nação invadindo nosso país. No passado perdemos tempo combatendo ideologias e nos esquecemos de combater o que mina de verdade as nossas forças e gera muita violência. As religiões se proliferam como sendo um novo comércio.

Quando surge uma campanha eleitoral percebemos de saída, pela composição das chapas para prefeito e vereador, que não haverá mudanças de verdade. O discurso prometido não se coaduna com as práticas. Vejam os carros de propaganda. Todos os candidatos estão rindo. É o começo da mentira, da desfaçatez, e do engodo. Antigamente para se candidatar ao cargo de capitão-mor e outros, os pretendentes tinham que apresentar os feitos de suas vidas. Hoje, os pretendentes tentam destruir os concorrentes.

Melina, espero que as luzes e energias da vida lhe harmonizem com o Universo e que a educação lhe prepare, de verdade, para viver uma vida melhor. Parabéns pelo dom da Vida!

A MENTE QUE NÃO MUDA



A citação de Sócrates “Conhece-te a ti mesmo” é a expressão mais verdadeira de todos os tempos. Mas, infelizmente, poucos percebem o seu verdadeiro valor. Ela não está presente no nosso dia a dia. Somente, em algum insight, sentimos toda a sua

verdade. Toda a educação deveria ter como princípio a frase de Sócrates. Todo conhecimento deveria partir do conhecimento de si mesmo para os conhecimentos mais exteriores.

A genealogia, que está sempre presente nos artigos que escrevemos aqui, faz parte do conhecimento que temos de nós mesmo, pois, nossa existência foi construída a partir daqueles que foram nossos ascendentes. Mas, hoje, sairemos da Genealogia por conta de uma discussão que está presente no Congresso Nacional.

É estranho ver nossos congressistas querendo mudar a Constituição para incluir nela alguma coisa sobre felicidade. O que eles sabem sobre isso? Será que pensam que seremos mais felizes através de leis. Quanta ignorância! Quanta petulância! Alguns países, como o Butão, já têm um índice que se relaciona a felicidade. Pura ilusão.

Buda, que esteve na Terra quinhentos anos antes de Jesus, foi criado sem tomar conhecimento do que acontecia de verdade ao seu redor. Tentaram esconder durante muitos anos a realidade para ele.

Quando percebeu que o mundo era diferente daquilo que vivia, deixou a mulher e o filho e saiu pelo mundo atrás de compreender o sofrimento. Depois de experimentar todas as extravagâncias espirituais, e ter chegado a um estado de penúria, abandonou tudo isso, e então, naquele momento de abandono, surgiu para ele toda a sabedoria do Universo.

Buda deixou uma mensagem para todos nós muito clara: “ninguém precisa percorrer o mesmo caminho que eu percorri”. E disse através dos seus ensinamentos o que teríamos que fazer. Mas, o que nós temos feito o tempo todo? Procuramos viver de experiência em experiência até o fim da vida, sem descobrir de fato a verdade. Por que fazemos tudo errado? Porque a mente não quer. Ela não se interessa pela sabedoria, mas sim pela sua própria esperteza, seus malabarismos e suas invencionices.

Depois veio Jesus e disse: “quando orares, não sejas como hipócritas; pois gostam de crer em pé nas sinagogas, e às esquinas das ruas, serem vistos pelos homens. Disse mais: Mas tu, quando orares, entra no teu quarto e, fechando a porta, ora a teu Pai que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto te recompensará.

E orando, não useis de vãs repetições, como os gentios; porque pensam que pelo seu muito falar serão ouvidos.

Não vos assemelheis, pois, a eles; porque vosso Pai sabe o que vos é necessário, antes de vós lho pedirdes. “Portanto, orais deste modo”. E nesse momento deu um exemplo de oração que foi o Pai Nosso. E que fazem as pessoas no mundo todo? Repetem de forma vã o Pai Nosso.

Há coisa mais simples de se entender? Por que então continuamos a fazer errado? Por que fazemos completamente diferente do que foi ensinado? Repito. Porque a mente não quer. Prefere ficar na comodidade das rotinas, das repetições. Com certeza essa mente não quer mudar.

Jiddu Krishnamurti acreditava que em algum ponto de nosso desenvolvimento, a mente tomou um caminho errado. Eu suspeito que sim. Não vejo progresso no ser humano.

Ele disse, em certo momento: “uma das funções do pensamento é estar continuamente ocupado com alguma coisa. Em geral, desejamos ter a mente continuamente ocupada, para nos impedir de ver-nos como realmente somos. Temos medo de sentir-nos vazios. Temos medo de encarar nossos temores”.

A tecnologia nos contempla diariamente com as melhores novidades em todos os campos do conhecimento, mas isso não parece mudar o comportamento para melhor dos seres humanos. É como se sabedoria e ciência fossem caminhos paralelos que nunca vão se encontrar.

Estamos conseguindo prolongar nossas vidas. Daqui a uns anos viveremos em média cem anos, muito embora boa parte de nosso corpo estará constituída por muitas peças de reposição. Seremos autômatos sem alegria!

A internet e o celular nos colocam, instantaneamente, em contato com os mais distantes lugares e as mais diferentes pessoas. Mas, como todo aparato tecnológico, serve ao bem e ao mal.

Preferimos as meias verdades. Em cada ramo do conhecimento fazemos nossas escolhas. Eu sou junguiano, fulano é freudiano, sicrano é comunista e beltrano é democrata. Precisamos estar abrigado por uma coisa que seja maior do que nós para esconder nossa pequenez. As religiões e os partidos, na maioria, são instrumentos para alcançar poder, tráfico de influência e enriquecimento.

Cada eleição se torna o exemplo de que nada vai mudar de verdade. Os donos dos partidos impõem seus candidatos. Os partidos e suas coligações homologam esses candidatos e o pobre eleitor é obrigado a marcar com um x uma dessas criaturas, sacramentando a escolha dos sabidos. E mais uma vez tudo se repetirá, sem grandes novidades.

Quase que diariamente, a Terra tenta nos abalar com seus terremotos, inundações, vulcões, nuvens de poeira e outros fenômenos. Ficamos atentos, momentaneamente, mas tudo volta à rotina em pouco tempo. E todos nós marcharemos para um destino sem perspectivas. A mente não quer mudança!

COMENTÁRIOS

Os Iluminados Buda, Jesus e Krishnamurti sempre fizeram parte das minhas leituras.

O PROGRESSO DA CIÊNCIA E A GENEALOGIA



No período de 25 a 30 de julho de 2010, a UFRN sediará a 62ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O tema proposto para essa reunião é Ciências do Mar: herança para o futuro.

O tema foi escolhido para que os cientistas e a população em geral tivessem uma preocupação maior para essa maravilha que é o mar. Fomos privilegiados, tanto o Brasil como o Rio Grande do Norte, com uma grande costa que nos traz várias riquezas como o petróleo, o sal e os frutos do mar.

Foi através do mar que vieram para o Brasil muitos dos nossos ascendentes. Para aqui vieram também os holandeses, os franceses, os espanhóis, os ingleses e outros estrangeiros em busca de nossas riquezas. Daqui carregaram o pau-brasil, o sal, o açúcar, o peixe, o ouro e muitas outras preciosidades.

Não podemos esquecer-nos da questão ambiental quando se trata do mar. Talvez mais do que as florestas, ele seja o pulmão da Terra. Dele, também, além da alimentação que pode nos prover, podemos extrair ainda uma das formas de energia através das marés. É, também, de nossas praias que geramos riquezas através do turismo.

Outra preocupação vem do avanço do mar sobre nossas terras. Com o esquentamento da Terra e os possíveis degelos ficamos vulneráveis. Em algumas regiões do Brasil o mar tem destruído alguns pontos mais avançados.

O avanço da ciência tem nos trazido muitos benefícios: a telefonia celular, a informática, novos equipamentos que facilitam os diagnósticos e que aumentam mais ainda a nossa expectativa de vida.

Na área da Genealogia, onde faço minhas pesquisas, tudo fica mais fácil por conta do uso de diversas tecnologias. Fico admirado da vasta obra deixada por Câmara Cascudo sem as condições tecnológicas dos dias de hoje. Vamos exemplificar.

Vou ao Instituto Histórico e pego uma caixa com assentamentos de praça. Retiro cuidadosamente os velhos documentos ali existentes. Aí, com o máximo de cuidado, vou passando e fotografando cada página com uma câmera digital. Em casa descarrego todas as fotos no computador. Depois, quando tiver tempo, vou renomeando cada imagem para facilitar as pesquisas posteriores.

Na hora de fazer um artigo, procuro no computador várias imagens relativas ao personagem sobre o qual vou escrever. Nem sempre a leitura de um documento desses é fácil. Alguns têm uma caligrafia que é preciso um tempo para entender. Outros estão esmaecidos pelo tempo, ou têm partes rasgadas. Com a ajuda de alguns programas ou mesmo da internet consigo contornar alguns desses problemas. Fazemos uma transcrição de um desses ricos documentos que fotografei.

Francisco Pereira do Amaral, natural desta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, moço solteiro, filho legítimo do capitão Manoel Raposo da Câmara, de idade de dezesseis anos, pouco mais ou menos, espigado de corpo, e seco, cara redonda, salpicado bastantemente de sardas, olhos pardos, sobrancelhas abertas, barba partida, cabelo castanho, senta praça nesta Companhia do capitão Matheus Mendes Pereira, de soldado raso, por sua vontade e mandado do Senhor Governador e capitão General de Pernambuco Duarte Sodré Pereira, e intervenção do Doutor Provedor e Vedor Geral da Gente de Guerra, Thimóteo de Brito Quinteiro, em vinte e seis de julho

de mil setecentos e trinta e sete, vencendo de soldo, por mês dois mil e quatrocentos réis e por ano vinte e oito mil oitocentos réis. Em dinheiro, quinze mil trezentos e sessenta réis, em farda treze mil quatrocentos e quarenta réis, na forma da ordem de Sua Majestade, registrada no livro 1º da Vedoria e p 142. Bento Ferreira Mousinho.

Esse filho do capitão Manoel Raposo da Câmara e de dona Antonia da Silva recebeu esse nome em homenagem ao avô. Os pais do capitão eram Francisco Pereira do Amaral e Josefa da Câmara. Essa informação veio de um documento salvo pelo major Salvador Coelho Drumond de Albuquerque, e existente, hoje, no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Outro documento que fotografei traz a seguinte informação:

Matheus Tavares Guerreiro, solteiro, filho de Matheus Tavares, digo, filho de Manoel Tavares Guerreiro, natural desta Capitania do Rio Grande, de idade de vinte e sete anos pouco mais ou menos, de estatura corpulenta, cabelo corredio e meio acastanhado, cara redonda e larga, olhos pardos, e pequenos, cor branca, sobrancelhas abertas, alguns sinais de bexigas, senta praça nesta Companhia do capitão Matheus Mendes Pereira, raso, por sua vontade, e mandado do Senhor Governador e capitão General de Pernambuco Duarte Sodré Pereira, e intervenção do Doutor Provedor da Gente de Guerra Thimóteo de Brito Quinteiro, em dezoito de setembro de mil setecentos e trinta e cinco anos, vencendo soldo por mês dois mil e quatrocentos réis, e por ano vinte e oito mil e oitocentos réis, em dinheiro quinze mil trezentos e sessenta réis, em farda treze mil e quatrocentos e quarenta réis, na forma da Ordem de Sua Majestade, registrada no livro 1º da Vedoria, a p 142. Bento Ferreira Mousinho.

Fábio Arruda, estudioso de Genealogia, lá das Alagoas, me enviou um DVD com diversos documentos importantes. Alguns desses documentos foram fotografados no IAHGP. Um deles foi um trabalho de cópia feito pelo major Salvador citado acima. Outro foi de

um livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do período de 1688 a 1712. É nesse segundo livro que encontramos o registro de Matheus Tavares Guerreiro. Está lá escrito:

Em 16 de 8bro (outubro) de 1703 anos na Capela de São Gonçalo do Potegi, batizei Matheus, filho de Manoel Tavares Guerreiro e de sua mulher Dona Joana Gomes (de Abreu); foram padrinhos o capitão Nicácio da Costa de Abreu e a viúva Domingas Gomes de Abreu. Tem os Santos Óleos. Padre Simão Rodrigues de Sá.

Outro documento anterior, de assentamento de praça, de Matheus Tavares Guerreiro, semelhante a este apresentado acima, tinha na parte superior uma informação que ele passou a tenente de Cavalos da Ribeira do Assú, por patente do capitão-mor desta Capitania João de Barros Braga, em 4 de fevereiro de 1734.

Vamos aproveitar mais a Ciência em favor do progresso do ser humano! É com a Ciência que poderemos diminuir as desigualdades. É, também, com uso da Ciência e de novas Tecnologias que podemos melhorar nosso desempenho nos Esportes! No futebol, os pés não são suficientes. Tem que usar a cabeça.

COMENTÁRIOS

Alguns estudos genealógicos sobre a família Raposo da Câmara não inclui Francisco Pereira do Amaral, como um dos filhos de Manoel Raposo da Câmara e dona Antonia da Silva.

RODRIGO GUEDES ALCOFORADO MOUSINHO



No dia dois de julho de 2010, foi assinado um ajuste de conduta pela 41^a Promotoria de Justiça e a Fundação José Augusto com vistas à implantação de um sistema de proteção contra incêndios no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e, também, para digitalização de documentos deste último. Entretanto, o IHGRN precisa de mais outras atenções. Mas, enquanto a digitalização não chega, vamos trazendo para conhecimento do público em geral alguns registros de documentos históricos do Rio Grande do Norte.

Em artigo anterior, alguns registros de assentamentos de praça tinham a assinatura de Bento Ferreira Mousinho. Por isso, começamos nossos registros com um filho dele.

Rodrigo Guedes Alcoforado Mousinho, filho do capitão Bento Ferreira Mousinho, de idade de quatorze anos, natural desta Capitania do Rio Grande, cabelo acastanhado e corredio, cara redonda, cor trigueira, olhos grandes e pardos escuros, sobranceiras curtas, espigado e seco de corpo, senta praça nesta Companhia do capitão Matheus Mendes Pereira de seu moto próprio, mandato do governador e capitão General de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibao, e intervenção do Provedor e Vedor Geral, o capitão Domingos da Silveira, em primeiro de setembro de mil setecentos e trinta anos, vencendo soldo por mês, dois mil quatrocentos réis e por ano vinte e quatro mil e oitocentos réis. Em dinheiro quinze mil trezentos e sessenta réis; e em farda treze mil quatrocentos e quarenta réis, na forma da ordem de Sua Majestade que Deus Guarde, registrada no L^o 1^o desta Vedoria a fl. 142.

Em outra parte desse livro acima, encontramos outro registro para Rodrigo que transcrevo por haver informações sobre Matheus Mendes Pereira.

Rodrigo Guedes Alcoforado Mousinho, Cabo de Esquadra que até agora foi desta Companhia, e tem assento neste Livro a fl. 25, passa a sargento supra dela por nomeação do tenente alferes Manoel da Costa Coimbra que alega inabilidade do seu capitão Matheus Mendes Pereira que se acha louco do juízo e criminoso, em virtude de ordem de Sua Majestade. Registrada no Livro primeiro desta Vedoria a fl. 0425 e vence soldo por mês de dois mil e oitocentos réis e por ano trinta e três mil e seiscentos réis, a saber: em dinheiro dezanove mil duzentos réis e em farda quatorze mil e quatrocentos réis, três de abril de mil setecentos e trinta e oito na forma da ordem de Sua Majestade. Registrada no dito livro primeiro a fl. 142.

Nesse mesmo registro, há uma anotação que passou a servir em Pernambuco, a partir de três de junho de 1738.

Encontrei pouca coisa sobre Rodrigo, mas que merece registro. Segue, pois, dois registros de netos, onde encontramos o nome de sua esposa.

Francisco, filho legítimo de Agostinho Rodrigues Gomes, e de Antonia Maria naturais desta cidade, neto por parte paterna de David Rodrigues de Oliveira, natural da Vila de Igarassú, e de Narcisa Gomes, e pela materna de Rodrigo Guedes Alcoforado Mousinho, e de Quitéria de Bom Jesus da Silva, todos naturais desta cidade, nasceu a quinze de junho do ano de mil setecentos e setenta e dois e foi batizado por mim com os Santos Óleos nesta Matriz, aos dois de julho do dito ano; e foram padrinhos o Reverendo Francisco de Sousa Nunes, vigário de Extremoz, e Josefa Lourença Bezerra, mulher do capitão João Cavalcanti Bezerra desta Freguesia; do que mandei lançar este assento em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário do Rio Grande.

Joaquim, filho legítimo de Agostinho Rodrigues Gomes e de Antonia Maria, naturais desta cidade, neta por parte paterna de David Rodrigues de Oliveira, natural de Igarassú, e de Narcisa Gomes, e pela parte materna de Rodrigo Guedes Alcoforado e de Quitéria da Silva de Bom Jesus, naturais desta cidade, nasceu aos vinte e oito de setembro do ano de mil setecentos e sessenta e nove, e foi batizado com os Santos Óleos, nesta Matriz, de licença minha, pelo Reverendo Vigário de Extremoz, Francisco de Sousa Nunes, aos doze de outubro do dito ano; foram seus padrinhos o tenente José Batista Freire, e Dona Antonia Maria Soares de Mello, solteira. Do que mandei fazer este assento em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo. Vigário do Rio Grande.

Encontrei outro Guedes Alcoforado, em um registro de casamento, que deve ser parente de Rodrigo, pois, Bento Ferreira Mousinho aparece como testemunha.

Aos vinte e seis de novembro de mil setecentos e trinta e três anos na Capela de Nossa Senhora do O' da Missão do Mipibú desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feitas as denúncias nesta Matriz e na dita Missão supra donde a contraente é moradora e na Catedral de Olinda onde o contraente foi morador, apresentando banhos corridos sem se descobrir impedimento, de licença minha, em presença do Muito Reverendo Padre Mestre Frei Boaventura de Pontremoli, Missionário Napolitano em dita Missão, sendo presente por testemunhas o capitão Bento Ferreira Mousinho, o alferes Antonio Barbosa de Aguiar, Luzia Ribeiro, mulher do sargento-mor José Barbosa de Góis, defunto, e Anna de Macedo, mulher do capitão João Marinho de Carvalho, pessoas todas conhecidas e meus fregueses, se casaram em face da Igreja, solenemente, Felipe Guedes Alcoforado, natural da Ilha de Itamaracá, filho de Manoel Guedes Alcoforado e de Eusébia Ferreira, já defunta, e Marcelina Borges, natural desta Freguesia, filha de

Manoel de Borges Almeida, e de Maria Borges (ilegível), moradores todos nesta Freguesia, e logo lhes deu as bênçãos, guardando em tudo a forma do Sagrado Concílio Tridentino. Do que mandei fazer este assento em que por verdade assinei. Manoel Correa Gomes.

COMENTÁRIOS

Encontramos a presença da família Guedes Alcoforado em Macau, Rio Grande do Norte.

A 62^A REUNIÃO DA SBPC



Em 1998, Natal sediou a 50^a Reunião da SBPC. No próximo domingo, dia 25 de julho de 2010, ocorrerá a abertura oficial da 62^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, tendo como tema, Ciências do Mar: Herança para o Futuro. Natal, através da UFRN, sediará, mais uma vez, esse grande encontro científico. Até o presente momento, foram confirmadas mais de dez mil inscrições e a expectativa é de uma movimentação diária, no Campus da UFRN, de mais de 20 mil pessoas.

As atividades máximas da Reunião são: SBPC Sênior, SBPC Jovem, SBPC Cultural, EXPOTEC e a CIENTEC da UFRN. Uma programação extensa está prevista e pode ser conferida no site da Sociedade (www.sbpcnet.org.br). Aqui não cabe toda a programação, mas destacarei algumas atividades para dar conhecimento de parte do evento.

No programa da SBPC Cultural está escrito: “Naiá Catarineta, Ballet para Orquestra, Coral e Solistas, constituída pela participação

de diversos grupos da Universidade e da Cidade, o espetáculo de abertura do evento terá uma narrativa pautada em elementos advindos das grandes expressões artísticas e culturais tradicionais e contemporâneas e fará alusão aos grupos étnicos que participaram da construção da nação brasileira, sobretudo os indígenas, os africanos e os ibéricos e, conseqüentemente, da formação cultural do Rio Grande do Norte em suas peculiaridades e diversidades”.

Um trabalho muito importante da SEMURB, que já se apresentou em diversas localidades da cidade, estará presente na SBPC: é a exposição fotográfica, Natal Cidade Memória, comparando fotografias antigas com fotografias atuais.

Outra exposição interessante é o “Museu das Naus” que também já esteve presente em outros pontos da cidade. O livro do Professor João Maurício “Antes que a memória se apague” será lançado durante o evento.

Haverá uma exposição baseada no livro de Manoel Dantas: “Natal daqui a 50 anos”. Também haverá uma seção de “livros fundamentais da cultura Potyguariograndense”. Está previsto, além disso, o lançamento do livro de Olavo Medeiros “Os Holandeses na Capitania do Rio Grande”. Vários livros de Câmara Cascudo, editados pela UFRN, serão lançados.

Uma das oficinas da SBPC Jovem tratará da “História do Brasil em imagens: o índio e o negro do século XVI ao XIX na visão dos dominadores”.

Teremos conferências de Ministros de Estado durante o evento: Ciência, Tecnologia e Inovação no mundo em Mudança, Sergio Resende do Ministério da Ciência e Tecnologia; A Política Nacional de Defesa e a Ciência e Tecnologia, Nelson Jobim do Ministério da Defesa; Os Avanços da Educação no Brasil de Hoje, Fernando Haddad do Ministério da Educação.

Outra conferência interessante é “Quarto Centenário de Jorge Marcgrave e o Pioneirismo de suas Atividades Astronômicas no Brasil Holandês”, por Oscar Toshiaki Matsuura.

Está previsto, também, as sessões especiais com candidatos à Presidência da República.

Como era de se esperar, o tema central do evento estará presente em diversas atividades que a título de exemplo citaremos aqui. Cidades Brasileiras: Interação com Mar, de Maria Cristina Leme; Ecossistemas Marinhos: Impacto Antrópico, Mudanças Climáticas e Conservações, de Ronaldo A. Christofolletti; A Vida Marinha dos Arrecifes da Grande Natal, de Rosangela Gondim d’Oliveira; Mudanças Climáticas: A Importância dos Oceanos, de Edmo José Dias Campos.

A EXPOTEC é um pavilhão com mais de 6000 m² de tendas climatizadas e rede wireless, que contará com a presença de mais de 120 instituições expositoras. Uma das atividades de destaque na EXPOTEC é a feira dos livros.

A 62ª Reunião Anual da SBPC será realizada de 26 a 30 de julho de 2010.

COMENTÁRIOS

A 62ª Reunião da SBPC transcorreu com muita tranquilidade e foi um sucesso de público e organização.

NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (I)



Em vários documentos pesquisados, encontramos pequenas informações interessantes sobre a História do Rio Grande do Norte. Por isso, aproveite este espaço para dar notícias delas. Uma das famílias mais presentes em nossa História é a dos Cardoso Batalha e o mais antigo deles é o sargento-mor Sebastião Cardoso Batalha. Sua assinatura está presente em vários documentos da Província do Rio Grande do Norte. Um dos filhos dele era Antonio Cardoso Batalha. Vejamos o assentamento de praça dele.

Antonio Cardoso Batalha, filho legítimo do sargento-mor Sebastião Cardoso Batalha, natural da Cidade do Natal, de idade de dezoito anos, de ordinária estatura, e seco de corpo, cara redonda, cor trigueira, olhos e cabelo preto... crespo, senta praça de soldado raso nesta Companhia do capitão Francisco Ribeiro Garcia por sua vontade e mandato do dito capitão desde o primeiro de dezembro de (mil) setecentos e vinte e seis, vencendo dois mil e quatrocentos réis de soldo por mês, e por ano vinte e oito mil e oitocentos réis, a saber: quinze mil trezentos e sessenta réis em dinheiro, e em farda treze mil e quatrocentos e quarenta réis na forma da ordem de sua majestade em que também acrescentam dos soldos, que se acha registrada nesta Provedoria. Estevão Velho de Mello.

O batismo de Antonio Cardoso Batalha foi em 21 de setembro de 1709, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, sendo seus padrinhos Manoel Rodrigues Taborda e sua mulher Joana de Barros Coutinho. A mãe de Antonio era Flávia Rodrigues de Sá. A data de seu óbito é 17 de fevereiro de 1761, onde se informa que faleceu com 50 anos, pouco mais ou menos. Na verdade, pelo batismo, já teria nessa data uns 51 anos.

Encontramos outro Antonio Cardoso Batalha, que pela data pode descender do anteriormente citado. A repetência de nomes em uma família cria uma série de dificuldades de identificação. Essa nota é colocada aqui por conta dos vários registros que tenho encontrado sobre a localidade de Ponta do Mel, com outra grafia. Fica a dúvida se o nome original era Mel ou Mello.

Diz Antonio Cardoso Batalha soldado da Infantaria paga de uma das Companhias de que foi capitão Manoel da Silva Vieira, da guarnição deste Presídio, e Fortaleza da Barra..., que ele suplicante é muito pobre, e serve a Sua Majestade sem ser pago, por esse motivo roga a V. Mercê lhe conceda dois meses de licença com registro em seu assento para ir as Salinas de Ponta do Mello tratar de suas pescarias, para assim se poder sustentar.

Outro assento interessante diz respeito a Anselmo José Faria, marido de Mariana da Rocha Bezerra, esta última filha do capitão Antonio da Rocha Bezerra e Josefa Leite de Oliveira. É o registro de uma Carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General de Pernambuco aos senhores capitães-mores para a soltura de Anselmo José de Faria. Não encontrei registro de sua prisão.

“Logo que Vossas Mercês receberem esta farão soltar e por em sua liberdade a Anselmo José de Faria, alferes da Companhia auxiliar dessa Capitania pelo assim ordenar a Rainha Nossa Senhora cuja Real ordem me foi participada pelo Governador e capitão General da Cidade da Bahia, e da sua execução me remeterão Vossas Mercês certidão com a brevidade possível.

Deus Guarde a Vossas Mercês. Recife, 24 de janeiro de 1780.
José Cezar de Menezes.

Senhores capitães-mores interinos do Rio Grande do Norte, Registrada nos livros desta Capitania para a todo tempo constar. Cidade do Natal, 4 de fevereiro de 1780/Freire/Bezerra//”

Documentos importantes editados pela Coleção Mossoroense são as *Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte*. Neles encontramos informações úteis para as pesquisas genealógicas entre outras.

Em um dos registros encontrados consta a contratação, em cinco de maio de 1882, de Francisco Avelino da Costa Bezerra, meu bisavô, pela arrematação do dízimo dos gados das freguesias de São Gonçalo, Santa Anna do Mattos e Pau dos Ferros, na importância de 4:101\$00. Fico a pensar como alguém naquela época, vivendo em Angicos, poderia fazer a cobrança de dízimos em locais tão distantes.

Em outro documento há o registro da nomeação como promotor interino, pelo Juiz de Direito, em 10 de dezembro de 1882, para o Termo de Macau, de Joaquim José Martins Ferreira Junior. Joaquim nasceu nas Cacimbas do Viana, em três de setembro de 1856, tendo como padrinhos o tio Manoel José Martins e Dona Josefina Maria Ferreira, minha bisavó. Eram seus pais Joaquim José Martins Ferreira e Maria Isabel da Conceição. Eram seus avós paternos o major José Martins Ferreira e Delfina Maria dos Prazeres.

O major José Martins Ferreira casou com Dona Josefina depois de ter cinco filhos naturais com Delfina Maria dos Prazeres. No registro de batismo de Joaquim José, nascido em oito de abril de 1834, um dos filhos naturais, consta Delfina, casada, e José Martins, solteiro. Não sei que destino tomou Delfina, mas acredito que os filhos naturais do major foram criados por Dona Josefina. Segundo meu pai, Dona Josefina era sobrinha do tenente-coronel Bento José da Costa, da Praça do Recife.

COMENTÁRIOS

A solicitação de Antonio Cardoso Batalha é do ano de 1782.

NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (II)



Vimos em outro artigo, neste jornal, que Cipriano Lopes Galvão ocupou o posto de coronel da Ribeira do Seridó na vaga que era do coronel Alexandre Rodrigues da Cruz. Por Alexandre ser meu heptavô, procurei a carta patente de coronel que ele tinha recebido anteriormente. Encontrei no Projeto Resgate, acessando o Centro de Memória Digital da UNB, www.cmd.unb.br, o requerimento pedindo confirmação da carta patente de coronel de Cavalaria da Ribeira do Seridó, concedida pelo capitão-mor Pedro de Albuquerque e Mello. No pedido de confirmação da carta patente estava anexada a carta concedida, em 1755, onde encontramos o seguinte trecho:

Alexandre Rodrigues da Cruz tanto pelo bem que tem servido a S. Majestade de soldado de cavalos do Regimento do Ceará Grande e aos depois passando a tenente do mesmo Regimento, e passar a capitão de cavalos do Regimento desta cidade de que é coronel Manoel Teixeira Casado, e passar a sargento-mor de Infantaria de Ordenança da Ribeira de Goianinha desta Capitania, e atualmente ocupando o posto de tenente-coronel do dito Regimento da Ribeira do Seridó, o que tudo me constou pelos documentos que me apresentou, como por ser um homem nobre, e de conhecida nobreza e das principais famílias e dos mais afazendados daquela Ribeira e esperar dele que daqui em diante se haverá na mesma forma muito como deve a confiança que faço de sua pessoa: hei por bem de eleger, e nomear como pela presente faço, o dito Alexandre Rodrigues da Cruz, no posto de coronel do Regimento da Cavalaria da Ribeira do Seridó, que vagou por deixação que do dito posto fez João Gonçalves de Mello...

Pelo que consta no documento acima, observamos que o coronel Alexandre Rodrigues da Cruz antes de ir para o Seridó morou no Ceará e outras localidades. Ele era casado com Dona Vicência Lins de Vasconcelos. Cipriano Lopes Galvão, filho do coronel de mesmo nome que ocupou a vaga de Alexandre, casou com uma neta deste último, filha de Teresa Lins de Vasconcelos e Antonio Garcia de Sá Barroso. A esposa de Cipriano, segundo do nome, tinha o mesmo nome da avó materna, Vicência Lins de Vasconcelos.

Outro fato noticiado nesse mesmo artigo citado acima, foi a determinação de soltura de Anselmo José de Faria pela Rainha de Portugal, datada de 1780. Quem era essa Rainha?

Encontramos uma correspondência, datada de 24 de março de 1781, de José Cesar de Menezes, capitão general e Governador de Pernambuco, Paraíba e mais Capitanias anexas, dando notícia da morte da Rainha Mãe. Segue trecho da carta. Esse documento, cópia do original, está no IHGRN. Alguns documentos possuem palavras de difícil leitura. Talvez, haja equívocos em algumas palavras aqui transcritas. Vejamos trechos da carta.

Foi Deus servido chamar a sua Santa Glória a Fidelíssima Senhora Mãe no dia quinze de janeiro do corrente ano, pelas sete horas da manhã, com tristes sinais de predestinação e com tão heroicos atos de amor a Deus que correspondem na morte às grandes e excelentes virtudes da sua vida.

Estas nos seguram estará gozando de Bem Aventurança.

Sua Majestade me manda participar a triste notícia desta perda para que pelo militar se façam nesta Capitania aquelas demonstrações publicas de sentimentos praticados em semelhantes ocasiões.

A mesma... se... para oito dias e tomará luto por seis meses, três rigorosos e três aliviados, o qual manda tomar não só na Corte mas em todo o Reino, sendo os primeiros três meses de Capa

Comprida, o que for servido dispensar na pragmática de 28 de maio de 1779, determinando-me que na sobredita conformidade mande regular o dito luto nas capitânicas, de que faço ciência a V. Mercê, ordenando-lhe que assim a façam executar no Distrito de jurisdição do seu Governo.

Como no documento não mencionava o nome da Rainha mãe, utilizei mais uma vez a internet para descobrir quem era a dita. Mariana Vitória nasceu em 1718, sendo filha de Felipe V, da Espanha, e Isabel de Parma. Foi casada com o Rei de Portugal, Dom José I. Assumiu a regência, no período de 1776/1777, por doença do Rei. Em 1777, com a morte de Dom José I, assumiu o trono de Portugal, sua filha D. Maria I (Maria Francisca Isabel Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana de Bragança), princesa do Brasil, conhecida entre nós como D. Maria, a Louca.

Assim quem determinou a soltura do alferes Anselmo José de Faria, foi a Rainha Dona Maria I, filha de Dom José I e Dona Mariana Vitória. Por coincidência a esposa de Anselmo se chamava Mariana da Rocha, filha do capitão Antonio da Rocha Bezerra e irmão do coronel Antonio da Rocha Bezerra.

Acrescento a esses dois comentários acima, um registro do requerimento que fez o capitão João Manoel da Costa, meu pentavô, solicitando o registro de uma carta de confirmação. Vejamos.

Diz o capitão João Manoel da Costa que ele é senhor de três léguas de terras de comprido e uma de largo no lugar de Olho D'Água que correm por testadas do Hitu buscando o nascente entre o Rio do Assú e do Amargoso pegando das nascenças do dito Olho D'Água com légua e meia para o nascente, e légua e meia para o poente, com meia de largo para cada banda, por título de compra (é o que parece) que fez das ditas terras; e porque os seus primeiros antepassados obtiveram de S. Majestade Carta de Confirmação das referidas terras e nunca tiveram a lembrança de registros nesta Provedoria da

Real Fazenda, que, portanto, o suplicante para conservação do seu Direito, faça registrar a dita Carta de Confirmação nestes termos, Para o fim. Provedor da Real Fazenda, lhe faça mercê mandar registrar a sobredita Carta de Confirmação para...

A carta que não foi registrada na Provedoria da Real Fazenda era de Mathias da Silva. Ela está anexada no requerimento do capitão João Manoel da Costa. Foi concedida em 2 de julho de 1753.

COMENTÁRIOS

O requerimento do capitão João Manoel é do ano de 1814.

BENTO JOSÉ DA COSTA E OS DÍZIMOS REAIS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE



Bento José da Costa e seu sogro Domingos Affonso Ferreira, moradores na Praça de Pernambuco, compraram, em 1797, a Dona Francisca Rosa da Fonseca, larga faixa de terra no Sertão de Açu, incluídas nela a Fazenda Cacimbas do Viana, Fazenda da Conceição, Ilha de Manoel Gonçalves, Ilha do Amargoso, Macau e Barreiras, entre outras. No ano seguinte, Domingos Affonso Ferreira recebeu duas sesmarias no Rio Grande do Norte. Mas a presença desses dois portugueses, aqui, não se restringiu só a isso. Encontramos mais documentos sobre atividades deles na nossa Capitania. Vamos ao primeiro.

Aos dezessete de agosto de mil setecentos e noventa e nove nesta Secretaria da Junta da Fazenda Real apareceu Bento José da

Costa, morador nesta Praça, e por ele foi dito, que ele fazia lanço como com efeito fez nos Dízimos Reais da Ribeira do Sul da Capitania do Rio Grande do Norte, de quatro contos novecentos e dois mil-réis livres, pelo triênio que há de ter princípio no primeiro de janeiro seguinte. E tendo os ditos Dízimos andado em Praça, perante a Junta da Real Fazenda respectiva; por não haver quem maior lanço oferecesse, tendo-se executado todas as diligências necessárias para esse fim; mandou arrematar a dita Ribeira ao mesmo Bento José da Costa, pela dita quantia, debaixo das condições estabelecidas; e portanto se houve por arrematada a referida Ribeira.

E de como o referido arrematante se obrigou e o seu fiador Domingos Affonso Ferreira, ao preço do dito contrato, e a apresentarem na Provedoria daquela Capitania, os documentos necessários para ali se lavrarem os competentes termos; assinaram este termo com o Escrivão Deputado Pedro Antonio LeRoy. Eu João Anastácio da Cunha o escrevi. Pedro Antonio LeRoy, Bento José da Costa, Domingos Affonso Ferreira. Está conforme. Pedro Antonio LeRoy.

Na sequência outro documento de arrematação de Dízimo para a mesma data. Vejamos.

Aos dezessete de agosto de mil setecentos e noventa e nove, nesta Secretaria da Junta da Fazenda Real, apareceu Antonio José, da Capitania do Rio Grande do Norte, e seu sócio, e fiador Bento José da Costa, desta Praça, e por eles foi dito, que eles faziam lanço como com efeito fizeram nos Dízimos Reais da Ribeira de Pau dos Ferros da dita Capitania, de três contos quatrocentos e vinte e dois réis livres, para o triênio que há de ter princípio no primeiro de janeiro seguinte. E tendo os ditos Dízimos andado com efeito em Praça perante a Junta da Fazenda Real desta Capitania, e não havendo quem mais lanço o oferecesse, depois de se terem executado todas as diligências necessárias para esse fim, se mandaram os ditos Dízimos arrematar aos

mesmos: Antonio José, e seu fiador Bento José da Costa, pela mencionada quantia debaixo das condições estabelecidas.

E de como o dito arrematante, e seu fiador se obrigaram ao preço do dito contrato, e suas condições, e a apresentarem-se qualificados por si ou por seus procuradores, para se lavraram os termos de arrematação perante o Adjunto daquela Capitania, assinaram esse termo com o Escrivão Deputado Pedro Antonio LeRoy. Eu João Anastácio da Cunha o escrevi. Pedro Antonio LeRoy. Antonio José. Bento José da Costa. Está conforme. Pedro Antonio LeRoy.

Lembramos que Domingos Affonso Ferreira era primo legítimo de Gervásio Pires Ferreira. A Junta Governativa Pernambucana de 1821 tinha entre seus membros: Gervásio Pires Ferreira, presidente, Felipe Nery Ferreira, filho de Domingos Affonso Ferreira, Bento José da Costa, genro de Domingos Ferreira. Além disso, o Secretário era o Padre Laurentino Antonio Moreira de Carvalho que deveria ter algum parentesco com Domingos Affonso Ferreira, cunhado ou filho. A esposa de Domingos Affonso Ferreira, Dona Maria Theodora Moreira de Carvalho, era filha de Laurentino Antonio Moreira de Carvalho e Anna Maria de Lima. Boa parte dos membros dessa Junta participou da Revolução de 1817, mas sobreviveu, diferentemente de Frei Miguelinho e de Domingos José Martins, genro de Bento José da Costa.

Domingos Affonso Ferreira, sócio, fiador e sogro de Bento José da Costa, faleceu em 1804, e a partilha formal do inventário só foi concluída em 1818. O inventário faz parte do arquivo de Orlando Cavalcanti que se encontra no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, prestes a ser digitalizado.

COMENTÁRIOS

Esse inventário já foi digitalizado e já fizemos vários artigos a partir dele.

ALGUNS REGISTROS MAIS ANTIGOS DA NOSSA FREGUESIA



Em artigos anteriores já fizemos referência aos apontamentos do major Salvador Coelho de Drumond e Albuquerque, descendente de João Fernandes Vieira, que salvou alguns registros de livros da Igreja que se encontravam em péssimo estado de conservação. Aqui já transcrevemos, desses registros, os casamentos de Manoel Raposo da Câmara e o de José Porrate de Moraes Castro. Aqui vamos transcrever outros registros mais antigos da nossa Freguesia salvos por Salvador. Vamos ao registro de número 28 dos apontamentos dele.

Aos vinte e seis de abril de 1680 nesta Matriz, em presença minha e das testemunhas o alferes Antonio de Castro Rocha, Marianna Pinta e Domingas Gomes, se receberam por palavras de presente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque filho do capitão Jeronymo Fragoso de Albuquerque e de sua mulher D. Isabel Cavalcante naturais da Vila de Serinhaém, e Florença da Rocha, filha do sargento-mor Roque da Rocha, e de sua mulher Francisca Gomes, naturais da mesma Freguesia e moradores nesta do Rio Grande. Do que fiz no mesmo dia este assento e me assinei. Paulo da Costa.

Na sequência o major Salvador copiou os registros de batismos de filhos do casal acima. O registro de número 30 diz:

Aos 28 de janeiro de 1682 batizei na Capela de São Gonçalo a Eugenio, filho de Jeronymo Cavalcante de Albuquerque e de sua mulher Florença da Rocha, padrinhos Marcos de Castro e Marianna Pinta. Não tem os santos óleos; já tem os santos óleos. Paulo da Costa.

No registro de número 31 encontramos: Aos 6 de setembro de 1683 batizei nesta Matriz e pus os santos olhos a Izabel, filha de

Jeronymo Cavalcante e de sua mulher Florença Rocha, padrinhos o capitão Manoel Muniz e D. Antonia de Oliveira. Paulo da Costa.

Já no registro de número 32 está escrito: Aos 10 de abril de 1686 nesta Matriz pus os Santos Óleos a Paulo filho do tenente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque e de sua mulher D. Florença da Rocha, padrinhos o Reverendo Padre Eloy de Freitas e João de Castro. Paulo da Costa.

Os registros estão nas mais diversas ordens e não seguem em datas crescentes. Assim vamos fazendo escolhas para agrupar alguns registros. Vejamos o casamento de Alberto Pimentel cuja numeração é 234 e em seguida o do seu filho, Francisco de Oliveira e Mello, que leva a numeração 88.

Aos quatro de outubro de 1694, se receberam por palavras de presente, em minha presença, Alberto Pimentel, filho do capitão-mor Sebastião Pimentel, já defunto, e de sua mulher D. Anna, naturais de São Verão (Santo Varão), Bispado de Coimbra, com Francisca Tavares de Mello, filha do capitão Francisco de Oliveira Banhos e de sua mulher Antonia Tavares, desta Freguesia do Rio Grande do Norte, foram testemunhas o capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade (foi capitão-mor do Rio Grande do Norte), o sargento-mor Manoel da Silva Vieira, D. Gracia do Rego e Catharina de Oliveira (esposa de Manoel Gonçalves Branco). Do que fiz este assento em que me assinei. Era ut supra. Basílio de Abreu e Andrada.

Em alguns registros de batismos dos filhos do casal acima o nome da esposa de Alberto é escrito como Francisca de Oliveira Banhos. Encontramos os seguintes filhos deles: Clara, Teresa, Plácida, Caetano e os gêmeos Alberto e Antonio, no período de 1695 a 1706. Não encontramos o de Francisco cujo registro de casamento segue:

Aos 5 de novembro de 1726, na Capela de Nossa Senhora das Candeias do Engenho Cunhaú, em virtude de um mandado do Muito Reverendo Vigário Geral e Juiz dos Casamentos o Dr. Manoel

de Freitas Barros, o Reverendo Manoel Raposo Sobrinho assistiu ao matrimônio que entre si contraíram Francisco de Oliveira e Mello, filho legítimo de Alberto Pimentel, e de sua mulher Francisca de Oliveira, com Leonor de Mello de Albuquerque, viúva que ficou por falecimento de seu primeiro marido José Barbosa de Sousa, ambos naturais desta Freguesia, sendo presentes por testemunhas o capitão-mor Afonso de Albuquerque Maranhão, o capitão-mor Luiz Alberto de Albuquerque Maranhão, D. Joana de Lacerda e D. Úrsula Maria de Sá, mulheres dos ditos, corridos os banhos, e guardando em tudo a forma do Sagrado Concílio Tridentino. E por uma certidão que me veio do dito Padre fiz este assento em que me assinei. João Gomes Freire. Coadjutor.

Francisco de Oliveira e Mello faleceu aos vinte e seis de abril de mil setecentos e oitenta e dois, com a idade de oitenta anos, pouco mais ou menos. Assim deve ter nascido por volta de 1702. Seu batismo deveria, portanto, aparecer no livro que contém os batismos de 1688 a 1712. Entretanto, Francisco é um dos filhos de Alberto e Francisca que não encontramos lá.

Encontramos vários registros de pessoas com o nome de José Barbosa de Sousa. Um desses era filho de Francisco Gama de Luna e Paula Barbosa, e casou com Maria de Oliveira e Mello filha de Francisco de Oliveira e Mello e Leonor de Mello e Albuquerque. Veja que Leonor foi viúva de um José Barbosa de Sousa.

COMENTÁRIOS

Mais adiante há um artigo sobre Francisco de Oliveira Banhos.

O SARGENTO-MOR MANOEL DA SILVA VIEIRA



Voltando aos documentos salvos pelo major Salvador Drumond, que contém registros da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, encontramos registros onde está presente o sargento-mor Manoel da Silva Vieira. Vamos começar com o documento de nº 215.

Aos 4 de novembro de 1696 se receberam por palavras de presente, em minha presença, o capitão Domingos Gonçalves de Souza, filho do capitão-mor João Gonçalves, já defunto, e de sua mulher Maria Gonçalves, natural da Cidade de Olinda, com Maria Leite Ferreira, filho de Domingos Vaz e de sua mulher Seraphina Mendes, já defuntos. Foram testemunhas D. Francisca Ponce de Leon e o sargento-mor Manoel da Silva Vieira e D. Grácia, sua mulher. Do que fiz este assento e me assinei. Paulo Rocha Figueredo.

Não encontramos mais nenhuma informação sobre os nubentes em outros documentos, mas diversas sobre a testemunha, o sargento-mor Manoel da Silva Vieira. Vejamos o documento de nº 215 que trata do casamento de uma filha de Manoel.

Em 20 de abril de 1697 se receberam por palavras de presente em minha presença Gonçalo Ferreira, filho de Manoel Ferreira, natural de Pernambuco com D. Maria da Silva, filha do sargento-mor Manoel da Silva Vieira, natural da Ilha da Madeira e de D. Grácia do Rego, natural da Cidade de Olinda. Foram Padrinhos D. Francisca Ponce de Leon, Bernardo Vieira de Mello e Antonio Tavares de Mello. Do que fiz este assento e me assinei. Paulo da Rocha de Figueredo.

O nome completo do nubente era Gonçalo Ferreira da Ponte. Encontramos em outros registros dois batismos de filhas do casal

acima, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação: Josefa, batizada em 24 de maio de 1699, tendo como padrinhos o capitão José Barbosa Leal e D. Gracia de Barros Rego, avó da batizada; e Joana, batizada em 20 de julho de 1703, tendo como padrinhos o avô, o sargento-mor Manoel da Silva Vieira e a tia D. Joana de Barros.

O documento de nº 217 traz o casamento de outra filha de Manoel da Silva Vieira. Pela transcrição, o major Salvador não conseguiu captar os nomes completos dos pais do noivo.

Em 8 de setembro de 1697 se receberam por palavras de presente, em minha presença, Manoel Rodrigues Taborda, natural da Vila de Buarcos, dando fiança aos banhos na Cidade de Olinda, filho legítimo de... Maria de Sá, natural da dita Vila da Freguesia de São Pedro, Bispado de Coimbra, com D. Joana de Barros Coutinho, filha do sargento-mor Manoel da Silva Vieira e de Grácia de Barros Rego, moradores na Cidade do Rio Grande do Norte. Foram Padrinhos o capitão-mor Bernardo Vieira de Mello e Pedro da Costa Faleiros e D. Catharina Leitão. De que fiz este assento e me assinei, Paulo da Rocha Figueredo.

Não encontramos nenhum filho do casal acima. Entretanto o casal aparece como padrinhos em vários outros batizados. O major Salvador, na sequência, dá notícia de um casamento que ocorreu em 1 de novembro de 1698, no Rio Grande do Norte, de Violante Bezerra, da casa do capitão Bernardo Vieira de Mello, com o ajudante Luiz Real de Goveia, onde foram padrinhos o dito capitão Bernardo Vieira de Mello e sua mulher D. Catharina Leitão. O documento de nº 212 traz o casamento de Lázaro de Barros Rego com uma filha do sargento-mor Manoel da Silva Vieira. Está lá:

Em 28 de maio de 1703, nesta Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, em minha presença, se receberam com palavras de presente Lázaro de Barros Rego, filho de Manoel Pereira Viégas e de sua mulher D. Izabel de Barros, fregueses da Cidade de Olinda

de Santa Sé, com D. Anna do Rego, filha do sargento-mor Manoel da Silva Vieira e de sua mulher D. Grácia do Rego Barreto (Barros), fregueses desta Freguesia: testemunhas Manoel Ferreira de Andrade, Manoel Rodrigues Taborda, D. Joanna de Barros Coutinho sua mulher e D. Maria de Barros mulher do alferes Gonçalo Ferreira de Ponte, foram dispensados os banhos pelo Ilmo. Senhor Bispo, em o 2º que estavam ligados em parentesco de consanguinidade. Do que fiz este assento em que me assiniei. O vigário Simão Rodrigues de Sá.

Do casal acima encontramos os batismos, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, de Luis, em 17 de abril de 1704, tendo como padrinhos Gonçalo da Costa Faleiros e a tia Joana Coutinho; e Manoel, em 30 de abril de 1707, tendo como padrinhos Manoel Rodrigues Taborda e Maria Magdanela.

Manoel da Silva Vieira, que nasceu em 30 de abril de 1707, neto do sargento-mor de mesmo nome, faleceu em 7 de julho de 1771. Ele foi capitão de Infantaria e teve um filho natural com Francisca Gomes de nome Lázaro de Barros Rego, que casou em 24 de outubro de 1781 com Maria Plácida do Nascimento. Esse Lázaro sentou praça em 8 de agosto de 1767, com a idade de 16 anos.

Além dos filhos encontrados nos registros do major Salvador, encontramos nos assentamentos de Praça, aqui da nossa Capitania, o do sargento-mor reformado, Mário da Silva Vieira, natural de Pernambuco, que assentou praça desde 1707.

MARIANNA PASCHOA BEZERRA, O SANTO OFÍCIO E OS ROCHA BEZERRA



Lá de Brasília, Demétrio Bezerra, descendente de Francisco da Rocha Bezerra Junior, que saiu do Rio Grande do Norte para o Pará, me encaminha um e-mail com um link sobre engenhos pernambucanos. Sabedor do interesse de Fábio Arruda de Lima, lá das Alagoas, pelo assunto, reencaminho o e-mail para ele. De volta, Fábio me pergunta se tenho interesse por mais informações sobre os Rocha Bezerra. Confirmo, e ele me manda dados extraídos da Nobiliarquia Pernambucana e de um processo do Santo Ofício contra Marianna Paschoa Bezerra, acusada de Judaísmo. Vem junto o link da Torre do Tombo, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page,regShow&searchMode,as&ID,2303471>, onde está o referido processo.

Em 11 de abril de 1731, na cidade de Lisboa, o inquisidor Phelippe Maciel mandou vir a si, a mulher que em nove do mesmo mês e ano veio de Pernambuco para os cárceres secretos da Inquisição, onde depois dos juramentos disse se chamar Marianna Paschoa Bezerra, mulher solteira, filha de Diogo Nunes Thomas, lavrador da roça, e Vitória Barbalho Bezerra, natural da cidade da Paraíba e moradora no Engenho Novo, distrito da mesma Cidade, de cinquenta anos.

Depois, em 15 de abril de 1731, dando continuidade a inquisição, começa uma verdadeira Genealogia aonde ela vai descrevendo sobre seus outros familiares. Além dos pais citados acima, nomeia seus avós, todos já defuntos. Os paternos eram Diogo Nunes Thomas e Guiomar Nunes, naturais e moradores na Praça de Pernambuco. Quanto aos maternos eram Antonio Barbalho Bezerra e Joanna Gomes da Silveira, naturais da cidade da Paraíba.

Depois cita os tios pela parte do pai, com vários descendentes, que não descreverei aqui, pois nosso foco é a família Rocha Bezerra; em seguida cita os tios por parte da mãe que eram em número de cinco, a saber: Serafina Moraes, solteira, Antonio Barbalho Bezerra, Antonio Bezerra Monteiro, Duarte Gomes da Silveira e Maria Barbalho Bezerra, todos defuntos, naturais e moradores de Engenho Novo, e Engenho Velho.

Sobre Antonio Barbalho Bezerra, disse que era casado com Maria Teixeira da qual teve os filhos Salvador e Andreza, já defuntos pequenos, e outra filha Dona Joana. Disse que Dona Joana, sua prima, foi casada com João Peixoto que vive do morgado de sua mulher, e que desse casal nasceram nove filhos, a saber: José Gomes, Dona Luzia, Dona Joana, Dona Quitéria, Antonio Barbalho, João Peixoto, Duarte Gomes, e Bartholomeu Peixoto, e outro filho José, naturais e moradores em Engenho Novo.

Quanto ao seu tio Antonio Bezerra Monteiro, disse Marianna, que ele foi casado não sabe com quem e nem se teve filho.

Maria Barbalho Bezerra, outra tia de Marianna, era segundo ela, casada com Balthasar da Rocha Bezerra, lavrador de roça. Tiveram sete filhos, a saber: Antonio da Rocha, Manoel da Rocha, Balthasar da Rocha, Miguel Barbalho, Maria Bezerra Vasconcelos, Dona Archangela da Silveira e Simão da Rocha. Essa família de Maria Barbalho, me parece, é a que se aproxima mais da família Rocha Bezerra que vivia aqui no Rio Grande do Norte, por conta dos documentos que já pesquisamos.

Segundo Marianna, seus primos Antonio e Manoel foram homens de negócio, e Simão sem ofício, todos solteiros e já defuntos. Aqui uma primeira observação: acredito que esse Antonio era Antonio da Rocha Bezerra que em 1711 foi assassinado quando pretendia prestar ajuda aos parentes de Pernambuco.

Na sequência surge uma contradição, pois diz Marianna que Manoel da Rocha foi casado com Magdalena Luna, da qual teve um filho chamado Antonio da Rocha, homem de negócios, solteiro, natural das vizinhanças da Cidade da Paraíba, e morador no Sertão do Rio Grande, e também o dito seu primo Manoel da Rocha teve um filho natural de uma irmã da declarante Joana Gomes da Silveira, chamado João Gomes da Silveira, lavrador de roça, solteiro natural e morador de Engenho Novo. Aqui outra observação: esse pode ser o capitão Antonio da Rocha Bezerra que era casado com Josefa de Oliveira Leite.

E que seu primo Balthasar da Rocha Bezerra é casado com D. Marianna, de quem não teve filhos. Mais uma observação: em 1716 foi posto em leilão um lote de terras de Antonio da Rocha Bezerra, pois ele não conseguiu arrecadar os dízimos para o qual foi contratado para o biênio de 1709/1710, por conta da seca desses anos e, por isso, teve que entrar com seus bens. Tendo falecido em 1711, foi seu irmão o Comissário Balthazar, o seu herdeiro.

Disse ainda que seu primo Miguel Barbalho Bezerra é viúvo de Maria Jacome Barbalho, sem filhos.

Quanto a sua prima Maria Bezerra de Vasconcelos é viúva de Manoel Ribeiro de Carvalho, que já foi homem de negócio e vivia de suas fazendas, e não tiveram filhos.

Já sua prima D. Archangela da Silveira foi primeiro casada com Ventura Pereira Parente que foi senhor de engenho, de quem teve quatro filhos. Dona Maria Barbalho, D. Ignácia, D. Luzia, e João defunto, e todos de pouca idade, naturais e moradores de Pacuara, Bispado de Pernambuco.

A segunda vez, D. Arcângela foi casada com Pedro da Rocha Bezerra, homem de negócios de quem teve um filho chamado Marcos de pouca idade, natural e morador de Juazeiro. Mais uma observação. A Sesmaria 552 concedida ao sargento-mor José Pedro Tinoco,

na Ribeira do Assú, pertenceu aos irmãos capitão-mor Balthazar da Rocha Bezerra, coronel Miguel Barbalho Bezerra e seu cunhado Pedro da Rocha.

Quanto aos seus irmãos cita: Antonio Barbalho, já defunto, solteiro, que foi homem de negócio; Luiza Barbalho e Thereza Barbalho, solteiras, Joanna Gomes, Maria da Silveira, Guiomar Nunes, e Diogo Nunes Thomas, naturais do Engenho do Meio e moradores no Engenho Novo. Como dito antes, sua irmã Joana Gomes teve um filho natural com Manoel da Rocha. Sua irmã Maria da Silveira é viúva de Gaspar Henriques, um primo seu.

Conclui sua genealogia dizendo que é cristã, batizada no evangelho, na Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, pelo Pároco Manoel de Sousa, e foram seus padrinhos Marcos de Oliveira e Izabel de Barros. E que ela é crismada, e o foi no Engenho Birobim, na Igreja de São Cosme e São Damião, pelo Bispo de Pernambuco Dom Mathias e foi sua madrinha Maria da Silveira.

MATHIAS VIDAL DE NEGREIROS



Osobrenome Vidal de Negreiros é bastante conhecido aqui no nordeste, mas as informações sobre os descendentes de André Vidal de Negreiros são escassas. Assim, é preciso juntar alguns pedaços para fazer a recomposição dessa família. Por isso, coloco algumas informações desse ramo encontradas aqui no Rio Grande do Norte. Há um testamento de André Vidal de Negreiros, datado de 1678, onde se diz solteiro, que está postado no blog de Alfredo Cabral de Melo. Nesse testamento, consta uma pessoa de nome Mathias Vidal de Negreiros que o testador informa ter sido

criado em sua casa. Por outros documentos, há notícia de um Mathias Vidal de Negreiros, filho natural de André. Em um documento do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano consta que: “Este segundo nomeado Mathias Vidal de Negreiros não se ordenou de missa, entrando na Administração da dita Capela (Nossa Senhora do Desterro de Itambé), não satisfazendo os encargos e obrigações dela, dissipando progressivamente os bens da mesma; pelo que o Reverendo Bispo Dom Frei José Fialho procede contra ele na forma da instituição a folha oito e o privou da administração, assinando-lhe algumas terras e alguns escravos por ser filho natural do Instituidor”.

Em outro documento, encontrado na Internet, há notícia de uma solicitação de Mathias sobre o destino dos bens deixado pelo pai, reclamando inclusive por violação do túmulo para retirada de bens enterrados junto com o cadáver do riquíssimo André Vidal de Negreiros.

Vamos começar com a transcrição do casamento de um filho de Mathias Vidal de Negreiros. Não há maiores informações qual a relação desse Mathias que encontramos e André Vidal de Negreiros.

Aos vinte e seis de outubro de mil setecentos e sessenta anos nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação desta Freguesia do Rio Grande do Norte, feitas as denúncias nesta e nas partes necessárias desta Freguesia onde os nubentes são naturais, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, sem se descobrir impedimento algum, como consta dos banhos que ficam em meu poder em presença do Reverendo Padre João Tavares da Fonseca, Coadjutor desta dita Freguesia, de licença minha, sendo presentes por testemunhas que (ilegível) juntamente vieram assinadas Francisco da Rocha Freire, homem casado e José Francisco, solteiro, filho de João Martins, pessoas conhecidas, fregueses e moradores desta dita Freguesia se casaram solenemente, em face da Igreja, com palavras de presente, José de Barros Rego, filho legítimo de Mathias Vidal de Negreiros

e de sua mulher Maria de Freitas com Maria Magdalenna da Silva, filha legítima de João Martins da Costa e de sua mulher Maria José Bezerra, naturais e moradores nesta dita Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação; e logo lhes deu as benções conforme os ritos e cerimoniais da Santa Madre Igreja e pela certidão que veio do dito Reverendo, do que fiz este assento em que por verdade me assino. João Freire Amorim, Vigário.

Esse João Martins da Costa, sogro de José de Barros, era natural de Ipojuca e filho de Dionísio da Costa, como se pode ver de um assentamento de praça. Tinha um irmão de nome Mathias Ferreira da Costa, que em 1730, com 18 anos, também sentou praça.

O José Francisco da Costa, testemunha e irmão da noiva, casou, posteriormente, com Elena Maria, nascida em Assú, e filha de José Pereira e Euzébia de Mattos, da Bahia. Vejamos o óbito da esposa de Mathias.

Aos treze de fevereiro do ano de mil setecentos e sessenta e nove faleceu Maria de Freitas casada com Mathias Vidal de Negreiros, com todos os Sacramentos, de idade ao que parecia de cinquenta anos, e foi sepultada nesta Matriz e encomendada, de licença minha, pelo Padre Coadjutor Bonifácio da Rocha Vieira envolta em hábito de hamburgo, de que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa Araujo. Vigário do Rio Grande.

Pela informação contida no óbito, Dona Maria de Freitas deve ter nascido por volta de 1719. Vejamos, agora, o batismo de dois netos de Mathias Vidal de Negreiros e Maria de Freitas.

Phelippe, filho legítimo de José de Barros Rego, e de Maria Magdalena da Sylva ambos naturais desta cidade, neto por parte paterna de Mathias Vidal de Negreiros natural da Paraíba, e de Maria Gomes Freitas natural desta cidade, e pela materna de João Martins da Costa, e de Maria José Bezerra todos naturais desta cidade, nasceu ao primeiro de maio de mil setecentos, e sessenta, e oito, e foi

batizado, com os Santos Óleos nesta Matriz, de licença minha, pelo Padre Antonio de Souza Nunes, aos treze do dito mês, e ano. Foram padrinhos José Barboza de Gouvea, solteiro, e sua mãe Dona Quitéria de Jesus, mulher do tenente José Barbosa Gouvea, do que fiz este termo, em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo, vigário do Rio Grande.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil setecentos e oitenta e dois, nasceu José, natural desta Freguesia, filho legítimo de José de Barros, e de Maria Magdalena da Sylva ambos naturais desta Freguesia, neto por parte paterna de Mathias Vidal de Negreiros, natural da cidade da Paraíba e de Maria de Freitas, natural desta Freguesia e pela materna de Joam Martins da Costa natural de Ipojuca e de Maria José natural desta mesma Freguesia, batizei e pus os Santos Óleos aos vinte e sete do dito mês, e ano, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, foram padrinhos José de Araujo, e Thereza Antonia de Jesus, de que mandei lançar este assento, em que me assino. Francisco de Sousa Nunes, vigário do Rio Grande.

COMENTÁRIOS

Não há nos registros acima nada que indique a relação de Mathias com o velho André Vidal de Negreiros.

TERMO DE ABERTURA DE PILOUROS DO ANO DE 1753



Cada época tem seus costumes, as suas formas de governo e as formas próprias para suas eleições. É sempre interessante saber de que forma aconteciam as coisas na nossa Capitania. Como

não aprendi sobre isso nas diversas escolas que passei, somente agora, vasculhando os papéis velhos do nosso velho Instituto Histórico e Geográfico, pude aprender mais sobre a nossa História. Aqui, hoje, vamos falar sobre abertura de pilouros que nunca na minha vida soube que existia.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de mil setecentos e cinquenta e três anos, nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, em casas deputadas para nela se fazerem vereações, e o mais que pertencem ao Serviço de Sua Majestade, onde se ajuntaram o Juiz Ordinário, o capitão João Marinho, e os vereadores, alferes Manoel da Costa Coimbra, o coronel Gonçalo Freire de Amorim, o sargento-mor Francisco de Araújo Correa, e o Procurador capitão Estevão Ribeiro Leitão, para efeito de se abrir o Pilouro e saber-se os oficiais da Câmara que hão de servir o ano vindouro de mil setecentos e cinquenta e quatro, e abrindo-se o cofre deles mandaram vir um menino de menor idade e de dentro do dito cofre se tirou o saco donde tinha três pilouros, e metendo o menino a mão dentro do dito saco e tirando um pilouro, e abrindo-se saíram para servir: de Juízes do dito ano próximo vindouro de mil setecentos e cinquenta e quatro José Teixeira da Sylva, Francisco da Costa de Vasconcelos, vereadores Carlos de Azevedo, Felix Ferreira, Theodósio Freire de Amorim, e para procurador Antonio Martins Praça, e para Juiz de Órfãos Francisco Xavier de Souza, cuja pauta dos ditos novos oficiais estava escrita e assinada pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor desta Câmara José Ferreira Gil, pelo haver como era uso e costume, sendo a tudo presentes algumas pessoas, e homens respúblicos que costumavam andar na Ordenança dela, e por estar no dito saco mais dois pilouros que se hão de abrir no ano de mil setecentos e quarenta, digo cinquenta e quatro, e do seguinte de mil setecentos e cinquenta e cinco, se tornou a recolher o dito saco ao dito cofre o qual se fechou na forma costumada com as três chaves que tem, as quais se entregaram uma ao Juiz Ordinário, outro ao coronel Manoel Teixeira

Casado, e a outra a mim escrivão, e de tudo mandaram os ditos oficiais da Câmara e Juiz fazer este assento em que assinam, eu Manoel Antonio Pimentel de Mello, escrivão da Câmara o escrevi. Seguem as assinaturas.

Agora vamos apresentar o documento de posse e juramento dos dois juízes escolhidos no pilouro acima.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de mil setecentos e cinquenta e quatro anos nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, em casas deputadas para nela se fazerem vereações com as que pertencem ao serviço de Sua Majestade onde estava o Juiz Ordinário, o capitão Luiz Teixeira da Sylva e foi vindo o capitão Francisco da Costa de Vasconcelos e José Teixeira da Sylva, e requereram ao dito Juiz lhe desse posse e juramento do cargo de Juiz Ordinário para servirem no presente ano por haverem saído no Pilouro que se abriu a vinte e um de novembro do ano próximo, como é costume, apresentando com os ditos seus requerimentos a confirmação do dito cargo passado pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca Joseph Ferreira Gil, o qual Juiz Ordinário vendo os seus requerimentos, e as suas cartas de usanças, lhes deferiu a cada um o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles sob cargo do qual lhes encarregou que bem e verdadeiramente servissem o dito cargo guardando em tudo o serviço de Deus, e de sua Majestade, Segredo de Justiça e direito as partes, os quais recebendo os ditos juramentos assim prometeram obrar segundo lhes ditam suas consciências, de que mandou o dito Juiz fazer este termo em que assinei com os ditos empossados, eu Manoel Antonio Pimentel de Melo, escrivão da Câmara o escrevi. Luiz Teixeira Silva, José Teixeira Sylva, Francisco da Costa de Vasconcelos.

Na internet é possível ver mais matérias sobre pilouros que aparecem em vários blogs ou trabalhos de pesquisas da nossa UFRN.

NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (III)



Nos registros da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, encontramos vários casamentos de portugueses. Vamos trazer, hoje, para este artigo, dados de alguns desses casamentos. Para apresentar maior número de registros, eliminarei os trechos que se repetem em todos os registros. Vamos começar com o casamento de Domingos de Araújo Pereira que não sei se tinha algum parentesco com o Patriarca do Seridó, Thomaz de Araújo Pereira.

Aos seis de janeiro de mil setecentos e trinta anos, na Igreja de Nossa Senhora do O' da Missão de Mipibú, desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, onde é moradora a contraente, em presença do Padre Francisco Xavier de Barros, Missionário da dita Missão, de licença do Reverendo Coadjutor, e presentes por testemunhas o sargento-mor Manoel Palhares Coelho, viúvo, morador na Freguesia de Goianinha, o alferes Antonio Barbosa Aguiar, viúvo, Anna de Macedo mulher do capitão João Marinho de Carvalho, Izabel de Barros mulher do coronel Carlos de Azevedo do Vale, moradores desta freguesia, se casaram o coronel Domingos de Araújo Pereira, natural de Coura, Freguesia de São João do Bico, Arcebispado de Braga, filho legítimo de Domingos de Arahujo Pontes e de sua mulher Luiza Barrera, já defunta, e Bibiana Barbosa Sampayo, filha legítima do coronel Bento Correa da Costa, e de sua mulher Jacinta Pereira Barbosa, moradora desta Freguesia e natural a contraente. Sem as bênçãos por ser em tempo proibido. Assinaturas do Vigário Manuel Correa Gomes e da testemunha Manuel Palhares Coelho.

Vejamos agora um casamento onde alguns dos personagens acima aparecem. Tanto no registro acima, como no abaixo, as noivas eram filhas de Bento da Correa Costa.

Aos seis de agosto de mil setecentos e trinta e dois anos, na Igreja de Nossa Senhora da Missão de Mipibú, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, sendo presentes por testemunhas o sargento-mor Joam Rodrigues Seyxas, o coronel Domingos de Araújo Pereira, Bibiana Barbosa de Sampayo, mulher do dito, e Damásia Gomes da Camera, mulher do coronel Theodósio Freire de Amorim, o Reverendo Padre Mestre Frei Boaventura, Missionário Apostólico, se casaram Manuel Fernandes da Sylva, filho de João Duarte e de sua mulher Catherina Fernandes, natural da Freguesia de São Miguel de Gandra do Bispado do Porto, e Quitéria Barbosa de Moraes, filha legítima do coronel Bento Correia da Costa, e de sua mulher Jacinta Pereira Barbosa, moradores na Freguesia do Rio Grande. Manuel Correa Gomes, vigário. Domingos de Araújo Pereira (assinatura sem h no Arahujo).

Vejamos agora o casamento de duas filhas de Antonio Dias Pereira com dois portugueses. Em outro registro há noticia de um Manoel Dias Pereira, morador em Jaguaribe, também filho de Antonio Dias e Maria Freire.

Aos nove de dezembro de mil setecentos e trinta e nove anos, na Igreja de Nossa Senhora da Soledade de Aldeia Velha, desta Freguesia de N. S. da Apresentação do Rio Grande do Norte, na presença do Reverendo Padre Mestre Antonio de Amorim da Companhia de JESUS (geralmente escreviam o nome de Jesus com todas as letras maiúsculas), de licença do Reverendo Coadjutor, o Licenciado João Gomes Freyre, sendo presentes por testemunhas o dito Reverendo Coadjutor, o Reverendo Licenciado Antonio de Andrade Arahujo, cura de Goianinha, se casaram o sargento-mor Manuel de Palhares Coelho, filho legítimo do capitão Manuel Palhares

Coelho e sua mulher Dona Francisca Barbosa Barcelar, já defuntos, naturais da Vila de Caminha, Freguesia de Nossa Senhora das Neves, Arcebispado de Braga, viúvo que ficou de Dona Rosa Maria Baracho, morador na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha com Maria Gomes Freyre, filha legítima do coronel Antonio Dias Pereira e de sua mulher Maria Gomes Freyre, defuntos, viúva que ficou do tenente-coronel Francisco Xavier Ribeiro, natural e moradora de Aldeia Velha desta Freguesia e Paróquia. Assinam Manuel Gomes Correa, Antonio de Andrade Arahujo e João Gomes Freyre.

Aos sete de janeiro de mil setecentos e trinta e três anos, na Capela de Nossa Senhora da Soledade de Aldeia Velha da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feitas as denúncias na Capela de Santo Antonio do Potegi, na Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Russas do Jaguaribe, donde é morador o contraente, e apresentando o dito um mandado do muito Reverendo Doutor Vigário Geral, diante de quem justificou ter vindo de seu natural, de menor idade, sendo presentes por testemunhas o capitão-mor da Capitania João de Barros Braga, o Provedor da Fazenda Real, o capitão Domingos da Sylveira, Plácida da Sylva Freire, mulher do tenente Faustino da Sylveira e Catherina de Amorim Freyre, mulher do sargento-mor Joseph Martins de Oliveira, em presença do Reverendo Coadjutor João Gomes Freyre, se casaram o tenente-coronel Mathias Simoens Coelho, filho legítimo de João Simoens Coelho, e de sua mulher Maria Francisca, naturais da Freguesia de São Pedro de Tamengos, Bispado de Coimbra, e Clara Gomes Freyre, filha legítima do coronel Antonio Dias Pereira, já defunto, e de sua mulher Maria Gomes Freyre, natural desta dita Freguesia, nela todos moradores e pessoas conhecidas. Assinam Manuel Correa Gomes e João de Barros Braga.

Encontramos dois registros de óbitos de Dona Clara Gomes Freire, sendo um colocado de forma equivocada em um livro de

casamento. Segundo esses registros, Dona Clara era casada com Manoel Palhares Coelho e faleceu em 21 de dezembro de 1787, com a idade aproximada de 53 anos. Há várias contradições nesses registros de óbitos com os registros acima, a menos que tanto Manoel Palhares Coelho, como Clara Gomes Freire, que aparecem no óbito, não fossem as pessoas acima. Não encontrei filhos do casal, apenas um exposto, Francisco Xavier dos Santos que casou com Catherina Duarte de Azevedo, filha de José Rodrigues Santiago e Marcelina de Abreu Soares.

OS CEM ANOS DE SEU PINDOBA



Nesse dia 23 de outubro, próximo passado, completou cem anos do nascimento de Francisco Umbelino Neto (Seu Pindoba), meu sogro. Falecido em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, a família resolveu fazer uma homenagem a este homem simples e incomum. Por isso, nesse dia 23, fomos todos, filhos, genros, noras, netos, bisnetos, outros familiares e amigos para Santa Cruz (antiga Santa Rita da Cachoeira).

A primeira providência concreta para homenageá-lo foi restaurar o túmulo lá do Cemitério de Santa Cruz, onde estão enterrados os seus restos mortais. Nada mais justo do que preservar para a História os nomes de nossos antepassados que ajudaram a construir esse Rio Grande do Norte. Junto com seu Pindoba estão nesse túmulo, sua esposa Maria Stela, seu irmão João Umbelino e esposa Severina Lopes de Moraes, seu filho José Edmilson (Neném), seus sobrinhos Ubiratan e Sandoval (Vavá) e, seus pais, José Umbelino de Macedo Gomes e Maria do O' de Medeiros.

As bênçãos foram conduzidas por Monsenhor Assis que tinha um irmão que era casado com Tereza, irmã de Maria Stela, nomeada acima. Na oportunidade, Monsenhor Assis revelou que sua irmã Maria do Céu, presente ao evento, com seus noventa anos, foi namorada de Seu Pindoba.

Em seguida fomos para a missa do Agricultor que é realizada todos os sábados, no horário de 10 horas da manhã, onde sempre esteve presente Seu Pindoba, quando era vivo. A missa, também foi conduzida por Monsenhor Assis. Na oportunidade fiz uma pequena biografia de Seu Pindoba e Aurino, outro genro, leu uma carta da neta Kalina para o avô.

Seu Pindoba nasceu na Fazenda Chapado, em 23 de outubro de 1910. Casou no civil, em 29 de janeiro de 1944, com Maria Stela Rodrigues de Medeiros, filha de sua prima Felismina Rodrigues de Medeiros e de José Rodrigues de Medeiros (Zé Rodrigues do Bagé). Felismina era filha de Salvina irmã de José Umbelino, esses dois últimos filhos de Francisco Umbelino Gomes de Melo e Felismina Maria de Macedo. A partir desse último casal vamos encontrar como ancestrais de Seu Pindoba vários desbravadores do Seridó, com Tomaz de Araújo Pereira, Antonio Paes Bulhões, José Gomes de Melo, e os irmãos do Barão de Araruna, Antonio Ferreira de Macedo e Vicente Ferreira de Macedo.

Francisco Umbelino Neto foi membro do Grêmio Literário Castro Alves que se reunia na Rua Indaleta de Freitas e foi presidido por Rômulo Wanderley, no ano de 1937, e tinha ainda como agremiados as seguintes pessoas: Joaquim Pinheiro de Oliveira, vice, Clodoaldo Xavier da Silva, Secretário, Lauro Pires Galvão, Tesoureiro, Fernando Umbelino Gomes, irmão de Seu Pindoba, Bibliotecário, José Orantes Pires Galvão, Ernani Cezar Cabral, Edgar Bezerra Salustino, Edmo Medeiros, Joaquim Arnaud e José Góis de Lima. Na ata de 10 e outubro de 1937, consta um ato de louvor

proposto por José Chaves, pela ação esforçada e inteligente do agremiado Francisco Umbelino Neto.

Seu interesse pela Literatura o fez anotar frases de personagens célebres como Fradique Mendes, Cascudinho, Castelo Branco, Humberto de Campos, Hermes Fontes, José Américo, Montesquieu, William Penn, Machado de Assis, La Fontaine, Goethe, Wagner, Rousseau e Napoleão entre outros. Para exemplificar anotou de Goethe: Uma vida ociosa é uma morte antecipada; e de José Américo, a frase: Não há deserto maior do que uma casa deserta.

De Cascudinho cita uma frase dita no Instituto Histórico pela passagem do Aniversário de Moreira Brandão, dizendo que era um homem que não plantava couves para a sopa, mas sim carvalhos para sombra dos netos.

Há, também, uma anotação das dez coisas que gostava e das dez que não gostava o Juiz de Direito de Santa Cruz, Dario Jordão de Andrade. Dario era tio de Valério Mesquita e pai de Ivan Maciel.

Era leitor assíduo da Bíblia. Dela anotou a frase de Salomão que ele adotou no seu dia a dia: As repreensões suaves quebram o furor da ira; as palavras duras excitam o furor.

Uma frase de sua autoria está presente em uma das suas anotações: Cada homem deve colocar-se ao lado das coisas sérias, úteis e belas.

Como fazendeiro mantinha muitas anotações do seu ofício. Encontramos uma sequencia de experiências de chuvas começada em 1954, de várias pessoas. Como exemplo citamos a de João Dadá que disse que o ano de 1954 seria bom de inverno porque os Pereiros e a Jaramataia safrejaram muito. De Domingos Pereira anotou que o ano de 1954 seria bom de inverno, pois, uma carnaúba que observava desde 1929 não frutificou em 1953.

Tinha um carinho especial pelos netos que era reconhecido por todos eles. Em um dos cadernos está anotado “Notas do gado dos netos”, onde relacionou o gado de cada um deles: Soninha, Baiana e suas crias; Juninho, Manchada e suas crias; Adriano, o garrote de Açúcar; Déia, Faixa Branca, Lua Cheia e suas crias; Fabian, Baezinha e suas crias; Miguel Felipe, Condessinha e suas crias; Thiago, a garrota que foi de Belarmino; Larissa, o filho de Vermelhinha; Ariane, a filha de Balaio; Andressa, a novilhota de Simpatia; Estelinha de Tetê, a bezerra de Jardineira; Laís Elena, o bezerro de Redonda; Estelinha de Neném, o filho de Ritinta; Vanessa, a garrota de Baiana; Fabian, a garrota de Simpatia; Airton, o filho de Melindrosa; Kalina, a enjeitada filha de Vermelhinha; Vitor Hugo, a filha de Azeitona.

Seu Pindoba e Maria Stela criaram os seguintes filhos: Felix Antonio, João Eduardo, Joana Darque, Uilame, José Edmilson, Maria das Graças (nascida 1 dia depois dele completar 41 anos), Tereza Neuma, Ruth, Raquel e por adoção Selma.

Seu Pindoba era muito religioso. Devoto de São Francisco, anualmente seguia viagem com os romeiros para Canindé. Tinha agradecimento por conta de uma hérnia que curou sem cirurgia. À Nossa Senhora fez um pedido para que lhe concedesse mais anos de vida, a fim de criar sua filha caçula Raquel. No ano que completou o prazo solicitado, avisou que sua partida para o eterno seria breve. Faleceu no mesmo ano do aviso. Sempre rezava o terço com os moradores no mês de maio. Trabalhou durante a vida para seguir os preceitos de sua religião. Era um homem bondoso, carinhoso e de muitos amigos. Ajudou muitas pessoas ao longo da vida. Por isso teve muitos afilhados.

Encontramos na sua carteira uma contratação como agente comprador de algodão da Usina de Beneficiar Algodão.

MOSSORÓ, UMA VIAGEM PROVEITOSA



Com o encerramento dos trabalhos relativos à 62ª Reunião Anual da SBPC, voltei com mais liberdade para as minhas pesquisas genealógicas. Nos dias 14 e 15 de outubro, fiz companhia a Graça em uma viagem até Mossoró, onde ela fazia reuniões sobre os produtos da Mary Kay. Atravessamos o Rio Grande do Norte até Mossoró em um carro rosa.

No caminho paramos em Lages no posto Militão. Naquele momento me lembrei de Militão Alves Martins que era descendente dos Martins Ferreira, lá de Macau, e fui procurar algum descendente que sabia ser dono do posto, para entabular conversas genealógicas sobre os Alves Martins. Esses que vivem em Lages descendem de João Militão Martins que foi Prefeito desse Município de 1958 até 1963. Eles adotaram Militão como sobrenome. Conversei um pouco com Carlos Martins e fiquei de na volta passar por lá para mais conversas. Deixei na oportunidade um fluxograma com alguns personagens da família, para que na volta a conversa fosse mais proveitosa. Expliquei para ele que aqui em Natal eu já tinha conversado com os irmãos Ótom Militão e Conceição Frago, filhos de João Militão Martins.

Em Mossoró, aproveitei os espaços vazios para incursões genealógicas. Já na tarde do dia 14, conversei no hotel com os pesquisadores Marcos Pinto, autor do índice onomástico das Sesmarias do Rio Grande do Norte, e com Fábio Duarte que faz pesquisa intensa sobre os Leite de Oliveira. Nessa oportunidade, Marcos Pinto me emprestou um material fruto da suas pesquisas em cartórios sobre alguns inventários. Entre esses documentos os inventários de Manoel Varela Barca, Mariana Lopes Viégas e Antonio Gomes de Miranda.

Sabendo do meu interesse por Cacimbas do Viana e pela Ilha de Manoel Gonçalves, Marcos sugeriu o livro da Coleção Mossoroense, de Francisco de Assis Gondim Menescal, sobre as propriedades da Companhia de Comércio e Navegação no litoral do Rio Grande do Norte.

No dia 15, depois de uma visita à livraria Independência, onde comprei os dois volumes do livro de Marcos Pinto “Datas e Notas Para a História de Apody”, entrei em contato com Marcos para visitar a Fundação Vingt-un Rosado, a fim de procurar livros do meu interesse.

Na Fundação fomos recebidos por Caio César e Ranieri. Eles explicaram que a Fundação estava em fase de arrumação, mostrando o amontoado de livros que deveriam ir para as prateleiras. De qualquer forma nos deixou a vontade para mexer nos livros e ver se encontrava alguma coisa de interesse. Tive sorte e encontrei bons títulos que separei, entre eles os seguintes: *Apontamentos para a História Territorial da Parayba*, de João de Lyra Tavares; *Os holandeses na salinas do rio Mossoró*, de Vingt-un Rosado e América Rosado; *O território do sal de Manuel Correia de Andrade*; *As senadoras do cigano feiticeiro*, de Valério Augusto Soares de Medeiros; *Alferes Teófilo Olegário de Brito Guerra, um memorialista esquecido*, de Raimundo Soares de Brito; *Notícia histórica de Catolé do Rocha*, de Celso Mariz; *Uma nota sobre o quebra-quilos da Paraíba do Norte*, de Almino Afonso; *Conversa em tempo de mutirão sobre Francisco Pinheiro de Almeida Castro*, de vários autores; e *Guerra dos Bárbaros*, de Afonso d’Escragnolle Taunay.

Em Mossoró ainda tentei entrar em contado com Soutinho, atual dono da Fazenda Cacimbas do Viana, mas no escritório do centro, onde fui, não era onde ele ficava. Anotei o outro endereço a fim de fazer contato posterior.

De volta para Natal, nova parada no posto Militão. Além de comprar alguns livros raros, reeditados pelo Sebo Vermelho, mas não encontrados por aqui, conversei novamente com Carlos Martins sobre os Alves Martins. Com as informações deixadas através do fluxograma, ele começou a construir uma árvore genealógica no myheritage. Na noite posterior à minha passagem ele já havia conversado com familiares sobre os dados que eu deixei. Em Lages, com certeza, Carlos encontraria mais informações sobre os familiares. Segundo ele, João Militão Martins tinha sido Prefeito de lá. Segundo Ótom Militão, eles chegaram a Lages por volta de 1936.

Duas informações busco, atualmente, relativas aos Alves Martins. A primeira é descobrir os pais de Manoel Alves Martins e conseqüentemente o parentesco de Seu Nezinho com Dona Liquinha, pais de Aluízio Alves. A segunda informação é sobre a origem de Dona Maria Ignácia da Conceição, mãe de seu Nezinho.

Nas conversas com os Militão, aqui em Natal, encontrei que João Militão Martins foi casado, uma das vezes, com Maria Josefina Martins, irmã de Seu Nezinho. Outro detalhe é o entrelaçamento dos Alves Martins com famílias do Seridó. Odilon Militão Martins, irmão de João Militão Martins, ambos filhos de Militão Alves Martins, foi casado, uma das vezes, com Maria Isaura de Medeiros filha de Antonio Etelvino de Medeiros e Susana Isaura de Medeiros, lá do Acari. Outro que se entrelaçou com as famílias do Seridó foi João Alves Martins, irmão de seu Nezinho, que casou com Raimunda Araújo Alves, filha de Avelino Augusto de Araujo e Joaquina Gonçalves de Araújo.

Depois dessa viagem, encontrei mais dois sobrinhos de João Militão Martins, ambos filhos de Odilon Militão Martins: Paulo Martins e João Militão Martins (Doca). Eles moram e tem comércio na Zona Norte de Natal.

Quem tiver mais informações sobre os descendentes de João Martins Ferreira, lá da Ilha de Manuel Gonçalves, favor mandar para o e-mail jfhipotenusa@gmail.com

COMENTÁRIOS

Encontrei o inventário de José Alves Martins que resolveu partes das questões aqui lançadas. Veremos isso em um artigo mais adiante.

COMENTÁRIOS SOBRE O INVENTÁRIO DE MARIANA LOPES VIÉGAS



Os inventários são documentos de muita utilidade na Genealogia. Algumas informações que não são encontradas nos registros da Igreja podem aparecer nos inventários, partilhas ou testamentos. Além do mais, tomamos conhecimento de hábitos, costumes, moedas e outras informações de uma determinada época. Hoje vamos escrever sobre algumas pessoas que aparecem no inventário de Mariana Lopes Viégas, uma das filhas nomeadas do tenente Antonio Lopes Viégas, fundador de Angicos. Noutro artigo trataremos dos bens propriamente.

Segundo o inventário, ela faleceu no dia 31 de janeiro de 1838. Era casada com Francisco Antonio Teixeira de Souza e deixou como herdeiros os seguintes filhos: José Annes Teixeira de Souza, solteiro, com 24 anos de idade; João Lins, com 18 anos de idade; Francisco menor de 10 anos de idade; Joaquim, menor de 7 anos de idade; Manoel, com 5 anos de idade; e Prudência com 6 anos de

idade. Aqui, já se pode observar o distanciamento entre as idades dos filhos. Possivelmente, alguns filhos do casal devem ter morrido.

O inventário foi presidido pelo tenente Manoel Felipe Raposo da Câmara, Juiz de Órfãos, interino, tendo como Escrivão, Vicente Aires de Souza Monteiro. Manoel Felipe, filho natural de Anna Felícia, casou em 16 de fevereiro de 1835 com Henriquetta Leocádia Soares da Câmara, filha de Francisco de Borja Soares Raposo da Câmara e Anna Francisca dos Milagres, já destacados em outro artigo. Já Vicente Aires de Souza Monteiro era casado com Joaquina Ernesta de Souza que faleceu, em 31 de dezembro de 1850, nas Oficinas, com 37 anos de idade. Vicente faleceu, em 13 de junho de 1875, com mais de 60 anos, viúvo de Cesária Maria da Conceição. Uma filha de Vicente, Maria Joaquina da Conceição, casou com Felipe Brasileiro da Costa, filho de João Evangelista da Costa e Anna Ferreira de Moraes.

Foi nomeado como Curador dos menores o tio dos mesmos, João de Deus Gonçalves. Como ele não era irmão de Mariana, então devia ser irmão de Francisco Antonio Teixeira de Souza.

Para fazer a partilha foram nomeados os partidores José Teixeira de Souza e José Alexandre Solino da Costa. O primeiro era irmão do inventariante, pois, Francisco Antonio teve um filho, com sua segunda esposa Joaquina Maria da Conceição, de nome José Teixeira de Souza Sobrinho. José Alexandre Solino era filho de Antonio Barbosa da Costa e Claudiana Francisca Bezerra. Era primo de Mariana, pois, Antonio Barbosa era irmão de Ana Barbosa mãe da dita. José Alexandre casou, em 13 de agosto de 1834, com Vicência Francisca de Aquilar Bezerra, e era irmão de João Evangelista, citado acima, e ambos irmão do meu tetravô Antonio Francisco Bezerra da Costa.

Como avaliadores foram nomeado, Alexandre Francisco Pereira Pinto e Francisco de Paula Rodrigues de Paiva. Não tenho

informação sobre Francisco de Paula. Quanto a Alexandre Francisco era filho de João Pereira Pinto e Michaela Archangela, e, portanto, era primo da falecida, pois Mariana era irmã de Michaela. Uma filha do casal Alexandre Francisco Pereira Pinto e Damásia Francisca dos Santos Leal, de nome Josefa Carolinda Maria Rosalinda, casou com João Felipe Teixeira de Souza, filho de José Teixeira de Souza, um dos partidores acima. Depois João Felipe enviuvou e casou com Quitéria Olímpia, filha do tutor dos órfãos menores, João de Deus Gonçalves.

Mais dois personagens aparecem nesse inventário, ambos devedores do casal Francisco e Mariana: Francisco Lopes Viégas e Alexandre José da Trindade. Como já comentado aqui em outros artigos, os nomes entre os Viégas se repetiam muito. Mas, talvez esse Francisco Lopes seja o irmão de Mariana. Alexandre José da Trindade, morador em Santana do Matos, era filho de Manoel Thomaz da Trindade e Felipa Barbosa da Costa. Casou em 21 de abril de 1830, com Izabel Dias Borba, filha de Antonio Francisco Taveira e Francisca da Costa Martins, com dispensa de 2º grau de consanguinidade e afinidade ilícita. Essa Felipa pode ser da família de João Barbosa da Costa, avô de Mariana Lopes Viégas. Sobre os herdeiros damos as informações que se seguem.

Manoel Barbalho Teixeira de Souza casou, em 28 de janeiro de 1856, com Francisca Oliveira da Anunciação, filha de Francisco Lopes Viégas (outro) e Maria Josefa de Oliveira; José Annes Teixeira de Souza casou, em 2 de fevereiro de 1859, com Maria Cordolina do Amor Divino, filha de Antonio Lopes Viégas e Anna Manoella; João Lins Teixeira de Souza casou com Izabel Felippina Lopes Viégas. Uma filha desse casal, Maria Izabel da Conceição de Maria, casou, em 29 de novembro de 1871, com meu tio bisavô, Miguel Francisco da Costa Machado Junior.

Sobre Prudência a única informação que tenho é que nasceu em 28 de abril de 1833. Joaquim nasceu em 15 de fevereiro de 1832.

Pelo que se viu acima, os envolvidos no inventário, quase todos, eram parentes. Em artigo próximo escreveremos sobre os bens que foram relacionados no inventário.

COMENTÁRIOS

Encontramos alguns dos personagens acima em Cacimbas do Vianna.

Veja o último artigo deste livro, que corrige algumas informações.

O PREÇO DE UM ESCRAVO, 250\$000



No Inventário de Dona Mariana Lopes Viégas, inicialmente, o Juiz interino, Manoel Felipe Raposo da Câmara, intimou Francisco Antonio Teixeira de Souza para declarar debaixo de juramento os bens do casal. Depois nomeou João de Deus Gonçalves para tutor dos órfãos menores. Foram ainda designados Alexandre Pereira Pinto e Francisco de Paula Rodrigues de Paiva para avaliadores dos bens e José Teixeira de Souza e José Alexandre Solino da Costa para serem os partidores dos bens.

Alexandre Francisco Pereira Pinto, e Francisco de Paula Rodrigues de Paiva, os quais foi por dito Juiz deferido o juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-lhes que por bem deste fizessem as avaliações dos bens que dados fossem a escrita do presente inventário, sem ódio, malícia, e nem afeição a parte alguma, tudo conforme as circunstâncias do tempo, qualidade dos bens, e costumes da terra que

eles, ambos recebendo o juramento, assim o prometeram cumprir como lhes foram encarregados.

O valor total dos bens era de 2.986\$720 (dois contos e noventa e oitenta e seis mil setecentos e vinte réis). A dívida passiva era de 200\$00 (duzentos mil-réis). O monte partível ficou em 2.786\$720 (dois contos e setecentos e oitenta e seis mil-réis). Metade para Francisco Antonio Teixeira de Sousa e a outra metade para dividir igualmente com os filhos herdeiros.

Aqui não dá para relacionar todos os bens, mas vamos colocar alguns para que sirvam de parâmetros para comparar o que valia cada coisa naquela época. Começamos com as dívidas ativas e passivas. Essas dívidas eram altas quando comparamos com os valores de cada bem. Pena que no inventário não haja explicação mais explícita para o motivo das ditas dívidas.

Declarou o Inventariante dever o seu casal a José dos Santos Neves negociante da Praça de Pernambuco a quantia de duzentos mil-réis.

Declarou o inventariante dever ao seu casal Alexandre José da Trindade, morador em Santana do Matos, por obrigação corrente, a quantia de duzentos e trinta e um mil-réis. Assim mais deve Francisco Lopes Viégas, morador em Santa Cruz, deste Distrito, a quantia de trezentos e um mil-réis.

A seguir alguns bens que foram relacionados pelo inventariante.

Uma parte de terra que houve por herança no sitio São José, deste Distrito, avaliada no mesmo valor que a houve de dezesseis mil-réis.

Outra parte de terra que também houve por herança no Sítio Santa Cruz, deste mesmo Distrito, avaliada no mesmo valor, que já tinha, de doze mil-réis.

Uma morada de casa, nesta Vila, vizinha a morada do Vigário levantada de taipa, coberta de telha, tendo duas salas em frente uma da outra, com três camarinhas, um corredor e uma cozinha, com cinco portas e uma janela, sendo parte dela atijolada, avaliada na quantia de duzentos mil-réis. Nessa época era vigário, o português Manoel Antonio dos Santos Moraes Pereira Leitão, que deu trabalho a Dom Frei João da Purificação Perdigão, 18º bispo de Olinda, em sua visita a Angicos, pois vivia embriagado.

Uma morada de casa principiada, dentro desta Vila, vizinha ao oitão da casa do tenente-coronel Antonio Francisco Bezerra da Costa da parte Norte, tendo somente as duas frentes levantadas de tijolo dobrado, avaliada na quantia de cinquenta mil-réis. Antonio Francisco era meu tetravô, sogro do meu trisavô Alexandre Avelino da Costa Martins, e ao mesmo tempo genro do pai de Alexandre, Vicente Ferreira da Costa e Mello do O'. Coisas daquela época.

Uma morada de casa levantada de taipa, coberta de telha, com cinco quartos, quatro portas e uma janela, firmada na sua Fazenda São José, avaliada na quantia de setenta mil-réis.

Quarenta e cinco vacas avaliada, cada uma delas, na quantia de dez mil-réis por quatrocentos e cinquenta mil-réis.

Vinte e duas éguas avaliada, cada uma delas, na quantia de vinte mil-réis por quatrocentos e quarenta mil-réis.

Sete cavalos inteiros novos avaliado, cada um, deles na quantia de trinta mil-réis por duzentos e dez mil-réis.

Um carro em bom uso avaliado na quantia de quinze mil-réis.

Um Oratório de boa formatura com três imagens, sendo uma de Nossa Senhora da Conceição, e outra de Cristo, e outro de São Urbano, avaliado por vinte mil-réis.

Uma mesa grande de madeira de Caraúba, já precisando de conserto, avaliada na quantia de oito mil-réis.

Uma Dita pequena, velha, sem gavetas que os avaliadores avaliaram na quantia de mil duzentos e oitenta réis.

Um São Braz de ouro com o peso de uma oitava e dezoito grãos avaliada cada oitava a mesma razão de dois mil-réis por mil trezentos e sessenta réis.

Um copo de prata com o peso de noventa e seis oitavas, avaliada cada oitava na quantia de cento e vinte réis por dois mil e oitocentos réis.

Um par de estribeiras de prata com o peso de duas libras avaliada, a mesma razão, de cento e vinte réis a oitava por trinta mil setecentos e vinte réis.

Não havia nada de latão, estanho, chumbo e ferro. De cobre – uma cafeteira que os avaliadores avaliaram na quantia de mil e cento e vinte réis. De flandres – uma bandeja pequena avaliada na quantia de um mil-réis.

Um escravo Alexandre, mulato, de idade de quarenta e cinco anos, sem achaques, que os avaliadores avaliaram por duzentos e cinquenta mil-réis.

O casal tinha somente esse escravo, e seu valor era um dos maiores dentre os bens avaliados.

RETRATO FALADO DE NOSSOS ANTEPASSADOS



Os assentamentos de praça trazem duas informações importantes, a descrição física dos assentados, bem como o nome do pai deles. Por isso, vamos colocar aqui o resumo desses

assentamentos com essas informações. E vamos começar com o capitão Theodósio da Rocha

Theodosio da Rocha, natural do Rio São Francisco, Vila de Penedo, filho do capitão Damião da Rocha, de estatura ordinária, trigueiro, cara redonda, olhos pardos, cabelo crespo, já pinta de branco, de idade de cinquenta e um anos pouco mais ou menos, senta praça, em 2 de janeiro de 1708.

É bom destacar que o capitão Theodósio já vinha atuando na Guerra dos Bárbaros. Em 15 de junho de 1696 foi nomeado pelo capitão-mor da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, e Governador da Fortaleza dos Santos Reis Magos, Bernardo Vieira de Mello, no posto de cabo do presídio da Invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, da Ribeira do Assú, para regê-lo e governá-lo. Anteriormente, foi alferes e capitão de Infantaria das Ordenanças da Capitania de São Francisco.

Outro detalhe é que alguns assentamentos são de pessoas bem jovens, havendo deles com 12 anos de idade.

A seguir os assentamentos de quatro filhos do capitão Theodósio da Rocha, onde os documentos são assinados por Manoel Gonçalves Branco.

Bonifácio da Rocha Vieira, de idade de dezesseis anos, filho do capitão Theodósio da Rocha, cabelo acastanhado, rosto redondo, um sinal de ferida grande na face esquerda e outro do canto do olho esquerdo, de alta estatura, não muito encorpado, natural desta Capitania do Rio Grande, senta praça de soldado nesta Companhia, desde 5 de janeiro de 1699.

Antonio Vaz Gondim, de idade de quinze anos, natural desta Capitania do Rio Grande, filho do capitão Theodosio da Rocha, cabelo acastanhado, de rosto um tanto comprido, trigueiro, olhos

acastanhados, um sinal de ferida no canto do olho direito, de estatura pequena, é soldado desta Companhia desde 5 de janeiro de 1699.

João da Rocha Vieira, de idade de quatorze anos, filho do capitão Theodosio da Rocha, natural desta Capitania do Rio Grande, cabelo louro, alvo de cor, o olho direito mais pequeno e o esquerdo com uma neve por cima, o rosto comprido, de mediana altura, é soldado desta Companhia desde 5 de janeiro de 1699.

O capitão Damião da Rocha Pimentel, filho do capitão Theodósio da Rocha, de idade de dezenove anos, natural desta Capitania do Rio Grande, olhos pardos, cabelo preto, alvarinho de rosto, e dele comprido, de boa estatura, é soldado desta Companhia desde 5 de janeiro de 1699.

Vejamos agora assentamentos de praça de filhos do tenente Gaspar Rebouças Malheiros, português de Viana do Castelo, Portugal, que era casado com Úrsula Leite de Oliveira. Em 1688, era procurador do povo e foi encaminhado junto com o capitão Francisco Berenger de Andrade, através do Senado da Câmara, para levar os protestos ao general de Pernambuco, pelo estado em que se achava a Capitania.

Antonio Leite de Oliveira, filho do tenente Gaspar Rebouças Malheiros, natural desta Capitania, de idade de quarenta e cinco anos, de estatura ordinária, cheio de corpo, cabelo louro e crespo, com muitos brancos, cara redonda e cor trigueira, senta praça nesta Companhia do capitão Francisco Ribeiro, desde dez de março de 1724.

Antonio, acima, tinha uma diferença de idade para os outros a seguir, bastante significativa. É tanto que não encontrei o seu batismo.

Lourenço de Oliveira (batizado em 13 de setembro de 1708), filho do tenente Gaspar Rebouças Malheiros, natural desta

Capitania, de idade de dezesseis anos, cheio de corpo, cara redonda, cor alva, olhos pardos, cabelo acastanhado e corredio, senta praça nesta Companhia do capitão Francisco Ribeiro Garcia, de sua própria vontade deste quatorze de dezembro de 1724.

Gaspar Pereira Leite (batizado em 30 de março de 1705), filho do tenente Gaspar Rebouças, natural desta Capitania, de idade de vinte anos, espigado de corpo, cor alva, e sardo do rosto, cabelo acastanhado, e corredio, senta praça nesta Companhia do capitão Francisco Ribeiro Garcia, desde seis de março de 1724.

Ponciano Gonçalves (batizado em 30 de novembro de 1706), natural desta Capitania, filho do tenente Gaspar Rebouças, de idade de dezesseis anos, espigado de corpo, rosto alegre, e alvo de cor, cabelo e olhos pretos, senta praça na Companhia de sua própria vontade desde oito de fevereiro de 1724.

COMENTÁRIOS

No blog <http://putegi.blogspot.com> há dois assentamentos de filhos do capitão-mor Bernardo Vieira de Mello, a saber: Bernardo Vieira de Mello Junior e Antonio Arnosso Leitão.

ALGUNS ASSENTAMENTOS E REGISTROS



J á tivemos oportunidade de ver alguns registros de assentamentos de praça em outros artigos. Alguns são ricos em informações, outros nem tanto. Há aqueles que são registros simples, mas que de qualquer forma servem como instrumentos para nossas pesquisas

genealógicas, principalmente se são datados. Hoje veremos novas informações para ciência de todos.

Começaremos com a família Fernandes Pimenta. Em alguns registros, há contradições com relação à cor.

José Fernandes Pimenta, filho de Antonio Fernandes Pimenta, natural de Mamanguape, branco, casado, e morador nesta Ribeira do Assú, de estatura ordinária, cheio de corpo, cor rosada, barba fechada, e branca, idade de cinquenta e quatro anos assenta praça em revista de 27 de julho de 1789.

Em 5 de março de 1791 foi feito assento de capitão para José Fernandes Pimenta. Vejamos alguns assentamentos de filhos do capitão.

João Fernandes Pimenta, filho de José Fernandes Pimenta, natural e morador, e casado nesta Ribeira do Assú, branco, de estatura ordinária, pouca barba, cabelo ruivo, cara redonda, olhos azuis, de idade de vinte e quatro anos, assenta praça em revista de vinte e sete de julho de 1789.

Bento Fernandes Pimenta, filho de José Fernandes Pimenta, natural e morador nesta Ribeira do Assú, branco, solteiro, de corpo seco, cor alva, olhos grandes, com princípio de barba, cabelo corre-dio, de idade de dezessete anos, assenta praça em revista de vinte e sete de julho de 1789.

Vejamos agora dois registros de filhos do capitão Balthazar Soares.

João Batista Xavier, filho do capitão Balthazar Soares, natural da Freguesia do Assú, idade de 32 anos, cabelo castanho, olhos pretos, altura (5p e 2p, não sei o que significa), praça na Companhia em 10 de setembro de 1779, e por despacho do Ilmo. Senhor Governador de 26 de junho de 1806, e cumpra-se do Vedor Geral, passou para esta Companhia, casado, vive de criar gado.

Antonio da Silva Barbosa, filho de Balthazar Soares, natural, e morador nesta Ribeira do Assú, branco, solteiro, de estatura baixa, dentes grandes, olhos pequenos, e azuis, nariz grande, sem barba, de idade de dezesseis anos, assenta praça em revista de vinte e sete de julho de 1789.

Da família Bolcão, encontramos os seguintes registros.

José Pereira Bolcão, branco, solteiro, morador no Distrito deste Regimento, filho do tenente Luiz Pereira Bolcão, de idade de 12 anos, pouco mais ou menos, assenta praça em revista de 12 de outubro de 1789.

Martinho Pereira Bolcão, branco, solteiro, morador no Distrito deste Regimento, filho do tenente Luiz Pereira Bolcão, de idade de treze anos, pouco mais ou menos, assenta praça em revista de 12 de outubro de 1789.

Manoel Pereira Bolcão, branco, natural de morador no Distrito deste Regimento, filho do tenente Luiz Pereira Bolcão, de idade de 18 anos, pouco mais ou menos. Não há a data do assento.

Manoel Francisco Pereira, filho de Manoel Pereira Bolcão, da Freguesia do Assú, idade de 25 anos, altura 5p e 2p, cabelo crespo, olhos pretos, praça em 9 de dezembro, de 1793, solteiro, de criar gado.

Agora alguns registros esparsos.

Manoel Varella Barca Junior, filho do capitão Manoel Varella Barca, natural das vargens do Apodi, idade de 20 anos de estatura (não consigo entender) cabelos pretos, olhos pardos, praça em ato de amostra de 23 de junho de 1806, solteiro, criador de gado.

Prudente de Sá Bezerra, filho de Cosme Pereira, natural e morador nesta Ribeira do Assú, pardo, solteiro, de estatura alta, cor trigueira, corpo seco, olhos fundos, testa grande, nariz afilado, pouca

barba, com vinte e dois anos, assentou praça em vinte e sete de julho de 1789.

O tenente Francisco Lopes Viégas teve registro dessa patente em 27 de agosto de 1798.

Manoel Ramos B. branco, solteiro, morador no Distrito deste Regimento, filho do tenente-coronel Antonio Garcia de Sá Barroso, de idade de vinte e seis anos, pouco mais ou menos, assenta praça, em revista de 12 de outubro de 1789.

José Garcia de Sá Barroso, casado, natural da Freguesia do Seridó, assenta praça em 12 de agosto de 1806. Era filho do tenente-coronel Antonio de Sá Barrosos. Era meu pentavô, e o tenente-coronel, meu hexavô.

Pacífico José de Medeiros, solteiro, natural da Freguesia do Seridó, assenta praça em 12 de agosto de 1806.

Antonio Paes Bulhões, assenta praça nesta Companhia em dois de maio de 1808.

Roque da Costa Gomes, natural desta Capitania, do Rio Grande, filho de Pedro da Costa Faleiros, de idade de quarenta anos, estatura comprida, cara comprida, trigueiro não do rosto, cabelo louro, passa para esta Companhia de cabo de esquadra, do capitão José da Costa Marinho, desde 12 de fevereiro de 1712.

DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (I)



Os Pitta surgiram nas minhas pesquisas de várias formas: na escritura das terras de Domingos Affonso Ferreira e Bento José da Costa; nos registros da Igreja, por conta de seus escravos; na

menção, em alguns registros, da Fazenda Olho d'Água dos Pitta; e na vida de meu tetravô Cosme Teixeira de Carvalho, pois, antes dele casar com Dona Maria Ignácia, foi casado com Dona Aldonsa da Fonseca Pitta.

Segundo o descendente Manoel Américo de Carvalho Pitta, no seu livro sobre os Pitta, o velho Sesmeiro Simão da Fonseca Pitta se fixou por Santana e era o pai de Luiz da Rocha Pitta. Acredito que não, por conta dos dados que colocarei logo abaixo. Diz mais, que Luiz casou com uma filha de Balthazar Soares, e que este último era casado com uma filha de Antonio Lopes Viégas e Anna Barbosa da Conceição. Até o momento não encontrei nenhuma informação que confirme que Leonarda Maria da Apresentação, esposa de Luiz da Rocha Pitta, era neta do fundador de Angicos.

Manoel Varella Barca, no seu testamento, datado de 10/4/1844, diz: *Declaro que sou procurador e administrador de várias fazendas pertencentes às casas dos senhores Christovão da Rocha Pitta, da cidade da Bahia, e viúva Costa, da Praça de Pernambuco.* Possivelmente, ele teria informações importantes sobre os Pittas.

Os Pittas já estão no Rio Grande do Norte há bastante tempo. O livro *Questão de Limite* faz referência a uma carta régia, datada de 14 de dezembro de 1701, mencionando que quarenta vaqueiros enviados por Antonio da Rocha Pitta pretenderam expulsar os gados existentes na Ribeira do Assú, procedimento que foi sustado pelo capitão general de Pernambuco.

Por volta de 1733, os filhos e herdeiros do coronel Antonio da Rocha Pitta e de sua mulher Dona Aldonsa de La Penha Deus Dará, coronel Luiz da Rocha Pitta Deus Dará, Francisco da Rocha Pitta, Simão da Fonseca Pitta e Dona Maria Joana requereram e tiveram, posteriormente, confirmação real de duas sesmarias: a de Pao Ferro e a de Campo Grande, ambas na Ribeira do Apodi. Os documentos

são os de números 196, 197 e 256, do segundo livro de Sesmarias do Rio Grande do Norte da Coleção Mossoroense.

Em 1719, Luiz da Rocha Pitta Deus Dará já era coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança da Bahia de Todos os Santos. Não encontrei mais nenhuma informação sobre sua presença aqui no Rio Grande do Norte.

No livro de João de Lyra Tavares, Apontamentos para a História Territorial da Parayba, vamos encontrar várias sesmarias concedidas a Simão da Fonseca Pitta e ao seu sobrinho Christovão da Rocha Pitta. Transcrevemos aqui os trechos iniciais de algumas delas para nos situarmos no tempo e nas informações especiais que elas contêm.

A de número 418 de 21/7/1753 – Simão da Fonseca Pitta Deus Dará, diz que ele suplicante estava possuindo e dominando no sertão de Piranhas desta Capitania, há mais de quarenta anos, dois sítios de criar gados chamados Batalha e Tais, por herança de seu pai defunto Antonio da Rocha Pitta Deus Dará. Na verdade o sobrenome Deus Dará vem de Dona Aldonsa e não de Antonio da Rocha.

A de número 481 de 11/1/1759 – Simão da Fonseca Pitta, morador na cidade da Bahia, diz que era senhor e possuidor de uma sorte de terras de criar gado no Rio das Piranhas desta Capitania que houve por herança do defunto seu irmão Luiz da Rocha Pitta Deus Dará.

A de número 488 de 19/2/1759 – Simão da Fonseca Pitta, morador na Bahia, como herdeiro á beneficio do inventário do defunto seu irmão Luiz da Rocha Pitta Deus Dará.

A de número 641 de 4/3/1768 – Christovão da Rocha Pitta, morador no seu engenho Caboto, termo da cidade da Bahia.

A de número 791 de 2/3/1781 – capitão mor Christovão da Rocha Pitta, diz que possui um sítio denominado Santana, na Ribeira do Piranhas, que herdou do seu tio Simão da Fonseca Pitta.

É importante ressaltar que Borges da Fonseca, na sua Nobiliarquia Pernambucana, escrevendo sobre Aldonsa e Antonio da Rocha Pitta diz que *Simão (da Fonseca) Pitta não tem filhos e só os tem uma irmã sua D. Maria (Joanna Pitta Deusdará) que casou em Portugal com Manoel Homem (Freire de Figueredo)*. Aliás, uma das filhas se chamava Anna Aldonsa de Figueredo Deus Dará.

O fato de Simão herdar terras de Luiz da Rocha Pitta Deus Dará e Christovão herdar de Simão sugere a possibilidade dos dois primeiros não terem filhos. De quem Christovão era filho? Ele, também, não deixou filhos legítimos, mas tinha filhos bastardos, inclusive um com o mesmo nome dele. Outro detalhe, nas informações sobre as sesmarias da Paraíba, é que os sesmeiros são citados como moradores na Bahia, nas datas apresentadas.

Através do trabalho de Pedro Puntoni, sobre Bernardo Vieira Ravasco, encontramos dados sobre as origens de Dona Aldonsa de La Penha Deus Dará. Leonarda Vieira Ravasco, irmã do Bernardo Vieira Ravasco e do Padre Antonio Vieira, casou com Simão Álvares de La Penha Deus Dará, filho de Manuel Álvares Deus Dará um dos apoiadores da restauração pernambucana, e Aldonsa de La Penha. Quando faltavam provimentos para os soldados, Manuel Álvares dizia: Deus dará. Ficou com o apelido. Depois conseguiu autorização real para acrescentar tal apelido ao nome, o que conseguiu pelos relevantes serviços prestados durante a invasão holandesa. Dona Leonarda, Simão e os filhos morreram em um naufrágio quando viajavam para Portugal.

Francisca de La Penha Deus Dará, irmã de Simão Álvares, e cunhada de Leonarda, casou com o dono do Engenho Caboto, Simão da Fonseca de Siqueira, e tiveram uma única filha, Dona Aldonsa da

Penha Deus Dará, que casou com o riquíssimo coronel Antonio da Rocha Pitta. Por isso, os filhos do casal aparecem com os sobrenomes Rocha Pitta, Fonseca e Deus Dará.

DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (II)



No artigo anterior escrevemos sobre o capitão Antonio da Rocha Pitta, Dona Aldonsa de La Penha Deus Dará, seus filhos e o neto Christovão da Rocha Pitta que tinham sesmarias aqui no Rio Grande do Norte e na Paraíba.

Nos livros de batismos de Santana do Mattos aparecem vários batizados de escravos do Pitta ou dos herdeiros dele, sem especificar que Pitta é esse. Mas, em 1839, três batizados fazem referência aos herdeiros do finado Christovão da Rocha Pitta. Um dos padrinhos é Manoel Varela Barca e outro é Thereza da Trindade Nobre. São dois batismos na fazenda Itu e outro na Fazenda Sacramento. Nesses diversos batismos de escravos não aparece, como padrinhos, qualquer membro da família Pitta. Essas terras de Christovão da Rocha Pitta ou seus herdeiros eram localizadas no Açu, e confrontavam com as terras do português, morador no Recife, Bento José da Costa.

Agora damos um salto, por falta de informações contínuas, para um membro da família que desconhecemos qual elo o ligava ao capitão Antonio da Rocha Pitta. Trata-se de José Antonio da Fonseca Pitta. Vejamos o casamento de um filho dele que tinha o mesmo nome do Sesmeiro Simão da Fonseca Pitta.

Aos vinte nove dias do mês de setembro de mil oitocentos e trinta, pelas quatro horas da tarde, nesta Matriz de São João Baptista do Assú, em minha presença, e das testemunhas abaixo nomeadas,

(se receberam por esposos presentes) Simão da Fonseca Pitta e Maria Jacinta de Sousa, meus fregueses: o esposo de vinte anos, filho legítimo de José Antonio da Fonseca Pitta, já falecido, e Maria Ludovina da Apresentação, natural e morador da Freguesia de Santa Anna do Mattos, donde apresentou banhos desimpedidos: a esposa de quinze anos, filha natural de Ignácia Joaquina de Jesus, natural e moradora neste Assú, onde se fizeram as denúncias nupciais sem impedimento, e logo lhes dei as bênçãos matrimoniais, sendo antes confessados e examinados na Doutrina Cristã, presentes por testemunhas, o alferes José Pegado de Sirqueira, casado, e Antonio Ferreira dos Santos, viúvo, este da Freguesia de Santa Anna do Mattos, e aqueles deste Assú: e para constar fiz este assento em que me assinei. José Joaquim de Santa Anna, Pároco do Assú.

Pelo registro acima, Simão deve ter nascido por volta de 1810 e seu pai, José Antonio da Fonseca Pitta, nasceu no século XVIII. Entre os filhos de Simão e Maria Jacinta, encontramos: Hermano, nascido em 25/3/1833, tendo como padrinhos de batismo, Manoel Antonio Jacinto de Sousa e Delfina Bernarda Cavalcante, solteiros; Manoel nascido em 6/01/1839, tendo como padrinhos de batismo Manoel Antonio Jacinto, solteiro e Maria Ludovina da Apresentação, viúva, representados por Francisco José Soares e sua mulher Izabel Joaquina; Ludovina, nascida em 1/3/1840, tendo como padrinhos de batismo Luiz da Rocha Pitta e sua filha Aldonsa Salvina Ludovina (em alguns registros Ursulina no lugar de Ludovina); e Simão cujo batismo transcrevemos para cá.

Simão, branco, filho de Simão da Fonseca Pitta, e Maria Jacinta da Fonseca, naturais e moradores nesta Freguesia, nasceu aos quinze de fevereiro de mil oitocentos e trinta e sete, e foi batizado com os santos óleos na Matriz, aos vinte de agosto do dito ano pelo Reverendo Coadjutor desta Freguesia, Ignácio Damazo Correa Lôbo, de minha licença; foram padrinhos o Reverendo João Theotônio de

Sousa e Silva e Maria da Silva Veloza, casada, do que para constar mandei fazer este assento, e por verdade assinei. João Theotonio.

Através do batismo do filho Manoel, em 1862, descobrimos que Simão da Fonseca Pitta Junior era casado com Carbiniana Natividade Pitta.

Outro membro da família que encontramos é Aldonsa da Fonseca Pitta. Ela parece ser uma das mais velhas da família Pitta, de Santana do Matos. Era casada com meu tetravô Cosme Teixeira de Carvalho. Pelo assentamento de praça de 1789, Cosme tinha 35 anos e já era casado. Rita Teixeira de Carvalho, filha do Cosme e Aldonsa, casou em 12/2/1827 com o primo José Thomaz Pereira, tendo como testemunhas Antonio da Silva Carvalho, solteiro, e João Tavares da Silva, casado. Nessa data Aldonsa já era falecida. Cosme casou a segunda vez com minha trisavó Maria Ignácia da Conceição. Esse casamento deve ter ocorrido antes de 1811, pois Maria Ignácia Rosalinda Brasileira, filha desse segundo casal, nasceu por volta dessa data. Um outro filho de Cosme e Aldonsa era João Teixeira de Carvalho. Ele casou com mais de 40 anos. Vejamos seu casamento.

Aos doze dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e dois nesta Matriz de Santa Anna do Mattos, pelas oito horas da noite, depois de obtida a dispensa do impedimento de consanguinidade, e dispensa dos proclamas, pelo Padre Mestre e Missionário Frei Sebastião de Messina, que se achava presente em Missão, depois de confessados, de minha licença, o Reverendo Coadjutor desta Freguesia Ignácio Damazo Correa Lôbo, uniu em matrimônio e deu as bênçãos nupciais aos meus paroquianos João Teixeira de Carvalho com Cipriana Maria de Jesus, aquele filho legítimo de Cosme Teixeira de Carvalho, e sua mulher Aldonsa Maria, ambos já falecidos, e esta filha legítima de João Chrisóstomo e sua mulher Francisca Xavier, ambos os nubentes naturais e moradores nesta Freguesia. Foram testemunhas João Mendes de Sousa Guarim, casado e Manoel Elias de

Alencar. Do que para constar mandei lançar este assento e por verdade assinei. O Vigário João Theotonio de Sousa e Silva.

Essa Cipriana devia ser parenta de João Teixeira, pois, Cosme tinha um irmão de nome João Chrisóstomo. No próximo artigo escreveremos sobre Luiz da Rocha Pitta, cuja descendência foi trabalhada por Manoel Américo em seu livro já citado em outro artigo.

DEUS DARÁ E OS PITTAS DO RN (III)



Em 1825, Luiz da Rocha Pitta já era casado, pois foi assim que apareceu como testemunha do casamento de Manoel Florêncio Teixeira de Carvalho. Dele temos alguns registros. Começemos com o batismo de Elsina.

Elsina, branca, filha legítima de Luiz da Rocha Pitta, e Leonarda Maria da Apresentação, naturais e moradores nesta Freguesia, nasceu a dezenove de dezembro de mil oitocentos e trinta e cinco, e foi batizada com os santos óleos no sítio São José, desta Freguesia, aos quatorze de junho de mil oitocentos e trinta e seis, pelo Reverendo Coadjutor desta Freguesia, Ignácio Damazo Correa Lobo, de minha licença; foram padrinhos Joaquim Ignácio da Silveira Borges, e sua irmã Izabel Veloza da Silveira, por procuração que dela apresentou seu mano Manoel da Silveira Borges, solteiro, do que para constar mandei fazer este assento, e por verdade assino. O Vigário João Theotonio de Sousa e Silva.

Joaquim, Izabel, Manoel, além de Maria da Silva Velosa, mãe do Barão de Serra Branca, eram filhos de Joaquim da Silveira Borges e Anna Joaquina da Trindade. Em 1840, Manoel casa com uma irmã de Elsina. Vejamos.

Ao primeiro do mês de março de mil oitocentos e quarenta nesta Matriz de Santa Anna do Mattos, do Assú, pelas onze horas da noite, depois de obtida dispensa de impedimento de consanguinidade e dos proclamas ex causa, confissão, exame de Doutrina Cristã, de minha licença, o Reverendo Coadjutor desta Freguesia, Ignácio Damazo Correa Lôbo, ajuntou em matrimônio e deu as bênçãos nupciais aos meus paroquianos Manoel da Silveira Borges, com Maria Genérica Francelina; aquele filho legítimo de Joaquim da Silveira Borges, e de sua esposa Anna Joaquina da Trindade, e esta filha legítima de Luiz da Rocha Pitta, e de sua mulher Leonarda Maria da Apresentação, ambos os nubentes naturais e moradores nesta Freguesia. Foram testemunhas Hermenegildo Pinheiro de Vasconcelos e João Martins de Macedo, ambos casados; de que para constar mandei fazer este assento e por verdade assinei. O Vigário João Theotônio de Sousa e Silva.

É de Manoel da Silveira e Maria Genérica que nasceu João Celso da Silveira Borges, que na data de 25 de novembro de mil oitocentos e sessenta e dois casou com Juvina Serena Barbalho Bezerra, filha de Antonio Barbalho Bezerra e Ignácia Francisca Bezerra.

Outros casamentos de filhos de Luiz e Leonarda: Em 30/11/1844, no Sítio São Romão, Aldonsa Salvina do Amor Divino (Ursulina ou Ludovina) casa com Antonio Ferreira de Miranda, filho de Alexandre Ferreira de Miranda e Antonia Joaquina de Mello, tendo como testemunhas Vicente Ferreira (Xavier) da Cruz e Joaquim Ignácio Pereira; Em 2/10/1850, no Sítio São José, João Luiz da Rocha Pitta casa com Maria Francisca Nobre, filha de João Ferreira de Miranda e Joaquina Maria da Conceição, tendo como testemunhas Manoel da Silveira Borges e Felipe Neri de Carvalho Silva (futuro Barão de Serra Branca); dois dias depois, isto é, em 4/10/1850, no Sítio Tustado, Luiz Pedro da Rocha Pitta casa com Margarida Ferreira da Silva, filha de João Tavares da Silva e Anna Catharina da Silva,

tendo como testemunhas as mesmas do casamento de João Luiz; em 29/11/1864, em oratório privado, na Vila de Santa Anna do Mattos, Manoel Serapião da Rocha Pita casa com Jesuína Marfisa Fernandes e Silva, filha de Antonio Fernandes da Silva e Sabina Maria da Silva, tendo como testemunhas Absalão Fernandes da Silva (irmão da noiva) e Francisco Luiz da Circuncisão Pitta. Observamos que dona Jesuína foi batizada com o nome de Marfisa, que mudou quando foi crismada. Outro detalhe é que Absalão teve também uma filha com o nome de Jesuína (avó de Aluizio Alves e Aristófanês Fernandes.

Vejamos agora o casamento de um neto de Luiz e Leonarda, pois não encontramos, ainda, o casamento do filho Luiz Valcacer da Rocha Pitta.

Aos vinte e três de janeiro de mil oitocentos e oitenta e três pelas onze horas da manhã, no Sítio Jiqui, desta Freguesia, de minha licença, o Reverendo Vigário Felix Alves de Sousa assistiu o matrimônio dos nubentes Manoel Américo de Carvalho Pitta, e Anna Francisca Luzia da Luz, ele filho legítimo de Luiz Valcacer da Rocha Pitta e Antonia Maria de Miranda, e ela filha legítima de João Severiano Correa Barbosa e Francisca Maria Alexandrina Barbosa, já falecida, naturais e moradores nesta Freguesia de Santa Anna do Mattos, e foram testemunhas do ato Francisco Martins de Oliveira Barros e Absalão Fernandes da Silva Bacilon, também moradores nesta Freguesia, e para constar fiz este assento que assino. Os nubentes receberam as bênçãos nupciais. O Vigário José Cabral de Vasconcelos Castro.

Outros filhos de Luiz e Leonarda que encontramos o batismo: Circuncisão, nascido em 1/1/1842; Torcato, nascido em 24/2/1832; e Leonarda, nascida em 9/8/1838.

Esses registros foram obtidos dos livros de Santana do Matos, hoje, na Cúria Metropolitana.

Por falta de registros anteriores ao ano de 1823, não podemos identificar a relação de parentesco de Aldonsa da Fonseca Pitta, Simão da Fonseca Pitta e Luiz da Rocha Pitta. Pelos registros há uma proximidade maior entre Luiz da Rocha Pitta e a família de Aldonsa da Fonseca Pitta e seu marido Cosme Teixeira de Carvalho. Talvez algum inventário, testamento, ou venda e compra de terras conttenham informações valiosas, se já não tiveram ido para o lixo.

BALTHAZAR DE MOURA E SILVA, DE MACAU PARA MACAU



No mês de dezembro, apareceu no meu blog o seguinte comentário de Luciano Pinheiro Klein Filho: *estou pesquisando sobre o meu trisavô paterno Balthazar de Moura e Silva. Ele era tenente-coronel (creio da Marinha portuguesa). Serviu em Macau (colônia portuguesa) e posteriormente mudou-se, curiosamente, para Macau no Rio Grande do Norte. Por fim, transferiu-se para a cidade de Aracati, no Ceará, onde deixou descendência. Pesquisando no Google cheguei a este site. Haveria alguma informação sobre ele? Infelizmente, aqui no Ceará, não há quase nenhuma informação sobre ele e qualquer dado seria de grande valia.*

Na verdade, em um dos artigos postados no blog citei o nome de Balthazar. Assim, entrei em contato com Luciano e mandei, de saída, duas informações relativas ao seu trisavô que transcrevo para cá.

Aos vinte dias do mês de março de mil oitocentos e cinquenta e quatro foi sepultado na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Macau, filial desta Matriz, de cima das grades, o cadáver de

Josefa Martins de Sousa, casada que era com Balthazar de Moura e Silva, moradora nesta Freguesia, falecida de estupor, com os sacramentos da Penitência e Extrema Unção, na idade de vinte e cinco anos, foi amortalhada em preto e encomendada, de minha licença, pelo Reverendo Ignácio Damazo Correa Lobo; do que fez este assento e pelo qual faço, para constar este termo, que assino. O Vigário Félix Alves de Sousa.

Balthazar voltou a casar quatro meses depois conforme registro a seguir.

Aos vinte e três dias do mês de julho de mil oitocentos e cinquenta e quatro, às seis horas da tarde, na Vila de Macau, desta Freguesia, em oratório privado, tendo precedido dispensa de afinidade lícita e as canônicas denúncias, confissão e exame de Doutrina, em presença do Reverendo Ignácio Damazo Correa Lobo, de minha licença, e das testemunhas (ilegível) e Manoel Alves da Silva, casados, moradores nesta Freguesia, se uniram em matrimônio, por palavras de presente e receberam as bênçãos nupciais os meus fregueses Balthazar de Moura e Silva, e Maria Petronilla Fernandes, naturais, ele do Reino de Portugal, e ela desta Freguesia, onde são moradores: ele viúvo que ficou por falecimento de sua mulher Josefa Martins de Sousa, ela filha legítima de José Joaquim Fernandes e Maria Martins Ferreira. Do que fez o dito Reverendo este assento e pela qual, para constar, faço este termo em que me assino. O Vigário Felis Alves de Sousa.

A dispensa de afinidade lícita se deu por ser Maria Petronilla Fernandes prima legítima de Josefa Martins de Sousa. Esta última era filha de Antonio Joaquim de Sousa e de sua mulher Thomásia Martins Ferreira. Maria Martins Ferreira e Thomásia Martins Ferreira eram filhas do capitão João Martins Ferreira, administrador da Ilha de Manoel Gonçalves.

No dia vinte e dois de novembro de mil oitocentos e cinquenta e dois, Balthazar de Moura e Silva e Felipe Nery de Carvalho (futuro Barão de Serra Branca) foram testemunhas, na Freguesia de Santa Anna do Mattos, do casamento José Antonio de Sousa e Anna Veloza. O noivo era irmão de Josefa Martins de Sousa, mulher de Balthazar, e a noiva irmã do Barão.

No dia 25 de agosto de mil oitocentos e cinquenta e seis, Balthazar de Moura e Silva e Manoel Antonio Fernandes Junior foram testemunhas do casamento de João Alves Fernandes e Maria Rosa Fernandes. O noivo era irmão de Maria Petronilla, segunda esposa de Baltazar. A noiva e a outra testemunha eram filhos de Manoel Antonio Fernandes e Maria Martins de Pureza. Os nubentes eram primos legítimos, pois, Maria Martins Ferreira e Maria Martins de Pureza eram irmãs, filhas do capitão João Martins Ferreira e Josefa Clara Lessa. Esse Manoel Antonio Fernandes Junior casou aos doze de agosto de mil oitocentos e cinquenta e nove, na Vila de Macau, com Maximina Amália da Silveira Borges, filha de Joaquim Ignácio da Silveira Borges e Anna Joaquina de Jesus, tendo como testemunhas José de Borja Caminha Raposo da Câmara e João Alves Fernandes.

Agora, o casamento de uma filha de Balthazar e Josefa. Aos vinte e três de julho de 1871, de minha licença, o Padre Elias Biserra Barbalho, em casa de Balthazar de Moura e Silva, nesta Vila de Macau, receberam-se em matrimônio os meus paroquianos, Manoel Alves Fernandes filho legítimo de José Joaquim Fernandes, e Dona Maria Martins Ferreira, com Anna Rosa de Moura e Silva, filha legítima de Balthazar de Moura e Silva, e sua primeira mulher Dona Josefa Martins de Sousa, dispensados do 3º grau atingente ao 2º de sanguinidade, que os ligava, depois de examinados na Doutrina Cristã, e confessados, e lhes deu as bênçãos nupciais, servatis servandis de jure, sendo testemunhas Carlos Antonio de Araújo, e Braz Marcolino

de Andrade e Mello. Para constar fiz este assento e assino. O Vigário Joaquim Manoel de Oliveira Costa.

No casamento acima, esse 3º grau era porque Manoel era primo legítimo de Josefa, mãe de Anna Rosa. Lembramos, ainda, que Manoel era irmão da segunda esposa de Balthazar, Maria Petronilla.

BALTHAZAR DE MOURA E SILVA, DE MACAU PARA ARACATI



Luciano Pinheiro Klein Filho que solicitou informações sobre seu trisavô Balthazar de Moura e Silva, como escrito no artigo anterior, enviou mais notícias. Ele é historiador e professor do Colégio Militar de Fortaleza. Ele e Janote Pires Marques são autores do livro “O Casarão do Outeiro” que é uma memória do Colégio Militar de Fortaleza, desde sua criação como Escola Militar do Ceará (1889-1897). Foi nessa Escola que estudou o nosso capitão José da Penha a partir de 1890. Nesse livro, que ele me enviou, há uma ilustração da Revista Evolução, onde um dos redatores é o próprio José da Penha.

Atualmente, Luciano faz um trabalho de pesquisa sobre o médico cearense Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, que segundo ele esteve em Martins entre 1842 e 1846.

O laço de Luciano com Balthazar se dá da seguinte forma: Seu pai, que tem o mesmo nome que ele, era filho de Luisa Pinheiro Klein (Luisa de Moura Pinheiro, nome de solteira), natural de Aracati. Luisa casou-se na década de 1920 com Henry Klein, natural de Estrasburgo (Alemanha-França), primo do célebre pianista Jacques Klein. Os pais de Luisa eram Antonio Francisco Pinheiro, coronel da

Guarda Nacional, e Rosa Viterbo de Moura Pinheiro. Rosa era filha de Balthazar de Moura e Silva e Maria Petronilla Fernandes, cujo casamento transcrevi no artigo anterior. Dona Rosa faleceu em 1944. Segundo Luciano, informações obtidas recentemente, Balthazar faleceu no ano de 1892 e foi sepultado no Cemitério São João Batista em Fortaleza. A partir daí ele vai tentar descobrir maiores informações sobre seu trisavô.

A partir dessas trocas de informações, descobri que um professor da UFCE, Marcelo Pinheiro Klein, que vinha semanalmente ministrar aula aqui na UFRN para alunos do curso de Matemática, meu professor, é irmão do pai de Luciano.

Vamos acrescentar aqui mais informações sobre Balthazar, começando com o casamento de um filho dele.

Aos vinte e cinco de agosto de 1871, de minha licença, na Matriz de Macau, assistiu o Padre Elias Barbalho Biserra, receberem-se em matrimônio, os meus paroquianos, José Joaquim de Moura, filho de Balthazar de Moura (e Silva) e sua finada mulher D. Josefa Martins de Souza, e Antonia Leopoldina de Souza, filha legítima de Pedro Virgolino de Souza e Maria Rodrigues Ferreira, dispensados do 3º grau simples de sanguinidade, que os ligavam, depois de exame de Doutrina Cristã, e confessados; e lhes deu as bênçãos Nupciais, servatis servandis de jure; sendo testemunhas Manoel Alves Fernandes e Bras Marcolino de Andrade e Mello; e para constar fiz este assento e assino. O Vigário Manoel de Oliveira Costa.

Maria Rodrigues Ferreira era uma das filhas de Manoel Rodrigues Ferreira e Izabel Martins Ferreira, casal que migrou da Ilha de Manoel Gonçalves para Macau. Maria era, portanto, irmã de Felis Rodrigues Ferreira, lá de Pendências, e Joaquim Rodrigues Ferreira, lá do Alto dos Rodrigues.

Por conta das mudanças das Freguesias no século XIX, alguns registros da povoação de Macau aparecem nas Freguesias do Assú,

Santana do Matos e Angicos. Em alguns casos alguns desses registros estão perdidos. Por isso, não encontramos todos os descendentes de um casal. Mas como a Genealogia é feita de pedaços, vamos incluir aqui aqueles que já encontramos.

Anna, filha legítima de Balthazar de Moura e Silva e de sua mulher Josefa Martins de Sousa, nasceu aos vinte e um de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e quatro, e foi batizada solenemente, em casa particular, no povoado de Macau, aos oito de março do dito ano pelo Reverendo David Martins Gomes, sendo padrinhos Antonio Joaquim de Sousa e Thomásia Martins Ferreira; e para constar fiz este assento por mim assinado. Felis Alves de Sousa, Vigário de Angicos.

No registro acima, os padrinhos são os avós maternos de Anna. Anna deve ser Anna Rosa que casou com o primo Manoel Alves Fernandes em 1871, conforme registro no artigo anterior. Outro detalhe é que o Padre Felis já estava em Angicos no ano de 1844, ao contrário da afirmação que diz que ele chegou em 1845.

Em 13 de abril de 1845 nasceu José, filho de Balthazar e sua primeira esposa Josefa. A seguir um filho de Balthazar com a segunda esposa.

Alfredo, filho legítimo de Balthazar de Moura e Silva e de sua mulher Maria Fernandes de Moura, nasceu aos vinte e um de março de mil oitocentos e cinquenta e nove, e foi batizado, aos vinte e três de junho do mesmo ano, por mim, nesta Matriz, com os Sagrados Óleos; foram padrinhos João Alves Fernandes com procuração de Antonio Moura e Silva, viúvo. E para constar fiz este assento em que me assino. O Vigário Manoel Jerônimo Cabral.

Na lista dos migradores da Ilha de Manoel Gonçalves para Macau consta o nome de um Antonio de Moura e Silva. Tenho encontrado poucos registros sobre ele. Talvez tenha sido o dito Antonio que influenciou Balthazar para vir para Macau. Não foi possível detectar o vínculo entre os dois.

Outro filho de Balthazar e Maria era Ildefonso que nasceu em 7/11/1860. Um neto de Balthazar, filho de José Joaquim de Moura e Antonia Leopoldina, também recebeu o nome de Ildefonso. Ele nasceu em 1879.

Nesta semana, dia 13, às 19 horas, no SESC, tem o lançamento do livro de Jandir Candéas sobre Guimarães.

A MORTE TRÁGICA DE JOSÉ ALVES MARTINS



A tragédia não escolhe lugar, tempo ou família. Aqui, neste jornal, em outro artigo, escrevemos sobre a lenda de Damasiinha, contada por Aluizio Alves, no livro *Angicos*. Na ascensão do Ministro Aluizio vamos encontrar outra tragédia. José Alves Martins, meu tio bisavô, e bisavô dele, nasceu em dois de julho de mil oitocentos e trinta e um, na povoação de Macau, tendo sido batizado em Guimarães, em dezesseis de agosto do mesmo ano. Em vinte e sete de novembro de mil oitocentos e cinquenta e dois casou com Francisca Martins de Oliveira, no Sítio Currealinho, tendo como testemunhas, João Martins Ferreira (irmão do noivo) e Antonio Fragoso de Medeiros.

Em 10/1/1879, quando Absalão Fernandes da Silva Bacilon casou com Josefina Emília Alves Martins, o registro dava conta que os pais dos nubentes eram todos falecidos. Não estranhei os falecimentos dos pais de Absalão, pois eles, Antonio Fernandes da Silva e Sabina Maria da Silva (falecida em 1873), tinham contraído matrimônio no ano de 1829. Entretanto, fiquei surpreso com os falecimentos dos pais de Josefina Emília, José Alves Martins e Francisco

Martins de Oliveira, pois, o casamento deles, como dito acima, ocorreu somente em 1852. Os nubentes, Absalão e Josefina, tinham respectivamente 41 e 26 anos. José Alves teria somente 48 anos.

Depois, em outro registro, encontrei que quando João Alves Martins casou em 1876, os pais, José Alves e Francisca Martins, já eram falecidos. Não tinha encontrado os óbitos dos mesmos e não entendia a razão dos falecimentos dos dois. Mas, lendo “Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, datado do ano de 1872, quando Dr. Henrique Pereira Lucena era o Presidente, encontrei, nos relatos relativos à Segurança Pública, o que se segue: Os assassinatos, que se tornaram mais notáveis pelas circunstâncias de que se revestiram, foram: 1º. O de José Alves Martins, negociante na povoação do Rosário do distrito de Oficinas, sendo autor deste bárbaro atentado, praticado na noite de 18 de setembro do ano passado (1871) com horrorosas facadas, João Rodrigues Ferreira, sócio comercial daquele infeliz.

Os Martins Ferreira e os Rodrigues Ferreira frequentavam muitos lugares em comum, como Currálinho, Cacimbas do Vianna, Macau e Rosário. Encontramos, através dos livros da Igreja, José Alves Martins em várias localidades e com frequência em Rosário, tendo inclusive batizado Josefina Emília e Delfino Alves Martins, seus filhos, na capela de lá.

De imediato, imaginei que esse João Rodrigues Ferreira era filho de Manoel Rodrigues Ferreira e Izabel Martins Ferreira (habitantes, por um tempo, da Ilha de Manoel Gonçalves). Mas, como não tive acesso ao processo, ficou a dúvida. Segundo meu pai, os Rodrigues do Baixo Assú e de Macau eram do Clã do velho José Martins Ferreira (na verdade do pai dele, o capitão João Martins Ferreira). Acredito que isso deveria se dar através da esposa de Manoel Rodrigues Ferreira, Dona Izabel Martins Ferreira. Portanto, João Rodrigues Ferreira, filho de Manoel Rodrigues Ferreira e Izabel

Martins Ferreira e José Alves Martins, filho do major José Martins Ferreira e Delfina Maria dos Prazeres, além de sócios, eram parentes, talvez primos legítimos.

Posteriormente, descobri uma correspondência do escritor Manoel Rodrigues de Melo (ex-presidente da Academia Norte-riograndense de Letras) que trazia uma luz sobre minha dúvida quanto a um dos personagens da tragédia de Rosário. Ele estava escrevendo sobre a família Rodrigues Ferreira e, para tanto, estava colhendo informações. Em uma das cartas datada de 7/11/1963, que escreveu para Ricardo Rodrigues Ferreira, morador no Recife, filho de Joaquim Rodrigues Ferreira e neto de Manoel Rodrigues Ferreira, pediu: Quero ainda notas sobre o seu tio paterno, João Rodrigues Ferreira, meu avô, que foi para o Recife depois do desastre do Rosário. Em que lugar ele morou em Pernambuco, de que vivia, quando morreu, em que ano vieram os filhos para Macau?

João Rodrigues Ferreira era um pouco mais moço que José Alves Martins, pois nasceu em três de janeiro de 1836. Foi batizado na Fazenda Boa Vista, em dois de junho do mesmo ano, tendo como padrinhos os irmãos Manoel Rodrigues Ferreira Junior e Maria Martins (Rodrigues Ferreira). Encontrei somente um registro, até agora, relativo a uma filha de João Rodrigues Ferreira.

Carmosina, branca, filha legítima de João Rodrigues Ferreira, e Clieria (nome que consegui ler) da Silveira Borges, nasceu a vinte e seis de março de mil oitocentos e sessenta e oito, e foi batizado na Fazenda Conceição, desta Freguesia, pelo padre João Candido de Sousa e Silva, a onze de julho do mesmo ano; foram padrinhos Francisco Horácio da Silveira Borges e sua mulher Honorina Veloza da Silveira Borges. Do que para constar mandei fazer este assento que assino. O Vigário João Theotonio de Sousa e Silva.

Não sei ainda se Francisca Martins de Oliveira faleceu antes ou depois da morte do marido. Ainda não encontrei o óbito

deles. Talvez o processo do crime ou um inventário traga maiores informações.

COMENTÁRIOS

A esposa de João Rodrigues Ferreira era Glicéria. Encontrei o inventário de José Alves Martins. Mais adiante tem um artigo tratando dele.

ESCRAVOS, PRETOS E ÍNDIOS



Antes de tudo uma sugestão: os dirigentes de instituições de ensino de qualquer nível, os licenciadores ambientais, os vereadores e prefeitos municipais, deputados estaduais e federais, senadores e governadora do Rio Grande do Norte deveriam ler o livro de Wagner Barros Spencer, *Ecos do Silêncio*. Fariam um grande bem ao nosso Estado com relação à preservação do patrimônio cultural do Rio Grande do Norte.

Os registros da Igreja, os assentamentos de praça, os inventários ou testamentos, nos dão notícias dos ascendentes do povo do Rio Grande do Norte. Somos filhos naturais ou legítimos, de negros, índios, brancos, portugueses, outros estrangeiros e até de padres. Dando continuidade aos nossos registros genealógicos, vamos trazer para cá alguns registros sobre os índios, pretos e escravos que viviam por aqui. Inicialmente, alguns assentamentos de praça.

Christovão Soares, índio forro, assistente na Aldeia das Gorayras, desta Capitania do Rio Grande, é soldado desta Companhia desde novembro de 1698, e vence mil oitocentos e sessenta e seis réis, de soldo por mês, na forma do Conselho da Fazenda, lançado no

livro 2º à folha 79, verso, e não receberam mais coisa alguma. Manoel Gonçalves Branco.

O capitão Gaspar da Silva, índio forro, assistente na Aldeia Guayuru, termo desta Capitania do Rio Grande, senta praça de soldado nesta Companhia desde 26 de novembro de 1698 anos, e vence mil oitocentos e sessenta e seis réis de soldo por mês, na forma do assento do Conselho da Fazenda, lançado no livro 2º à folha 79, verso, e não vencerá mais coisa alguma. Manuel Gonçalves Branco.

O capitão Manuel Coelho, tapuyo forro, de Nação Cariri, jurisdição da Paraíba, senta praça de soldado nesta Companhia desde 22 de outubro de 1699 anos, e vence mil oitocentos e sessenta e seis réis de soldo por mês na forma do assento do Conselho da Fazenda, lançado no livro 2º à folha 79, verso, e não vencerá mais coisa alguma. Manuel Gonçalves Branco.

Vejamos agora alguns registros da Igreja. Inicialmente, dois casamentos na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí. Não sei se restou alguma ruína dessa Capela, ou onde ela ficava.

Aos vinte e dois de janeiro do ano de mil setecentos e setenta e cinco, pela manhã, corridos os banhos juxta tridentinum, sem se descobrir até a hora do seu recebimento, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahy, de licença minha, em presença do Padre Manoel de Aragam Cabral, e das testemunhas que com ele assinaram, o capitão Antonio de Góis, e Francisco da Costa, se casaram os nubentes Pedro da Costa, índio, filho legítimo de Thomé Dias, e Joanna da Costa, com Joanna Baptista, filho de Ancelmo da Guerra e Archangela dos Santos, índios todos, e naturais da Vila de Extremoz, e logo receberam as bênçãos na forma do Ritual Romano; do que mandei lançar este assento em que me assino. Pantaleão da Costa de Araújo. Vigário do Rio Grande.

No primeiro de fevereiro do ano de mil setecentos e setenta e cinco, pela manhã, corridos os banhos juxta tridentinum, sem se

descobrir impedimento até a hora de seu recebimento, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahy, de licença minha, em presença do Padre Manoel Aragam Cabral, e das testemunhas Manoel Fernandes e Manoel Teixeira, se casaram com palavras de presente, os nubentes Eugenio Gomes da Camera, filho natural de Antonio Gomes da Camera, e de Luiza, escrava do coronel Gonçalo Freire, com Ignez Rodrigues da Silveira, filha natural de Matheus Rodrigues da Silveira, e de Maria Madalena, esta escrava de Domingos João Campos, e logo receberam as santas bênçãos, conforme o Ritual Romano; do que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário do Rio Grande.

Para não perder a oportunidade, informo que consta na Nobiliarquia Pernambucana de Borges da Fonseca, o seguinte registro: O capitão João Pitta Porto Carrero de Mello e Albuquerque casou com Dona Maria do O' da Costa e Araújo, filha legitimada de Pantaleão da Costa e Araújo, Cavaleiro da Ordem de Cristo e vigário confirmado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, da Cidade do Natal, do Rio Grande do Norte, havida de D. Ignácia Felícia de Macedo, o qual vigário foi filho de Pantaleão da Costa e Araújo, Cavaleiro da Ordem de Cristo, senhor do engenho do Rosário da Freguesia de Santo Antonio de Tracunhaém, da qual foi capitão-mor, e de sua mulher Ignez Pessoa, filha do capitão André de Barros Rego, e de sua mulher D. Maria Pessoa.

Nos documentos que encontrei o nome completo, do vigário e de seu pai, era Pantaleão da Costa de Araújo.

Gonçalo, filho legítimo de João José e de sua mulher Maria do Carmo, naturais da Freguesia de Extremoz, de nação índia, neto por parte paterna de avós incógnitos, pela materna de Marçal Lopes, já defunto, e de Suzana Caetana, todos índios da Vila de Extremoz, nasceu a vinte e nove de julho de mil setecentos e oitenta, batizado nesta Matriz, por mim, com os Santos Óleos. Foram padrinhos Ignácio de

Sousa, escravo de Francisca de Sousa Catunda, e Anna dos Prazeres, escrava da viúva do peixe boi (não sei o que significa, mas era o que estava escrito), e por verdade, ausente o Reverendo Vigário, me assinei. Padre Joaquim José Pereira.

Na matriz de São Batista do Açú, no ano de 1835, ocorreu o casamento de um índio de nome Christovão da Rocha Pita.

O CAPITÃO ALEXANDRE LOPES VIÉGAS



Quem tenta escrever alguma coisa sobre os Lopes Viégas corre sério risco de cometer enganos, principalmente por conta das repetições, inversões e trocas de nomes nos livros de registros da Igreja. Há diversos equívocos nos relatos sobre a família Lopes Viégas. No livro *Angicos*, Aluizio Alves relaciona Alexandre Lopes Viégas, que foi casado com Francisca Clara Bezerra, e depois com Constancia Maria do Nascimento, como filho do fundador de Angicos. Na verdade, o Alexandre Lopes Viégas, que casou com Constancia Maria do Nascimento, era filho de Antonio Lopes Viégas e Francisco Pereira da Conceição. O que casou com Francisca Clara da Rocha Bezerra (às vezes escrito Clara Francisca Bezerra) foi Alexandre Lopes Viégas Junior, filho do capitão Alexandre Lopes Viégas e Maria Francisca da Conceição. Este último, sim, era o Alexandre, filho do fundador. Os outros dois eram netos. Foi o neto, casado com Constancia, que fez a doação de uma sorte de terra para o Glorioso São José de Angicos, além dos outros filhos Antonio Lopes Viégas e Damásia Lopes Viégas.

No ano de 1844, em um documento de inventário de Maria Francisca da Conceição encaminhado ao Juiz Municipal, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, estava escrito:

Diz o capitão Alexandre Lopes Viégas, e mais herdeiros, filhos, e genros, que tendo falecido sua mulher, mãe, e sogra Maria Francisca da Conceição, e por não deixarem filhos órfãos, fizeram os suplicantes entre si seu inventário amigável, que juntaram por documento, e porque querem que o inventário assim feito tenha força de lei como se fosse judicialmente feito, requerem por isso a V. S^a sirva-se de mandar que autuada esta, suba a conclusão para ser por V. S^a julgado por sentença, o citado inventário amigável, uma vez que os suplicantes estão satisfeitos com a partilha assim feita. Autuado, suba a conclusão. Princesa, 1^o de julho de 1844. Gonzaga. Seguem as assinaturas de Alexandre Lopes Viégas, Antonio Gualberto Lopes Viégas, Pedro Alexandre Lopes Viégas, Manoel Francisco Lopes Viégas, Guilherme Lopes Viégas, José Francisco Vieira, Luiz Francisco Lopes Viégas, Alexandre Lopes Viégas Junior, Felis Policarpo Lopes Viégas e João Avelino Lopes Viégas.

A partir do inventário podemos afinar nossas informações sobre os Lopes Viégas. Identifiquemos agora filhos e genros na relação acima. Eram nove filhos, seis homens e três mulheres.

Alexandre Lopes Viégas Junior foi casado com Francisca Clara da Rocha Bezerra; Felis Policarpo Lopes Viégas casou com a sobrinha Maria Rosa Lopes, filha de seu irmão Alexandre e de Francisca Clara da Rocha Bezerra, em 26/6/1839; João Avelino Lopes Viégas casou, também, com a sobrinha, Anna Francisca Bezerra, filha de seu irmão Alexandre e de Francisca Clara, em 26/6/1839; Manoel Francisco Lopes Viégas era casado com Joanna Francisca Lopes.

Antonio Gualberto, por um registro de um filho, era casado com Maria Izabel. Mas quando encontro o casamento de João Gualberto Lopes Viégas, vejo que ele também era filho de Alexandre

e Maria Francisca, e sua esposa era Maria Izabel. Por isso, suspeito que João Gualberto e Antonio Gualberto eram as mesmas pessoas. Maria Izabel era filha de Guilherme Lopes Viégas e Izabel Maria. Assim Antonio Gualberto casou com a prima legítima.

Quanto a Pedro Alexandre Lopes Viégas não encontrei, até agora, maiores informações sobre ele; Vejamos agora quem eram as filhas do capitão Alexandre Lopes Viégas e Maria Francisca da Conceição.

Francisca Ezequiel Lopes Viégas casou, em 8/1/1842, com seu sobrinho Luiz Francisco Lopes Viégas, filho de Alexandre Lopes Viégas Junior e de Francisca Clara da Rocha Bezerra; Maria do O' casou, em 23/11/1834, com seu primo Guilherme Lopes Viégas Junior, filho de Guilherme Lopes Viégas e Izabel Maria; e Anna Maria Lopes Viégas casou com José Francisco Vieira Ximbinha.

Delfina, uma filha do capitão Alexandre e de Maria Francisca, faleceu em 26 de fevereiro de 1822 com a idade de 14 anos.

Em um assentamento de praça de 19 de outubro de 1794, há uma informação que o Porta Estandarte Alexandre Lopes Viégas passou a alferes da Companhia.

Alexandre Lopes Viégas Junior parece ser o filho mais velho do capitão, pois, em três de agosto de 1825, faleceu uma filha dele com Francisca Clara, nascida no mesmo ano.

Em 31 de outubro de 1882, Francisco Laurênio Lopes Viégas, filho de Alexandre e Francisca Clara casou com Maria Jacintha Bezerra Souto, filha de Francisco Antonio Ferreira Souto e Anna Simplício de Nazareth.

CARTAS DA ILHA DE MANOEL GONÇALVES



O trabalho genealógico se enriquece, a cada dia, com as contribuições de diversas pessoas com informações, documentos e fotografias. Recentemente, o autor do Índice Onomástico das Sesmarias do Rio Grande do Norte, Marcos Pinto, mandou informações sobre o inventário de Donna Anna Josepha Joaquina de Albuquerque, falecida em 18 de janeiro de 1830, viúva do capitão Manoel Ignácio de Carvalho, procedido pelo Juiz de Órfãos Trienal da Vila de Portalegre, José Dantas Barcellar. Entre os documentos estavam duas cartas do capitão Silvério Martins de Oliveira, expedidas da Ilha de Manoel Gonçalves. Na verdade, são procurações que ele passou.

Os herdeiros de Dona Anna, nesse inventário, foram Joaquim Ignácio de Carvalho e Albuquerque, os filhos do defunto Jacinto Ignácio de Carvalho e Joanna Nepomucena, esposa do capitão Silvério Martins de Oliveira. Vejamos a primeira carta. Nela, escrevemos os nomes por extenso, eliminando as abreviaturas. Algumas palavras são incompreensíveis, e por isso posso ter cometido alguns equívocos.

Silvério Martins de Oliveira, capitão de Ordenanças da Vila de Portalegre por sua Majestade Fidelíssima que Deus Guarde.

Por esta por mim feita e assignada constetuo por meos bastantes procuradores, aos Senhores Francisco Nunes Ferreira, Ignacio Bento de Bessa, e Francisco das Chagas de Araújo para que em meu nome como se eu próprio fosse e presente estivesse possão, em qualquer parte que se acharem neste Império, cobrar e arecadar todas as minhas dividas, principalmente, as que constar dos meos zois, e

livro, e obrigações, que lhe dou arcaçarão, e virão as suas mãos quer as ditas dívidas que me devem, como consta dos ditos assentos assim nomeados, e as mais que souberem, de gados, vacum e cavalari, para o que sendo preciso os farão citar por ação competente que as porporão em Juizo alegando todo o meu direito e justiça assignando todo o meu direito digo asinando libellos e execuções requerimentos fazendo penhoras, e secretos, arematações, lançando em bens para meu pagamento que os levantarão dos cofres, e depósitos públicos e particulares, dando quitações do que receberem porpondo suspeções, e contraditando testemunhas e desistindo sendo necessário que para tudo lhe concedo os meus poderes e o direito me permite, e esta poderá substabelecer nos procuradores que quiserem ficandolhe sempre os mesmos poderes. Passada nesta Ilha de Manoel Gonçalves aos 8 de outubro de 1826. Silvério Martins de Oliveira.

Outra procuração foi passada da Ilha de Manoel Gonçalves e é mais relacionada ao inventário.

Senhor Francisco Nunes Ferreira. Ilha de Manoel Gonçalves, 22 de fevereiro de 1830.

Tendo sido participado por parte do Juizo de Orfaos da Villa de Portalegre, para comparecer naquele Juízo para efeito de porceder o inventario da defunta minha sogra, e como o não posso fazer por mim detrimino a vossa mercê como meu procurador bastante por mim comparessa como que se fora eu, e por tudo o que fizer de acordo com Ilustríssimo Senhor Secretario Liandro Francisco Cavalcante de Albuquerque dou por bem feito. Adivirtolhe que eu nada devo ao casal, nem da defunta, nem do defunto por que antes da defunta sahir desta Ilha em setembro de 1828 ajustei todas as minhas contas que com ella tinha, e com o defunto por ella ser sua testamenteira, e como assim sair pode por mim jurar. Outro sim vossa mercê ajustará humas contas que tenho com o Alexandre Gomes de Freitas em amigável composição ou Judicialmente para o

que a todos os pais (talvez seja papéis) que tenho pertencentes a elle, e huma obrigação que por elle paguei ao Senhor capitão João Martins Ferreira, adivirtolhe mais que eu penso que a defunta minha sogra inda não havia findo o testamento do defunto e sendo queirão que eu pegue nele como segundo testamenteiro, requeira em meu nome como o não fazer, ao que a lei deve provimento e no entanto que Deus Guarde a vossa mercê como lhe (incompreensível) que he. De vossa mercê amigo e S. Silvério Martins de Oliveira.

O capitão Silvério e sua esposa Joanna Nepomucena, em 21 de maio de 1830, foram padrinhos de Manoel José Martins, filho de José Martins Ferreira e Delfina Maria dos Prazeres, neto do capitão João Martins e de Dona Josefa Clara Lessa, meus tetravós.

O Juiz ainda mandou fazer seqüestro dos bens de D Anna, em Serra do Martins e notificar Elisiario Antonio Cordeiro “para dar ditos bens a seqüestro e vir a este júizo declarar o que souber haja saído do mesmo monte visto haverem órfãos e herdeiros ausentes”.

Esse Elisiário Antonio Cordeiro, como visto em outro artigo, era um português que vivia na Ilha de Manoel Gonçalves, e está na relação dos fundadores de Macau. A esposa dele, Antonia Silvéria de Oliveira, suspeito que fosse filha do capitão Silvéria e Dona Joanna, e, portanto, neta da defunta. Ele compareceu no dia 27 de janeiro de 1830, na Vila de Portalegre, em casa do Juiz capitão José Dantas Barcellar e declarou todos os bens que se achavam na casa da defunta D. Anna Josepha.

Outro detalhe é que na lista dos devedores do monte do casal está outro morador da Ilha, Francisco José da Costa Coentro.

Um dia, a Ilha de Manoel Gonçalves merecerá maior visibilidade por parte das autoridades deste país. Por que nenhum jornal, revista ou emissora de televisão faz uma reportagem sobre a nossa Atlântida?

Se alguém desejar cópias das cartas, favor escrever para o e-mail jfhipotenusa@gmail.com

COMENTÁRIOS

As cartas foram transcritas sem correção. Outra informação é que conseguimos que a TVU fizesse uma matéria sobre a Ilha de Manoel Gonçalves, lá em Macau.

PROF. JOSÉ MELQUIADES, PADRE ZÉ VEINHO E EU



Um dia, pesquisando na Cúria, me veio a ideia de ir atrás do meu batismo. Assim, pedi ajuda ao Diácono Leilson para localizá-lo. Com a ajuda dele, encontrei o dito batismo lá na Igreja de Bom Jesus das Dores, na Ribeira. De imediato tirei uma foto do mesmo, como fazia com os meus defuntinhos, como chama Dona Maria das Graças. E lá estava escrito, como segue:

Aos doze de maio de 1946, na Matriz, o Pe. José Biesinger batizou solenemente a João, nascido a três de fevereiro de mil novecentos e quarenta e seis, filho legítimo de Miguel Trindade Filho e Dalvanira Avelino Trindade, sendo Padrinhos Francisco Pinto e Áurea Pinto. Pe. José Winterhalter, vigário.

Meus pais moravam na Ribeira e eu nasci lá, na casa de número 90, na Rua Ferreira Chaves. Há pouco tempo fui revê-la.

Estranhei tantos nomes estrangeiros, mas fiquei por aí. Meus padrinhos Francisco de Mello Pinto (Chiquito Pinto) e Áurea Trindade Pinto eram primos legítimos, sendo que Áurea era irmã de

meu pai. Eles eram os pais de João Batista de Mello Pinto, morador no Recife, que me ajudou tanto nas minhas pesquisas genealógicas.

Ocorre, que agora, no veraneio, li o livro do meu antigo professor de Inglês, José Melquíades, História de Santos Reis, a Capela e o Bairro. Foi lá nesse livro que encontrei informações sobre os dois padres acima e mais o padre Frederico Pastors, todos alemães.

Padre Winterhalter, alemão nascido em Gruninger, em 1890, chegou ao Brasil em 1936. Morreu em Natal aos 80 anos. Viveu 30 anos no Brasil, 24 dos quais na paróquia da Ribeira.

Padre Biesinger, conhecido como Padre Zé Veinho, era de uma simplicidade edificante; paciente e tranquilo: a humildade em pessoa. Um santo homem. Identificava-se com os humildes, expressava-se fluentemente num português claro e simples, na leveza do sotaque nordestino, sem a xenofonia dos seus irmãos de pátria. Esses padres curavam a Igreja de Bom Jesus das Dores, na Ribeira, a Igreja da Sagrada Família, nas Rocas, e a Capela de Santos Reis. Viviam humildemente em vida reclusa e de uma pobreza extrema. Moravam na casa paroquial na “subida da ladeira de Bom Jesus”, Rua Gustavo Cordeiro de Farias. Ali se recolhiam em orações. Padre Biesinger morreu aos 90 anos. Tinha a alma de uma criança, na pureza de suas intenções e na inocência de seu comportamento.

Segundo, ainda, Prof. Melquíades, Padre Frederico tinha quase dois metros de altura. Além das suas virtudes sacerdotais, foi sempre a preocupação dos sapateiros, uma dor-de-cabeça que descia aos pés: calçava 44. Os três, em sua pátria de origem, serviram na Grande Guerra de 14 a 18. Ordenados padres, exerceram dignamente o seu ministério a partir do momento em que receberam as ordens sacras e o bispo lhes impôs na alma, o caráter sacerdotal pela repetição das palavras ritualísticas; sacerdos eris in aeternum.

Continua Prof. Melquíades: Estou certo de que cumpriram corretamente a missão que Deus lhes reservou, aqui na terra. Mas

foi muito triste o fim da vida desses sacerdotes que fizeram de nossa cidade sua segunda pátria. Laura Leite de Oliveira, zeladora da casa paroquial onde eles moraram e que os acompanhou durante muitos anos, em depoimento escrito do próprio punho afirma: passaram eles, isolamento, desprezo e abandono por parte do clero local, além da penúria e a pobreza de Jó.

O livro do Professor José Melquíades, ex-seminarista, é muito rico de informações históricas da cidade do Natal, como da Igreja Católica. Vale a pena conhecê-lo.

A Igreja do Senhor Bom Jesus das Dores é bem antiga. Vejamos dois batismos feitos lá.

Joanna nasceu a dezesseis de maio de mil setecentos e setenta e um anos, e foi batizada aos vinte e oito de junho do dito ano, pelo Reverendo Padre João Tavares da Fonseca, de licença minha, na Capela do Senhor Bom Jesus, sita na Ribeira desta cidade, filha do capitão João de Barros Coelho, natural de Santo Antonio do Recife, e Luiza Maria do Espírito Santo, natural desta cidade do Rio Grande; neta por parte paterna do capitão José Coelho Barros, e de Maria Alves de Lima, naturais do Recife, e pela materna de Antonia Maria do Sacramento, mulher solteira, natural e moradora nesta Freguesia. Foram padrinhos o capitão José Baptista Freire, e Antonia Maria do Sacramento, moradores nesta cidade, do que fiz este assento para constar, e teve os santos óleos. Francisco de Sousa Nunes, Vice Vigário do Rio Grande.

Ignez, filha de Luiza, crioula, escrava do capitão Joam Duarte de Sá, morador nesta cidade, de pai incógnito, nasceu aos vinte e cinco de janeiro de mil setecentos e oitenta e dois, e foi batizada aos oito de fevereiro do dito ano na Igreja do Senhor Bom Jesus das Dores, desta Ribeira, por mim, digo pelo Reverendo Padre Joam Tavares da Fonseca, de licença minha, com os santos óleos, foram padrinhos Estevam da Cunha, morador na dita Ribeira, e sua mulher

Maria Manoela, e não se continha mais no dito assento, que para constar, aqui o mandei lançar e me assino. Francisco de Sousa Nunes, Vice Vigário do Rio Grande.

Foi nesta Capela que foram enterrados o capitão Silvério Martins de Oliveira e sua mulher Dona Joanna Nepomuceno de Oliveira, respectivamente, nos anos de 1849 e 1850. No artigo anterior, Cartas da Ilha de Manoel Gonçalves, eles foram citados.

GENTE DA FREGUESIA DE SANTA RITA DA CACHOEIRA



Hoje iniciamos um passeio pelo Trairi. Vamos encontrar outros lugares como Bananeiras, Brejo de Areia, Guarabira, Araruna, Cuité; outros sítios e fazendas; mais famílias, como Gomes de Mello, Ferreira de Macedo, Arruda Câmara, Fernandes Pimenta e outras mais. Começamos com o livro de casamento. Está escrito no dito livro de abertura de casamentos: Servirá este livro para nele se lançar os assentos de casamentos da Freguesia de Santa Rita da Cachoeira: vai todo numerado e rubricado com a rubrica, Justino, de que uso; e no termo de encerramento, na última página, se vê o número de suas folhas. Do que para constar faço este termo de Abertura, que assino. Villa de Jardim, em visita, 20 de novembro de 1859. Francisco Justino Pereira de Brito. Vejamos o primeiro registro de casamento que consta no livro.

Aos cinco de maio de mil oitocentos e cinquenta e nove pelas onze horas da manhã, havidas as Cerimônias Canônicas, e examinados em Doutrina Cristã e Confissão Sacramental, Juxta Sac. Conc. Trid., uni em matrimônio, e dei as Bênçãos Nupciais aos contraentes

Olympio Balduino de Freitas, e Anna Adelina de Faria, aquele natural, e morador na freguesia de Araruna, e esta nesta Freguesia, ele filho legítimo de Antonio de Freitas Chaves e Francisca Romana do Espírito Santo, ela filha legítima de João de Faria Costa, e Maria Alexandrina da Conceição, em presença das testemunhas Manoel Januário de Faria, e Antonio (ilegível) de Freitas, moradores na Freguesia de Araruna, do que para constar fiz este termo, que assino. Antonio Dias da Cunha, vigário Encomendado da Freguesia.

Segue outro casamento de filho de João de Faria Costa e Maria Alexandrina.

Aos vinte e dois de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove, pelas cinco horas da tarde, no lugar denominado, São Bento desta Freguesia, havidas as Cerimônias Canônicas, e exame de Doutrina Cristã, e confissão Juxta Sac. Conc. Trid., não constando impedimento, uni em matrimônio, e dei as bênçãos nupciais aos contraentes João Clementino de Faria, e Cordulina Ursulina da Rocha, aquele natural e morador nesta Freguesia, esta natural da Freguesia de Bananeiras, e moradora nesta, ele filho de João de Faria da Costa, e Maria Alexandrina de Jesus, ela filha legítima de José Pereira da Rocha e Anna Joaquina de Mello, em presença das testemunhas Manoel Thomaz de Faria, e Bernardino Gomes de Faria, aquele morador na Freguesia de Araruna, este nesta Freguesia, do que para constar fiz este assento em que assino. Antonio Dias da Cunha, Vigário Encomendado da Freguesia.

Agora, o casamento de um membro da família Fernandes Pimenta e na sequência, das famílias Gomes de Mello e Arruda Câmara.

Aos vinte e três de maio de mil oitocentos e cinquenta e nove, pelas oito horas da manhã, no lugar denominado (ilegível), desta Freguesia, havidas as Cerimônias Canônicas, e exame de Doutrina Cristã, e Confissão Sacramental, Juxta Sac. Conc. Tridentinum, e não

constar impedimento, uni em matrimônio e dei as bênçãos nupciais aos contraentes José Felis da Silva, e Cândida Maria da Conceição, naturais e moradores, ele filho legítimo de Joaquim Felis de Lima, e Antonia Maria da Conceição, e ela filha de José Fernandes Pimenta, já falecido, e Rita Maria da Conceição, em presença das testemunhas Honofre Barbosa de Lima, e Pedro Barbosa de Lima, moradores nesta Freguesia, do que para constar fiz este termo em que assino. Antonio Dias da Cunha, Vigário Encomendado da Freguesia.

Aos dezessete de outubro do ano de mil oitocentos e cinquenta e nove, pelas onze horas da manhã, no lugar denominado Caiçara de Baixo, desta Freguesia, havidas as Cerimônias Canônicas, e exame de Doutrina Cristã, e confissão sacramental, Juxta Sac. Conc. Trid., não constando impedimento, uni em matrimônio e dei as bênçãos nupciais aos contraentes Manoel Gomes de Oliveira, e Maria Perpétua de Mello, ele natural e morador na Freguesia de Guarabira, e ela natural e moradora nesta Freguesia, aquele filho de João José dos Reis e Maria José Soledade, e esta filha de João d'Arruda Câmara, e Emerenciana Gomes de Mello, em presença das testemunhas Onofre Barbosa de Lima e Francisco de Salles Bezerra, moradores nesta Freguesia, do que para constar, fiz este termo em que assino. Antonio Dias da Cunha, Vigário Encomendado da Freguesia.

Vejamos dois casamentos no mesmo dia, da família Ferreira de Macedo. Vicente e Antonio eram irmãos do Barão de Araruna, Estevão José da Rocha.

Aos vinte e quatro de novembro do ano de mil oitocentos e cinquenta e nove, pelas onze horas da manhã, no lugar denominado de Santo Antonio, desta Freguesia, havidas as Cerimônias Canônicas, e exame de Doutrina Cristã, e Confissão Sacramental, Juxta Sac. Conc. Trid., não constando impedimento, uni em matrimônio, e dei as bênçãos nupciais, a Manoel Zacharias de Macedo, e Josefa Felismina de Macedo, aquele natural e morador na Freguesia

de Cuité, e esta natural e moradora nesta Freguesia, ele filho legítimo de Vicente Ferreira de Macedo, e Theodora Maria de Jesus, e ela filha legítima de João de Faria Costa, e Maria Alexandrina de Jesus, em presença das testemunhas Olympio Balduino de Freitas e Trajano José de Faria, aquele morador na Freguesia de Cuité, e esta nesta Freguesia, do que para constar fiz este assento, em que assino. Antonio Dias da Cunha, Vigário Encomendado da Freguesia.

Aos vinte quatro de novembro de mil oitocentos e cinquenta e nove, pelas nove horas da manhã, no lugar denominado Santo Antonio, desta freguesia, havidas as cerimônias canônicas, e exame de Doutrina Cristã, confissão, Juxta Sac. Conc. Trid., não constando impedimento, uni em matrimônio, e dei as bênçãos nupciais, aos contraentes Candido José Meira e Maria Avelino de Faria, ele natural e morador na Freguesia de Cuité, e ela natural e moradora nesta Freguesia, aquele filho legítimo de Antonio Ferreira de Macedo, e Thereza Maria de Jesus, e ela filha legítima de Miguel Rodrigues do Nascimento e Virginia Francelina de Jesus, em presença das testemunhas José Gomes de Mello e João Amâncio de Macedo moradores nesta Freguesia, do que para constar, fiz este termo que assino. Antonio Dias da Cunha, Vigário da Freguesia.

José Gomes de Mello era casado com Úrsula de Macedo, filha de Antonio Ferreira de Macedo e Thereza Maria de Jesus. Francisco Umbelino, filho de José e Úrsula, casou com Felismina, neta de Vicente e Teodora, e, também, de Antonio Ferreira de Macedo e Thereza e Maria de Jesus.

NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (4)



No livro *A Guerra dos Bárbaros*, de Affonso Taunay, há referências ao sargento-mor de Pernambuco, Pedro de Lelou, que lá de Olinda, em 1699, tomava a defesa ardente de Moraes Navarro e dos Paulistas, na briga deste último com o capitão-mor da Capitania do Rio Grande, Bernardo Vieira de Mello. Pedro de Lelou acusava Bernardo de ser um tipo sórdido e invejoso. Dizia mais que nosso capitão-mor fizera seu filho, menino adolescente, juiz ordinário da cidade do Natal e para ele obtivera uma patente de alferes. Aliás, no nosso blog postamos os assentamentos de praça de dois filhos de Bernardo Vieira de Mello, em 1698, ambos com soldos de mil oitocentos e sessenta e oito réis: Bernardo Vieira de Mello com 14 anos e Antonio Leitão Arnosos com 13 anos.

Anteriormente, em 1693, Pedro de Lelou tinha sido nomeado capitão-mor do Ceará. Ele era, como cita Guilherme Studart, flamengo, bruxelês, filho de Ludwig Wolf e afrancesara pitorescamente o nome para Lelou. Mas Lelou não pode assumir o posto de capitão-mor porque havia uma denúncia de que falsificara certo documento a fim de proteger seu filho Luiz Lobo Albertin. Lelou conseguiu provar que as acusações eram falsas e, portanto foi expedida, em 14 de novembro de 1694, a carta patente para o posto por três anos.

No livro da Freguesia de Itamaracá, transcrito pelo major Salvador Drumond, já citado em vários dos nossos artigos, consta o casamento de Luiz, filho de Pedro Lelou, onde faltam algumas partes.

Aos 27 de novembro de 1702, de manhã na Capela de São João, filial desta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Itamaracá, em presença de mim, o Padre Antonio Borges de Lemos, Vigário da dita matriz, sendo presente por testemunhas o capitão João Guedes Alcoforado e o sargento-mor Pedro de Lelou,

se casaram por palavras de presente, o capitão Luiz Lobo Albertin, filho do sargento-mor Pedro de Lelou, e de sua mulher D. Maria Dias de Abreu, e Margarida Guedes; e logo tomaram as bênçãos, corridos os banhos; e não houve impedimento algum, observada a forma do Sagrado Concílio Tridentino; do que fiz este assento e por verdade me assinei. O vigário Antonio Borges de Lemos.

No documento acima não aparece o nome de Dona Margarida, mas no seguinte, onde consta o seu óbito, se obtém mais informações, inclusive o nome do pai. Aos 29 do dito mês de julho de 1703, falecendo da vida presente D. Margarida, mulher do capitão Luiz Lobo, com todos os Sacramentos, não fez testamento pela enfermidade lhe não dar lugar; e foi sepultada na Capela do Engenho de São João que é de seu pai o capitão João Guedes (Alcoforado).

Nos registros de óbitos salvos, encontra-se, também, o seguinte: hoje, 25 de setembro de 1715, faleceu da vida presente, D. Thereza, filha do capitão-mor Jerônimo Cesar de Mello, morador nesta Freguesia de Maranguape, casado com o capitão Francisco Berenguer de Andrade, de idade de 25 anos pouco mais ou menos, com o sacramento da penitência, Eucaristia, e unção; e para constar fiz este assento. O cura José Ferreira Guedes.

Há, ainda, nas arengas entre Bernardo Vieira e Manoel Álvares de Moraes Navarro, acusações de Pedro de Lelou a Francisco Berenguer de Andrade, tio do nosso capitão-mor, não sei se era o mesmo acima, esposo de Thereza. Diz Lelou deste Berenguer: mau homem e diabólico em fazer manifestos falsos, sem temor de Deus, homem que trazia sessenta e duas demandas, empantando-as todas sem pagar nem restituir o alheio. Verdadeiro perturbador da República, nela semeava mil cizânias, “irmão que parecia de um letrado certo David de Albuquerque, judaizante, natural de Covilhan e descendente daqueles que seguiam os execrandos ritos da Lei

Velha. Real mercê de Deus fora tirar semelhantes sujeitos da praça para a tranquilidade dos povos.

Consta ainda no livro Guerra dos Bárbaros que Berenguer conseguiu que o Bispo excomungasse o Mestre de Campo, Moraes Navarro, o que levava Lelou a protestar representando que o castigo de crimes militares cabiam aos Príncipes e Generais e não aos prelados.

Há uma carta, como consta do livro Guerra dos Bárbaros, do nosso Senado da Câmara, datada de 29 de maio de 1688 para o capitão general de Pernambuco, onde se fala em um Francisco Berenguer de Andrade: há seis meses preciosos que V. S. não tem mandado os socorros prometidos e já recomendados por Sua Majestade e pelo governador geral; nestas condições, fazemos seguir o procurador do povo, Gaspar Rebouças Malheiros, em companhia do capitão-mor Francisco Berenguer de Andrade, a fim de apresentar os nossos protestos; em nome de Sua Majestade, e do governador geral, pelo estado em que se acha a Capitania, diminuída, quase abandonada pelas forças, devido a essa falta de mantimentos e socorros que até o presente não tem chegado.

Um dos participantes ativos na Guerra dos Bárbaros era o potiguar Manoel de Abreu Soares. Seu filho, que também participou, no tempo de Moraes Navarro, Paschoal Gomes de Lima, era casado com Helena Berenguer, que não sei se tinha parentesco com o Francisco Berenguer acima.

NOTAS AVULSAS DE GENEALOGIA (5)



Em um dos nossos artigos falamos sobre Deus Dará e os Pitta do Rio Grande do Norte. Agora, encontramos mais uma informação obtida das notas do major Salvador Drumond. Escreveu ele: assento de batismo de uma filha de um dos maiores inimigos que João Fernandes Vieira teve em Pernambuco.

Em 5 de janeiro de 1659, batizei no Colégio e pus os Santos Óleos a Catharina, filha do Desembargador Simão Alves de La Penha Deus Dará, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Provedor da Fazenda Real, e Juiz dos Cavaleiros; e de sua mulher D. Leonarda de Azevedo. Foram padrinhos seus filhos Manoel Alves de La Penha e Dona Aldonsa.

Lembramos que naquele artigo, aqui publicado, dissemos que Simão, a esposa Leonarda e os filhos morreram em um naufrágio quando viajavam para Portugal. Os padrinhos de Catharina, seus irmãos, tinham os nomes dos avós, pais de Simão. Outro detalhe é que o major Salvador Drumond descendia de João Fernandes Vieira e que o velho Manoel Álvares, pai de Simão foi um dos apoiadores da Restauração Pernambucana, e foi de lá que herdou o nome Deus Dará.

Em outro artigo transcrevemos para cá, das notas do major Drumond, o casamento de José Porrate de Moraes Castro e Margarida da Rocha. Agora, informamos, das mesmas notas, o óbito de José Porrate.

Aos 12 de dezembro de 1718, faleceu de sua vida presente José Porrate de Moraes Castro, capitão de Infantaria do Terço Paulista, e casado nesta Freguesia, foi sepultado nesta Matriz, em hábito de Nossa Senhora do Carmo, e não fez testamento por morrer quase

repentinamente, e recebeu os Sacramentos de Confissão somente; do que fiz este assento em que me assinei. Antonio de Andrade Araújo. Coadjutor.

Outro registro das notas do major Drumond é o óbito de Agostinho Cesar de Andrade que foi capitão-mor de nossa Província. Está lá: hoje, 16 de setembro de 1708 anos, faleceu da vida presente o capitão Agostinho Cesar de Andrade, de idade de 86 anos, pouco mais ou menos, natural da Ilha da Madeira, e morador nesta Freguesia, fez testamento, e seus testamenteiros o capitão Jerônimo Cesar de Mello, seu filho, e o sargento-mor Pedro Cavalcante, seu genro, e o Reverendo João de Abreu Barreto, seu filho; faleceu com todos os Sacramentos de penitência, Eucaristia e Unção, foi sepultado nesta Igreja Matriz; e para constar fiz este assento. O Cura Manoel Rodrigues Neto.

D. Laura Cadena, casada com o capitão-mor Agostinho Cesar de Andrade, faleceu no dia 3 de setembro de 1701, com sessenta e cinco anos de idade; com o sacramento de penitência, e não fez testamento. Foi sepultada na matriz de Itamaracá. O Cura Manoel Rodrigues Neto.

Lembramos que Agostinho Cesar de Andrade era da família de Maria Cesar, esposa de João Fernandes Vieira, pois ela era filha de Francisco Berenguer de Andrade.

Noutro artigo falamos sobre os Guedes Alcoforado, família presente no Rio Grande do Norte. Por isso, transcrevemos o óbito de Felipe Guedes Alcoforado, das notas de Drumond: aos 25 dias do mês de outubro de 1689, faleceu da vida presente Felipe Guedes Alcoforado com todos os sacramentos necessários, e fez testamento solene, aprovado, em que deixou por legado de sua alma 700 missas ordinárias, e três de Rainha Santa, dois ofícios, solenemente cantados; deixou mais, de esmola, mil cruzados a uma mulata donzela forra, sua filha, 100\$000 a um mulato forro seu filho, e 100\$000, por obra

pia, a seu irmão, o alferes Affonso Guedes Alcoforado. Advirto que o mulato se chama Manoel, e a mulata Laura. O dito Felipe Guedes era freguês desta Freguesia, morador dentro da Ilha de Itamaracá, natural deste Bispado, casado com D. Anna de Abreu, de idade de 70 e tantos anos, pouco mais ou menos, e foi sepultado em sua capela de invocação de São João Baptista, e no mesmo dia se disseram missas de corpo presente, e um ofício de corpo presente dos dois acima mencionados. De que fiz este assento que por verdade me assinei; e logo se fez outro ofício. Vigário Luiz de Figueiredo Mendes.

Vejam os casamentos de Laura Guedes Alcoforado, citada acima: aos 9 de setembro de 1703 anos, de tarde, na Capela São João Baptista desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Villa de Itamaracá, em presença de mim, o Reverendo Francisco (Antonio) Borges de Lemos, Vigário desta dita Freguesia, e sendo presente por títulos, o capitão Luiz Lobo (deve ser o filho de Pedro Lelou), e o capitão João Guedes Alcoforado, corridos os banhos e não havendo impedimento algum, casou em facie ecclesie, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, Salvador de Souza Lyra, filho legítimo do alferes Pedro de Aguiar e de sua mulher Izabel Peres, morador na cidade de Olinda, com Laura Guedes Alcoforado, filha ilegítima do capitão Felipe Guedes Alcoforado, já defunto, e de Anna Guedes, crioula do Gentio da Guiné, moradora e freguesa desta dita Matriz do Bispado de Pernambuco. Do que fiz este assento, e por verdade me assinei. O Vigário Antonio Borges de Lemos.

No dito artigo sobre os Alcoforado, há um registro de casamento de um certo Felipe Guedes Alcoforado, filho de Manoel Guedes Alcoforado e Eusébia Ferreira. Esse Manoel deve ser o outro filho ilegítimo.

Noutra folha está: Aos 28 do mês de julho de 1706 anos faleceu da vida presente, D. Anna de Abreu, viúva que ficou do capitão Felipe Guedes e mãe do capitão João Guedes (Alcoforado), com os

sacramentos de Confissão e Comunhão, e me afirmaram não dera tempo para me mandar recado para ir dar o sacramento da Extrema Unção, foi sepultada na sua capela de São João, de seu engenho, e se lhe fez o ofício de obrigação de corpo presente, e me disseram não quisera fazer seu testamento; do que fiz este assento, e por verdade me assinei. O Vigário Antonio Borges de Lemos.

Nos apontamentos do major, há o casamento de outra filha ilegítima de Felipe, por nome Clara Guedes Alcoforado.

PROF. JOÃO ABNER E THOMAZ BENGALA



Durante o ano de 2010, tive várias conversas com o Professor João Abner, o homem das águas, dos recursos hídricos e da transposição do Rio São Francisco, que versaram, principalmente, sobre Genealogia. Ele vinha buscando, incessantemente, informações sobre seu ascendente Thomaz Pereira de Araújo, mais conhecido por Thomaz Bengala. Para Abner era um mistério não descobrir quem eram os pais de Thomaz. Achei que seria fácil encontrar e, por isso, vasculhei os livros de Olavo de Medeiros, Sebastião Rocha, Pery Lamartine, José Augusto, Dom Adelino, além de alguns registros da Igreja.

João Abner quer descobrir de onde veio Thomaz Pereira de Araujo, Thomas Bengala, como ele fala. Segundo Abner, Thomaz era casado com Rita Regina de Vasconcelos e pais de Benvenuto Pereira de Araújo (bisavô de Abner) e Vivaldo Pereira de Araújo (pai de Vivaldo que era pai de Cortez Pereira).

Dos descendentes de Thomaz de Araújo Pereira, o Patriarca do Seridó, havia um Thomaz Pereira de Araújo, famoso, que era padre, e nasceu em 14 de janeiro de 1809, e foi batizado em 16 do mesmo mês e ano. Eram seus pais Antonio Pereira de Araújo, filho de João Damasceno Pereira e Maria dos Santos Medeiros, e de Maria José de Medeiros, filha de Thomaz de Araújo Pereira (2º) e Thereza de Jesus. João Damasceno e Thomaz, irmãos, eram filhos de Thomaz de Araújo Pereira (1º), português da Vila de Viana e de Maria da Conceição de Mendonça, da Paraíba. Assim, o padre era duplamente bisneto do Patriarca, além de ser neto de Rodrigo Afonso de Medeiros Mattos, outro português, da Ilha de São Miguel.

No livro de Bianor Medeiros, Paróquia de Acari, vamos encontrar uma escritura de perfilhação que fez o Vigário Thomaz Pereira de Araújo, datada de 1869, onde ele declara, que por fragilidade humana, havia tido seis filhos em mulheres solteiras. No livro constam os nomes das ditas filhas.

Os descendentes do Patriarca se espalharam por várias localidades do Rio Grande do Norte e adjacências. Aqui em São Gonçalo, encontramos o filho José de Araújo Pereira que era casado com Elena Barbosa de Albuquerque, filha de Hipólito de Sá Bezerra, também da Vila de Viana, e Joanna Bezerra de Albuquerque. Um dos filhos do casal se chamava Thomaz e nasceu em 1771.

Lá em Macau, vamos encontrar um Thomaz de Araújo Pereira. Diz um registro de batismo: Sebastião, filho legítimo de Thomaz de Araújo Pereira e Joanna Maria do Sacramento, naturais, ele do Seridó, ela desta, e nela moradores, nasceu aos vinte e um de janeiro de mil oitocentos e trinta e sete, e foi batizado com os Santos Óleos na povoação de Macau, desta Freguesia, aos quatro de abril do dito ano, pelo Reverendo Frei José de Santo Alberto, de minha licença; e foram padrinhos José Martins Ferreira e Josefina Maria Ferreira, casados. Do que para constar mandei fazer este assento, e

por verdade assino. O Vigário João Theotonio de Sousa e Silva. Esses padrinhos eram meus trisavós.

Nos livros de registros de Santana do Mattos encontramos o casamento de uma filha de Berardo ou Beraldo de Araújo Pereira, um descendente do Patriarca.

Às onze horas e três quartos da noite do dia vinte e oito de fevereiro de mil oitocentos e setenta e sete, no Sítio Remédio, desta freguesia, de licença do respectivo vigário da freguesia padre Ladislau Adolfo Salles e Silva, confessando primeiro o nubente, deixando de confessar a nubente, pela hora, e examinando ambos em doutrina católica, e em todos os mais servatis servandis, uni em matrimônio, aos contraentes Pedro José de Sousa e Marianna Benigna de Araujo, ele filho de João Avelino de Sousa, falecido, e Beatriz Maria da Conceição, ela filha de Berardo de Araujo Pereira e Thereza Maria de Jesus, deixando de dar as bênçãos nupciais, por me ter sido proibido pelo respectivo pároco, em razão de ser tempo de quaresma, quando são elas proibidas, sendo testemunhas do casamento Manoel Thomas Pinheiro e Joaquim Thomas Pinheiro, ambos casados, e desta freguesia. Assim mais, já sendo eu pároco desta Freguesia, às onze horas da manhã do dia treze de novembro do ano supra mencionado, no Sítio Conceição de dona Bernarda, desta Freguesia, dei as bênçãos nupciais aos nubentes supra mencionados, em tudo servatis servandis; sendo testemunhas as mesmas que tinham sido do casamento; do que tudo para constar fiz este assento, e para firmeza nele me assino. O vigário Antonio Germano Barbalho Bezerra.

É nos livros de Santana do Mattos que encontramos registros de casamentos de dois filhos de Thomaz Pereira de Araújo, o Thomaz Bengala.

Às sete horas da noite do dia vinte e três de novembro de mil oitocentos e setenta e cinco, no sítio Desterro, da Freguesia de Acary, uni em matrimônio e dei logo as bênçãos nupciais, em tudo servatis

servandis, juxta tridentinum, aos contraentes Manoel Jacintho da Silveira Borges, meu paroquiano, e Maria Regina de Miranda, da Freguesia de Acary, ele filho legítimo de Jacintho José Thomas da Silva e Anna Clara da Silveira, já falecidos, e ela filha legítima de Tomaz de Araújo Pereira, já falecido e Rita Regina de Miranda, presentes por testemunhas, Manoel de Albuquerque Galvão e Juventino da Silveira Borges, ambos casados, e da Freguesia de Acary: de que fiz este assento, e assino. O Vigário Antonio Germano Barbalho Bezerra.

Aos vinte sete de novembro de mil oitocentos e oitenta e três no Sítio Conceição, depois de feitas as denúncias do estilo, confessados e examinados em Doutrina Cristã, em minha presença e das testemunhas Manoel da Silveira Borges, e Benvenuto Pereira de Araújo, se receberam em matrimônio os contraentes Vivaldo Pereira de Araújo, e Maria Quitéria da Silveira, ele de Thomaz Pereira de Araújo, e Rita Regina de Albuquerque, e ela de Manoel da Silveira Borges, e Maria Quitéria Barbalho Bezerra, o nubente é natural da Freguesia de Santa Rita, e residente em Acari, a nubente natural e moradora nesta. E logo lhes dei as Bênçãos na forma do Ritual Romano. E para constar fiz este que assino. O vigário José Cabral de Vasconcelos Castro.

Manoel da Silveira Borges quando enviuvou de Maria Genérica, filha de Luiz da Rocha Pitta, casou com Maria Quitéria. No registro não há o nome dos pais dela. Observamos que Ritta Regina aparece com sobrenomes diferentes nos dois registros.

A ILHA DE MANOEL GONÇALVES, HÁ DUZENTOS ANOS



Em 1803, em Recife, faleceu Dona Maria Theodora Moreira de Carvalho, avó de Maria Theodora, personagem da Revolução de 1817, e no ano seguinte seu esposo, Domingos Affonso Ferreira, casal que em 1797 comprou, em sociedade com o genro, coronel Bento José da Costa, pai da noiva da revolução, vastas terras no sertão do Assú. Foi inventariante o próprio Bento José da Costa. Por isso, Bento solicitou, somente em 1810, avaliação dos bens como segue:

Diz Bento José da Costa por si, e como inventariante dos bens do casal dos falecidos Domingos Affonso Ferreira e Dona Maria Theodora Moreira de Carvalho, e co-herdeiro do mesmo, que o sobredito casal, de sociedade com o suplicante, tem no Sertão do Assú, Distrito da Vila Nova da Princesa, três Fazendas situadas com gados vacuns, cavалares, escravos, e mais acessórios, correspondentes as mesmas denominadas Entradas, Amargoso, e Cacimbas do Vianna, assim como ilhas, salinas, pesqueiras, e mais terrenos anexos que foram apontadas pelo Procurador bastante do suplicante, cujas propriedades as houve por compra feita a Francisca Rosa da Fonseca, e por que o suplicante quer avaliar estes bens para concluir o inventário, devem ser todas as Fazendas, terras, tudo o mais correspondente a dita compra avaliado junto na forma da compra, pelos avaliadores daquele território, onde tudo se acha situado, requer o suplicante a Vossa Senhoria mande passar carta precatória para as justiças de dita Vila para em cumprimento fazer avaliar tudo, e remeter a avaliação a este Juízo.

O Procurador nomeado por Bento, José Álvares Lessa, solicitou que, por conta da distância e outros inconvenientes, a avaliação

fosse feita na Ilha de Manoel Gonçalves, onde ele residia. Foram nomeados para avaliadores o ajudante José Caetano da Costa e o alferes Antonio Caetano Monteiro. Segue o termo de juramento de José Álvares Lessa.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de mil oitocentos e dez anos, neste lugar da Ilha, denominada de Manoel Gonçalves, termo da Vila Nova da Princesa da Capitania do Rio Grande, da Comarca da Paraíba do Norte, em casa de residência do dito Procurador para onde foi vindo o Juiz de Órfãos, o alferes Felipe Manoel da Cunha, comigo escrivão do seu cargo, adiante nomeado, e os avaliadores nomeados para efeito de se avaliarem todos os bens conteúdos na carta presente retro: e aí estava presente o comandante José Álvares Lessa, procurador bastante do coronel Bento José da Costa, àquele deferiu, o dito juiz, o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles na forma do estilo, e por ele lhe encarregou que com boa consciência declarasse os bens conteúdos no despacho retro, e todos os mais que neste Distrito, e termo houvesse pertencente ao casal do falecido Domingos Affonso Ferreira de sociedade com seu genro Bento José da Costa da predita compra: o qual juramento sendo por ele procurador recebido assim o prometeu fazer, e cumprir debaixo do mesmo juramento com a verdade que costuma; e sendo lhe lido este seu juramento o assinou com o dito juiz; e eu Manoel de Mello Montenegro Pessoa, escrivão de órfãos o escrevi, Cunha, José Álvares Lessa.

Na sequência, o Procurador, e Comandante da Ilha de Manoel Gonçalves, administrador das propriedades do casal falecido, no Sertão do Assú, José Álvares Lessa, descreve todos os bens com os valores vistos e avaliados pelos sobreditos avaliadores. Entre os bens descritos listou os seguintes: machados, enxadas, foices, enxós, trado de abrir pipas, verrumas, serrotes, serras, ferros de calafete, caldeiras de ferros, tinas, balanças, carros com suas cangas e várias barçaças

e canoas. Embora o documento seja riquíssimo em informações sobre todas as ilhas, rios, pesqueiras, salinas e fazendas, nos interessa para este artigo, e neste momento, a descrição da Ilha de Manoel Gonçalves, pois, sempre alguém me pergunta que tamanho ela tinha. Assim, logo após a descrição dos bens existentes na Ilha, segue, no título de terras, em primeiro lugar, a Ilha de Manoel Gonçalves, de onde se administrava todo o restante, e posteriormente as outras propriedades assim denominadas: Ilhas do Lagamar e Coroa Grande; Ilha do Balthasar; Ilha do Janduhín; Ilha do Madeira; Ilha do Tubarão e Tubarãozinho; Ilha de Fernando; Pontal de Guamaré; Ilha do Pisa Sal; Ilha de Santa Anna; Ilha das Quatro Bocas; Ilha de Macáo; Salinas dos Sítios das Barreiras, Armazéns, Cambôa do Sal e Trapixe, em uma única propriedade; e as Fazendas Entradas, do Amargoso, e Cacimbas do Vianna.

Declarou o dito Procurador Inventariante mais do dito casal, neste termo, na conformidade da dita compra e sociedade, a propriedade mencionada da terra toda da Ilha denominada, de Manoel Gonçalves, com trezentas braças de largura de Norte a Sul; um quarto de légua de comprimento de Leste a Oeste, ou de Nascente e do Pontal do Rio Arrombado ao Poente até o da Barra do Rio do mesmo nome de Manoel Gonçalves ao longo, e paralelo da Costa do Mar, de que é lavada pelo lado Norte: com água doce dentro, pesqueiras de currais de peixe na Costa do Mar; vinte pés de coqueiro, casa de telha e taipa, com cômodo da assistência do dito Administrador, e Procurador Inventariante, armazém de peixe seco, senzala dos pretos escravos, oratório de se pedir missa com três ornamentos roxo, branco, e encarnado; cálice, e patena de prata; castiçais, e ramalhetes prateados no altar: tudo visto e avaliado pelos avaliadores por preço e quantia de um conto e seiscentos mil-réis, com que sai 1:600\$000.

Ainda no título de escravos, havia um total de 18, sendo 15 pretos de Angola, um preto crioulo, uma preta de Angola, Maria,

de 30 anos e um escravinho Luiz, de três anos, filho da dita Maria. As idades dos adultos variavam de 14 anos até 70 e tantos anos; e os preços de cada um, de trinta mil-réis (o mais velho e o escravinho) até cento e cinquenta mil-réis (Maria).

Pela falta de outros prédios, na dita Ilha, suspeito que não moravam outras pessoas naquela data, exceto o Administrador, e os escravos. Acho, também, que algumas pessoas com sobrenome Lessa que depois surgiram na redondeza deviam ser parentas do dito Procurador José Álvares Lessa, inclusive a esposa do capitão João Martins Ferreira, que administrou, posteriormente, as propriedades de Bento, Dona Josefa Clara Lessa.

A ILHA DE MACAU E AS OUTRAS ILHAS, HÁ DUZENTOS ANOS



De depois de descrever a Ilha de Manoel Gonçalves, o procurador inventariante, José Álvares Lessa, discorreu mais sobre outras Ilhas que faziam parte das terras de Domingos Affonso Ferreira e do seu genro e sócio Bento José da Costa, no Sertão do Assú. Transcrevo essas informações para maior conhecimento da geografia daquela região. Elas foram tiradas do inventário de Domingos Affonso Ferreira, existente no Instituto Histórico Pernambucano, e já digitalizado.

Terras das duas Ilhas anexas denominadas, de Lagamar, e Coroa Grande, com meia légua de largura de Norte a Sul, e ambas com uma légua de comprimento de Leste a Oeste; ou do nascente e Pontal de Boa Vista ou Cambôa dos Barcos ao Poente até o da Barra do Rio Amargoso; ao longo, e paralelo da Costa do Mar de que são

lavadas pelo lado do Norte; com sítios de currais de peixes na Costa do Mar; água doce dentro, pasto para gados; dá madeira de Mangue; e rende dezesseis mil-réis; vistas e avaliadas pelos avaliadores por preço e quantia de seiscentos mil-réis.

Terra da Ilha denominada, de Balthazar, com um quarto de légua de largura de Noroeste ao Sueste do Rio Chamado de Manoel Gonçalves até o Rio do Arrombado com pasto para gado, e madeira de mangue, sem água doce, vista e avaliada pelos avaliadores por preço e quantia de dez mil-réis.

Terra da Ilha denominada, de Janduhin, entre o Rio Arrombado, e o Rio da Conceição; de figura circular com meia légua de diâmetro; só tem pasto para gado e madeira de mangue; vista e avaliada pelos avaliadores por preço e quantia de dez mil-réis.

Terras de toda a Ilha denominada, da Madeira, ao nascente da Ilha de Manoel Gonçalves com uma légua de testada e cumprimento de Leste a Oeste, ou do nascente e donde os Marcos do Morro do Presídio ao Poente até o Pontal da Barra Velha ao longo e paralelo da Costa do Mar, de que é lavada pelo lado do Norte, e daí para o Sul com duas de fundo até testadas da terra do Sítio Conceição, com pesqueiras de currais de peixe na Costa, água doce, pasto para o gado e madeiras de mangue; visto e avaliado pelos avaliadores por quatrocentos mil-réis.

Terras das Ilhas anexas denominadas, de Tubarão e Tubarãozinho, ambas ao nascente da do Madeira, com légua e meia de testada, ou comprimento de Leste a Oeste; ou do Nascente e do lugar do Minhôto ou Mangue Seco, ao Rio Diogo Lopes ao Oeste ou Poente: ao longo e paralelo da Costa do Mar de que são lavadas pelo lado do Norte; e daí para o Sul com muita pouca largura ou fundo; cuja sobredita extensão é variável pelas entradas e saídas do mar, e movimentos das areias impelidas dos ventos, por isto com terreno montanhoso e escavado; tem dois sítios de currais de peixe na Costa

do Mar; vende anualmente seis mil-réis (ilegível); sem água doce; vista e avaliada por cinquenta mil-réis;

Terra da Ilha denominada, de Fernando, dentro ou no meio da Barra do Rio de Guamaré, de figura circular com cinquenta braças de diâmetro, escavada, e sem água doce; vista e avaliada por dez mil-réis.

Terra denominada Pontal de Guamaré, ao nascente do rio do mesmo nome de Guamaré: com três léguas de comprimento ou testada ao longo, e paralela da Costa do Mar de que é lavada pelo lado do Norte desde a barra do dito Rio de Guamaré, e Poente para o Leste, ou Nascente até os Buracos: e com um quarto de légua de fundo do Norte e Costa do Mar para o Sul até o Rio chamado Cabello: e com pesqueiras, água doce e pasto do gado; vista e avaliada por trezentos mil-réis.

Terras de toda Ilha denominada, de Pisa Sal, dentro do Rio Guamaré; e de figura circular com meia légua de diâmetro: com pesqueiras de currais de peixe, e rede; pasto para gado; e madeira de mangue; sem água doce; vista e avaliada por trinta mil-réis.

Terra de toda Ilha denominada, de Santa Anna, que compreende o lugar da mesma ilha, chamado Boca do Rio dos Cavalos, com três léguas de comprimento do Norte, e Costa do mar do dito lugar de Boca do Rio para o Sul até a união dos dois Rios, Assú e Rio dos Cavalos que chamam Cambôa dos Barcos das quatro bocas: ficando até o Rio Assú ao Nascente, e outro ao Poente: com uma légua de fundo, ou largura; tem pesqueiras em um, e outro Rio dos Lados; bons pastos para gado, e madeira de mangue; sem água doce, vista e avaliada por cento e cinquenta mil reis.

Terra da ilha denominada, de Quatro Bocas, ao Sul da sobre-dita de Santa Anna pelo Rio do Assú acima com meia légua de comprimento e testada ao longo e paralelo do dito Rio de Norte, e lugar das Quatro Bocas para o Sul até divisa da Ilha do Queimado; e com

uma légua de fundo, ou largura de um a outro Rio dos Lados de Nascente a Poente: com pesqueira em ambos os Rios, madeiras de mangue, sem água doce, e pastos; vista e avaliada por trinta mil-réis.

Ilha denominada, do Macáo, com uma légua de comprimento de Norte e Cambôa dos Barcos a Leste e Nascente até a Cambôa do Amargozinho, e com largura de três quartos de légua; tem ruins salinas, bons pastos para gado, porém não tem água doce; vista e avaliado por cinquenta mil-réis.

Terra dos Sítios chamados Barreiras, Armazéns, Cambôa do Sal, Trapixe, os quais nomes são de diferentes lugares, e salinas na mesma dita propriedade com três léguas de comprimento pelo rio Assú acima pela parte do Nascente desde o dito lugar do Trapixe, de Norte ao Sul até o lugar das Barreiras com largura de uma légua do Poente e Borda do dito Rio Assú ao Nascente, ou Leste até Aroeiras, e Amargozinho; tem duas salinas no lugar denominado Arenoso; e outra na Cambôa do Sal. Pesqueira no Rio Assú; pastos para gados, madeira de mangue, sem água doce; vista e avaliada por cento e cinquenta mil-réis.

Depois dessas informações, José Álvares Lessa passou a descrever as Fazendas Amargoso, das Entradas (Morro Banco e Redonda) e Cacimbas do Vianna.

CORSÁRIOS INGLESES NA ILHA DE MANOEL GONÇALVES, 1818



Manoel Rodrigues de Melo escreveu na Revista Bando um Artigo, intitulado O Saque da Ilha de Manoel Gonçalves, baseado no livro Documentos do Arquivo – Presidentes de Províncias

(1818) - editado pela Secretaria de Interior e Justiça de Pernambuco no ano de 1943. Quando estive em Recife, recentemente, fiz imagens de tais documentos, entre eles as duas correspondências emitidas da Ilha de Manoel Gonçalves que transcrevo aqui.

A primeira é uma carta do comandante do Degredo da Ilha de Manoel Gonçalves, Alexandre José Pereira, para o capitão Manoel Varella Barca, carta esta copiada pelo Padre Manoel Pinto de Castro que servia de Secretário do Governo da Província do Rio Grande.

Ilustríssimo Senhor capitão Manoel Varella Barca//Ilha de Manoel Gonçalves, 13 de dezembro de 1818//.

Dou parte a Vossa Mercê que ontem, treze de dezembro do corrente, às onze horas do dia, deu fundo fora da Barra do Amargozo um Corsário de ladrões estrangeiros armado em guerra, com muito armamento, e entraram nos seus lanchões de tarde dentro do Rio, e roubaram cinco Sumacas, e conduziram tudo para seu bordo, e ainda se acha ancorado no mesmo lugar, e penso ser com intenção de virem saquear, e roubar a terra; aqui se acham alguns homens, mas sem armas, e creio que tudo se acabará, aqui já se acham pelo que diz seis feridos com tiros que fizeram para terra, e a mais da gente desta praia vejo esmorecidos, e eu pior que nenhum, pois me acho doente para morrer, Vossa Mercê mandará o que for servido// Deus Guarde a Vossa Mercê por muitos anos// De Vossa Mercê atento súdito// Alexandre José Pereira// Comandante deste Degredo Ilha de Manoel Gonçalves.

Entre as cartas do nosso Governador para o da Província de Pernambuco, Luis do Rego Barreto, há uma, datada de 31 de dezembro de 1818, onde ele escreve: Entre as diferentes partes que tive sobre este objeto, a que me parece mais correta, e circunstanciada, foi a de um morador da Ilha de Manoel Gonçalves correspondente de Bento Joze da Costa, que por isso a ofereço na Cópia N1 para com ela informar a Vossa Excelência do que se passou no Assú.

N1. Ilustríssimo Senhor Governador Joze Ignacio Borges.

Participo a Vossa Senhoria, que no dia 12 do corrente, pelas onze horas da manhã, apareceu, três léguas a Leste desta Ilha à popa, uma Escuna com um sinal, ou bandeira estranha no mastro de proa e veio fundiar defronte da Barra do Amargozo a barlavento da Sumaca Santa Rita Galatéia de Pernambuco, que se achava fora acabando de carregar de peixe de vários negociantes destas praias, e logo que fundiu, mandou o Comandante desta a bordo uma jangada com três homens saber o que queriam, disseram, que refresco de aguada, e mantimento, que aquela embarcação era Inglesa, e de guerra.

Os ditos jangadeiros viram muito armamento, gente de toda a nação; imediatamente que largou de bordo a dita jangada, largaram eles três escaleres, ficando um a bordo da dita Sumaca Santa Ritta, e dois entraram na Barra do Amargozo, e achando-se ancoradas naquele Rio, com distância uma das outras, quatro embarcações, a saber, o Penha, e Victoria de Pernambuco, Conceição, e Almas da Paraíba, e Flor do Mar de Goiana, e atracando o primeiro escaler a bordo do Penha, armados tomaram conta da embarcação, e o segundo seguiu de rio acima, e atracando no último vazo também armados, principiaram a roubar dinheiro, roupa, maçame, e escravos, e da mesma forma continuaram nas mais embarcações até chegarem de regresso na Penha, e incorporando-se com os que estavam já de posse da Sumaca, meteram os oficiais, e a Campanha no Castelo, e continuaram o saque, estando em terras no Pontal do Amargozo os passageiros que tinham vindo no Penha, e moradores; entraram-lhe a fazer fogo de bordo, ferindo de bala quatro dos moradores, a fim de melhor conduzirem o saque nos escaleres, e na lancha do Victoria, que levaram com seis escravos do Penha e Victoria, três homens forros, tudo feito na tarde que ancorou.

Imediatamente que soube nesta Ilha fui com dez homens daqui por terra mais de uma légua, tomando em caminho seis do Lagamar, e chegando já de noite, tinham saído.

No dia 14 vimos por um óculo de terra estarem saqueando o Santa Ritta, e no dia 15 indo eu, e os mestres das Sumacas Penha e Victoria, e os passageiros a bordo do Penha, ver o estrago que teriam feito, e chegando, tendo deixado os moradores desta Ilha prontos de pólvora, e bala com as poucas armas de fogo que há de guarda a Ilha, viu largar de bordo da dita Escuna, os três Escaleres, e providenciando-se esperá-los na Barra do Amargozo, aqui não vieram, e foram a boca do Rio, distante desta duas léguas saquear seis casas de palha que tem, porém pouco ou nada acharam.

No dia 16 pelas quatro horas da tarde, estando parte dos habitantes desta, e de Guamaré juntos de guarnição à Ilha, viram entrar na Barra do Amargozo o escaler grande carregado de gente, e tornando a abordar as Embarcações à conduzir o resto do que ainda lhe faltava, e pegando a lancha da Sumaca Conceição e Alma saíram.

No dia 17 pelas duas horas da tarde mandaram para terra a dita lancha pelos marinheiros forros que lá tinha das Sumacas, e um passageiro carregador de peixe no Santa Ritta, e o Contramestre da mesma, e mandaram dizer ao Comandante que lhes mandasse um Prático para os botar fora da Ponta Gorda, que queria ir pelo canal, e se o não fizesse até as quatro horas da manhã, que havia mandar atacar esta Ilha, e tocar fogo nas casas, e nas Sumacas, porém destas ameaças caso nenhum se fez.

No dia 18 de manhã se viu velejar a Escuna para barlavento. Contam os marinheiros que lhes ouviram dizer que iam para América Espanhola, e que ainda haverão de andar três meses fora, e que iam esperar os navios que haviam saído de Lisboa para o Brasil, e Índia, e que a gente que traz são noventas e oito pessoas, e que já tinham feito três presas, que as tinham mandado para America

Inglesa de onde tinham saído cento e tantas velas. A fortificação que traz são seis peças por banda de 12, e uma na proa de rodízio de 18; este malvados vão de Costa acima esperar as embarcações que navegam na costa do Sertão até o Maranhão, e Pará.

Eu tenho aviso de Pernambuco do coronel Bento Joze da Costa, que nas águas próximas da lua nova despedia para esta a Sumaca Xica, e em janeiro o Brigue São Manoel.

Deus Guarde a Vossa Senhoria, Ilha de Manoel Gonçalves, 18 de dezembro de 1818. João Martins Ferreira.

O REPOVOAMENTO, APÓS A SAÍDA DOS HOLANDESES



Após a saída dos holandeses, teve início o repovoamento do Rio Grande do Norte. Com a morte ou a fuga de muitos para outras regiões, durante o período de dominação batava, as terras foram abandonadas. Para repovoar nossa província, a primeira providência foi convocar os antigos donos ou seus herdeiros para se apresentarem, como fica claro nos pedidos de sesmarias depois de 1654.

Para começar, vejamos um pequeno trecho da Sesmaria de nº 1 que consta do primeiro volume de Sesmarias do Rio Grande do Norte, editada pela Fundação Vingt-un. Advertimos que muitos desses documentos eram cópias e, como tal, alguns enganos podem ter ocorrido. Alguns desses documentos têm partes ilegíveis ou incompletas. Assim, alerto que posso também ter cometido alguns equívocos. Coloco aqui o que for possível e necessário para entender os ditos documentos.

Carta de data que faz o capitão Antonio Vaz, em nome de sua Majestade que Deus Guarde, ao capitão Francisco de Mendonça Elesdesma das terras do finado capitão Simão Nunes Correia, uma em Potigi e outra no Mipibu. Diz o capitão Francisco de Mendonça Elesdesma que ele mora nesta Capitania com sua mulher e filhos onde está vivendo e porque ora é vindo a sua notícia, que se mandou publicar pelas Capitánias da Parayba e Pernambuco que as pessoas que tivessem terras nesta dita Capitania do Rio Grande, onde são moradores, as viessem povoar dentro de seis meses, e não o fazendo as daria por devolutas e desaproveitadas e, por que o tempo é passado, que Vossa Mercê por a ele para tratar de povoar algumas e como, por falecimento do capitão Simão Nunes Correa, lhe ficou uma sorte de terra no Potigi e outra em Mipibu, e até o presente lhe não tem acudido herdeiros nem procurador a povoá-las pede a Vossa Mercê seja servido dar-lhe as ditas terras em nome de Sua Majestade por devolutas e desaproveitada para nelas viver e trazer seus gados e para ter suas roças.

A carta foi passada, em 12 de agosto de 1659, por Antonio Vaz Gondim, capitão-mor da Fortaleza dos Santos Reis Magos, Capitania do Rio Grande, escrita por Domingos Cardozo de Moura. Foi registrada por Domingos Vaz Velho, escrivão da Câmara da Cidade.

Do documento de nº 2, do referido livro, extraio o seguinte trecho: Provisão do Governador capitão geral deste Estado do Brasil, Francisco Barreto, por que dá ao capitão Dionizio Vieira de Mello por devolutas as terras de Domingos Martins, Vilão das Botas, por alcunha, sitas na Ribeira do Cunhaú, as quais lhe dou em nome de Sua Majestade.

Francisco Barreto, do Conselho de Guerra de Sua Majestade, Governador e capitão geral do Estado do Brasil, etc. Faço saber às que esta Carta de Doação e Sesmaria virem que o capitão Dionizio Vieira de Mello me enviou a representação cujo teor é o seguinte: Diz

o capitão Dionizio Vieira de Mello, que na Capitania do Rio Grande estão umas terras desaproveitadas que foram de Domingos Martins, o Vilão das Botas, por alcunha, as quais terras estão sitas na Ribeira do Cunhaú, e pertencem a Coroa Real por que foram possuídas pelo dito Domingos Martins que sendo morto no tempo dos flamengos, por não deixar herdeiros e estarem vagas, sem dono certo, as ditas terras ficam pertencentes a Coroa Real, e porque o suplicante as quer aproveitar e fazer nelas canaviais e meter currais de gados e, pelo tempo adiante, engenho dando o tempo para isso lugar de se aproveitarem por qualquer (ilegível) que seja, é em aumento das Rendas Reais e em bem público da Capitania do Rio Grande pelo qual pede a Vossa Senhoria lhe faça mercê de lhe dar em nome de Sua Majestade todas as terras do dito defunto assim e da maneira que ele as possuiu em sua vida e assim dar-lhe as cabeceiras das terras do Engenho Cunhaú uma légua de terra em quadra correndo pela várzea abaixo na mesma conformidade pela banda de (ilegível) e Ribeira do Cururimatahy, ficando a várzea em meio...

O terceiro registro é um pedido de terra, ao capitão-mor Antonio Vaz, do Padre Leonardo Tavares de Mello, vigário de Nossa Senhora da Apresentação, Matriz desta Capitania, que alegou que não houve pedido de herdeiros de um sítio de terras onde morou Jorge Gosman (Joris Garstman), flamengo, que ficou por morte de Diogo Dias, que está pegado a Ribeira do Potigy e ele, suplicante, necessita dela para a povoar com seu gado e criações, e mantimentos. Essa data é de 1660. Pelo título era em Cunhaú, data de Bom Sucesso.

No livro de registros foi inserida uma carta com a numeração 3(a). É uma data para Manoel de Abreu Soares que participou, posteriormente, da Guerra dos Bárbaros, com idade bem avançada. Ele é ascendente de muitas famílias, aqui no Rio Grande do Norte, principalmente, através do seu filho Pascoal Gomes de Lima. Em um dos trechos da data encontramos o seguinte: O capitão Manoel de Abreu

Soares, morador nesta Capitania do Rio Grande, ele tem seu gado, e família para ajudar a povoar a dita Capitania e lhe faltam terras para o poder fazer, e porque tem servido a Majestade, há vinte seis anos contínuos, nestas guerras de que ele até agora não tem recebido mercê alguma, e porque na Ribeira de Goyana estão umas terras que ficaram por falecimento de Francisco Teixeira, morador que foi nesta Capitania, de que não ficaram herdeiros, as quais terras partem pelo rio Jacu acima ficando da banda do norte o rio... e com os mais... que ali tem terras a bem lhe faça mercê em nome de sua Majestade dar-lhe as ditas terras de sesmaria assim e da maneira que as possuiu o dito defunto Francisco Teixeira. Essa data é de 1660, e foi registrada pelo Escrivão da Fazenda Real, Francisco de Oliveira Banhos, em 1664.

A quarta data, do ano de 1660, é, também, para o Padre Leonardo Tavares de Mello. Essas terras, na várzea de Mipibu, pertenceram a Luiz da Moita, morto pelos tapuias.

É importante salientar que a ocupação dessas terras não foi de forma tranquila, pois houve resistência dos índios que perdurou por muitos anos, culminando na chamada Guerra dos Bárbaros, já citada acima.

CRIME DE LESA-PATRIMÔNIO



No começo aqui viviam somente os índios com suas crenças e seus deuses, guerreando entre si e comendo uns aos outros. Aí vieram os portugueses: alguns aventureiros, outros fugindo da intolerância da Igreja ou degredados pela inquisição. Em seguida os portugueses arrastaram à força, para cá, os índios das

mais diversas nações africanas. As nossas riquezas trouxeram, ainda para cá, outros estrangeiros. A ocupação era traumática e difícil, por conta da dimensão do país e da disputa com os habitantes naturais. Muitos morreram. Os que foram sobrevivendo iam construindo a nossa nação da forma que podiam, sem muita ajuda da coroa portuguesa, mas muito pelo contrário, sendo espoliados de forma vil.

Durante todo esse tempo, muitas contendas e revoltas: a guerra contra os holandeses, a guerra dos palmares, a guerra dos bárbaros, a inconfidência mineira, a revolução de 1817, a confederação do equador e tantas outras pelo Brasil afora. Não foi fácil!

Mas que país temos hoje? Depois de tantos anos e tantas lutas que qualidade de vida temos? Como é a vida deste Brasil de hoje?

Os avanços tecnológicos e da ciência estão presente na vida dos brasileiros. Ande pelos mais distantes rincões deste país e avistará no topo da casa mais miserável uma antena parabólica e na mão dos mais desprovidos dos seres um celular. E daí, isto é cidadania? Isto é qualidade de vida?

Nossos parlamentos ou nossos governos são ocupados, não por eleitos que se corromperam, mas por corruptos que se elegeram. A corrupção antecede a eleição. A chegada ao poder é precedida de enganações, compra de votos com dinheiro, com imagem, com propaganda enganosa e com apelos religiosos.

Para exemplificar, vi, no ano que passou, um candidato que na eleição anterior foi campeão de votos, e que na de 2010 dizia, despidoradamente, que antes os eleitores não o conheciam tão bem. Realmente, era um novato por aqui, que foi votado em quase todas as cidades, mas que muitos nunca tinham ouvido falar dele. Outro fato lamentável, e que não sensibiliza o cidadão é a eleição de suplentes de Senador e vice-qualquer coisa. Tem que mudar!

Há uma passividade que incomoda. Estamos inertes. As revoltas do passado não nos alcançam mais. O consumismo material, religioso e midiático, nos anestesia. Enquanto no exterior assistimos a revolta de muitas nações contra os seus mandatários que não querem largar o osso do poder, aqui vemos se perpetrarem na política, direta ou indiretamente, muitas famílias. É o poder que gera poder. Quem quer arriscar no novo? Que chance tem o novo de chegar ao poder, sem corromper?

Os poderes constituídos neste país agem sem prioridades magnas. Eles atuam sem nenhuma filosofia que vise o bem comum. São ações isoladas que se baseiam em forças não perceptíveis. Muita mídia e poucos resultados.

Nossa educação e nossa saúde são compostas de números que retratam coisas materiais. A dor e a ignorância nos maltratam diariamente, sem dó nem piedade. A lei de responsabilidade fiscal não tem impedido a construção de novas obras, mesmo existindo uma quantidade de outras inacabadas.

Enquanto amargamos situações deploráveis na segurança, na educação e na saúde, assistimos mais uma irresponsabilidade dos nossos governantes com o beneplácito dos brasileiros: A copa de 2014. Não estávamos preparados para sediá-la. Mas fomos disputar a chance de ser sede por pura vaidade ou incompetência administrativa. Vamos gastar rios de dinheiro, em detrimento do essencial para as nossas vidas. Muitas balelas são colocadas na defesa dessa realização. O Brasil, o Rio Grande do Norte ou Natal serão vistos e conhecidos pelo mundo todo. E daí? Se já não nos conhece é pura incompetência nossa ou deles.

Assim como muitos ficam ricos nas eleições, outros tantos vão ficar mais ricos com a realização da copa. A própria FIFA vem vender suas bugigangas por aqui.

O Centro Administrativo, o Machadinho e o Machadão foram construídos com muito sacrifício. Ao longo do tempo, muitas dívidas foram contraídas e algumas nem terminaram de pagar para construir e manter aqueles próprios. Quantas reformas foram feitas naquela região com recursos de empréstimos?

A destruição daqueles locais é um crime de lesa-patrimônio e deveria ser o centro de revolta da população. Mas o futebol é outro componente que nos anestesia. Vejam a loucura das torcidas nos estádios de futebol. Qual é o político ou fiscal da lei que vai enfrentar aquela turba enfurecida?

Sempre gostei de futebol. Quando menino jogava quase todos os dias. Além disso, assistia jogos levado por meu tio afim, Evilásio Rocha (no seu velório tinha uma bandeira do ABC sobre seu caixão, enquanto tocava o hino do clube). Algumas vezes subia em uma caixa d'água que tinha em um abrigo vizinho ao Estádio Juvenal Lamartine para ver os jogos. Mas, sou contra a realização da copa em 2014, aqui no nosso Estado, por que ela está sendo feita de forma incorreta e abusiva. Qualquer coisa que ela poderia nos trazer de benefícios, pode ser conseguida de uma forma mais criteriosa e decente.

Não precisamos de um novo Estádio. Precisamos, sim, de mais hospitais, maternidades, escolas, aeroportos decentes, mais segurança, mais cuidados com todas as cidades de nosso Estado. Os números nas áreas mais importantes para a qualidade de vida são preocupantes. A Copa está nos desviando das questões fundamentais deste país. Os municípios brasileiros terão menos recursos com a realização da Copa. Se faltam recursos para as coisas básicas, com certeza faltarão mais ainda por conta da Copa. As contrapartidas, os empréstimos comprometerão mais ainda a qualidade dos serviços prestados pelos governos. As obras, como sabemos, demandarão muitos aditivos, e por consequência mais recursos.

Já estão articulando a reforma do Juvenal Lamartine. Novos recursos serão destinados para isso. Mais problemas no trânsito, mais contratos, mais aditivos e mais espertezas. A nossa cidade está com o futuro comprometido. As dívidas, que já são muitas, ficarão ainda maiores. Os políticos vão reclamar na época da eleição e depois quando se elegeram, mas não fazem nada agora.

Contra a Copa, a favor de Natal e do Rio Grande do Norte!

OS 150 ANOS DE PEDRO AVELINO E OS 136 DE JOSÉ DA PENHA



No dia 13 de maio o capitão José da Penha, se vivo fosse, completaria 136 anos de idade. No dia 19 de maio seria a vez do jornalista Pedro Avelino completar, caso fosse vivo, 150 anos. Essas duas figuras, que foram homenageadas com nome de duas cidades do Rio Grande do Norte, tiveram uma participação muito ativa na História do Rio Grande do Norte.

Os dois, além de cunhados, tinham outra relação de parentesco. Pedro Avelino que casou com Maria das Neves, irmã de José da Penha, e, por isso, eram parentes por afinidade, tinham ascendentes comuns. O casal João Barbosa da Costa e Damásia Soares estava na ascendência dos dois. Esse casal gerou os irmãos João Manoel da Costa e Francisco Xavier da Cruz.

No começo do século XIX, Francisco Xavier da Cruz foi patenteado com o posto de alferes por conta de uma vaga que surgiu quando seu irmão, João Manoel da Costa, foi promovido de alferes para tenente. João era casado com Angélica Maria da Conceição, e Francisco com Lourença Dias da Rosa, esta última descendente de

famílias de Utinga, em São Gonçalo. O primeiro casal gerou Vicente Ferreira Xavier da Cruz e o segundo Vicente Ferreira da Costa e Mello do O'.

Vicente Ferreira Xavier da Cruz casou duas vezes: a primeira com Maria Francisca Duarte e a segunda com Maria Ignácia Rosalinda Brasileira, filha de Cosme Teixeira de Carvalho, natural de Caicó. Foi desse segundo casamento que nasceu, entre outros filhos, Maria Ignácia Teixeira do Carmo, a mãe de José da Penha. Ela era casada com José Francisco Alves de Sousa, natural de Sousa, na Paraíba.

Vicente Ferreira da Costa e Mello do O', por sua vez, casou com Joaquina Maria do Rosário, filha de Antonio Martins do Santos e Felippa Maria Duarte, esta última filha de Antonio Lopes Viégas e Anna Barbosa da Conceição. Antonio Lopes Viégas é considerado o fundador de Angicos, e sua esposa, Dona Anna Barbosa da Conceição era uma das filhas de João Barbosa da Costa, ascendente comum do capitão José da Penha e do jornalista Pedro Avelino. Pois bem, Vicente e Joaquina, tiveram entre outros filhos, o tenente Alexandre Avelino da Costa Martins.

Alexandre, antes de casar com a prima, Anna Francisca Bezerra, teve um relacionamento com Maria Rodrigues da Costa e daí nasceu, em 23 de janeiro de 1837, Vicente Ferreira da Costa Avelino, que, posteriormente, trocou o Ferreira por Maria. A data do nascimento de Vicente Maria só tomei conhecimento depois de ver uma foto dele oferecida ao Barão do Assú, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, datada 1870. Quem me encaminhou a dita foto foi Luiz Fernando Pereira de Mello.

Vicente Maria casou em 1857 com Anna Bezerra da Natividade, filha do Professor Matheus da Rocha Bezerra e dona Anna Angélica Bezerra, tendo como uma das testemunhas Vicente Ferreira Xavier da Cruz, avô do capitão José da Penha e de Maria

das Neves, futura esposa do jornalista Pedro Avelino. Em 1861, nascia Pedro Celestino da Costa Avelino, que no batismo recebeu como padrinho o Barão do Assú.

Tanto os pais do capitão José da Penha como os de Pedro Avelino tiveram mais de 20 filhos.

Pedro casou em 27 de outubro de 1885. Quanto a José da Penha não descobri o registro do seu casamento. Sei que era casado com Altina Santos, falecida em 1905, filha do capitão Francisco Pedro dos Santos, veterano da guerra do Paraguai.

Os filhos de Pedro Celestino da Costa Avelino e Dona Maria das Neves Alves de Sousa eram: o senador Georgino Avelino que dá nome, como seu pai, a um município do Rio Grande do Norte; Camilo Lutero que residia no Rio de Janeiro; Vicente que foi diplomata, autor do livro *Ideário*, publicado em Paris; Maria Albertina Leite, esposa do Dr. Leite Junior; e Isolina Avelino Waldvogel, casada com o engenheiro e autor de diversos livros, entre eles *Homens* que fizeram o Brasil.

Os filhos de José da Penha Alves de Sousa e Dona Altina dos Santos eram: Anita, Zaíra e o major do Exército Murilo Penha que serviu na 25ª Circunscrição Militar, em Fortaleza.

No blog: <http://trindade.blog.digi.com.br>, apresento uma das biografias do capitão J. da Penha. Ela foi escrito por Hugo Victor Guimarães no livro: *Deputados provinciais e estaduais do Ceará*. Também, no blog, apresento o discurso de posse de Antonio Alves de Oliveira na Academia Potiguar de Letras, extraído da Revista do Instituto do Ceará, ano 1993. Ele falou sobre o patrono da cadeira de nº 6, Pedro Celestino da Costa Avelino.

JOÃO LOSTAU NAVARRO E A PETIÇÃO DE FRANCISCO LOPES



Entre os ascendentes de famílias do Rio Grande do Norte, talvez, o mais antigo que se conhece e que morava nesta Capitania, é João Lostau Navarro. Recebeu várias sesmarias na nossa Capitania, sendo a primeira em 1 de março de 1601, onde tinha um Porto de pescaria. Há quem diga que chegou aqui com Duarte Coelho, em 1534. Segundo nossos historiadores ele foi sogro de Joris Garstman, holandês que comandava o Forte dos Santos Reis Magos, na época da presença holandesa no Rio Grande do Norte, e de Manoel Rodrigues Pimentel, Escabino dessa mesma época.

Até o presente momento, não estou convencido que Joris Garstman casou com uma filha de João Lostau. Não vi nenhum documento que garantisse a veracidade dessa afirmação. Pela importância desse holandês, aqui no Rio Grande do Norte, algum registro na Holanda, no Brasil ou em Portugal deveria trazer informações desse casamento. Alguns historiadores dizem que ele mandou matar Jacob Rabe, por este ter assassinado seu sogro João Lostau. Segundo Hélio Galvão, Joris Garstman casou com Beatriz Lostau Casa Maior e são os pais de Teodósio de Grasciman e Isabel de Grasciman. Também não sei como Hélio Galvão obteve essa informação. Nos documentos relativos a Teodósio, que ele apresenta no seu livro História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, não há nenhuma indicação dessa filiação, embora ele, Teodósio, afirmasse, em 10 de dezembro de 1708, que era morador nesta capitania com mulher e filhos há mais de quarenta anos. Afirmou, também, noutro documento ser casado com Paula Barbosa, filha do sargento-mor Francisco Lopes, neta de Manoel Rodrigues Pimentel e bisneta de João Lostau.

Com relação a outra filha de João Lostau, Maria Lostau Casa Maior, a documentação apresentada por Hélio é convincente, principalmente a escritura de dote, datada de 13 de abril de 1626, para ela, que estava noiva de Manoel Rodrigues Pimentel.

Outro documento interessante, de conhecimento de muitos, está no livro das Sesmarias do Rio Grande do Norte. É nesse documento que encontramos uma petição do sargento-mor Francisco Lopes, solicitando alvará de confirmação de terras que foram de João Lostau. José Augusto publicou na Revista do Instituto do Ceará um artigo intitulado Norte-rio-grandense de mais de trezentos anos, onde fala sobre dita petição.

O documento que se encontra no livro das Sesmarias do Rio Grande do Norte é uma cópia, onde faltam partes e há trechos ilegíveis. De qualquer forma pudemos extrair alguns trechos com informações significativas.

O sargento-mor Francisco Lopes, na petição citada acima, morador na Capitania do Rio Grande, afirma que é casado com uma filha legítima de Manoel Rodrigues Pimentel, e neta de João Lostau Navarro, o qual deixou a sua dita mulher, por ser única herdeira, todos os bens. Informa, também, na petição que o dito João Lostau Navarro foi preso pelos flamengos e morto pelos tapuias. Disso resultaram perdas dos documentos de datas e sesmarias e de compras de terras, também, de seu sogro Manoel Rodrigues Pimentel. Por isso, ele estava solicitando esse alvará de confirmação para tomar posse das terras que pertenceram ao avô de sua mulher e ao seu sogro. Pelo documento, se vê que ele era casado com Joanna Dornelles, em face da Igreja, filha de Manoel Rodrigues Pimentel e neta de João Lostau, morto pelos tapuias depois de sair da prisão.

Um dos trechos que gera confusão é a afirmação que aparece na dita petição: *Por ser herdeiro de João Lostau e Luiz de Mota (é o que parece escrito) e ser casado com uma neta do mesmo João Lustau*

Navarro. Para alguns seria Luiza da Mota esposa de João Lostau, para outros poderia ser a esposa de Manoel Rodrigues Pimentel. Entretanto, essa última versão não prospera, pois, como vimos antes, a filha de João Lostau que casou com Manoel Rodrigues Pimentel era Maria Lostau Casa Maior. Como era uma cópia há a possibilidade de ter sido feita uma transcrição errada e no lugar de Luiz de Moita ser outro nome.

Outro documento importante apresentado por Hélio Galvão é um testamento de Cipriano Lopes Pimentel, datado de 19 de dezembro de 1729. Nele Cipriano Lopes declara que é filho do sargento-mor Francisco Lopes e de sua mulher Joanna Dornelles. Apresenta sua esposa Dona Tereza da Silva, filha de Filipe da Silva e Joana Salema. Na sequência nomeia como seus filhos, da sua dita mulher: Lázaro Lopes Galvão, Sipriano Lopes Galvão, Jorge Lopes da Silva, Archangelo Lopes, Estevam Lopes, Manoel Lopes e Dona Luiza da Silva, casada com o sargento-mor Manoel Álvares Maciel. Esses Lopes Galvão encontramos, através dos registros da Igreja, espalhados por várias cidades do Rio Grande do Norte.

João Lostau, por sua importância, merece uma biografia mais extensa.

COMENTÁRIO

Tudo leva a crer que Luiz da Moita fosse um dos donos da terra. Quem era ele?

MACAU, RELATOS DE UMA VIAGEM



Um dia desses, sugeri a vice-reitora da UFRN, Ângela Paiva, uma reportagem ou documentário da TVU sobre a Ilha de Manoel Gonçalves. Mesmo sabendo das dificuldades para se fazer esse tipo de trabalho pelo interior do Rio Grande do Norte, após escutar as minhas considerações, prometeu encaminhar a dita sugestão para exame da TVU. Assim, diante dessa possibilidade conversei com algumas pessoas desse órgão.

Em seguida, enviei via e-mail, algumas informações e artigos que fiz sobre a Ilha de Manoel Gonçalves. Conhecedor de muitos anos da burocracia pública (a privada não é menor), tive que esperar pacientemente os resultados dos estudos. Dentro das repartições públicas, muitas solicitações vão perdendo fôlego a medida que passam de uma mão para outra. Além disso, a rotina própria da TVU, as atividades já programadas e as dificuldades para se fazer imagens no interior poderiam adiar aquele sonho.

Outro dia, aproveitei um momento de audiência com a vice-reitora para informar do andamento da solicitação. Atenta, ao que expus, sugeri de imediato que fosse aproveitado o dia de inauguração de uma obra em Macau para fazer a dita reportagem. E, assim, aproveitei aquele mesmo dia para ir a TVU. Fui recebido por Washington que se interessou pelo assunto, fez algumas perguntas e disparou uma série de providências para aproveitar a data do dia 21 de maio. Conversei, também, com Regina Barros que se dispôs a ir até sua terra Macau para providenciar alguns contatos para a realização da reportagem.

No dia 21 de maio, peguei carona com Sergio Henrique, escalado para cobrir o evento, e o grupo de reportagem da TVU e fomos para Macau, logo cedo da manhã.

Em Macau, após a inauguração comandado pelo Reitor José Ivonildo, fomos para as ruas de Macau, pois, além da matéria sobre o evento da UFRN, duas outras matérias seriam feitas: um sobre turismo em Macau e outra sobre a Ilha de Manoel Gonçalves.

Uma das filmagens foi sobre a ponte para ilha de Santana. Enquanto eles filmavam perguntei a uma senhora, de umas das casas da rua que dá acesso a ponte, o nome daquele local. Ela disse que aquela rua se chamava Manoel Gonçalves e era conhecida por rua da Maré. Avistei uma placa e a fotografei, embora o nome da rua já estivesse pouco legível.

No começo da tarde fomos ao Museu José Elviro, onde foram entrevistados Gilson Barbosa, que coordena o Museu, e Regina Barros. Lá foram colhidas imagens de três objetos que vieram da Ilha de Manoel Gonçalves: o sino da Capela de Nossa Senhora da Conceição, a base do cruzeiro, e uma pequena campainha da mesma Capela. Eu aproveitei para fotografar outros objetos, como uma mala de pregaria que foi de Vicente Maria da Costa Avelino, pai do jornalista Pedro Avelino. Fotografei novamente uma placa do jazigo do Barão de Ipojuca, que foi enterrado em Macau, objeto de um artigo de Câmara Cascudo.

Aqui, cabe um comentário sobre o Museu. Após várias visitas que já fiz ao mesmo, sinto que um cartão de visita de Macau, como é o Museu José Elviro, merece uma atenção maior do poder público e também das empresas privadas da região. Infelizmente, ele não está sendo bem cuidado.

Depois seguimos para Igreja Matriz. Lá deveríamos fotografar o Cruzeiro e a imagem de Nossa Senhora da Conceição que vieram da Ilha. Embora, estivesse marcado para o horário entre 14 e 15 horas, o padre nem a secretária estavam lá. Segundo um rapaz que nos atendeu, pelo que ele sabia, nós só chegaríamos lá pelas 17 horas. O cruzeiro foi filmado, mas para surpresa nossa a imagem de Nossa

Senhora, com mais de 150 anos, não estava mais na Matriz. O mesmo rapaz que nos atendeu informou que ela foi para o CEIMH – Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório. Anteriormente, essa imagem ficava na parte superior da Matriz, e era visível pelo lado de fora. Mas, segundo o rapaz ela foi movida porque estava se estragando por conta do sol. Não havia necessidade dela sair da Matriz, lá tem muito espaço para muitas Nossas Senhoras, e principalmente, uma relíquia como é a da Ilha de Manoel Gonçalves.

Antes de ir para o CEIMH, fomos para a praia de Camapum, para fazer imagens da possível localização da Ilha e para novas entrevistas sobre turismo em Macau.

Sobre a localização da Ilha, a partir da praia de Camapum, há controvérsias. Em uma de minhas idas anteriores, Benito Barros, tinha me levado até a praia e dava a entender que ela se situava do lado esquerdo. Ailton Marques, com quem conversamos durante a solenidade da UFRN, dizia que era do lado direito. De qualquer forma foram feitas imagens dos dois lados. Entretanto, com as informações do inventário de Domingos Affonso Ferreira é possível, hoje, com a ajuda de um cartógrafo encontrar a verdadeira localização da Ilha. Getulio Moura, lá do Assú, nos mandou um e-mail com algumas informações sobre a localização, que não deu tempo de examinarmos com mais cuidado, mas foi entregue ao repórter Sérgio Henrique. No Museu José Elviro, Regina Barros fez algumas considerações sobre a Ilha, e lá em Camapum dei algumas informações do meu conhecimento, colhidas nos livros de registros da Igreja e em outros documentos e livros.

Aqui, mais um comentário. Ali naquela praia de Camapum já devia ter uma seta indicando o local onde foi a Ilha. Mais ainda, no local onde foi a Ilha deveria ter umas bóias. Deveria também, a partir da praia, haver uns barcos que levassem os turistas até o local onde foi a Ilha. Simples assim.

Da praia fomos para o CEIMH em busca da imagem de Nossa Senhora da Conceição. O vigia nos levou até a capela. Lá estava a imagem em cima de um pedestal, sujeito a um tombo a qualquer momento. Alguma coisa naquela imagem me chamou a atenção, mas não consegui me lembrar o que era. Já de volta ao carro, abri o livro que escrevi e procurei a imagem que tinha fotografado em 2007. A imagem que está no CEIMH estava sem a coroa. Onde está a coroa de Nossa Senhora?

É estranho o descuido com as nossas relíquias. O Cruzeiro está na Matriz, a base do Cruzeiro, o sino e a campainha no Museu, e a imagem de Nossa Senhora da Conceição, perdida e vulnerável na Capela do Centro de Educação Integrada Monsenhor Honório.

A Ilha de Manoel Gonçalves pode não ressurgir fisicamente, mas tem que ressurgir na memória dos muitos habitantes daquela região do antigo Assú. Saímos de Macau, no final da tarde.

AS RECOMENDAÇÕES DO CÔNEGO FERNANDES



São muitas as dificuldades que se apresentam para os pesquisadores genealógicos. Entre elas podemos citar a forma como os registros da Igreja Católica eram feitos. Em muitos desses registros faltavam informações importantes como, por exemplo, nos casamentos, onde algumas vezes ocultavam os nomes dos pais dos nubentes, a relação de parentesco entre as testemunhas, o grau explícito de consanguinidade, e até o nome completo dos personagens que estavam no documento. Tais situações eram corrigidas pelo

padre visitador, que fazia algumas recomendações, após fazer uma vistoria no livro de registros.

Há uma pasta de registros relativos à Freguesia de Angicos, na Cúria, onde dentro se acham misturados, desordenadamente, óbitos, casamentos e batismos. Acredito que foram folhas que se soltaram dos livros respectivos e juntaram em uma pasta para não se perder. Foi nessa pasta que encontrei o registro de casamento de João Felipe da Trindade, um exemplo daquilo do que estou falando acima. Vejamos com foi feito o dito registro.

Aos 8 de janeiro de 1851 as trez óras da tarde, n'esta Matriz, uni e abençoei em Matr.^o os C.^{es} meus Freg.^{es} João Felipe da Trindade, e Fran.^{ca} Ritta da C.^{ta}, br.^{cos}, servatis ex more servandis: e presentes as testem.^{as} Alexandre Fran.^{co} d'Az.^o Costa, e Gonçalo J.^o Barbosa: do que faço este ass.^o emq' ass.^o Felis Alves de Sousa Vig.^o Collado de Angicos.

No documento acima, além do excesso de abreviaturas, não constava o nome dos pais dos nubentes. Somente através de outros documentos se descobre o nome completo dos personagens desse registro e outras informações. O nome completo da nubente era Francisca Ritta Xavier da Costa. Ela era filha de Miguel Francisco da Costa Machado e Anna Barbosa da Conceição. Gonçalo José Barbosa, que aparece como testemunha, era tio da noiva por ser irmão de Miguel Francisco da Costa Machado. Alexandre Francisco de Azevedo Costa era cunhado do noivo, pois era casado com Michaela Francisca da Trindade, irmã do noivo. Eram os pais de João Felipe e Michaela, o casal João Miguel da Trindade e Rosa Maria da Conceição.

Outro documento de 1850 é mais um exemplo contendo muitas abreviaturas.

Aos 28 de 9br.^o de 1850, pelas 4 óras da tarde, na Fazenda das Cassimbas de Vianna, na Freg.^a do Assú, forão unidos e abençoados

em Matr.^o de m.^a l.^{ca}, pelo R.^{do} Silvr.^o Bizrr.^a de Men.^{es} os C.^{es} meus Freg.^{es} Manoel Miz (tinha um til em cima do z) Ferr.^a e Prudencia M.^a Teixr.^a br.^{cos} servatis ex more servandis: Forão test.^{as} José Miz Ferr.^a e João Gomes Carnr.^o: do que faço este acento emq' ass.^o Felis Alz de Sz.^a Vigario Collado de Ang.^{cos}.

Até hoje, não foi possível descobrir o nome dos pais de Prudencia Maria Teixeira. Nos registros posteriores seu nome passa a ser escrito Prudencia Teixeira Martins. Quanto ao nubente Manoel Martins Ferreira, a partir de outros registros, deduzimos que era filho do major José Martins Ferreira e Delfina Maria dos Prazeres (ou da Conceição). Outro detalhe que poderia confundir qualquer pesquisador é que em registros posteriores, onde aparece como pai ou padrinho, o nome dele era escrito Manoel José Martins. O mesmo aconteceu com um irmão dele de nome João Martins Ferreira, pois nos registros posteriores ao casamento, aparece como João Alves Martins. Ambos eram irmãos de José Alves Martins, ascendente dos Alves, de Angicos e dos Fernandes de Santana do Matos. Uma irmã deles de nome Josefa Martins Ferreira foi batizada na Ilha de Manoel Gonçalves.

Em uma das páginas da pasta encontramos um registro de casamento com letra legível e sem abreviaturas, exceto na assinatura de uma das testemunhas:

Aos trinta e hum, digo, aos sete dias do mez de janeiro de mil oitocentos e cincoenta e trez, pelas oito horas da manhã, nesta Matriz do Glorioso São José da Villa de Angicos, tendo precedido Dispensa de afinidade ilícita, as Canonicas Denunciações, sem impedimento, Confissão, Comunhão, e exame de Doutrina Christã, em minha presença, e das Testemunhas João Lins Teixeira de Souza, e Manoel José Martins Ferreira, cazados, moradores na Freguezia da Cidade do Assú, se receberão em matrimônio por palavras de presente, e tiverão as Benções Nupciaes os meos Paroquianos Timotheo e Rita,

crioula, escravos; elle de João Gomes Carneiro; ella, de João Teixeira de Sousa, cazados, e moradores nesta Freguezia, do que para constar mandei lavrar este Termo, que com as ditas Testimunhas assigno. O Vigário Felis Alves de Souza. João Lins Teixeira de Sousa, Manoel José Miz Ferr^a.

Na seqüência desse registro, há o visto do visitador (ele mesmos usando de abreviaturas nas suas instruções), nos seguintes termos: Visto em Visita da Freg.^a: Não use de abreviaturas nas escripturação dos Assentos; fica p^a. exemplificar este ultimo Assento, pelo qual em tudo se deva regular. V^a de Angicos, 12 de 7bro. De 1853, Conego Fernandes, Viz.^{or}.

Na seqüência outro registro obedecendo ao modelo deixado pelo Cônego Fernandes, no dia seguinte a sua observação.

Aos treze dias do mez de setembro de mil oitocentos e cinquenta e trez, e pelas cinco horas da tarde, nesta Matriz de São Jozé de Angicos, tendo precedido Dispensa de sanguinidade, as Canonicas Denunciações, sem impedimento, Confissão, e exame de Doutrina Christã, em presença do Reverendo Francisco Justino Pereira de Brito, de minha licença, e das Testimunhas Francisco das Chagas e Azevêdo, e Souza, e José Theodoro de Souza Pinheiro, casados, moradores nesta mesma Freguezia, se unirão em matrimônio por palavras de presente, e receberão as Benções Nupciaes, os meos Paroquianos Manoel Virgulino Silvano de Azevêdo, e Anna Martins dos Santos, naturaes, e moradores nesta Freguezia, filhos legítimos: elle, de Francisco Lopes Viégas, e de Maria Josefa; e ella, de Antonio Pereira Pinto, já falecido, e de Antonia Martins dos Santos; do que para constar mandei fazer este Termo que com as ditas Testimunhas assigno. O Vigário Felis Alves de Souza. Francisco das Chagas e Azevedo, Joze Theodoro de Souza Pinheiro.

Esses documentos que a cada escrituração modifica a grafia das palavras e subtrai sobrenomes ou os nomes dos pais dos nubentes se transformam em árduos obstáculos para o genealogista.

COMENTÁRIOS

Neste artigo, preservamos as transcrições na forma como foram escritas.

FAZENDA DO AMARGOSO, 1810



A capitania do Rio Grande sempre teve vocação para a pecuária. Desde há muito tempo que abastecia o Nordeste com animais para os engenhos e para o abate. Tivemos, lá no Assú, a povoação de Oficinas onde se produzia charque. Fazendeiros de todo o Nordeste requeriam terras na nossa província para suas criações. Domingos Affonso Ferreira e seu genro Bento José da Costa, dois ricos portugueses, moradores no Recife, tinham várias fazendas no Rio Grande do Norte. Já descrevemos, em outro artigo, as ilhas que pertenciam aos dois e foram inventariadas, após a morte do primeiro, em 1804. Hoje falaremos de uma dessas fazendas.

José Álvares Lessa, morador na Ilha de Manoel Gonçalves, procurador inventariante do coronel Bento José da Costa, em 1810, disse haver mais pertencente ao casal Domingos Affonso Ferreira e Maria Theodora, lá no Sertão do Assú, além das Ilhas já descritas em outros artigos. No título de terras da Fazenda do Amargoso fez a seguinte descrição.

A Fazenda do Amargoso tem três léguas de terras que partem ao nascente com as sobras de terras do Mangue Seco; ao poente com

Aroeiras; ao norte com terras da Fazenda Conceição; e ao sul com terras de Águas Novas: e mais três léguas de data das sobras das terras entre Amargoso, e Curralinho; as quais hoje servem de logradouro a dita Fazenda do Amargoso: e também mais toda a terra, que se achar da dita Fazenda da Conceição anexa a da Fazenda Amargoso, a qual parte ao nascente com o Mangue Seco, ao sul com terras do Amargoso; ao norte com a Cambôa dos Barcos; ao poente com o Rio da Barra do Amargoso, a qual terra da Fazenda da Conceição, hoje em dia, serve de logradouro pelo inverno à sobredita Fazenda do Amargoso; as quais todas ditas terras, disse o dito procurador inventariante, houve por compra feita a Francisca Rosa da Fonseca, Domingos Affonso Ferreira, e seu genro e sócio o coronel Bento José da Costa por escritura pública nas Notas de Francisco Gomes da Fonseca, Tabelião das Vilas de Santo Antonio do Recife, as quais três léguas de terras da Fazenda do Amargoso; outras três léguas de sobras; e todas as da Fazenda Conceição, adjacentes e anexas as do Amargoso foram vistas e avaliadas pelos avaliadores, por junto, por preço e quantia de um conto de réis.

Entre outras criações, havia nessa fazenda, no ano de 1810, 4 bois de carros, 25 bois de lotes, 30 novilhos, 100 garrotes, 50 bezerros novos, 500 vacas, 30 novilhas, 100 garrotas, 60 bezerras, 24 cavalos de fábrica, 1 cavalo pai de éguas, 25 éguas novas e 100 cabras.

Um dos registros de casamento que encontrei foi de Manuel Luis, filho legítimo de Luiz, escravo da casa do finado Bento José da Costa, que morava na Fazenda Amargoso, testemunhado por Theodoro de Sousa Pinheiro e Matheus da Rocha Bezerra (avô do jornalista Pedro Avelino).

Um dos moradores dessa Fazenda foi o capitão Francisco Trajano Xavier da Cunha, primeiro Juiz de Paz de Macau. Francisco Trajano era da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da cidade do Natal, e foi primeiramente casado com Dona Marianna

Ignácia Teixeira (em outro documento Maria Ignácia Fernandes Pimenta), que veio a falecer em 3 de julho de 1826, em São Gonçalo. Em 24 de novembro de 1829, no Oratório das Oficinas, ele, viúvo, casou com sua prima (3º grau de consanguinidade) Senhorinha Clara dos Anjos, filha de Carlos José de Sousa e Manoella Archangela dos Anjos. Uma das testemunhas foi Manoel da Rocha Bezerra que era casado com Josefa Jacinta, uma irmã de Dona Senhorinha. Manoel era irmão do Professor Matheus da Rocha Bezerra, citado acima, ambos filhos de Balthazar da Rocha Bezerra e Josefa Maria da Silva (ou Josefa Barbosa da Silva).

Na área compreendida no entorno da Fazenda Amargoso, em 1839, houve uma audiência de conciliação, na casa do Juiz de Paz substituto, André de Sousa Miranda, por conta de uma disputa das sobras denominadas Canafístula, da data de Curralinho e Águas Novas, tendo como autores os Capitães Francisco Trajano Xavier da Cunha, Jacintho João da Ora, José Pedro da Silveira, e o tenente-coronel João Marques de Carvalho, e como réus o capitão João Martins Ferreira e sua mulher dona Josefa Clara Lessa. João Martins e Josefa Clara tinham sido padrinhos, em 16 de setembro de 1834, de José, filho de Francisco Trajano e Senhorinha, sendo que a madrinha foi representada por Antonia Bernarda Achyoles, uma irmã de Senhorinha. Antonia foi casada com um filho de Alexandre José Pereira, que em 1818 era comandante do degredo da Ilha de Manoel Gonçalves.

Em 1843, André de Sousa Miranda foi padrinho de Thereza, filha de Francisco Trajano, junto com Maria Ludovina de Sousa, esta por procuração de Joaquina Maria da Transfiguração.

Joanna, filha de Francisco Trajano e Senhorinha, foi batizada em 1845, no sítio Amargoso, tendo como padrinhos Leandro Gomes de Miranda e Leonor Ferreira Barbosa por procuração que apresentaram Francisco Xavier da Cunha (mesmo nome do pai de Francisco

Trajano) e Maria Ludovina de Miranda. Nessa mesma data, e no mesmo sitio Amargoso, foi batizada Cândida, filha de Francisco Xavier da Cunha e Maria Ludovina de Miranda, tendo como padrinhos Francisco Trajano e Senhorinha.

FAZENDA DAS CACIMBAS DO VIANNA, 1810



Hoje, vamos tratar, aqui, de uma outra fazenda que fazia parte do inventário de Domingos Affonso Ferreira e de sua esposa D. Maria Theodora, cuja descrição foi feita, em 1810, pelo procurador inventariante José Álvares Lessa. Em vários artigos já tratamos dessa fazenda, da qual tenho interesse, pois foi lá que nasceu minha avó Maria Josefina Martins Ferreira (mãe Sinhá). Cacimbas do Vianna que fazia parte do Assú, hoje, com as sucessivas divisões dos municípios do Rio Grande do Norte, faz parte de Porto do Mangue. Nos registros que encontramos, seu nome aparece de várias formas; Fazenda Cacimbas do Vianna, Sítio das Cacimbas, praia das Cacimbas e além do Sítio das Mercês na Fazenda Cacimbas do Vianna.

Eram seis léguas de terras da Propriedade da dita Fazenda de gados, denominada Cacimbas do Vianna, as quais parte ao norte com terras das Fazendas Entradas, e Morro Branco; ao sul com a Barra do Rio dos Cavalos, ao nascente com o mar oceano e ao poente com terras do Arraial: as quais seis léguas de ditas terras houve por compra a Francisca Rosa da Fonseca, o falecido Domingos Affonso Ferreira e seu genro e sócio e, constituinte dele, procurador inventariante, o coronel Bento José da Costa, por escritura pública das

Notas de Francisco Gomes da Fonseca, Tabelião da Vila de Santo Antonio do Recife de Pernambuco; as quais seis léguas de terras da dita Fazenda de Cacimbas do Vianna foram vistas e avaliadas pelos avaliadores com casa, e currais da mesma fazenda por preço e quantia de dois contos de réis com suas pesqueiras na costa do mar.

Havia na dita Fazenda, entre outras criações: 200 cabras, 360 cabeças de ovelhas, 31 éguas novas, 14 cavalos de fábrica, 100 bezeras, 80 bezerros, 150 garrotas, 750 vacas e 4 bois de carro. Havia, ainda, na Fazenda um oratório com três imagens pequenas, no valor total de 10 mil-réis.

Enquanto o ferro da Fazenda Amargoso era um F seguido de um c, a de Cacimbas do Vianna era uma Cruz.

O registro de casamento mais antigo que encontrei, datado de 25 de julho de 1824, foi de Antonio Gomes da Motta e Aldonsa Maria de Jesus; ele com 24 anos e filho de João Gomes da Motta e Izabel Maria de Sousa, e ela, com 16 anos, filha de Francisco Bernardo de Sousa e Joanna Lopes de Mendonça. Foram testemunhas João Martins Ferreira e João Baptista de Oliveira. João Martins Ferreira, antigo morador da Ilha de Manoel Gonçalves, foi administrador das terras do coronel Bento José da Costa.

Em dezesseis de novembro de mil oitocentos e trinta e um, o pároco do Assú, Joaquim José de Santa Anna, batizou na Fazenda das Cacimbas de Vianna Jeronima, filha de João José Nepomuceno e Antonia Joanna, naturais do Assú, nascida aos trinta e um de outubro de mil oitocentos e trinta e um, tendo como padrinhos Ricardo Cardoso e Maria Esperança, ambos solteiros e do Assú.

Outro registro de casamento, na Fazenda Cacimbas do Vianna, foi o de Joaquim Teixeira de Sousa e Josefa Lopes Viégas, em 19/11/1855. O nubente era da freguesia de Angicos e a nubente da freguesia do Assú. Foram testemunhas Antonio Lopes Viégas Junior e João Lins Teixeira de Sousa, casados. João Lins Teixeira de Sousa

casou com Izabel Felippina Lopes Viégas, no Sítio Saco, eram pais de Antonio, nascido em 31/03/1852, e batizado no Sítio das Cacimbas, em 15/11/1852, tendo como padrinhos Francisco Antonio Teixeira e Anna Joaquina Teixeira de Sousa (esposa de João Gomes Carneiro de Mello). Nesse mesmo dia e lugar, foi batizado Anna, filha de Manoel José de Sousa e Cosma Maria da Conceição, nascida em 4/05/1852, tendo como padrinhos Francisco Lins Wanderley e Anna Maria Wanderley, casados. Manoel José de Sousa e Cosma Maria da Conceição eram os pais de João Teixeira de Sousa, que nasceu em Cacimbas do Viana, e depois foi viver em Macau, conforme consta no livro 1º Centenário da Ordenação Sacerdotal do Monsenhor Joaquim Honório da Silveira. Manoel e Cosma contraíram núpcias em 24/02/1848, na Fazenda das Cacimbas do Vianna.

Em outros artigos já tivemos oportunidade de transcrever outros registros ocorridos na Fazenda Cacimbas do Vianna, principalmente da família Martins Ferreira, que inicialmente vivia na Ilha de Manoel Gonçalves, deslocou-se, posteriormente, para Macau, por conta da submersão da dita ilha, e por último para aquela localidade, principalmente os descendentes do major José Martins Ferreira. Uma parte da família depois foi para Santana do Mattos e Angicos, e outra parte não sei que destino tomou, pois não encontramos outros registros da dita família. Minha avó Maria Josefina Martins Ferreira, filha de Francisco Martins Ferreira, casou com Miguel Francisco da Trindade de Angicos; Josefina Emilia Alves Martins, filha de José Alves Martins, casou com Absalão Fernandes da Silva Bacilon, avós de Aristófanés Fernandes e Aluizio Alves; Encontramos os descendentes de Militão Alves Martins, irmão de Josefina Emília, em Lages, Acari, Cruzeta e Natal. Um outro irmão de Josefina Emilia era Delfino Alves Martins que agora estamos recuperando informações sobre sua descendência através de sua bisneta Noélia Agripino de Castro. Não localizamos até agora, os descendentes contemporâneos, de Manoel José Martins, Joaquim José Martins Ferreira e

Josefa Martins Ferreira, os dois primeiros casaram na Fazenda das Cacimbas do Vianna. Josefa foi casada com o português Manoel Alves da Silva.

A PARTIDA DE BARTOLA



Na caixa de entrada de e-mail, verifiquei que as mensagens enviadas para Bartola estavam voltando. Nos detalhes a mensagem de quota excedida. Quando isso aconteceu em ano anterior era pelo fato dele está internado. Fiquei preocupado. Na quinta-feira, quando da palestra de Genealogia de Clotilde Tavares, Ormuz me informava que recebeu notícia de Verônica dando conta que nosso amigo estava na UTI.

Na sexta-feira, fomos Graça e eu fazer uma visita. A situação dele era irreversível.

Conheci José Bartolomeu Correia de Melo no Colégio Marista. Depois soube dos meus familiares que ele ainda era nosso parente através da mãe, Dona Gracilde. Fui para o Atheneu, o tempo foi passando e voltamos a nos encontrar na Universidade, ele no Departamento de Química e eu no Departamento de Matemática. Convivemos sem conversar sobre o nosso parentesco até a data em que comecei a fazer minhas pesquisas genealógicas, depois que saí da Universidade.

Sentamos várias vezes para descobrir como se dava esse parentesco. Começamos pelos parentes comuns. E, como em muitos casos, lá estavam o capitão J. da Penha, Dr. Teódulo Avelino e o Senador Georgino. Embora esse trio se repetisse, entre muitos com quem conversei, ninguém sabia como se dava esse parentesco.

Duas pistas Bartola me deu: sua avó se chamava Claudiana e a bisavó Conceição. Claudiana era um nome que se repetia na família dos Avelino: era o nome da esposa do cadete José Avelino, e também da avó dessa última, a esposa de Antonio Barbosa, ambas Claudiana Francisca Bezerra. Desconfio que esse Bezerra que apareceu na nossa família venha dos Rocha Bezerra.

Depois que descobri os nomes dos irmãos do meu bisavô Francisco Avelino da Costa Bezerra, comecei a descer, a partir deles, em busca dos elos com os parentes contemporâneos.

Pois bem, Maria da Conceição da Costa Bezerra, irmã de meu bisavô, mãe de Claudiana e bisavó de Bartola, nasceu em 17/01/1862, filha de Alexandre Avelino da Costa Martins e sua esposa Anna Francisca Bezerra, neta paterna de Vicente Ferreira da Costa e Mello do O' e Joaquina Maria do Rosário, e materna do tenente-coronel Antonio Francisco Bezerra da Costa e Dona Agostinha Monteiro de Sousa.

Maria da Conceição casou, em 17/01/1882, lá no Sítio Carapebas, com dispensa de consanguinidade, com Antonio Machado Alves Bezerra, filho de Vicente Machado de Aquilar Bezerra e Ignácia Francisca Bezerra.

Claudiana, avó de Bartola, nasceu em 25/02/1884, e foi batizada no Sítio Curral dos Padres, em 13/04/1884, tendo como padrinhos os avós, de cada lado, Vicente Machado de Aquilar Bezerra e Anna Francisca Bezerra. Francisco Alves Machado, pai de Monsenhor Lucilo Machado, era irmão de Claudiana.

Bartola faleceu sábado, 18 de junho de 2011. Estive no seu velório. Lá conversei um tempo com o irmão de Bartola, Paulo de Tarso Correa de Mello, sobre nossos parentes. Disse Paulo que quando nasceu a família queria acrescentar, ao seu nome, os sobrenomes Aquilar e Viégas, o que não prevaleceu.

Dona Claudiana, avó de Bartola, era casada com João Evangelista de Oliveira Correia, filho do português Lourenço José de Oliveira Correa e Dona Maria José Pinto. João e Claudiana geraram Gracilde Correa de Melo que era casada com João José de Melo. Desse último casal nasceram José Bartolomeu, Paulo de Tarso e Geraldo José Correia de Melo. Bartola era casada com Verônica Marques Correa de Melo, sua colega do Departamento de Química da UFRN. São filhos deles Anna Cláudia Marques Correia de Melo Mendes de Sousa, Brenno Luiz Marques Correia de Melo e Ruthe Helenna Marques de Melo Nunes Gurgel. Desses filhos já tinham 5 netos.

Ainda, segundo José Bartolomeu, comentando artigo sobre Utinga, Dona Idalina Jacinta Emerenciano, irmã de José Ildefonso Emerenciano, era sua bisavó. Esse parentesco deveria ser através do seu pai João José de Melo. Nesse mesmo comentário, escreveu:

“Uma reforma ortográfica ocorrida nos anos trinta (34 ou 37?) fez com que alguns tabeliães, por excesso de zelo reformista, modificassem até nomes e sobrenomes, passando a grafar CORREIA ao invés de CORRÊA, o mesmo acontecendo com MELO em vez de MELLO. (Essa mudança, aqui-acolá, já ocorria, por via contrária dos tabeliães analfabetos). Assim, segundo as certidões de nascimento (de antes da dita reforma), meu pai era Mello e minha mãe Corrêa. Eu, nascido depois, já neto-pobre, me chamei Bartolomeu e não Bartholomeu; por isso, sempre brinco, dizendo que Corrêa de Mello é nome nobre e Correia de Melo nome de pobre. Bartola.”

Quando escrevi meu livro, *Servatis ex more servandis*, Bartola fez a primeira ordenação em capítulos, e me encaminhou para a Editora da UFRN, onde não foi possível editar o livro por questão de tempo.

Bartola partiu em pleno auge de sua produção literária. Um grande escritor!

CORONEL GONÇALO FREYRE DE AMORIM



Os Freire de Amorim começam a aparecer nos registros da Igreja, aqui do Rio Grande do Norte, no começo do século XVIII. O capitão Theodósio Freire de Amorim foi padrinho de dois filhos do capitão Antonio Dias Pereira e Maria Gomes, como também de Catharina, em 1704, filha de Domingos da Silveira e Catherina de Amorim. Pelo que se observa nesses registros, ele deveria ser solteiro na época e, talvez, irmão de Maria Gomes e Catharina Amorim. Em 1727, encontramos um registro onde aparece como esposa do já coronel Theodósio Freire de Amorim, Dona Damásia Gomes da Câmara.

Uma filha de Theodósio e Damasia, de nome Antonia Freire de Amorim, casou, em 1741, com Manoel de Araújo Correa, filho de Salvador de Araújo Correa e Izabel Rodrigues Santiago, povo lá de Utinga.

Entre os registros do início do século XVIII, encontramos os seguintes batismos, de filhos de Domingos da Silveira e Catharina Amorim, além do já citado de Catharina: Estevão, em 1702, tendo como padrinhos o capitão Gaspar Freire de Carvalho (filho do sargento-mor Manoel da Silva Queiroz) e Maria Gomes, mulher do capitão Antonio Dias Pereira; José, em 1708, tendo como padrinhos o sargento-mor Manoel da Silva Queiroz e capitão Antonio Dias Pereira.

Anna da Silveira, outra filha de Domingos da Silveira e Catharina Amorim, casou, em 1735, com Sebastião Dantas Correa, filho dos portugueses de Ponta de Lima, José Dantas Correa e Izabel

Pimenta da Costa. Esse Sebastião deve ser um dos irmãos de Caetano Dantas Correa, lá do Seridó.

Mas, um dos personagens que aparece, posteriormente, em diversos registros da Igreja, é o coronel Gonçalo Freyre de Amorim, também, filho de Domingos e Catherina, citados acima. Um dos padrinhos de Ignácia, filha de Antonio Dias Pereira e Maria Gomes, em 14/08/1711, chamava-se Gonçalo Freire. Entretanto, ele só aparece uma vez nesse livro de registro. Talvez fosse irmão de Theodósio. Não deve ser o filho de Domingos.

Em um registro de assentamento de praça, encontramos: Gonçalo Freyre da Silveira, filho do capitão Domingos da Silveira, natural desta Capitania do Rio Grande, de idade de dezesseis anos, pouco mais ou menos, mediana estatura, cor trigueira, cabelo acastanhado, e corredio, cara comprida, olhos pequenos e pretos, senta praça nesta companhia do capitão Matheus Mendes Pereira, por sua vontade e mandado do Governador e capitão General de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibao e Vedor Geral, o capitão Domingos da Silveira, em treze de novembro de 1732.

Em sete de maio de mil setecentos e quarenta e oito ano, pelas nove ou dez horas, pouco mais ou menos, na presença do capitão Francisco Dinis da Penha e do capitão Angelo Ferreira da Rocha, o Reverendo João Gomes Freire (devia ser da família de Gonçalo) casou o tenente Gonçalo Freire, filho de Domingos da Silveira e Catherina de Amorim, na época defunta, com Izabel Francisca Rodrigues, exposta na casa do padre Domingos Rodrigues Tilloens.

Dona Izabel Francisca Rodrigues faleceu em cinco de dezembro de 1761, com a idade de 34 anos, pouco mais ou menos. Na época, Gonçalo era coronel.

Um assentamento de praça dá notícia de um filho do coronel Gonçalo com mesmo nome do pai: Gonçalo Freire de Amorim, filho do coronel Gonçalo Freire de Amorim, da cidade do Natal, branco,

casado e morador nesta Ribeira do Assú, estatura ordinária, seco de corpo, olhos encovados, cabelo corredio, de idade de trinta e um anos, assentou praça em revista de 27 de julho de mil setecentos e oitenta e nove. Ele deve ter nascido por volta de 1758.

Catherina Freire de Amorim, filha de Gonçalo e Izabel, casou com Paschoal Gomes de Lima, filho de Hipólito de Sá Bezerra, português de Vianna, e Joanna Bezerra de Albuquerque e, em 21/7/1875, batizou o filho Hipólito, sendo padrinhos José de Araújo Pereira e Izabel Gomes. Em 1/6/1780, batizou Gonçalo Freire de Amorim, mesmo nome do avô. Este Gonçalo casou em 7/02/1802, com Maria Freire de Amorim, filho de José Correa de Sousa e Izabel Francisca Rodrigues.

Manoella Freire de Amorim, outra filha de Gonçalo e Izabel, casou com João Pedro de Sá Bezerra, filho de Hipólito de Sá Bezerra e Joanna Bezerra de Albuquerque e, em 2/6/1875, batizou Domingos.

Outro filho de Izabel e Gonçalo que aparece com frequência nos registros é Domingos Rodrigues da Silveira. Ele foi casado com Joanna Maria Bezerra, filha de Antonio José de Lemos (Porto Calvo) e Anna Maria Bezerra. Domingos e Joana tiveram duas filhas com nome de Catharina, uma nascida em 1779 e outra em 1783. Uma delas, de nome Catharina Francisca Amorim, casou, em 24/04/1805, com Antonio Fernandes da Costa, filha de Manoel Fernandes da Costa e Anna Gomes. Em 1776, nasceu Claudia, batizada no mesmo ano e tendo com padrinhos os avós, de cada lado, Gonçalo Freire de Amorim e D. Anna Maria Bezerra. Uma filha de Domingos Rodrigues e Joanna, que teve o nome da avó Izabel Francisca Rodrigues, casou, em 2/10/1802, com José da Silva, filho de José Rabello Leão e Bernarda de Santa Rosa.

Em 23 de novembro de mil oitocentos e trinta e quatro, lá na Fazenda Saco, da Freguesia de Santa Anna do Matos, João Freire de Amorim casou com dona Damásia Lopes Viégas. Ele filho de

Gonçalo Freire de Amorim e Josefa Francisca da Costa, falecidos; ela filha de Guilherme Lopes Viégas e Izabel Maria da Conceição, falecida. Esse Gonçalo não consegui identificar dentro da cadeia genealógica dos Freire de Amorim, por conta das repetições constantes que aparecem nas descendências. Talvez seja o que sentou praça no Assú, em 1789, filho do coronel Gonçalo Freire de Amorim e neto de Domingos da Silveira. Essa Damásia era neta do fundador de Angicos, tenente Antonio Lopes Viégas, e tinha o mesmo nome de uma tia que morreu solteira.

JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (I)



Jacob Rabbi era uma dessas pessoas que muitos governantes gostam, bajulador e ideal para serviços sujos. Fazia esse papel tanto para os líderes indígenas como para o alto poder dos holandeses no Brasil. Sua vida está irremediavelmente ligada à história do Rio Grande do Norte, principalmente, pelos massacres de Uruaçu e Cunhaú. O motivo do seu assassinato, não está ainda de todo esclarecido.

Neste artigo e nos próximos que tratam do assassinato de Jacob e do inquérito instalado contra Garstman, vamos apresentar trechos extraídos dos livros de Joan Nieuof, Pierre Moreau, Roulox Baro e de Alfredo Carvalho.

Joan Nieuhof, que viveu mais de 8 anos no Brasil prestando serviços à Companhia das Índias Ocidentais, em seu *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, escreveu: À meia noite de 5 de abril de 1646, Jacob Rabbi foi traiçoeiramente assassinado com dois

tiros, perto de Potengi, a cerca de três horas do Castelo Potengi por instigação do tenente-coronel Garstman, quando regressava da casa de uma tal Jan Muller (Dirck Muller), onde fora recebido essa noite em companhia daquele oficial. Conforme revelara a amigos seus, havia já tempo que Rabbi suspeitava da traição de Garstman e, justamente por esse motivo, estava de partida para o Rio Grande a fim de se refugiar entre os tapuias. O Conselho chocou-se profundamente com essa vilania, porque Jacob Rabbi era casado com uma brasileira (índia) e gozava de grande estima entre os tapuias, sendo, pois, de se recear que o crime fizesse com que tanto os tapuias como os brasileiros se revoltassem contra nós. Por causa disso, Garstman foi preso sob custódia, por ordem dos Altos Comissários da Justiça e Finanças aos 24 de abril e foi conduzido ao navio Hollandia.

Mais adiante diz Nieuhof: Jacob Rabbi, outrora, fora encarregado de estar no meio dos tapuias, comissionado pela Companhia, para manter os tapuias em amizade e boas disposições para com este governo; assim como ele já os tinha, por várias vezes, conduzido das montanhas (onde eles habitavam), em nosso auxílio. Ele morava no Rio Grande, no forte Keulen, e era casado com uma brasileira (índia), embora fosse de ascendência alemã. Garstman voltou ao Recife no dia 19 e relatou aos Altos Comissários os seus feitos.

Em outro trecho escreveu Nieuhof: enquanto isso, os tapuias, exasperados pelo assassinio de seu comandante, Jacob Rabbi, abandonaram-nos. O Conselho fez o que pôde para os acalmar aprisionando e desterrando Garstman, o autor do delito e confiscando seus haveres. Contudo não se conseguiu persuadir os tapuias que se reunissem a nós como antes.

Embora, no seu livro, Nieuhof cite João Lostau, seu sítio, sua prisão e a casa, do dito Lostau, que foi quartel general dos holandeses, nesse relato acima não fez nenhuma referência a qualquer

parentesco do mesmo com Garstman. Em nenhum momento do seu relato diz alguma coisa sobre a esposa de Garstman.

Pierre Moreau, que viveu por aqui, apenas dois anos, como secretário de um dos Senhores do Conselho de Estado, escolhido para vir governar o Brasil Holandês, escreveu em *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*: A primeira notícia que lhes foi trazida foi a de que maior parte dos tapuias e brasilianos, que sempre tinham sido aliados dos holandeses e combatido a seu serviço, os haviam abandonado e adotado o partido de seus inimigos, por ódio àquilo que Joris Garstman, general da milícia, fizera seis meses antes, mandando matar o alemão Jacob Rabbi; este homem intrépido de tal forma se adaptara a estes selvagens em seus costumes e modo de viver, que se tornara como se fosse um deles, e estes de tal modo a ele se afeiçoaram, que o fizeram um dos seus principais capitães. Segundo os amigos de Garstman, o motivo pelo qual este mandara matar Jacob Rabbi devia ser atribuído ao ressentimento pela morte e assassinato do pai de sua mulher, cometido por Jacob Rabbi. Este escolhia os piores tapuias e com eles efetuava diversas pilhagens no país: sua morte, pois, diziam só apresentava vantagens para o público, e Garstman fizera muito bem em vingar a morte de seu sogro, tirando do mundo um ladrão que cem vezes merecia o suplício; em todo caso, tratava-se apenas de uma formalidade para puni-lo, porque ele devia mesmo ser condenado. Os que conheciam particularmente Garstman e podiam julgar as suas ações sustentavam que outros tinham sido os seus motivos: sabendo que Jacob Rabbi reunira, com o fruto de seus roubos, uma rica presa e a escondera em lugar que ele bem conhecia, mandara matá-lo para disso tirar proveito; e, com efeito, encontraram-se em seu poder algumas joias, reconhecidas por aqueles que Jacob Rabbi tinha roubado.

No registro de Pierre Moreau, embora haja referência ao sogro de Garstman, não há menção ao nome do velho João Lostau.

Essa informação que João Lostau era sogro de Garstman, tanto é defendida por Hélio Galvão, em seu livro História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, como por Olavo Medeiros Filho no livro No Rastro dos Flamengos.

Nos próximos artigos daremos sequência a este assunto.

JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (II)



Câmara Cascudo em artigo no *O livro das Velhas Figuras*, volume 3, diz ter conhecido, pessoalmente, Candido Freire de Alustau Navarro, filho do Professor Manoel Laurentino Freire de Alustau, neto de Antonio Freire de Amorim Navarro, bisneto de Manoel Pereira da Costa Guimarães, trineto do velho João Lostau de Navarro. Em outro artigo sobre Jacob Rabbi, nesse mesmo livro, escreveu que no massacre em Cunhaú, queimaram o engenho e mataram o sogro do coronel Garstman, talvez gerente da propriedade, que tinha como um dos sócios o próprio Garstman. Diferentemente de Hélio Galvão, Cascudo não pensou em Garstman como genro de João Lostau. Hélio escreveu que Beatriz Lostau Casa Maior era filha do velho Lostau e esposa de Joris Garstman.

Joan Nieuhof, no livro já citado anteriormente, dá conta da ordem de prisão para várias pessoas suspeitas de conivência na conspiração contra os holandeses, citando, da Capitania do Rio Grande, tão somente João Lostau de Navarro, no ano de 1645, sem destacar qualquer relação dele com Garstman.

Pierre Moreau, dando sequência às informações sobre o assassinato de Jacob Rabbi, escreveu: logo que Janduí e todos os seus

principais amigos souberam desta morte, solicitaram a entrega de Joris Garstman para que eles próprios o justicassem, por ter matado um de seus chefes; o conhecimento do fato, caso Garstman fosse culpado, lhes pertencia, de acordo com o privilégio que lhes tinha sido outorgado pelos Estados Gerais e a Companhia das Índias, de somente eles serem juizes dos criminosos de sua nação. Jacob Rabbi não podia ser acusado de coisa alguma e jamais traía o país. Quanto ao assassinato do sogro de Garstman, este é que dera o motivo, como todos sabiam bem; quanto aos seus roubos e furtos, se ele tinha tomado gado, era somente para viver, pois não era razoável que ele e sua gente morressem de fome quando lhes era recusado comida. Se tomara instrumentos de ferro, era para servir-se deles no campo, a serviço dos próprios holandeses, aos quais os tapuias jamais tinham pedido soldo, e pelos quais muitas vezes se tinham exposto. Quanto ao ouro e à prata, nada tinham a fazer deles e teriam mandado entregá-los se lhe tivessem falado nisso. Em todo caso, se Jacob Rabbi tivesse de ser castigado, devia-se ter seguido o costume dos holandeses; em vez disso tinham-no assassinado, quando poderiam facilmente mandar prendê-lo. Gostavam dele mais que cem outros; apesar disso agradava-lhes ser sempre amigos dos holandeses, mas faziam questão de obter Garstman para matá-lo.

Os senhores lhes responderam que Garstman era oficial superior e não tinham o poder de entregá-lo, nem mesmo condená-lo à morte soberanamente, a não ser por crime de Estado; do seu julgamento havia apelação para os Dezenove, sendo preciso ouvir Garstman antes de condená-lo; mas podiam ficar certos de que se faria boa justiça àqueles que tinham matado Jacob Rabbi, fato que lhes trouxera muito descontentamento. E, para mostrar-lhes que manteriam sua palavra, mandaram vir Garstman, que foi encarcerado em sua presença, e os senhores do Conselho disseram aos Políticos que desejavam participar do conhecimento dessa questão. Os delegados dos tapuias, no entanto, voltaram descontentes para os

seus, por lhes ter sido recusado Garstman, e disseram, ao partir, que os holandeses se arrependeriam.

Segundo ainda Pierre Moreau, no seu relato, Garstman foi depois interrogado, negou ter matado ou mandado matar Jacob Rabbi, acusou dois soldados da sua companhia, que tinham sido os instrumentos; estes foram tão apertados que confessaram o crime, dizendo ter sido mandados por Jacques Boulan, seu alferes. Boulan foi igualmente preso, e confessou que cumprira ordem de Garstman, seu capitão e general; este, acareado, negou tudo redondamente e disse a Boulan que ele era um impostor. Os dois soldados, mediante a confissão de Boulan, que os tinha eximido de culpa, foram soltos; os outros dois continuaram presos. Enquanto os Juizes debatiam esta delicada questão esperando alguma prova certa de qual desses dois devia ser acreditado, Garstman dizia que um oficial poderia assim imputar ao seu general a autoria de seus crimes; Boulan, ao contrario, alegava que um general, abusando de sua autoridade, faria depender dele a vida e a morte de seu oficial, empregando-o em vingar o seu ódio sob algum pretexto especioso de guerra e quitando-se depois pela negativa; se tivesse recusado a cumprir ordem seria demitido e proclamado poltrão; de outro modo seria preciso introduzir tabeliões e testemunhas para lavrar as atas das ordens, mandados secretos e outros que se dão num exército. Afinal, foi descoberto que Garstman e Boulan se tinham mancomunado para mandar matar Jacob Rabbi, e tinham dividido a presa. Confiscaram-se todos os seus bens e soldos e eles foram demitidos de seus cargos, banidos do Brasil e reenviados à Holanda como schelmes, isto é, como pessoas indignas.

O Sebo Vermelho, de Abimael Silva, publicou *Um intérprete dos Tapuios*, de Alfredo Carvalho, que contém o inquérito sobre o assassinato de Jacob Rabbi.

JORIS GARSTMAN E O ASSASSINATO DE JACOB RABBI (III)



O inquérito sobre o assassinato de Jacob Rabbi, se por um lado traz muitos detalhes fornecidos pelos depoentes, por outro não é esclarecedor do motivo real daquela execução. Olavo de Medeiros no seu livro, *No rastro dos flamengos*, sintetiza com muita propriedade e comentários todos os depoimentos. Pena que entre esses depoimentos não existam o de Joris Garstman e o de Jacob (ou Jacques) de Bolan, principais acusados. Vejamos algumas passagens de alguns desses depoimentos.

Vamos começar com Roulox Baro, que segundo Morisot, foi enviado, quando criança, ao Brasil, na frota das Índias Ocidentais, que partiu da Holanda, em 1617. Substituiu Rabbi junto aos tapuias, como ele conta em seu *Relação da viagem aos pais dos tapuias*. Roulox Baro era um dos participantes do jantar na casa de Dirck Muller, no dia do assassinato, 4 de abril de 1646 (e não 5 como relata Nieuhof), e, por isso, foi chamado a depor.

No começo do seu depoimento disse que: pouco antes de ter vindo do Recife aqui (Rio Grande), com o Sr. Pieter Bas, esteve em casa do tenente-coronel Garstman, em Mauristsstad (Cidade Maurícia). No decurso de uma conversação que teve com o primeiro, a propósito dos Tapuios e de Jacob Rabbi, o dito Pieter Bas contou-lhe, entre outras coisas, que Jacob Rabbi, encarregado de dar algumas mercadorias, à guiza de presente, aos Tapuias, por parte da Nobre Companhia, as tinha desviado em proveito próprio. O tenente-coronel, que nesta noite estava um pouco ébrio, respondeu que o mundo nada perderia se se desembaraçassem de semelhante canalha.

Disse mais Baro que Joris Garstman perguntou a ele se queria disso incumbir-se. Baro respondeu que se o tenente-coronel lhe desse ordem formal, e devendo esta ordem emanar dos senhores do Alto Conselho Secreto, que neste caso ele não hesitaria em obedecer e executar a ordem de Garstman. Mas, este se absteve de dar esta ordem, e como Baro não ignorava que Garstman tinha ódio velho a Jacob Rabbi, o que todo o mundo sabe, e que, obedecendo ao incitamento, poria em risco a segurança pública em toda a capitania, o depoente teve escrúpulo em realizar o atentado, e igualmente se absteve, pela mesma razão, de informar a Jacob Rabbi.

Contou Baro que ouviu os dois tiros que derrubaram Jacob Rabbi. Ele tinha saído da casa de Dirck Muller para procurar o seu cavalo. Entretanto, encontrou com Jacob Bolan acompanhado de três ou quatro soldados, dizendo para que não ficasse ninguém por lá, por ordem de Garstman, e assim foi arrastado por Bolan até a casa do tenente-coronel, sem deixar tempo de ir buscar o seu cavalo, e, por isso, chegou a pé até a casa de Garstman.

O dono da casa, Dirck Muller, contou que o tenente-coronel Garstman e vários outros amigos dele, foram vê-lo em sua casa. Quando eles já estavam ceando, chegou Jacob Rabbi, que tendo sido convidado várias vezes pelo tenente-coronel a ir ter com ele, fora à sua casa (Gartsman estava hospedado no Forte Keulen), e tendo sabido ali que este partira a cavalo para ir à casa dele, Muller, viera procurá-lo ali a fim de se informar do objeto de seu convite. O tenente-coronel lhe dera as boas vindas, e o convidara a sentar-se e a tomar parte na ceia.

Conta mais Dirck que quando soube da morte de Rabbi, saiu, acompanhado dos convivas e guiado pelo negro que o avisou, até onde estava o cadáver, deformado por vários golpes de espada no rosto, na cabeça, e no braço direito. Disse mais que uma bala penetrara-lhe do lado esquerdo do corpo e outra varara-lhe o lado direito

abaixo das costelas falsas. Pela manhã foi providenciado o enterro na presença de Willem Beckx e de alguns homens e mulheres.

Esse Willem Becx, morador na Capitania do Rio Grande, declarou no seu depoimento que sendo ele, na época do que se trata, secretário do tenente-coronel Garstman, assistiu há alguns meses, na casa deste último, aos fatos seguinte: o dito tenente-coronel ali ordenara a Willem Jansen, ex-alferes das tropas desta Capitania, que cometesse um atentado contra a vida de Jacob Rabbi.

O depoente Johannes Honck, Bailio (magistrado provincial) desta Capitania do Rio Grande, que também esteve no jantar na casa de Dirck Muller, conta em seu depoimento que não soubera da presença de Jacob Rabbi, pois fora dormir por duas ou três horas, antes de voltar para casa. Ouvira os tiros, mas foi informado por Bolan que o inimigo estava ali emboscado. Em um trecho do seu depoimento relata que no dia oito de abril soubera que o tenente-coronel tinha chegado ao forte, de volta da casa de João Lostau (este tinha sido assassinado em 1645).

Quem comandava o forte Keulen, nessa época, era Johannes Blauenbeeck, capitão de uma companhia de infantaria. Ele, no seu depoimento, contou que somente soube a notícia do assassinato de Jacob Rabbi, no dia seguinte, pela boca do bailio Johannes Honck, que veio pedir-lhe o auxílio de alguns soldados, a fim de ir, à casa da viúva de Jacob Rabbi (a índia Domingas), fazer um inquérito sobre os bens do defunto. Contou mais que as arcas de Jacob Rabbi, que estavam no forte Keulen foram abertas, por ordem de Garstman, que determinou a ele fazer a partilha entre os presentes, tendo o tenente-coronel ficado com duas libras de prata.

O secretário do tenente-coronel Garstman, Abraão de Rouff, que também esteve no jantar na casa de Dirck Muller, declarou, entre outras coisas, que encontrara Jacques (Jacob) Bolan, no dia que partira para Recife, e que tinha ouvido o mesmo vangloriar-se de

haver dado em Jacob Rabbi alguns golpes de sabre em pleno rosto e mostrou ainda um anel que dizia ter tirado do dedo da vítima.

O que mais estranho nesses depoimentos e relatos, aqui expostos nesses três artigos, é que não há qualquer citação, dando conta que João Lostau de Navarro fosse o sogro de Joris Garstman, e tampouco é citado o nome do sogro de Joris Garstman que foi assassinado por Rabbi.

REGO MOLEIRO, FERREIRO TORTO E CIDADE NOVA



Muitas localidades desta Capitania do Rio Grande receberam nomes que desafiam nossos historiadores quanto as suas origens.

Quando examinamos o inventário de Domingos Affonso Ferreira vemos que algumas ilhas e sítios receberam nomes de pessoas que não sabemos quem elas eram ou quem colocou tais denominações. Estão lá, Ilha de Manoel Gonçalves, Ilha do Fernando, Ilha do Balthazar, Fazenda Cacimbas do Vianna e Diogo Lopes. Quem foram essas pessoas que deram nomes a essas localidades?

Nos livros que tratam da presença dos holandeses aqui no Brasil, muitos são os nomes e as denominações, a maioria de origem indígena, mas outros tantos surgidos dos seus donos, como Rio Jan Stau (João Lostau), Sítio de João Lostau, Caminho de Garstman e Sítio de Magalhães.

Câmara Cascudo, em *Velhas Figuras*, escreveu, com data de 20/01/1959, que: Rego Moleiro, historicamente, não tem este nome.

Chamava-se Rodrigo Moleiro. Deve ter sido o nome do sesmeiro inicial, batizador da terra na primeira metade do século XVIII.

Mais adiante informa: mudaram-lhe a denominação há quarenta e nove anos passados. Reuniu-se a Intendência Municipal de São Gonçalo em 20 de dezembro de 1910 em sessão cerimoniosa. Era Presidente da Intendência Estevão César Teixeira de Moura, o inesquecido “coronel Estevão Moura, de São Gonçalo”, e Intendentes Antonio Lucas de Sena, José Pereira Silva Flor, Pedro Xavier de Melo, Vicente Ferreira Fonseca e João Jorge de Sá. Deram ao povoado o predicamento de Povoação e o nome de Alberto Maranhão.

Diz ainda Cascudo que a lei não foi cumprida, pois ninguém chamava Alberto Maranhão, mas Rego Moleiro.

Alguns registros da Igreja trazem o nome de Rodrigo Moleiro, como se pode ver do batismo seguinte: Antonia, filha natural de Florência Maria, moradora no Rodrigo Molleiro, nasceu aos dez de novembro de mil oitocentos e dezenove, batizada pelo padre Manoel Fernandes, de licença minha, com os santos óleos a doze de dezembro do mesmo ano; foram padrinhos Miguel, cativo do tenente Alexandre Rodrigues, e Vicência Maria, ambos solteiros desta freguesia; do que fiz este assento no qual me assino. O vigário Francisco Antonio Lumachi de Mello.

No livro *No rastro dos Flamengos*, Olavo Medeiros escreveu, quando tratava do inquérito do assassinato de Jacob Rabbi: A casa de Muller ficava à margem direita do então riacho Guajai (Água dos Caranguejos), entre os distritos de Igapó e Santo Antonio do Potengi. Dista cerca de 10,5 km da matriz de Natal. Pelas referências holandesas, ficava a três léguas do forte Keulen, seguindo-se por via fluvial. A pé, levava-se cinco horas de caminhada do Portinho àquele forte. Continuando, escreveu Olavo, cremos que Dirck Muller fosse chamado pelos portugueses, de Rodrigo Moleiro (aliás, Muller significa Moleiro).

As notícias sobre os engenhos do Rio Grande da época dos holandeses são divergentes: uma hora se fala em Cunhaú e Ferreiro Torto, noutra em Cunhaú e Utinga, e mais uma outra em Cunhaú e Potengi. Um dos primeiros massacres aqui praticado pelos holandeses foi no Engenho de Francisco Coelho, para uns o Engenho Potengi, para outros o Engenho Ferreiro Torto.

Outra confusão grande surge quando se fala em Nova Amsterdam, Natal e Cidade Nova.

Grande parte do trabalho de Olavo de Medeiros Filho foi localizar, nos mapas de hoje, aqueles sítios históricos palcos de diversos acontecimentos da nossa história. Foi um trabalho grandioso, pois Olavo esteve nos mais diversos locais, mediu, fotografou e deixou as suas hipóteses sobre cada um deles.

Sobre Cidade Nova escreveu: no Relatório do Príncipe Maurício de Nassau ao Conselho dos XIX a 14 de janeiro de 1638, dá-se conta do propósito de formar-se uma outra cidade, em substituição a Natal: “Tem somente um cidade denominada Natal, sita a légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, a qual agora se acha mui decaída. A Câmara desta Capitania está em Potengi com licença de S. Exc. e dos Supremos Conselheiros, trabalhando por agregar aí uma população que dê começo a uma cidade; dará aí suas audiências, e para esse fim levantará uma casa pública, contribuindo os moradores cada um conforme suas posses”.

Em seguida escreve Olavo – O chamado Relatório Dussen, de 10 de dezembro de 1639, refere-se novamente ao assunto da criação de uma nova cidade: “Já teve uma cidadezinha chamada Cidade do Natal, situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada, pelo que foi consentido aos escabinos e moradores levantar uma nova cidade em Potigi, pois é lugar fértil e melhor situado para os seus habitantes. Deverão construir de inicio um Paço da Câmara para aí terem o seu tribunal de justiça”.

Depois de outras referências, ele escreveu; a localização da Cidade Nova ou Amsterdam, apontada por Marcgrave, fica precisamente em terras hoje ocupadas pelo Colégio Agrícola de Jundiá, a apenas 2 km de Macaíba, na direção sul.

Há no livro Sesmarias do Rio Grande do Norte, vol. 6, o registro de uma data de Sesmaria, com muitas partes ilegíveis e ementa com vários equívocos, onde se conclui que: Em 6 de novembro de 1709, André Nogueira da Costa, capitão-mor da Capitania do Rio Grande concedeu carta de data de sesmarias a Ignácio Pereira de Albuquerque, Theodósia de Oliveira e Manoel Rodrigues. Pelo que se depreende do documento, as terras foram concedidas anteriormente a Theodosio da Rocha, sua filha Theodosia Oliveira, ao capitão João Leite Oliveira, Domingos Rodrigues Correia, Maria da Conceição e Clara da Costa.

Em uma parte desse documento está escrito: Ferreiro Torto da Cidade Nova da Capitania do Rio Grande. 1º de novembro de 1709. Christovão Soares Reimão. Portanto, pelo documento acima o Ferreiro Torto estava encravado dentro da Cidade Nova, também conhecida por Amsterdam segundo Olavo.

Para concluir, sugiro que o Patrimônio Histórico do Estado do Rio Grande do Norte, em convênio com as nossas Universidades e outros órgãos públicos ou privados, mapeiem toda a nossa área histórica e instalem marcos nessas localidades.

JOÃO MIGUEL E OS TRINDADES DE ANGICOS (I)



João Miguel da Trindade e sua esposa Maria Rosa da Conceição nasceram por volta de 1789, pelo que se observa dos registros de óbitos. João Miguel morreu tísico e foi sepultado, no cemitério público da Vila de Angicos, com a idade de setenta e cinco anos, aos 17 de junho de 1864. Maria Rosa faleceu de moléstia interior, em 19 de janeiro de 1875, com a idade de 86 anos. A maioria dos Trindades de Angicos e adjacências é descendente desse casal.

O registro mais antigo onde aparece João Miguel é datado de 6 de maio de 1825. Nessa data e na fazenda Santa Luzia, ele foi testemunha, junto com Gonçalo José Barbosa, do casamento de Desidério Cardoso com Quitéria, escrava de Ignácio Pereira de Abreu. Foi nesse registro que capturei a assinatura dele e de Gonçalo. Gonçalo era irmão dos meus trisavós Miguel Francisco da Costa Machado e Vicente Ferreira Xavier da Cruz. Era nessa fazenda Santa Luzia que vivia a maioria dos Trindades, como se observa nos registros da Igreja Católica. Segundo Pedro Antas Filho, Santa Luzia era propriedade do Barão de Ceará-Mirim.

Na data de 7 de janeiro de 1857, João Miguel tomou posse do emprego de 3º Juiz de Paz, na Câmara Municipal de Angicos, eleito que foi em 7 de setembro de 1856. Nesse mesmo dia tomou posse Vicente Ferreira Xavier da Cruz no emprego de 1º Juiz de Paz. O 2º Juiz de Paz, eleito na mesma data dos anteriores, foi José Alexandre Solino da Costa. De acordo com as regras da época João Miguel seria da serventia do 3º ano daquela legislatura.

Embora os registros da época não revelassem sua origem, relatos da família dão conta que João Miguel veio da Paraíba junto

com um irmão, que depois tomou outro destino. Sobre sua esposa, Maria Rosa da Conceição, não consegui identificar, também, seus ascendentes, embora suspeite que eram da região de Angicos, por conta das dispensas de consanguinidade que aparecem nos casamentos dos filhos Manoel Jacintho e Rosa Maria.

Manoel Jacintho da Trindade, que nasceu em 3 de julho de 1833, casou, em Gaspar Lopes, em 15 de setembro de 1866, com Josefa Francisca Xavier Bezerra, filha de José Marianno Xavier de Sousa e Maria Catharina de Sena. Nesse casamento houve dispensa de consanguinidade, denunciando parentesco entre os nubentes. Acredito que o parentesco se dava através de Maria Rosa da Conceição, mãe de Manoel Jacintho com um dos pais de Josefa, possivelmente José Marianno, filho de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa. Esse parentesco se repete no casamento de Rosa Maria que casou dentro da família de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa.

Rosa Maria da Trindade, filha de João Miguel e Maria Rosa, casou em 13 de novembro de 1872, no sítio Santa Luzia, com Vicente Verdeixa Xavier de Sousa, viúvo por falecimento de sua esposa Elísia Maria da Conceição, e filho de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa. Houve dispensa de consanguinidade e afinidade lícita. A primeira dispensa se dava por conta do parentesco de Vicente com Rosa Maria. Manoel Jacintho casou com uma neta de Francisco Xavier de Sousa e Josefa Francisca da Costa, enquanto sua irmã Rosa casou com um filho desse último casal. A segunda dispensa, de afinidade lícita, poderia se dar por dois motivos. Em primeiro lugar, Rosa casou com o tio de sua cunhada Josefa Francisca Xavier Bezerra. Em segundo lugar, Rosa talvez fosse parente de Elísia, primeira esposa de Vicente Verdeixa. Elísia era filha de José Alexandre Solino da Costa e Vicência Francisca de Aquilar Bezerra, ele filho de Antonio Barbosa da Costa e Claudiana Francisca Bezerra.

Sobre Francisco Xavier de Sousa, pai de José Marianno Xavier de Sousa e de Vicente Verdeixa Xavier de Sousa, não descobri nada de sua origem, mas pode ser descendente de um Francisco Xavier de Sousa, lá de Utinga. Por isso, acredito que Maria Rosa, esposa de João Miguel deveria ser parente de Josefa Francisca da Costa, mãe de Vicente e José Marianno. Esse Francisco Xavier de Sousa era ascendente do famoso fazendeiro Chico Sousa.

Rosa Maria faleceu e Vicente Verdeixa casou, pela terceira vez, em 1883. Já no caso de Manoel Jacintho quem faleceu foi sua esposa, e ele, então casou, em 17 de janeiro de 1869, na matriz, com Anna Maria da Conceição, filha de Miguel Francisco da Costa Machado e Anna Barbosa da Conceição, meus trisavós. Nesse caso, houve dispensa de consanguinidade e afinidade lícita. Manoel Jacintho era, portanto, parente de Anna Maria. Outro detalhe era que Anna era irmã de Francisca Rita, esposa de João Felipe da Trindade, irmão de Manoel Jacintho. Manoel Jacintho, faleceu novo, com a idade de 38 anos, em 9 de dezembro de 1871, e Dona Anna Maria, casou com Manoel Olímpio Dantas Cavalcanti, lá de Macau, filho de Manoel Dantas Cavalcante e Michaela Cândida Raposo da Câmara.

Nos registros de casamentos de Rosa e Manoel Jacintho constavam os nomes dos pais, e, por isso, foi fácil identificá-los como filhos de João Miguel e Rosa. Mas essa facilidade não ocorreu para os outros filhos do casal.

João Felipe da Trindade casou com Francisca Ritta Xavier da Costa, na matriz, em 8 de janeiro de 1851. O registro é pobre de informações, além de conter muitas abreviaturas. João Felipe morreu de mordedura de cobra, com 75 anos de idade em 15 de maio de 1895. Sua esposa, Francisca Ritta, cujos pais foram citados acima, faleceu em 24 de fevereiro de 1894. Somente descobri que João Felipe era filho de João Miguel da Trindade, por conta de uma

listagem eleitoral. O tenente João Felipe foi o último intendente de Angicos do regime monárquico.

Os outros filhos do casal, João Miguel e Maria Rosa, só foi possível encontrar, após análise de muitos registros. Falaremos sobre eles em outro artigo.

MANOEL ALVES FILHO, SEU NEZINHO



Algumas vocações se repetem em membros de uma mesma família. Encontramos, ao longo do tempo, famílias de escritores, poetas, matemáticos, músicos e, também, de políticos. É o caso da família Alves do Rio Grande do Norte, onde a vocação política está presente ao longo de muitos anos. Não é simplesmente uma questão de oligarquia como se repete. Mais do que isso, entram as composições genéticas e ambientais.

No dia 10 agosto, Manoel Alves Filho, Seu Nezinho, se fosse vivo, estaria completando 117 anos. Ele nasceu no dia 10 de agosto de 1894, tendo sido batizado no dia 9 de setembro do mesmo ano, tendo como padrinhos Nossa Senhora das Dores e Manoel Francisco Cordeiro. Seu aniversário é um dia antes do aniversário do seu filho mais famoso, Aluizio Alves. Este muito festejado, aquele muito esquecido.

Nos dias de hoje, os Alves vivem um período de glória, tendo passado anteriormente por momentos difíceis. Garibaldi Alves, que foi deputado estadual e vice-governador, é hoje senador da república; Garibaldi Alves Filho, que foi deputado estadual, prefeito, governador duas vezes e presidente do Senado, é hoje senador e ministro da Previdência Social; Agnelo Alves, que foi prefeito de Natal e

Parnamirim e senador, é hoje deputado estadual; Carlos Eduardo foi deputado estadual e prefeito de Natal; Valter Alves é deputado estadual; Henrique Alves, que é deputado federal há mais de dez legislaturas, é hoje líder do PMDB e forte aliado do Governo Federal. Ana Catarina Alves, irmã gêmea de Henrique, foi vereadora e deputada federal; Clemenceau Alves foi prefeito de Angicos; e Expedito Alves que foi prefeito de Angicos e foi assassinado.

Tenho uma curiosidade muito grande em saber mais sobre Manoel Alves Filho e sua esposa Maria Fernandes, ascendentes de todos esses políticos acima nomeados. Qual foi a participação deles no encaminhamento dessas vocações políticas? Nossos historiadores maiores não se aprofundaram nessa questão. Encontramos poucas informações sobre seu Nezinho, mas acredito que ele teve uma vida que merece uma boa biografia.

Manoel Alves Filho começou sua vida com um problema, pois seu irmão mais velho era Manoel Alves Martins Filho. Possivelmente, eles deveriam ser distinguidos por apelidos. O irmão mais velho, nascido em 2 de dezembro de 1891, batizado em 7 de dezembro do mesmo ano, era filho de Manoel Alves Martins e Joaquina Teixeira Martins (primeira esposa). Passei um tempo tentando descobrir a origem do velho Manoel Alves Martins. Francisca Martins, neta dele, após conversas com algumas irmãs mais velhas, informou que o pai dele poderia ser Manoel Alves Martins ou Joaquim Alves Martins, e que os mais antigos da família tinham vindo de Cacimbas do Vianna. Noélia Agripino, entretanto, escreveu: sou natural de Santana do Matos e meu avô, Luiz de França Martins, era filho de Delfino Alves Martins e Paulina Maria da Conceição. Coincidentemente, eles dois são irmãos dos pais de Nezinho Alves (Manoel Alves Martins e Maria Ignácia da Conceição, a segunda esposa), isso eu já sabia porque minha mãe falava muito que Nezinho e meu avô eram primos carnais).

Quando Manoel Alves Martins Filho foi batizado, em 1891, foram seus padrinhos Delfino Alves Martins e Josefina Alves Fernandes, irmãos, e que pelo que foi dito acima por Noélia, tios dele.

A trajetória dos ascendentes de seu Nezinho é povoada por homens que tiveram atuação e prestígio em suas épocas. O pai dele, Manoel Alves Martins, era filho do negociante José Alves Martins e de Francisca Martins de Oliveira. José Alves nasceu em Macau, casou em Currálinho e atuava em toda região do Assú. Pelo que observamos nos registros da Igreja foi muito solicitado para padrinho de batismos ou testemunha de casamentos em Rosário, Oficinas, Cacimbas do Viana, Assú, praia do Rosado, Sítio Comissário e adjacências. José Alves Martins foi assassinado em Rosário em 1871. O pai de José Alves Martins era o major José Martins Ferreira, que foi presidente da Mesa de Arrecadação de Macau, e também Juiz Municipal. Está na lista dos fundadores de Macau que saíram da Ilha de Manoel Gonçalves. Assim como José Alves Martins, era muito solicitado para padrinho de batismo e testemunha de casamento em várias regiões do Assú, principalmente Cacimbas do Vianna, para onde levou toda a família. O major José Martins Ferreira sucedeu seu pai, o capitão João Martins Ferreira, na administração das terras do Sertão do Assú, do tenente-coronel Bento José da Costa.

A esposa de Seu Nezinho, sua prima Maria Fernandes, conhecida como Dona Liqueinha, tinha uma ascendência de pessoas muito ativas nas suas comunidades. Ela era filha de Josefina Emília Alves Fernandes e Absalão Fernandes da Silva Bacilon. Josefina era filha de José Alves Martins, já citado acima. Absalão era filho de Antonio Fernandes da Silva e Sabina Maria da Silva, neto paterno de Manoel Álvares da Fonseca e Anna Maria Barbosa, e materno de Francisco da Silva de Carvalho e Maria Joanna.

As poucas informações que obtive sobre seu Nezinho foram tiradas dos livros de Zélia Alves e de Aluizio Alves, além do livro *Memória Viva*, com entrevista de Aluizio. Por esses livros vemos que seu Nezinho saiu de Santana do Matos, onde nasceu, e foi ser comerciante em Angicos. Em 1929 era vice-prefeito, prefeito interino na revolução de trinta e prefeito designado em 31. Foi, também, presidente da Câmara Municipal de Angicos. Foi autor do ato que mudou o nome da povoação de Carapebas para Afonso Bezerra. Com a seca de 1932 veio com a família para Ceará-Mirim. Dois dias depois de Agnelo Alves ter nascido, foi preso, tendo permanecido nessa condição por 31 dias.

Numa época em que menino não se metia em conversa de gente grande, Aluizio adquiriu um espaço entre os adultos que o fez se projetar para o futuro. Por isso, acredito que seu Nezinho teve uma participação muito grande no sucesso de Aluizio e de todos os seus outros descendentes que enveredaram pela política.

CORONEL DAVID DANTAS DE FARIA E A FAZENDA PANOM



Em 15 de setembro de 1751, David Dantas de Faria recebia carta patente de tenente-coronel do Regimento de Cavalaria da Ribeira do Assú, de que era comandante o coronel Antonio da Rocha Bezerra, vaga pela mudança de Felis Barbosa Tinoco dessa dita Ribeira para a Ribeira do Apodi. Além de ser um dos homens nobres e das principais pessoas dessa Ribeira, e abastado de bens, tinha servido a Sua Majestade, na Capitania do Rio Grande, como capitão e sargento-mor de Infantaria das Ordenanças.

Em 1756, David Dantas de Faria fazia requerimento ao rei D. José, pedindo confirmação de carta patente do posto de coronel de Cavalaria do Regimento da Ribeira do Assú, passada pelo capitão-mor Pedro de Albuquerque de Mello. Em 1759, ainda coronel, fez carta ao rei D. José informando que o novo capitão-mor do Rio Grande, João Coitinho de Bragança, ao passar mostra ao Regimento de Cavalaria da Ribeira do Assú, estava obrigando todos os oficiais a referendarem as suas patentes, cobrando variados valores por cada uma delas. A velha propina!

Em 1823, por seu bastante procurador, o capitão João Martins Ferreira (meu tetravô, aquele lá da Ilha de Manoel Gonçalves), o coronel Joaquim Pereira Vianna, da Praça de Pernambuco, Engenho do Moreno, em virtude da demarcação de seu sítio e fazenda, chamada Panom, na margem do Poente do Rio dos Cavalos, com três léguas de comprimento e uma légua de largura, solicitava a presença dos confinantes para que não restassem dúvidas com relação à dita demarcação. Essas terras confinavam, ao Poente com Data do próprio Joaquim, que obteve por herança, nas Caatingas e Riacho do Umbuzeiro; ao Norte, com terras do Sítio Arraial, dos herdeiros netos da falecida D. Maria do O' de Faria, viúva do coronel Jerônimo Cabral de Macedo, a saber: José Correa de Araújo Furtado, e seus cunhados Pedro Soares de Macedo, Jerônimo, Izabel, e João, órfãos maiores de quatorze anos e tutelados daquele, Gabriel Soares Raposo da Câmara e seus cunhados, Mathias Antonio, Antonio Mathias, Francisco Antonio e Jerônimo; confinava ainda com terras do Sítio Furabocas do capitão Lourenço de Araújo Correa; e da Calheira (Caeira) de D. Brites Pás Barreto, viúva do falecido José Varella Barca, e seus filhos o capitão Manoel Varella Barca, e outros, ou netos que tinham parte na dita terra Calheira.

Joaquim Pereira Vianna, em sua procuração, constituindo seus procuradores, o capitão João Martins Ferreira, José Antonio

da Fonseca e o capitão Francisco Dantas Cavalcante, afirmou que era herdeiro, testamenteiro e inventariante dos bens do seu falecido sogro, o coronel Thimóteo Pereira Bastos. Nesse processo de demarcação da Fazenda Panom, constava cópia de uma escritura de venda da Fazenda Panom, sintetizada a seguir.

Em 31 de outubro de 1774, na Vila de Santo Antonio de Recife, Pernambuco, na casa de morada do sargento-mor Manoel Gomes dos Santos, foi passada a escritura de venda da Fazenda Panom. Como vendedores estavam Theotonio Dantas da Gama por si e como procurador de suas irmãs, D. Quitéria d'Antas e Dona Agostinha (Angela) Pereira Dantas, e de sua tia Rosa Antas de Farias, e o tenente-coronel José da Costa de Carvalho como procurador de Francisco de Brito e sua mulher Dona Genebra Bernarda d' Antas de Farias, morador, o dito tenente-coronel, na Ribeira do Assú, e o vendedor Theotonio d'Antas da Gama, no Porto, e ora assistente na Ribeira do Assú. Como comprador o sargento-mor Manoel Gomes dos Santos, morador na dita Vila de Santo Antonio do Recife. Os vendedores eram herdeiros do defunto coronel David Dantas de Faria (ao longo da escritura e dos registros da Igreja, às vezes aparecia como sobrenome Farias).

A Fazenda Panom, de gado vacum e cavalar, estava situada na Ribeira do Assú, Capitania do Rio Grande, comarca da Paraíba. Partia pela parte Norte com terras do capitão Antonio Coelho, da parte Sul com terras de Quitéria Dantas, da parte do Nascente com terras do capitão-mor Christovão da Rocha (Pitta). Foi vendida por doze mil cruzados.

Dona Rosa Dantas de Faria, da Freguesia de Cunha, era irmã do coronel David Dantas de Faria. Theotonio, Angela e Quitéria eram sobrinhos do coronel, e filhos de Antonio de Andrade Gama, moradoras, as irmãs, na Quinta do Vale Longo, Freguesia de São Paio de Agoa Longa, do Concelho de Coura, Comarca de Vianna.

Dona Genebra Bernarda d'Antas de Faria, também, era irmã do coronel David Dantas de Faria. Ela e seu marido, Francisco de Brito Barbosa, da Freguesia de Cunha, do Concelho de Coura, em vinte e dois de abril de 1772, na casa do sobredito Francisco de Brito Barbosa, na Quinta do Passo, Freguesia de Cunha, passaram procuração para o capitão Mathias Antonio Affonço, da Freguesia da Vila Nova do Meio Termo da Vila de Barca, e na cidade do Porto ao capitão Antonio Pinheiro Salgado, e Antonio Rodrigues da Silva Prassa, e na cidade de Lisboa a Antonio Rodrigues Vianna e no Recife de Pernambuco, Estado do Brasil a Manoel da Costa Mendes, Domingos Pires Ferreira, tenente Vicente Gurjão, e Bento Rodrigues Xavier, e na Vila de Goiana a Gregório José da Silva Coitinho e Felis Gomes de Jesus, e na cidade da Paraíba a José Rodrigues Chaves e a João da Silva Ferreira, e na cidade do Rio Grande a Francisco Pinheiro Teixeira, e a Francisco Machado de Oliveira Barros, e na Freguesia do Assú, ao capitão José da Costa de Carvalho e ao capitão Mor Francisco Nogueira, todos moradores no Estado da América, para cuidarem da herança do seu irmão e cunhado David Dantas de Faria, natural da Freguesia de Cunha, Concelho de Coura, falecido na Freguesia do Assú, Capitania do Rio Grande, Bispado de Pernambuco, cuja herança se achava na dita Freguesia do Assú e mais partes dos ditos Estados do Brasil.

Pelo que se depreende acima, das procurações, além da Fazenda Panom, havia outras em várias localidades aqui no Brasil. Em outro artigo daremos mais informações sobre o coronel David Dantas de Faria.

DESCENDENTES DO CORONEL DAVID DANTAS DE FARIA



Na relação dos herdeiros da Fazenda Panom, pelo que se observa da escritura de venda da mesma, em 1774, não aparecem filhos, nem esposa do coronel David Dantas de Faria. Não há nenhuma observação sobre seu estado civil. Por isso, fui atrás de documentos da época, para ver se encontrava mais informações sobre o coronel.

Em 7 de fevereiro de 1752, no casamento do português de Vianna, Bento José Taveira Vianna, com Dona Lourença de Araújo Correa, viúva de Luis Soares Correa, uma das testemunhas é o tenente-coronel David Dantas de Faria, ainda solteiro. Mas, o coronel teve filhos. Em primeiro lugar vamos apresentar o casamento de uma filha dele, em um registro onde aparecem poucas informações. Uma lástima, repetindo Dom Adelino. Somente o registro de batismo, que se segue, esclarece melhor os fatos.

Aos vinte e seis de outubro de mil setecentos e setenta e nove, de licença minha, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, corridos os banhos, sem impedimento, até a hora do recebimento, a horas da manhã, em presença do Padre Coadjutor de Papari, Ignácio (ilegível) Coelho, e das testemunhas com ele assinadas, Francisco Xavier de Sousa, não diz se é casado ou solteiro, e de Salvador Maria da Trindade, meus fregueses, receberam com as bênçãos, conforme o Sagrado Concílio Tridentino e Ritual Romano, com palavras de presente, corridos os banhos de suas naturalidades, e domiciliar, Vicente Ferreira de Lira, não diz filho de quem, e Anna Maria Dantas de Faria, minha freguesa, e não se continha mais no dito assento, e por verdade, ausente o Reverendo Vigário, me assinei. Padre Joaquim José Pereira, Pró Vigário do Rio Grande.

Vicente e Anna Maria, tiveram um filho em 1781. Vejamos o registro, onde há uma mudança no sobrenome de Vicente.

Miguel filho legítimo de Vicente Pereira Lira e de Anna Maria Dantas, naturais da Freguesia de Nossa Senhora do O' da Vila de São José de Mipibú, nasceu, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, aos vinte e nove de setembro de 1781, e foi batizada, aos vinte e nove de outubro de 1781, na Capela de São Gonçalo do Potegi, filial desta matriz, com os santos óleos, pelo Reverendo Coadjutor Luis Felis de Vasconcellos; neto por parte paterna de Firmiano de Abreo Lira e de Theresa de Jesus, ambos naturais da dita Freguesia de Papari, e pela materna do coronel David Dantas de Farias, solteiro, e de Sebastiana Netta, solteira. Foram padrinhos José de Araújo, solteiro, morador na Freguesia de Estremoz e Anna Theresa de Jesus, filha do sobredito Firmiano de Abreo; de que fiz este assento para constar. Francisco de Sousa Nunes, vice-vigário do Rio Grande.

Registro de batismo de 16 de outubro de 1814, em Jundiaí, dá conta que Davi Dantas e Maria Manoela, filhas da viúva Anna Dantas, foram padrinhos de Antonio, filho de Josefa escrava de Angélica Maria. Outro, na mesma data, diz que Davi Dantas e Josefa Teresa, filhos da viúva Anna Dantas, foram padrinhos de Lourenço, filho de Francisco Ramos e Teresa Maria. Por escassez de outros registros, não é possível dizer se essa Anna Dantas é a mesma Anna Maria Dantas de Faria, filha do coronel.

Pode haver outros filhos do coronel. Para futuras investigações, deixo aqui outras informações que podem ajudar outros pesquisadores, pois, encontramos várias pessoas de nome David Dantas de Faria.

Começemos com um registro de assentamento de praça, na Ribeira do Assú. Está no documento: David Dantas de Faria, filho de Heronimo Mendes Pereira, natural e morador nesta Ribeira do Assú,

pardo, solteiro, de estatura ordinária, nariz grande, cor trigueira, olhos pardos, boca pequena, de idade de dezenove anos, assenta praça em revista de vinte e sete de julho de 1789.

Encontramos mais assentamentos de filhos de Jerônimo Mendes Pereira, na Ribeira do Assú: Matheus Mendes Pereira, de 26 anos, assentou praça, também, em vinte e sete de julho de 1789; Manoel José Dantas de Faria assentou praça em oito de novembro de 1793, com a idade de 19 anos, falecido em 1807; e Francisco Alves Xavier, 25 anos, assentou praça, em 8 de novembro de 1793.

É interessante observar que os dois primeiros filhos de Jerônimo, citados acima, tinham nomes de militares que chefiaram Regimentos em tempos passados. Talvez tenha sido uma homenagem aos ditos. Entretanto, há outras coincidências que sugerem alguma ligação de Jerônimo Mendes com o coronel David Dantas de Faria.

Em dezoito de agosto de 1839, na Fazenda Panom, foi batizada, Izabel, filha de Jerônimo Mendes Pereira e Ignácia Maria da Conceição, tendo como padrinhos Nicolau Vieira de Mello e sua mulher Maria Francisca da Fonseca; Em oito de novembro de 1833, no sítio Barra, Joanna Maria da Conceição, filha de Jerônimo e Ignácia, casava com José Marinho Dantas, filho de Antonio da Cunha Calheiros e Joanna Maria da Conceição, com presença de José Francisco de Farias e Antonio Francisco Dantas. Em vinte oito de novembro de 1828, no Sítio Barra, David Dantas de Faria, 24 anos, filho de David Dantas de Faria e Angélica Rosa, desposou Izabel de Seixas de 29 anos, tendo como testemunhas José Francisco de Faria e Luiz de França Dantas; Esse Luiz de França era filho de David e Angélica Rosa, e em vinte de dois de janeiro de 1827 tinha desposado Izabel Maria de Jesus, na Matriz do Assú, filha de João de Maia Correa e Anna Maria, presentes José Dantas de Farias e João Baptista, casados.

A Izabel de Seixas, acima, deve ser Izabel Pereira de Lima, pois em dois de junho de 1833, no Saco dos Seixas, houve o batismo de João, filho de David Dantas de Farias Junior com ela, tendo como padrinhos José Francisco de Farias e Anna Quitéria de Santa Anna. Em doze de fevereiro de 1835, outro filho do casal de nome Alexandrino, foi batizado, tendo como padrinhos Francisco Xavier de Seixas e Felippa Maria do Espírito Santo.

Outro detalhe, é que em quatro de junho de 1843, houve o batismo, na Fazenda Panom, de Manoel, filho de José Francisco Xavier e Francisca Maria do Nascimento, onde um dos padrinhos foi o viúvo David Dantas de Faria. Devia ser o esposo de Angélica Rosa, pois, David Junior foi padrinho junto com Izabel em 1846, na Fazenda Morro.

CONCUBINATOS



No livro de Francisco Marinho, *O Rio Grande do Norte sob o Olhar dos Bispos de Olinda*, conta Frei João da Purificação Marques Perdigão, o que aconteceu dia 11 de maio de 1834: neste dia falei com 2 concubinados públicos, a cada um dos quais fiz ver quais eram os seus deveres, e apesar das mais sérias reflexões, não pude resolvê-los a casarem, posto que os convencesse da futilidade de suas razões, tendo eles a tal respeito um claro conhecimento. Admirei a sua dureza, e apenas pude conseguir dar-me resposta no dia seguinte, para meditem acerca de tão importantes razões por mim expostas. No dia seguinte dos dois só um apareceu disposto a casar.

Segundo Aluízio Alves, em Angicos, o coronel Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, foi, em meados do século XIX, figura de

destaque e prestígio político no município de Macau. Era proprietário da Fazenda Morro, porto de embarque que ficava a sessenta e cinco quilômetros do Assú, depois conhecido por Pedrinhas. Presidiu a primeira Câmara de Angicos, que funcionou de 27 de fevereiro de 1834 a 12 de janeiro de 1835. Foi eleito deputado à Assembleia Provincial, em 1846. Propôs, então, a mudança da sede do município para a povoação de Macau. Em 2 de outubro de 1847, foi aprovada a lei de nº 158, que elevou à categoria de Vila a povoação de Macau, subordinando Angicos, como povoação, à sua direção administrativa. Houve revolta e resistência do povo de Angicos.

Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, conhecido por Jerônimo do Morro, era filho do capitão-mor Pedro Pereira da Costa e D. Josefa Maria da Conceição. Esta última filha do coronel Jerônimo Cabral de Macedo e D. Maria do O' de Faria.

Por seu prestígio, sempre aparecia nos registros da Igreja como padrinho ou testemunha. O que me intrigava é que em vários desses registros estava acompanhado de Dona Anna Fragosa de Medeiros. Embora nos registros não houvesse menção à relação que existia entre os dois, pensei, a principio, que era uma filha sua. Procurei outros documentos. Já em 1827, na Fazenda Morro, há um casamento de escravos de Anna Fragosa, onde um dos padrinhos é Jerônimo Cabral Pereira de Macedo. Pelo registro de casamento de Carlos Cabral de Macedo, em 1824, observa-se que Jerônimo já era casado, nessa data.

No registro de batismo de Estevão, filho de Miguel Ribeiro (da Trindade Dantas) e de sua mulher Maria José Dantas, em 1846, na Fazenda Morro, celebrado por Padre Felis Alves de Sousa, aparecem como padrinhos Jerônimo Cabral Pereira de Macedo e Anna Fragosa de Medeiros, seguida da palavra Conc., assim mesmo, abreviada. Pensei que pudesse ter outro significado, mas no registro a seguir, ficou mais claro.

Joanna, filha legítima de Ignácio Ferreira de Macedo e Maria Leocádia Pereira, nasceu aos treze de janeiro de mil oitocentos e quarenta e cinco, e foi batizada pelo Reverendo Antonio Freire de Carvalho, com os Santos Óleos, na matriz de Santa Luzia de Mossoró, aos trinta de outubro do mesmo ano, e foram padrinhos Jerônimo Cabral Pereira de Macedo, e Anna Fragosa de Medeiros /concubinados/ por procuração que apresentaram Manoel da Silva Pereira e sua mulher Maria Joaquina do Sacramento; e para constar mandei fazer este assento em que assino. Manoel Januário Bezerra Cavalcante, pároco Colado do Assú.

É interessante observar que até o momento não encontrei o nome da esposa de Comandante Superior Jerônimo, nem filhos. Talvez a esposa dele tivesse algum tipo de problema. Jerônimo faleceu com 80 anos em 1860. No seu óbito não aparece seu estado civil. Anna Fragosa de Medeiros faleceu em 1873, com 77 anos de idade. A seguir alguns outros concubinatos encontrados, com suas especificidades.

Às oito horas da noite do dia vinte e dois de agosto de mil oitocentos e cinquenta e cinco, no Sítio Camoropim, o Padre Coadjutor Elias Barbalho Bezerra, em desobriga, uniu em matrimônio, de minha licença, e deu as bênçãos nupciais aos contraentes José Lopes da Costa, de idade de setenta anos, e Maria Francisca da Conceição, de sessenta e cinco, concubinários antigos; e servatis ex more servandis; e o presenciaram as testemunhas Manoel Gregório Antunes, casado e Luiz da Circuncisão Ferreira, solteiro.

Às dez horas e meia da manhã do dia quinze de fevereiro de mil oitocentos e sessenta, no Sítio Linda-Flor, desta freguesia, por se acharem dispensados de consanguinidade, uni em matrimônio, e dei as bênçãos nupciais, aos contraentes, meus paroquianos, João Domingos Cardoso, e sua concubina Delfina Maria da Conceição, dispensados os proclamas em razão da idade madura, e

do concubinato, e observados as mais formalidades de estilo, a que presenciaram Albano Francisco de Sousa e Luisa Nunes da Fonseca, casado.

Aos vinte e dois de abril de mil oitocentos e setenta, no Tubarão, em desobriga, assisti recebimento em matrimônio, os meus paroquianos Januário Pereira de Lima, viúvo, por falecimento de sua mulher Antonia Maria da Conceição, e Joanna Maria da Conceição, com quarenta e quatro anos de idade, os quais achando-se a anos concubinados, por admoestação minha, dispuseram-se a casar, portanto dispensados foram de habilitação de papéis, sendo confessados e examinados em Doutrina Cristã, e lhes dei as bênçãos nupciais, servatis servandis de jure; foram testemunhas Francisco Antonio Baracho, e Guilherme Antonio de Araújo.

MACAU MAIS ANTIGO



Não sei precisar quando o nome Macau apareceu nos mapas e documentos do Rio Grande do Norte. Não encontrei nas sesmarias do Rio Grande do Norte esse nome.

A sesmaria pedida por Francisco Carvalho Alcacer (Valcacer), em 1780, menciona locais como Ilha do Pissal, Água Maré, Mangue Seco, Trapiche. Outra do mesmo Valcacer, datada de 1782, cita locais como Camboa dos Barcos, Barra do Amargoso, Armazéns, Fazenda Amargoso, mas o nome Macau não aparece, embora o documento pedisse todas as ilhas que estivessem dentro da solicitação.

No livro de Dioclécio D Duarte – *A indústria extrativa do sal e a sua importância na economia do Brasil* – ele escreveu: As salinas do Assú e Mossoró (Revista do Instituto Histórico e Geográfico e

Etnográfico do Brasil – Tomo XLVI – pág. 174) que se estendem em um espaço de costa, desde Água Maré até a barra de Assú, por 36 léguas, eram uma costa realenga, habitada por pescadores, que secavam o seu pescado e vendia para o Recife de Pernambuco e tiravam sal, que traziam para o pontal da barra do Assú e barra dos Cavalos, onde fundiam as sumacas, e eles vendiam o sal cada um alqueire a 60 e 80 réis.

Frei Manoel (de Jesus Maria), religioso carmelita do convento da Cidade de Olinda, no ano de 1792, tirou esse terreno por sesmaria em nome do seu pai e aposentou-se lá de morada, dando 200\$000 ao convento, e com a procuração do pai desapossou desta costa todos os moradores, deixando somente àqueles que estiveram pela dura condição de lhe darem metade de sua pescaria, depois de beneficiada e não tirarem o sal.

Compra a fazenda de criar gado junto ao rio das Conchas, chamada Cacimbas do Vianna, por 1:000\$000 e a fazenda chamada Amargoso, por 1:200\$000, e por este modo fica só com o exclusivo do sal, que vendia às sumacas a 160 e 200 réis.

Sabe ganhar amizade dos carregadores da comarca de Paraíba e com violência despeja um grande numero de povos que ali habitavam, tão úteis a Pernambuco pelo fornecimento do seu pescado seco; não obstante do maior número desses povos terem sido mais antigos em habitar este terreno e por isso tinha a preferência na conformidade da carta régia sobre as sesmarias e Ord. Do livro 4 tits. 57 e 58, que mandam preferir a posse a donativos das terras que contestam sobre aquele que tiram por sesmaria.

Finalmente cresce a indignação nestes povos sobre este padre e houve uns assassínios, em que ele saiu culpado indo esse processo crime a Lisboa foi sentenciado para Angola, não chegando a cumprir este extermínio, porque morreu no ano de 1806.

Suas terras foram repassadas para sua irmã D. Rosa da Fonseca, sendo ambos filhos de Francisco Carvalho de Valcácer e Joanna Maria da Fonseca.

Na escritura das terras vendidas por Dona Rosa da Fonseca, no ano de 1797, está escrito que Macau, Trapiche, Quatro Bocas, Armazéns e Barreiras foram herdados dos seus pais Francisco Carvalho de Valcácer e Joanna Maria da Fonseca; na relação das 13 léguas pertencentes ao coronel Bento José da Costa, consta que a Ilha denominada Macau, com uma légua de Leste a Oeste tinha 4 fogos, não servia para criar, por não ter água.

Quando em 1810 foram feitas as avaliações das terras pertencentes aos bens de Domingos Affonso Ferreira e sua mulher Donna Maria Theodora Moreira de Carvalho, a descrição feita pelo Administrador dessas ditas terras, José Álvares Lessa, era a seguinte: Ilha denominada, do Macáo, com uma légua de comprimento do Norte, e Cambôa dos Barcos a Leste, e Nascente até a Cambôa do Amargozinho, e com largura de três quartos de légua; tem ruins salinas, bons pastos para gado, porém não tem água doce; vista e avaliado por cinquenta mil-réis.

Segundo Francisco de Assis Gondim Menescal, em Algumas notas sobre as propriedades da Companhia Comércio e Navegação no litoral do Estado do Rio Grande do Norte (Coleção Mossoroense), quem recebeu as terras e tomou posse como Administrador das mesmas foi o procurador dos compradores, Felipe Rodrigues Santiago. Ele perante o tabelião público da Vila Nova da Princesa, Manuel José de Azevedo, lançou três vezes terras para o ar, abriu e fechou portei-ras do curral da mesma fazenda, meteu e fincou estacas e finalmente cortou ramos e fincou uma grande cruz de pau de emburana entre o curral e a cerca. Completa mais: fincou finalmente uma cruz de trinta ou quarenta palmos no porto onde chega a maré.

Já em 1810, estava como Administrador José Álvares Lessa. Em 1818, quando da invasão dos piratas ingleses à Ilha de Manoel Gonçalves e adjacências, chefiava o degredo da Ilha, Alexandre José de Sousa. Naquela mesma data já se encontrava o capitão João Martins Ferreira, como administrador das terras de Bento José da Costa.

Essa posse foi mantida por 71 anos, sendo transferida, em 26 de fevereiro de 1868, por Bento José da Costa (Junior) e sua mulher Emília Júlia Pires Ferreira ao capitão José Gomes de Amorim.

Diz Nestor Lima: desabitada, a princípio, quando outros pontos como Alagamar e a Ilha de Manoel Gonçalves eram povoadas, Macau teve como primeiros habitantes e povoadores os portugueses capitão João Martins Ferreira, e seus quatro genros Antonio Joaquim de Sousa, José Joaquim Fernandes, Manoel José Fernandes, e Manoel Antonio Fernandes, além de Manoel Rodrigues Ferreira, João Garcia Valadão, Francisco José da Costa Coentro, Elisiário Antonio Cordeiro e o brasileiro Jacinto João da Ora, que habitavam a Ilha de Manoel Gonçalves e de lá se mudaram para a incipiente povoação de Macau.

Continua Nestor, com o decorrer do tempo, vieram estabelecer-se novos habitantes, com casas de comércio e fábricas de sal. Para a nova povoação foi transferida, por lei de 9 de novembro de 1835, a cadeira de instrução primária do povoado de Oficinas, pertencente ao município de Assú.

Segundo Cascudo, criado a dois de outubro de 1847 pela transformação da sede própria do Município de Angicos para a Povoação de Macau, elevado ao predicamento de Vila. Cidade em 9 de setembro de 1875.

Já Nestor Lima escreveu que esse território pertenceu primitivamente ao município de Assú, desde 1783; depois, a Santana do Matos; em seguida a Angicos, e finalmente, tornou-se autônomo, a

contar de 1847. Seus limites eram em geral os seguintes: ao Norte, o Oceano Atlântico; a Leste, o município de Touros, e hoje, Baixa Verde; ao Sul, aos municípios de Angicos e Assú, e a Oeste, o de Assú.

Pelo porto de Macau passavam as mercadorias com destino ao centro do sertão: a lei nº 28 de novembro de 1836, na presidência de João Ferreira de Aguiar, criou a mesa de arrecadação de rendas provinciais, com um administrador, que servisse de tesoureiro, um escrivão e os fiscais que fossem necessários.

Câmara Cascudo dá mais notícias: Nesse 1825 parece ter tido Macau um surto de desenvolvimento. João Martins Ferreira, seu filho e quatro genros, pioneiros na fixação social, construíram a casa comercial, escrevendo na fachada, 1825.

CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA



Há uma preocupação entre os genealogistas em face de uma recomendação do presidente do Conselho Nacional de Justiça, o ministro César Peluso, conforme artigo de Elio Gaspari, na Folha de São Paulo. Tudo por conta do seguinte trecho: Será preservada uma amostra estatística representativa do universo dos documentos e processos administrativos e dos autos judiciais findos destinados à eliminação.

Essa preocupação é válida porque todos nós, que fazemos pesquisas genealógicas, dependemos de documentos que estão nas Igrejas, nos cartórios, nos fóruns judiciais, nos institutos históricos, nos arquivos públicos e privados, e em muitos outros locais que guardam ainda registros do passado.

A preservação de documentos não está nas prioridades dos órgãos públicos deste país. É uma atividade incipiente, mesmo levando em conta os avanços tecnológicos, principalmente, os processos modernos de digitalizações e fotografias.

Alguns inventários, que foram transferidos dos cartórios para alguns Fóruns Judiciais, não estão sendo cuidados com o devido zelo. São amontoados em lugares impróprios e vão se destruindo naturalmente. Eles são necessários a reconstituição da História dos nossos municípios, estados e do próprio país. Para muitos, trata-se só de papéis velhos e, por isso, muitos já foram descartados.

Os mórmons, através das microfilmagens, conseguiram preservar muitos desses documentos de cartórios, de igrejas, e de outros locais e, recentemente, estão disponibilizando aos poucos na Internet. Não fui até Florânia pesquisar, nos livros da Igreja, os meus ascendentes lá do Seridó. Para exemplificar, foi lá no site dos mórmons que encontrei o seguinte registro, em um dos microfilmes: Aos dois de maio de mil novecentos e cinco batizei André, filho legítimo de Pacífico Clementino de Medeiros e Anna Olindina Bezerra Cavalcante, nasceu a vinte e um de abril do dito ano, seus padrinhos José Garcia da Cruz, e Maria Pereira do Nascimento; para constar fiz este assento que assino. Vigário João Borges de Salles. Essa Anna Olindina, que conheci por tia Nana, era irmã do meu bisavô Alexandre Garcia da Cruz.

No registro seguinte é batizado Torquato, filho de José Garcia da Cruz e Maria Pereira do Nascimento, e os padrinhos são Pacífico Clementino de Medeiros e Ana Olindina. Quem vê esses registros, pode observar que já estão bem deteriorados, e só é possível identificar alguns dados se já houver conhecimento de algumas informações anteriores.

Wandyr Soares de Araújo Villar que reeditou, em 2007, um livreto sobre a família Casa Grande, residente na cidade do Assú, de

autoria de Antonio Soares de Macedo, escreveu no prefácio dessa edição: grande parte do acervo de Clara Soares foi fragmentada. Uma parte foi subtraída da família por pessoas, conhecidas, sob empréstimos, nunca devolvidos. Uma segunda parte foi igualmente subtraída por outros membros da família; eu mesmo tento recompô-la para juntar com o que me foi doado pelas minhas tias-avós e a terceira parte, a que foi doada para IHGRN é ocasionalmente encontrada em sebos, juntamente com outros artefatos roubados da instituição.

Outro exemplo que coloco vem desse livreto, de 1893, de grande importância para a história do Rio Grande do Norte. Veja o que escreveu seu autor, Antonio Soares de Macedo, no intuito de preservar a grata memória dos seus ascendentes, extraído de um caderno de lembranças do seu 4º avô.

Lembrança que deixo para aqueles, que de mim descendem, saberem donde vim, porque para onde vou só a Deus pertence. Papary, 24 de dezembro de 1710.

Eu, Manoel Lopes de Macêdo, filho legítimo do capitão de mar e guerra, Manoel Lopes de Macêdo e D. Adelaide Cabral de Macêdo, nasci a 24 de dezembro de 1670; foram meus padrinhos o Dr. Antonio Freire de Amorim e sua mulher D. Bárbara Freire de Amorim, meus ilustres sogros. Embarquei na cidade do Porto em 12 de outubro de 1706 com minha mulher, D. Bárbara Freire de Amorim, oito filhas, a saber: Joanna, Bárbara, Delfina, Maria, Antonia, Josefa, Plácida e Adelaide, e quatro criados, com destino ao Maranhão; mas, tendo minha mulher dado à luz nos mares, fui forçado a desembarcar na capitania do Rio Grande do Norte, no dia 13 de dezembro do mesmo ano. No dia 6 de janeiro de 1707, na freguesia de N. S. da Apresentação foi batizada minha filha, que nasceu nos mares, a qual tomou o nome de Suzana. Foram seus padrinhos o coronel Balthazar da Rocha Bezerra e minha filha mais velha. No dia 20 do dito mês e ano segui pra esta aldeia e cheguei no dia 22, onde me acho com todas as pessoas de minha família, que existem até

hoje, graça a Deus. Papary, 23 de dezembro de 1710. Manoel Lopes de Macêdo.

Procurei no livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação o registro de Suzana, mas não encontrei. Esse livro foi salvo, e se encontra, hoje, no Instituto Histórico Pernambucano.

Na sequência, Antonio Soares de Macedo cuida da descendência de sua 3ª avó, Dona Joanna Martins, primeira filha do coronel Manoel Lopes de Macedo. E as outras sete filhas que destino tiveram? Afinal, as preservações são mais cuidadas pelos indivíduos do que pelas instituições.

E você está escrevendo alguma coisa sobre seus ascendentes, para preservar para os seus descendentes?

COMENTÁRIOS

Houve um equívoco sobre essa Joanna Martins, citada acima, como demonstraremos em outro artigo.

JOÃO MIGUEL E OS TRINDADES DE ANGICOS (II)



Repito e corrijo, a maioria dos Trindades de Angicos é descendente de João Miguel da Trindade e Maria Rosa da Conceição. Além de Manoel Jacintho, Rosa Maria e João Felipe da Trindade, citados em artigo anterior, encontramos outros filhos de João Miguel e Maria Rosa.

No mesmo documento eleitoral onde encontrei o pai de João Felipe da Trindade, constava um outro João Miguel da Trindade, com a idade de 43 anos. Não poderia ser o velho João Miguel. Nesse

documento, encontrei que ele era filho de Alexandre Francisco de Azevedo Costa. Um registro de óbito dava conta que Anna Francisca da Trindade, falecida em 29 de julho de 1878 com a idade de 58 anos, era viúva de Alexandre Francisco de Azevedo Costa. Essas informações me levaram a suspeita que Anna era outra filha de João Miguel. Em um batismo, datado de 1835, aparece como procuradores dos padrinhos, do batizado, João Miguel da Trindade e sua filha Anna. Com mais outros batismos e casamentos concluí que Anna Francisca da Trindade era outra filha do casal João Miguel da Trindade e Maria Rosa da Conceição. O João Miguel, neto, casou, em 2 de setembro de 1879, no Sítio Farias, com Maria Catarina das Virgens, filha de Firmino José Porcino Maria da Costa e Catarina Rizina das Virgens.

Michaela Francisca da Trindade casou em 19 de novembro de 1844, na fazenda Santa Luzia, com João Baptista Xavier da Costa. Não aparecem nesse documento os pais dos nubentes. Pedro Antas Filho, neto de Maria Baptista Xavier da Trindade, me contou que sua avó era sobrinha de João Felipe e foi criada por ele. Maria Baptista casou com Alexandre Francisco Pereira Pinto Junior (capitão Antas), no Sítio Santa Luzia, aos 11 de outubro de 1874, ele, filho de Alexandre Francisco Pereira Pinto e Damásia Francisca dos Santos Leal, e viúvo por falecimento de sua mulher Francisca Guilhermina Xavier de Sousa; ela filha de João Baptista Xavier da Costa e Michaela Francisca da Trindade. Houve dispensa de sanguinidade e afinidade lícita. Logo, pelo que contou Pedro, Michaela era irmã de João Felipe, e, portanto, filha de João Miguel e Maria Rosa.

Há um outro Trindade que aparece nesses documentos que pode ser filho de João Miguel e Maria Rosa. Sei que estava presente o tempo todo no meio dos Trindades, já citados. Ele era José Bonifácio da Trindade, casado com Rosa Maria da Conceição. No seu óbito, em 11 de setembro de 1875, consta que ele faleceu com a idade de 49 anos, portanto, deve ter nascido por volta de 1826. João Felipe,

Anna Francisca e Michaela pelas as informações dos seus óbitos tinham nascido por volta de 1820. Esses registros, na maioria das vezes, não eram muito precisos com relação as idades dos falecidos. Portanto, acho que os três nasceram em três anos consecutivos. Manoel Jacintho nasceu em 1833. Como José Bonifácio nasceu em 1826, tinha chance de ser um dos filhos de João Miguel e Maria Rosa.

Foi lá no Sítio Santa Luzia, onde moravam os Trindades, que aos 30 de julho de mil oitocentos e sessenta e um nasceu Josefa, filha de José Bonifácio e Rosa Maria, batizado aos vinte e três de agosto do mesmo ano, tendo como padrinhos José Felix da Silveira Varela e Anna Francisca da Trindade. Outros filhos de José Bonifácio tiveram como padrinhos filhos de João Miguel. João Felipe foi padrinho de Manoel; Manoel Jacintho foi padrinho de Anna. Por sua vez José Bonifácio foi padrinho de Francisca filha de Michaela Francisca da Trindade. Todas essas relações entre José Bonifácio e os filhos de João Miguel e Maria Rosa reforçam a hipótese dele ser, também, um dos filhos do casal. Além disso, dois filhos de José Bonifácio e Rosa Maria casaram com dois filhos de Michaela Francisca da Trindade e João Baptista Xavier da Costa, a saber: Francisco Rosa da Trindade com Francisca Xavier da Trindade e Anna Clementina da Trindade com João Baptista Xavier da Trindade.

Esses Trindades se entrelaçaram, entre outras, com as famílias Xavier de Sousa, Xavier da Costa, Azevedo Costa, Pereira Pinto, Costa Machado, Sousa Monteiro, Xavier de Mello e Rebouças de Oliveira Câmara.

Eu descendo de João Felipe da Trindade e Francisca Ritta Xavier da Costa. Esse casal gerou os filhos, a saber: André Avelino da Trindade, que foi casado em primeiras núpcias com Maria da Penha Barbalho e Silva, e em segundas núpcias com Izabel Martins; Maria Rosa da Trindade, que foi casada com João Baptista de Mello Pinto, aqui de Ceará-Mirim; Joaquim Francisco da Trindade, que

foi casado com Ritta Emilianna de Assis Bezerra, irmã de Maria da Penha, acima; Anna da Trindade, irmã gêmea de Joaquim, que foi casada com Manoel de Mello Pinto, irmão de João Baptista; Francisco Xavier da Trindade, que morreu solteiro; José e Manoel, que faleceram crianças; e Miguel Francisco da Trindade, que foi casado com Maria Josefina Martins Ferreira, lá de Cacimbas do Vianna.

Esse último casal gerou Luiz de França da Trindade que foi casado com Milce Carvalho; Salomão Trindade que foi casado com Anna; José Felix da Trindade, que foi casado com Margarida; Francisco Martins Trindade, que foi casado com Deoclécia Veras Bezerra; Áurea Trindade, que foi casada com Francisco de Mello Pinto, seu primo; Crináurea, que foi casado com Joaquim Firmino de Deus Gonçalves; Maria da Soledade, que foi casada com Joaquim Teixeira de Carvalho; e Miguel Trindade Filho, que foi casado com Dalvanira Avelino da Trindade, meus pais.

A CIDADE DOS VEADOS E OUTRAS NOTÍCIAS



Hoje, trago notícias de fatos que extraímos do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília cujo endereço eletrônico é www.cmd.unb.br. Entramos na Capitania do Rio Grande do Norte e colocamos a palavra Jerônimo na caixa da ementa. Daí, apareceram vários documentos que passamos a noticiar.

Em 1726, o Padre Hieronimo de Souza da Companhia de Jesus, Superior da Aldeia de Guajiru, distante três léguas da Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande do Norte, fez requerimento ao Rei de Portugal, solicitando uma légua de terras para os Índios de

sua Aldeia. Nas suas justificativas, dizia que seus índios padeciam de falta de mantimentos, por não ter onde plantar, porque as terras onde faziam suas lavouras estavam já muito cansadas, e cheias de formigueiros, e perdiam todo trabalho que nelas faziam. A légua de terras solicitada ficava em um lugar despovoado, que chamavam Cidade dos Veados, distante da Aldeia de Guajiru duas léguas.

Dom João, Rei de Portugal, e dos Algarves, daqui e dalém mar, em África, Senhor da Guiné, comunicou ao Governador e capitão General da Capitania de Pernambuco, Dom Manoel Rolim de Moura, sua decisão de conceder uma légua de terra no lugar chamado de Cidade dos Veados, porque as poucas reboçadas de matos que havia nos tabuleiros sáfios, da área que estava a sua Aldeia, estavam cansadas e cheias de formigueiros, e porque os índios eram merecedores delas, porque a eles se deviam estar hoje a Capitania do Rio Grande desinfestada do Gentio Bárbaro que tantos anos a perseguia.

Quem quiser conhecer mais sobre a localidade acima, há uma monografia na internet, de Jean de Paiva Leite, intitulada Narrativa e memória indígena na Cidade dos Veados.

O segundo documento que encontrei é de Jerônimo Cabral de Macêdo. Ele foi casado com Dona Maria do O' de Faria, filha de Dona Joana Martins e do capitão-mor José Ribeiro de Faria. Lembramos que Dona Joanna era filha mais velha de Manoel Lopes de Macedo e Dona Bárbara Freire de Amorim, embarcados, em 12 de outubro, da cidade do Porto para o Brasil.

Em agosto de 1756, Jerônimo Cabral de Macêdo fez requerimento ao Rei Dom José pedindo confirmação de carta patente do posto de sargento-mor da Cavalaria do Regimento da Ribeira do Assú concedida por Pedro de Albuquerque e Melo, em onze de novembro de 1755.

Nesse requerimento, foi anexada a concessão que recebeu. Nela o capitão-mor da Capitania do Rio Grande do Norte, e Governador da Fortaleza dos Santos Reis Magos, em virtude de se achar vago o posto de sargento-mor, da Cavalaria da Ribeira do Assú do Regimento de que era coronel David Dantas de Faria, por ausência de Antonio da Rocha Bezerra para a Capitania do Ceará Grande, escolheu, entre os três homens indicados pelos oficiais da Câmara, o que vinha em primeiro lugar da lista, no caso, o capitão do mesmo Regimento, Hierônimo Cabral de Macedo.

O terceiro documento é uma carta, datada de 8 de abril de 1801, do 4º filho de Jerônimo Cabral de Macedo e Dona Maria do O' de Faria, que se chamava Jerônimo Cabral de Oliveira.

Nessa carta, enviada para o Príncipe Regente Dom João, ele escreveu: Persuadido de que os Chefes das Tropas de Vossa Alteza Real, que cada um deve olhar, e ter em vista às mãos acontecimentos nos seus respectivos Corpos para lhe procurar o remédio, por isso, havendo-me Vossa Alteza Real confiado o da Cavalaria Auxiliar desta Vila Nova da Princesa, Ribeira e Sertão do Assú, Capitania do Rio Grande do Norte, anexa a de Pernambuco, julgo-me na precisa obrigação e necessidade de fazer subir a Real presença de Vossa Alteza Real os movimentos acontecidos no Corpo do dito meu Regimento, quais vão desconcertando, e desorganizando aquela ordem, que é da intenção de Vossa Alteza Real, se conserve nos Corpos Militares, para se evitarem nocivas, e perigosas consequências, que olhadas e vista por Vossa Alteza Real, ditos acontecimentos se fazem assaz dignos, ou não de remédio.

Conta, então, Jerônimo, que estando exercendo o posto de tenente-coronel do seu regimento, e falecendo o chefe do mesmo, foi em seu lugar promovido pelo Governo Interino e Geral de Pernambuco. Estando, portanto, vago o posto de tenente-coronel, foi mandado pelo Governo Interino da Capitania do Rio Grande do

Norte que fizesse e remetesse, como de praxe e de lei, a proposta do dito posto. Segundo Jerônimo, com toda a imparcialidade propôs em primeiro lugar Luiz José de Araújo Picado, em segundo a Manoel Antonio de Macedo, e em terceiro a Manoel Varella Barca, todos capitães do seu Regimento.

Reclama, então, o Chefe da Cavalaria Auxiliar, que se passaram de nove para dez meses sem que tivesse conhecimento dos efeitos da sua proposta. Mais ainda, em seguida tomou conhecimento que sua proposta tinha sido glosada pelo Governo da Capitania do Rio Grande do Norte que propôs em primeiro lugar a Francisco de Souza, e Oliveira, também, capitão do seu regimento.

A carta de Jerônimo Cabral de Oliveira não chegou ao seu destino, pois em 19 de junho de 1801, Francisco de Souza, e Oliveira foi nomeado para o posto de tenente-coronel, obrigando o Chefe Auxiliar de Cavalaria a dar posse e juramento ao mesmo.

Mais uma vez inconformado, escreveu nova carta para Príncipe Regente, datada de 8 julho de 1802, anexando duas vias da carta de 1801. Nela se justifica pelo envio, a fim de que não recaísse sobre ele a reputação de omissor, por não dar conta da nova patente sem que fosse provido pelo Príncipe Regente.

INTRIGAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE



Viajando ao passado através dos documentos mais antigos, vemos que a intriga esteve sempre presente na História de nossa Capitania. A Corte portuguesa era sempre bombardeada por todo tipo de queixas vindo dos seus vassallos. Hoje vamos transcrever

para cá mais um documento extraído do Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília.

O capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, em 1806, encaminhou ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Mello, nos termos que se segue.

No dia em que fui beijar as mãos de Vossa Excelência pelo despacho que Sua Alteza Real me tinha conferido de Governador desta Capitania, fez Vossa Excelência a honra de dizer, que ora preciso que eu partisse logo, pois que nela havia algumas desordens: acelerei a minha viagem, tomando posse do governo, tratei de desterrar a intriga, por todos os modos, já fazendo falas diante de alguns, que eu sabia eram motores dela, e já tratando-os com um total desprezo /método que em tal caso me pareceu melhor/; porém, Excelentíssimo Senhor, enquanto aqui existir um sargento-mor chamado João Rabello de Siqueira Aragão, cujo péssimo gênio, e orgulho é inenarrável, e alguns párocos, cuja materialidade e gênio só propende a fazer o mal, é impossível haver paz nesta terra, e poder-se desvanecer a intriga: qualquer deles me obsequiam extremosamente, e até o presente vou vivendo do bem com eles, na certeza de que brevemente haverá rompimento, pois, talvez pensem captando-me assim, serei capaz de algum dia entortar a justiça: este sargento-mor é aquele, que trazendo-o o Excelentíssimo D. Thomaz José de Mello em paisano de Lisboa para Pernambuco, unicamente para o beneficiar, e acumulando-o de benefícios; pelo seu mau caráter teve a habilidade de indispor todo o povo daquele país contra o dito Excelentíssimo General; e nesta Capitania o mesmo fez com o meu antecessor Lopo Joaquim de Almeida, só porque quis quartar a ferocidade de gênio, em algumas diligências de que estava encarregado; não sei se por máxima ou realidade, pediu ao Excelentíssimo General de Pernambuco passagem para fora desta Capitania, e

participando-me o dito Excelentíssimo General, logo que cheguei de Lisboa, eu lhe disse que me fazia grande favor, pois bem conhecia, porém até agora o não tem feito, talvez seja porque ninguém quer um má rês em seu território.

O pároco da Freguesia desta cidade Feliciano José Dorneles, não só viveu sempre intrigado com os meus antecessores, tratando-os com a maior insolência, como com os governadores interinos, que tem havido, e em geral com todo o povo da dita Freguesia, o que faz com que todos vivam em contínuos desgostos, e que absolutamente fujam da sua Igreja, e até da cidade; pois sendo ele um autômato é só movido para uma família, onde dizem ter tratos ilícitos e por ela só é encaminhado para o mal, porque tem a já dita propensão.

O da Freguesia de São José de Mipibú, João Dias Pereira, e o da Vila Flor Miguel Joaquim do Rego, concordam igualmente em tudo com o dito Dorneles, pois também são de péssimos gênios, orgulhosos, e intrigantes.

Estes párocos, na minha chegada celebraram um Te Deum em ação de graças, orando um deles por me lisonjarem, desfeitearem o meu antecessor Lopo Joaquim, porém o amor da verdade me faz falar desta sorte, e não dar atenção a podre lisonja.

O pároco da freguesia de Extremoz tão somente por mau gênio trás atropelado aquele povo, que vive nas circunstâncias do das de outras que já tratei; mas este conservo em Diretor de uma Vila de Índios porque para isso tem muita propensão.

Todos os mais párocos estão no mesmo caso de materialidade que os três; porém, vivem em paz com os fregueses; a exceção do da Freguesia da Vila do Príncipe, que sendo novo, é digno de outra melhor, pois além de ter muitas luzes, é muito prudente e amante da paz. Uma das razões, que tenho descoberto porque eles se intrigam com os governadores, é porque /como todos os mais clérigos/ se julgam desligados da sociedade, e pertencentes a outra muita diversa;

que os livra de ter a mesma subordinação as autoridades constituídas, civis, ou militares, e enquanto não perderem este prejuízo há de haver desordem; e a outra é não haver a melhor escolha na eleição deles, pois em respondendo a alguns casos de moral, a maneira de adivinhação, já os julgam capazes de curar almas e dirigir povos; no que foi bem infeliz o ex-Bispo de Pernambuco D. José Joaquim de Azevedo /cuja prática era sempre diversa da teoria/; pois os vigários por ele propostos são quase todos da classe do que aqui aponto; portanto, Excelentíssimo Senhor, rogo a Vossa Excelência queira dar sobre este objeto aquela providência que lhe parecer justa a benefício dos povos, e sossego dos Governadores, ficando V. Excelência certo que toda a providência que pretenda dar respectiva a clérigos, por autoridades Eclesiásticas, é infrutífera, e só servirá de me comprometer, pois Vossa Excelência bem conhece, como todos eles pensam a este respeito.

Deus Guarde a Vossa Excelência, Cidade do Natal 5 de setembro de 1806.

José Francisco da Paula Cavalcante.

Esse padre da Vila do Príncipe, pela data, devia ser Francisco de Brito Guerra.

O PROVIDOR, A CADEIRA RASA E O REVERENDO PÁROCO



No fim do século XVIII não havia televisão, computador, máquina fotográfica, e nem campeonato de futebol, e o tempo sobrava para intrigas. Sem e-mail, facebook, fale conosco e

0800, as pequenas coisas subiam, através de cartas, até a Alteza Real, lá em Lisboa.

Pois bem, em 1 de fevereiro de 1798, o Provedor da Fazenda Real e Vedor Geral de Gente de Guerra da Capitania do Rio Grande, Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, expedia duas correspondências, uma para o Ministro do Reino, Marquês da Vila Nova de Cerveira, D. Thomaz Teles da Silva, e outra para a Rainha D. Maria I.

Para D. Thomaz escreveu: A demasia do Reverendo Vigário Feliciano José Dornelles, escandalizando o povo, e caráter dos cargos que ocupo de Provedor Real da Fazenda, e mais anexos, me obriga a representar a Sua Majestade Fidelíssima para evitar a violência de mandar publicamente, em ocasião de solenidade festiva, tirar da Igreja a cadeira rasa de meu assento, sempre costumado aqui, na cidade da Paraíba, e Pernambuco, e humilhado suplico a Vossa Excelência a esmola do despacho para cessar o ímpeto, e odiosa violência do dito Pároco, e para a tranquilidade necessária, de que abusa, Cidade do Natal, 1 de fevereiro de 1798.

Beija as mãos o mais infeliz e indigno Provedor do Rio Grande do Norte, reverente, fiel e menor servo, Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim.

Para a Rainha D. Maria escreveu o Provedor: Senhora, tenho a honra de servir a mais de trinta e dois anos o cargo de Provedor da Real Fazenda com os anexos, e por Graça de Vossa Majestade Fidelíssima estou conservado e sendo equivalentemente estimado; no ano próximo passado experimentei do Reverendo Vigário da Matriz desta Capitania, Feliciano José Dornelles, a pública desatenção de mandar tirar da Igreja, em dia de festividade, a cadeira rasa de meu assento, sempre praticado, antiquíssimo por estilo de mais de cem anos, aqui observado, na cidade da Paraíba, e Pernambuco, com escândalo do Povo, de propósito, e caso pensado do dito pároco,

que já havia prometido de o fazer sem me chegar notícia, nem fundamento algum.

Esta violência me tem impedido de ir a Matriz, enquanto não fôr dada a providência devida aos meus cargos, idade, e graduação de licenciado na Faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, e posse imemorial, pela retidão, e (ilegível) de Vossa Majestade que Deus Guarde, para bem e sossego de seus fiéis vassallos. Cidade do Natal, 1 de fevereiro de 1798. Provedor da Fazenda Real e Vedor da Gente de Guerra, da Capitania do Rio Grande do Norte, Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim.

As providências devem ter sido enviadas para nosso capitão-mor, Caetano da Silva Sanches, através do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois aquele respondeu a este, como segue:

Recebi a respeitável Carta de Vossa Excelência, de 25 de agosto de 1798, para efeito de ser repreendido o Reverendo Pároco desta Freguesia, Feliciano José Dornelles, por assim ser servida Sua Majestade, pela representação que fizera o Provedor da Fazenda Real desta cidade Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim, pela pública desatenção que com ele tinha praticado mandando tirar da Igreja uma cadeira rasa, em que o dito Provedor, e seus antecessores estavam na posse quando assistiam as públicas festividades, ordenando, por fim, a Mesma Senhora, que eu repreendesse ao referido Pároco por este fato e lhe ordenasse que fizesse imediatamente restituir a cadeira ao seu antigo lugar, para que o mesmo Provedor fosse conservado na sua posse.

Em observância da dita Respeitável Carta mandei vir o dito Reverendo Pároco e lhe participei todo o seu contexto, do qual me respondeu que era falso, e que havia mostrar a Sua Majestade o contrário: eu lhe repliquei dizendo-lhe mal poderia ele mostrar o

contrário sendo aquele acontecimento tão público em dia de festividade, e nada mais me respondeu.

O dito Reverendo Pároco só poderá pôr na presença de Sua Majestade o contrário, como diz, deste fato, com alguns documentos faltos de verdade, como seja do Padre Miguel Francisco do Rego Barros, seu parcial, e com gênio propenso para intrigas, como o tem mostrado, e de outros da mesma condição. Este acontecimento, Excelentíssimo Senhor, foi todo verdadeiro, menos no ponto de dizer que mandara o dito Pároco tirar da Igreja a cadeira, porque ainda não estava dentro, e sim, chegando o fâmulo do dito Provedor com ela a porta, e o dito Pároco na mesma esperando para dizer não queria a cadeira dentro da Igreja, como o fez, executando o que antes já dizia o havia fazer, e depois de feita a dita desfeita disse que consentiria a cadeira na Igreja se Sua Majestade assim o determinasse. Deus Guarde Vossa Excelência. Cidade do Natal do Rio Grande do Norte, 1 de março de 1799. Caetano da Silva Sanches.

Esse Caetano foi quem doou, segundo Câmara Cascudo, aquele galo que está na torre da Igreja Santo Antonio.

Dona Maria da Apresentação, domiciliária no Sertão de Panema, esposa do Provedor acima, em 1783, tinha encaminhado para D. Maria I, solicitação de provisão contra seu marido para libelo de divórcio.

Já o Padre Dorneles, nosso conhecido de outro artigo, recebeu de Câmara Cascudo, em Velhas Figuras, comentário que difere do que já vimos por aqui: “A tradição representa-o pequeno e magro, andando depressa, muito pálido, extremamente amável e caritativo”.

O Padre Miguel Francisco do Rego Barros era filho de Mestre de Campo Francisco Machado de Oliveira Barros e Dona Antonia Maria Soares de Mello, e irmão de Joaquim José do Rego Barros que presidiu a nossa Província. Ele faleceu em 1816, com a idade aproximada de 50 anos. Dorneles e Joaquim José foram membros do Governo Revolucionário de André de Albuquerque Maranhão, em 1817.

A CAPITANIA NO TEMPO DE CAETANO DA SILVA SANCHES



Pelos documentos até agora observados, vejo que o capitão-mor que foi desta Capitania, Caetano da Silva Sanches, era conhecedor e interessado nas questões de nossa Província do Rio Grande do Norte. Vamos conhecer um pouco desse homem que esteve entre nós, e defendeu a nossa independência da Capitania de Pernambuco. Começaremos com o batismo de um neto, documento que contém uma série de informações sobre ele e sua família.

Caetano, filho do capitão-mor Manoel Teixeira de Moura, natural desta Freguesia e de Dona Michaela Joaquina Sanches, natural de Recife, neto paterno do coronel Francisco da Costa de Vasconcelos, natural da Paraíba, e de Dona Maria Rosa, natural desta Freguesia, e materno do capitão-mor, Governador Caetano da Silva Sanches, natural da Vila de Cascais do Patriarcado de Lisboa, e de Dona Maria Francisca do Rosário Lages, natural de Recife, nasceu aos vinte de fevereiro de mil setecentos e noventa e cinco, e foi batizado com os Santos Óleos na Igreja dos Militares, que serve de Matriz, pelo Reverendíssimo Padre Mestre Visitador Frei Joseph Maria de Jesus, aos dezanove de março do dito ano. Foram padrinhos o Ilustríssimo Governador Caetano da Silva Sanches e sua mulher Dona Maria Francisca do Rosário Lages, do que para constar fiz este assento em que me assino. Ignácio Pinto de Almeida Castro, Vigário Encomendado do Rio Grande.

Caetano fez um testamento em 23 de agosto de 1799. Nesse documento se diz “sargento-mor de Infantaria paga, e por agora governador da mesma Capitania”. Declara ainda que era natural da Vila de Cascais da Europa, filho legítimo do capitão Francisco da Silva Sanches e Dona Maria Joaquina, e que era casado com Dona

Maria Francisca do Rosário Lages, filha legítima do sargento-mor Francisco Gonçalves Lages, natural de Pernambuco. Disse que de sua mulher teve dois filhos, Pedro, que com poucos dias de nascido faleceu, e Dona Micaela Joaquina Sanches, casada que foi com o capitão Manoel Teixeira de Moura, também já falecida. Deixa como herdeira universal sua mulher, pois Dona Micaela não deixou filho.

No ano seguinte, Caetano faleceu. Vejamos seu óbito. Aos quatorze de março do ano de mil oitocentos faleceu da vida presente, tendo recebido os sacramentos da Penitência e Unção, o sargento-mor e Governador desta Capitania Caetano da Silva Sanches, branco, casado com Dona Maria do Rosário Lages, com cinquenta e cinco anos de idade de um estupor, foi sepultado nesta Matriz envolto em hábito dos religiosos de São Francisco, depois de ser encomendado por mim. E para constar fiz este termo em que assinei. Feliciano José Dornelles. Vigário Colado.

Depois de tomar posse da nossa Capitania do Rio Grande, escreveu para Martinho de Mello e Castro, Secretário de estado da Marinha e Ultramar. Transcrevo para cá um trecho de sua correspondência.

No dia 12 de fevereiro deste presente ano (1791) tomei posse desta Capitania do Rio Grande do Norte, da qual Vossa Excelência me fez a honra de encarregar o governo dela, achando esta pequena Cidade e suas vizinhanças, no deplorável estado de maior compaixão, com uma epidemia de bexigas que tem morto muita gente, e poucas casas há, tanto nesta cidade, como nas referidas vizinhanças, que não experimentem o mesmo mal, sendo o meu maior sentimento a falta de todos os víveres que padecem, por constar que alguns dos doentes chegaram a comer cocos, e mangaba, por não ter outro mantimento, e porque desde primeiro de janeiro até o dia da dita minha posse, se não tinha vendido aqui uma libra de carne no açougue, por se não ter rematado o contrato, por desordens que

aqui houve antes de minha chegada. Indaguei quem tinha gados, e os obriguei a conduzir para esta cidade e o matassem, e vendessem no açougue ao Povo, prontamente se executou tanto no Carnal como na Quaresma.

E pelas travessias que fariam com a farinha, que é grão deste país, e há muitos meses se não vendia aqui uma quarta, pela conduzirem em embarcações para diversas partes, e a que ficava neste distrito a iam comprar aos lavradores, a seiscentos e quarenta réis o alqueire, para a virem vender nesta cidade, “aos pratos”, e me dizem que fariam em cada alqueire dois mil e quatrocentos réis, e vendo eu a pobreza deste Povo, e o vexame em que estavam passei ordem para o fim de que todos os lavradores, reservando a farinha que lhe fosse precisa para a sua sustentação, toda a mais a viesse vender a esta cidade e aquele que obrasse o contrário, que o havia castigar, e para evitar o manipulo que estaria em semelhante gênero, lhe pus a tara de oitocentos réis o alqueire, e vendo que a medida era muito pequena, disse ao almotacel desta cidade que esta Câmara é filial de Pernambuco e que as medidas se deviam regular pela dela, mandou a dita Câmara acrescentar a medida, altura de um dedo polegar pouco mais ou menos.

Também mandei as praias deste Distrito buscar quantas jan-gadas e pescadores que por ela se achavam para o fim de irem pescar e virem vender o peixe nesta Cidade.

Ordenei ao Cirurgião da Companhia que guarnece a Fortaleza desta Cidade que fosse todos os dias de manhã, e de tarde visitar a todos os doentes por aqui não haver outro Cirurgião, nem médico, e os remédios que ele tinha em seu poder pertencentes a Fidelíssima Majestade, e fossem próprios para semelhante moléstia, os desse a todos aqueles doentes que precisassem deles, pois aqui não há uma Botica.

Em outros artigos trarei mais informações das ações do capitão-mor Caetano da Silva Sanches, extraídas do CMD da Universidade de Brasília.

A SUBMISSÃO À CAPITANIA DE PERNAMBUCO E À COMARCA DA PARAÍBA



Na descrição de Caetano da Silva Sanches, além da epidemia de bexiga, na cidade de Natal e vizinhanças, faltavam alimentos, medicamentos, e médicos. Continua Caetano na sua correspondência para Martinho de Mello e Castro: de todo o referido dei parte ao General (D. Thomaz José de Mello), e resultou mandar-me ordem para que fizesse rematar o contrato das carnes, e como nesta cidade não há um homem que possa rematar, indagando os que teriam posse para o fazerem, os mandei convidar par virem lançar, e ver se havia quem desse seu lanço mais cômodo a favor do Povo, e antes de por esta determinação em execução, chegou aqui, em 17 de março, o Corregedor da Comarca trazendo em sua companhia um homem para lançar no dito contrato (em outro documento, Caetano representa contra esse Corregedor), e no dia 18 a pôs em praça, e lançou o dito homem seis meses a seiscentos e quarenta réis por arroba, e outro seis meses e quatrocentos e oitenta réis por arroba, e sabendo eu deste acontecimento, e antes que se fizesse o termo do dito lanço, fui ter com o dito Corregedor, e lhe disse que para o mesmo fim eu tinha mandado convidar uns poucos de homens para virem lançar, e por este modo se buscava a comodidade do Povo, e que não era justo que este a comprasse por tão alto preço, havendo nesta

Capitania, mais de quatrocentas fazendas de gados; e que quisesse ele Corregedor esperar alguns dias, que mandava vir os ditos homens com brevidade. Respondeu-me que não podia, e no mesmo dia fez o termo do referido lanço e se foi embora.

No dia 27 do mencionado mês se ajuntara nesta cidade homens por mim convocados, e depois de participar a Câmara a ordem do General em virtude do qual puseram em lanços o contrato da carne por este ano, e lançou só um homem a quatrocentos e oitenta réis por arroba, e não obstante ter-se feito o dito termo para o ano de 1792, em atenção as minhas rogativas, e ver que todo o meu desejo é só beneficiar este miserável Povo, lançou o mesmo dito homem para o ano vindouro a quinhentos réis por arroba, e os mais não lançaram, creio que por uma diabólica política, e este miserável Povo o não pode comprar por semelhante preço e nem o deve comprar, pois nesta Capitania nascem os gados e há o cômputo das Fazendas acima declaradas, e sempre se vendeu a carne nesta cidade a trezentos e vinte e três a arroba, exceto o ano passado que aqui, a introduziram a quatrocentos e oitenta réis por arroba, eu boa vontade tinha de obrigar aos que tem fazenda de gados a virem, cada um o seu mês, matar gados e vendê-los no açougue, por um preço racional que nem lhes ficassem prejudicados, nem o Povo lesado, e o não tenho feito por não ter jurisdição para isso nem ordem para o poder fazer.

Pelas muitas repetidas que tive, logo que tomei posse deste governo, de vários moradores vizinhos das Vilas de Arês, e de Vila Flor, que os índios das referidas Vilas destruíam as suas lavouras; indagando eu o motivo desta desordem me informaram que os ditos índios iam para a Capitania da Paraíba, e por lá ficavam dispersos e os que voltavam para as ditas Vilas como não tinham plantado vinham destruir as plantas alheias, e para evitar esta desordem passei ordens aos capitães-mores das mencionadas Vilas, para não

consentirem ir índio algum para fora desta Capitania sem ordem do General, e nem ainda para o trabalho dos particulares desta mesma Capitania os não dessem sem que primeiro tivessem feito as suas plantas, e agora me consta que o Corregedor da Comarca era que os mandava buscar para a dita Capitania para diversos trabalhos de plantar, e por estas minhas determinações me tem o dito Corregedor intrigado com o General (Pela época, suspeito que esse Corregedor era Antonio Felipe Soares de Andrade e Brederode, que foi sucedido por Gregório José da Silva Coutinho com a incumbência de syndicar seu antecessor).

Por uma ordem vocal que me deu o General, reduzi duas companhias de Infantaria que guarnecem esta Cidade a uma, e o total dela são cem praças, incluindo neste número um capitão, um ajudante, um tenente, e um alferes; o armamento que tem esta Companhia é inútil, e já pedi ao General me mandasse outro, respondeu-me que o não tinha. Queira Vossa Excelência fazer-me a mercê de mandar-me noventa e quatro armas, outros tantas patronas, e boldriés, e duas caixas de guerra.

Remeto a Vossa Excelência o mapa dos terços auxiliares, e companhia que guarnece esta cidade, e do estado em que está a Fortaleza. O sargento-mor e o ajudante de cavalaria auxiliar da Vila Princesa são paisanos e nenhum conhecimento tem dos serviços e, por isso, não podem disciplinar seu Regimento e nem eu posso também disciplinar por se achar distante desta cidade sessenta léguas.

Da relação inclusa verá Vossa Excelência o quanto importaram os Dízimos Reais nesta Capitania que se rematam por triênio, e as despesas que se fazem, exceto os extrajudiciais que crescem.

Ponho na presença de Vossa Excelência a cópia da ordem de Fidelíssima Majestade em a qual me dá faculdade que sempre a tiveram os meus antecessores, da proverem os officios de Justiça e Fazenda, e passarem patentes de alguns postos de ordenança, e dar terras de

sesmarias tudo para o fim de autorizar o meu posto; toda esta regalia me tem tirado o General, em uma palavra, Excelentíssimo Senhor, até os mesmos cabos de esquadra e inferiores dos terços auxiliares o general os faz, eu aqui nenhuma jurisdição tenho e como o não tenho entendo que nenhum serviço faço aqui a Majestade. Queira Vossa Excelência dar providência a este minha tão justa representação, ainda quando tenho certeza que o capitão-mor do Ceará está gozando de toda a Jurisdição e autoridade que a Fidelíssima Majestade lhe concede, e só a mim se não me permite o que a mesma Senhora me faculta, e o tiveram todos os meus antecessores.

Deus Guarde Vossa Excelência, Cidade do Natal, 29 de abril de 1791. Caetano da Silva Sanches.

ANNA MARTINS DE MACEDO E JOÃO MARINHO DE CARVALHO



Os moradores mais antigos do Rio Grande do Norte, com certeza, têm mais chances de serem ancestrais de milhares de pessoas que habitam nosso Estado, nos dias de hoje. Por isso, vamos transcrever para cá informações que encontramos no fim do século XVII e começo do século XVIII.

Em 06 de outubro de 1688, João Martins de Sá e sua esposa Clara de Macedo batizavam, na Capela de Nossa Senhora da Expectação (Nossa Senhora do O', Mipibú), sua filha Joanna (Martins), sendo padrinhos Antonio Moreira e Anna da Silveira. Em 19 de agosto de 1691, na Capela de Mipibú, batizaram Salvador, sem registro dos padrinhos. Nessa data Dona Clara Macedo, já tinha falecido, possivelmente de parto. Outros filhos do casal João Martins

de Sá e Clara de Macedo, que encontramos, não aparecem seus batismos nesse livro de registros da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Entretanto, eles são citados como padrinho ou madrinha. Nos registros que confirmam a filiação, eles são apresentados como filhos do capitão João Martins de Sá. Eram eles Anna Martins de Macedo e Manoel Martins de Sá.

Anna Martins de Macedo, em 1703, já aparece casada com João Marinho de Carvalho. É desse casal que damos sequência a seguir, apresentando os filhos encontrados.

Francisco foi batizado em 13 de outubro de 1706, na Capela de São Gonçalo do Potegi, tendo como padrinhos José Ribeiro e Catherina Duarte, mulher de Manoel Rodrigues Santiago; Ignácio foi batizado em 12 de agosto de 1708, tendo como padrinhos Manoel Rodrigues de Sá e sua irmã Joanna Rodrigues; João e Theodósio foram batizados em 14 de julho de 1704, na capela de Nossa Senhora do O' da Aldeia do Mipibu, tendo como padrinhos, o primeiro: sargento-mor Diogo Pereira Malheiro e Joanna Martins, filha de João Martins de Sá, e, portanto, tia de João, o segundo: capitão João Martins de Sá e Luzia Nunes, filha de Luis (ilegível).

João Marinho de Macedo e seu irmão Ignácio Marinho de Carvalho, ambos moradores na Ribeira do Mipibú, casaram, respectivamente, com duas filhas do coronel Joseph Gomes Torres e de sua mulher Catherina Barbosa de Lima, na época falecida. Elas se chamavam Joanna Gomes Torres e Feliciano Gomes Torres e eram naturais da Freguesia de Sam Lourenço de Tejucupapo de Pernambuco e moradoras na Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres do Curato de Goyaninha.

O casamento de João e Joanna foi realizado no dia 24 de fevereiro de 1732, na Igreja de Nossa Senhora do O' da Missão do Mipibú, na presença do Padre Francisco Xavier de Barros e das testemunhas sargento-mor Antonio Rodrigues Santiago, casado, sargento-mor

Manuel Teixeira Casado, também casado, Joanna Martins mulher de Joseph Ribeiro de Faria, morador em Goyaninha, Damasia Gomes da Camera, mulher do coronel Theodósio Freyre de Amorim.

O casamento de Ignácio e Feliciania ocorreu no dia 23 de abril de 1732, também na Igreja de Nossa Senhora de Mipibu, na presença do Padre Antonio de Arahujo e Sousa, e das testemunhas coronel Theodósio Freyre de Amorim, o sargento-mor Bartolomeu Ferreira de Carvalho, casado, Izabel Rodrigues, mulher do alferes Salvador de Arahujo Correa, e Joanna Gomes Torres, mulher do capitão João Marinho de Macedo.

Ignácio assistiu um tempo na Freguesia de Assú, e João na de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, por isso, as denúncias foram feitas também nessas freguesias. Outro detalhe interessante era que os nubentes tiveram que justificar que não se tratava de rapto.

Em 14 de julho de 1734, na Capela de Nossa Senhora do O' da Missão do Mipibú, na presença do Reverendo Padre frei Boaventura (ilegível), missionário apostólico, e das testemunhas coronel Theodósio Freyre de Amorim, o tenente Faustino da Sylveira, Plácida da Sylva Freyre, mulher do dito, e Dona Custódia do Sacramento mulher do sargento-mor Antonio Rodrigues Santiago, casou Clara Martins de Macedo, filha de João Marinho de Carvalho e de Anna Martins de Macedo, com Gaspar Freyre de Carvalho, filho do coronel Manuel da Sylva Queiros, e Maria da Silva Freyre. Gaspar era morador na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios do Cajupiranga, tendo assistido na Freguesia do Senhor Sam Miguel das Missões do Guajiru.

Manoel Martins de Sá, que tinha o mesmo nome de um tio, irmão de sua mãe, Anna Martins de Macedo, também casou com uma filha do coronel José Gomes Torres e Dona Catherina Barbosa de Lima. Ela se chamava Maria Dias (ilegível), morava em Goyaninha e era natural de Sam Lourenço de Tejucupapo, como suas irmãs,

acima. Esse casamento foi em 17 de fevereiro de 1738, na Capela de Nossa dos Remédios do Cajupiranga, tendo como celebrante Padre Frei Felix Maria, Capuchino Superior da Missão do Mipibú, e na presença das testemunhas Antonio Cabral, Anna Martins de Macedo, mulher do capitão João Marinho de Carvalho (pais do noivo), alferes Gaspar Freyre de Carvalho e sua mulher Clara Martins de Macedo.

A título de informação, em 1646, ocorreu a Batalha de Tejucupapo entre holandeses e a população local tendo à frente as quatro mulheres: Maria Quitéria, Maria Camarão, Maria Clara e Joaquina. Tejucupapo era Distrito de Goiana Pernambuco. Visita o site <http://putegi.blogspot.com> e conheça mais sobre essa batalha.

D. JOANNA MARTINS DE SÁ E A CASA GRANDE DO ASSÚ



Quando escrevi o artigo “Conservação da memória”, citei um documento, do livro Breve Notícia Sobre a Árvore Genealógica da Família Casa Grande, escrito de Papari, por Manoel Lopes Macedo, onde ele descreve sua origem, vinda para o Brasil, filhos e sua ida para a Aldeia de Mipibu.

No seu livro acima citado, Antonio Soares de Macêdo, em continuação, escreveu: D. Joanna Martins, filha mais velha do coronel Manoel Lopes de Macedo, minha 3ª avó, casou com o capitão-mor José Ribeiro de Faria, meu 3º avô, o qual era natural do Rio São Francisco e morador na Capitania desta Província, hoje Estado. Tiveram eles de seu consórcio três filhos: Josefa Martins de Sá, que casou com o capitão Antonio Cabral de Macedo; D. Maria do O’ de Faria, minha bisavó, casada com o coronel Jeronymo Cabral

de Macedo, irmão do dito capitão Antonio Cabral; e D. Clara de Macedo. Escreveu ainda, Antonio Soares de Macêdo: no ano de 1741 veio o capitão-mor José Ribeiro de Faria para o Assú, com toda a sua família, filhas e genros, isto é, o capitão Antonio Cabral, e o coronel Jeronymo Cabral, os quais eram filhos de Mathias Cabral de Macedo e D. Margarida de Oliveira, naturais da mesma Ilha de São Miguel, cidade de Ponta Delgada, bispado de Angra. D. Clara de Macedo, última filha do capitão-mor José Ribeiro de Faria, tomou o hábito de N. Senhora do Carmo, viveu em companhia de sua irmã mais velha D. Josefa Martins, e foi doadora do sitio Icu ao Glorioso São João Baptista, orago desta Freguesia.

Nesse livro estranhei o fato da esposa do capitão-mor José Ribeiro de Faria se chamar Joanna Martins, pois não encontrei esse sobrenome nos pais nem nos avós dela, tanto do lado materno, como do paterno. Mas não fui adiante por falta de outros documentos. Entretanto, quando estava escrevendo o artigo anterior sobre a família de Anna Martins de Macedo, um outro fato me chamou a atenção: a presença de Joanna Martins, esposa do capitão-mor José Ribeiro de Faria, no casamento de João Marinho de Macedo com Joanna Gomes Torres. Naquele artigo mostramos que Anna Martins de Macedo tinha uma irmã chamada Joanna Martins de Sá, sendo ambas filhas de João Martins de Sá e Clara Macedo.

Sei que as coincidências podem nos levar a cometer equívocos, mas mesmo assim, minha mente martelava na hipótese da esposa de José Ribeiro de Faria ser filha de João Martins de Sá e D. Clara de Macedo, e não de Manoel Lopes Macedo e Bárbara Freire de Amorim. Minha hipótese tomou corpo quando encontrei em um dos livros de batismo, mais antigo desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, enviado por Fábio Arruda, o seguinte batismo: aos (ilegível) de junho do ano de 1712, na Capela de Nossa do O', da Ribeira do Mipibú, batizei e pus os santos óleos a Antonio filho do

capitão-mor Joseph Ribeiro de Faria e de sua mulher Joanna Martins de Sá. Foram padrinhos o capitão Antonio Vieira da Silva, e Anna de Macedo mulher de João Marinho, eu, o Coadjutor desta Matriz, em ausência do Reverendo Vigário fiz este assento em que me assinei. Padre Antonio de Andrade de Arahujo.

Esse batismo, acima, dá o nome completo de Joanna e reforça mais ainda a sua ligação com os Martins de Sá, pois escolheu como madrinha de seu filho, Anna Martins de Macedo, que acredito era sua irmã.

Observamos, ainda, que Joanna tinha uma filha de nome Josefa Martins de Sá, e outra de nome Clara de Macedo, tudo concorrendo para que essa Joanna seja na verdade a filha de João Martins de Sá e Clara Macedo, como suposto acima.

Quando se lê o livro *Breve Notícia Sobre a Árvore Genealógica da Família Casa Grande Residente no Assú*, se observa que Antonio Soares de Macêdo, como ele mesmo diz, procedeu as mais minuciosas indagações, mas ainda assim, suspeito que cometeu um equívoco quando nomeou Joanna Martins como a filha mais velha de Manoel Lopes de Macedo. Com certeza, na memória dos mais velhos daquela época constava Manoel Lopes de Macedo como um ascendente deles. Outro detalhe que observo naquele trabalho da Casa Grande, é que a esposa do Manoel Lopes Macedo, primeiro do nome, se chamava Adelaide Cabral de Macedo, mesmo sobrenome dos genros de Joanna Martins de Sá.

Deixo aqui essa minha contribuição sujeita a contestação ou corroboração, lembrando que parte da venda desse livro, editado por Wandyr Villar, citado neste artigo, ajudará o Hospital Infantil Varela Santiago.

COMENTÁRIOS

Um amigo genealogista já tinha me alertado sobre essa questão, mas na época não dei importância ao assunto. Agora, para reforçar essa hipótese ele manda informar que em um inventário, de Goianinha, do ano de 1718, diz que Manoel Martins de Sá era cunhado dos capitães João Marinho de Carvalho e de José Ribeiro de Faria, confirmando nossa hipótese, que a esposa deste último era mesmo filha de João Martins de Sá e Clara de Macedo.

FESTAS E IMPOSTOS PARA OS
DESPOSÓRIOS DOS PRÍNCIPES

No ano de 1729 governavam Portugal e Espanha, respectivamente, D. João V e D. Felipe V. Um casal de filhos do primeiro desposou um casal de filhos do segundo. Houve festa na Capitania do Rio Grande do Norte, bem como cobranças de impostos para esses casamentos. Vejamos as correspondências geradas por esses acontecimentos. A primeira é do Governador da Capitania, Domingos de Moraes Navarro, para Dom João V.

O Governador e capitão Geral de Pernambuco Duarte Sodré Pereira me fez aviso de estarem celebrados os desposórios do Sereníssimo Senhor Príncipe do Brasil, com a Sereníssima Senhora Infanta de Castela (D. José com D. Mariana Vitória) e a Sereníssima Senhora Princesa, com o Sereníssimo Senhor Príncipe das Astúrias (D. Maria Bárbara com D. Fernando), ordenando-me festejasse nesta Capitania tão plausível notícia, e não obstante a esterilidade e limitação deste país e o diminuto das suas posses, quis mostrar o muito que aplaudi estas felicidades celebrando nove dias sucessivos, com

comédias, vária festas de cavalo, e máscaras, e outros galanteios, com muito fogo de artifício, e salvas de artilharias, missa solenemente cantada, com o Senhor exposto, e procissão, iluminando-se três noites todas as casas desta Cidade, avantajando-me nas minhas, que com a admirável ordem, se acendiam mais de oitenta luzes cada noite no frontispício, sendo toda esta despesa a minha custa, causando minha alegria a estes vassallos, por nunca terem visto outra semelhante celebridade, e especialmente aos muitos Índios, e Tapuias das Aldeias desta Capitania que ficaram admirados, fazendo mais apreensão da Real Grandeza de Vossa Majestade, e finalmente da Capitania de Pernambuco, para os mais do Norte se avantajou esta a todas, na magnificência dos aplausos que nas outras se fizeram.

Procurei saber se havia ordem de Vossa Majestade nesta Provedoria, para se me darem propina de cera, como se deram a todos os governadores e capitães-mores, e só se acha uma ordem de Vossa Majestade registrada, em que na Paraíba se dá por conta da Fazenda de Vossa Majestade: quatro arrobas de Cera pra semelhantes festividades ao capitão-mor como consta da certidão junto. Eu as pedi nesta Provedoria para com elas iluminar a minha casa as três noites, e por não haver exemplo segurei o seu valor, como de outra certidão se mostra, no que Vossa Majestade não recebe prejuízo, repondo eu o dinheiro, quando a Real Grandeza de Vossa Majestade se não permita esta propina tendo-a o capitão-mor da Paraíba, e todos os mais governadores e capitães-mores deste Estado, atendendo Vossa Majestade a grande despesa que fiz da minha bolsa, para se conseguir tão vistosa celebridade, e quando Vossa Majestade se não conforme com esta despesa, mandará arbitrar a cera que hei de ter de propina para eu repor o valor da maioria, e daqui em diante se saber o que se nos há de dar. A Real Pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos, Rio Grande em 10 de maio de 1729. Domingos de Moraes Navarro.

A segunda correspondência era dos oficiais do Senado da Câmara de Natal para o mesmo D. João V, nos seguintes termos:

Por mandado do Governador de Pernambuco Duarte Sodré Pereira se lançou nesta Capitania um imposto, para um donativo de Vossa Majestade, em tempo que todos os habitantes desta se acham reduzidos a maior miséria de pobreza, porque sendo os únicos bens, de que só tratam, gados vacuns, e cavallares, que criam estes sertões, se viram estes quase extintos, e de presente com muito pouco aumento, no rigor de sete anos sucessivos de seca, que consumindo tudo deixou não só empobrecidos os habitantes, mas empenhados com dívidas cujas satisfações julgavam seguras, com os produtos dos bens referidos que perderam.

E não só estes experimentaram opressão na contribuição do dito donativo, mas também este conselho, por que sendo o mais avantajado emolumento, o de um contrato de carnes, que anualmente rematava pelo preço (quando era mais subido) de oitenta mil-réis, de que faria as precisas despesas, de presente se reduziu ao de quinze mil-réis, por se lançar em cada cabeça de gado que se corta no açougue quatrocentos réis, e por cada cavallo que se vender para as Minas oitocentos réis. E como o interesse que resulta a Real Fazenda de Vossa Majestade desse donativo, nesta Capitania, é de tão pouca entidade, por limitado, e de tanta importância a dita Capitania, por pobre e necessitada, nos obriga a rogar, e pedir a Vossa Majestade alívio nele para que possam viver com menos aflição, em ordem a convalescer das passadas destruições do tempo, para que aumentando melhor as nossas fazendas, tenha também a de Vossa Majestade maiores interesses.

Deus a Vossa Majestade Guarde. Rio Grande do Norte, Escrito na Câmara pelo Escrivão dela Bento Ferreira Mousinho aos 18 de março de 1729.

O INVENTÁRIO DE JOSÉ ALVES MARTINS, 1871



No dia 16 de novembro parti para Assú com o intuito de fazer pesquisas sobre alguns documentos antigos, como inventários, no Fórum João Celso da Silveira Filho. Pensava encontrar muitas informações, mas tive uma grande decepção, pois são poucos os documentos mais antigos que estão naquele Fórum. Entretanto, tive uma sorte muito grande, por achar no meio de vários documentos, ainda não classificados corretamente, o inventário de José Alves Martins.

Anteriormente, fiz um artigo neste jornal sobre a morte trágica de José Alves Martins, com base em documentos extraídos do livro *Falas e relatórios dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1860/1873* e de uma carta de Manoel Rodrigues de Melo para seu parente Ricardo Rodrigues Ferreira, morador no Recife.

Agora, com as informações contidas nesse inventário esclarecemos algumas dúvidas e coletamos mais informações sobre esse descendente do capitão João Martins Ferreira, um dos fundadores de Macau. No depoimento prestado por seu irmão inventariante e tutor de seus filhos, está escrito: Diz Manoel José Martins morador nesse termo, que tendo sido assassinado seu infeliz irmão José Alves Martins na noite do dia 18 corrente, em casa de negócio na povoação de Rosário, por seu sócio João Rodrigues Ferreira, ficaram os seus bens, negócios e transações em completo desarranjo, porquanto seu finado irmão era viúvo, onerado de 10 filhos órfãos, seus tutelados, e vaqueiro na Fazenda, Cacimbas de Vianna, e posto que nesta circunstância não possam seus bens ser fiscalizados pelo Juízo dos Ausentes, por lhe terem ficado herdeiros necessários, necessita, contudo, de uma providência pelo Juízo de Órfãos, a fim de prevenir

o abandono em que se acham em sua administração, não podendo bastar o simples acautelamento da polícia local, que consta se ter feito; vem pois o suplicante requerer a Vossa Senhoria para que seja nomeado inventariante, que promova a realização do respectivo inventário. Manoel José Martins.

No dia 29 de setembro de 1871, Manoel José Martins, já nomeado inventariante dos bens do mano José Alves Martins, na residência do finado, na povoação do Rosário, termo do Assú, recebeu as chaves da casa, abrindo-a e tomando conta dos objetos nela existentes e que foram, pela polícia local, acautelados. Aí, fez o juramento deferido pelo Juiz, onde declarou que seu irmão, assassinado no dia 18 de setembro de 1871, na povoação do Rosário, sem testamento, deixou por seus herdeiros seus filhos José Alves Martins, de dezoito anos; João, de treze anos de idade; Francisco, de 12 anos de idade; Joaquim, de onze anos de idade; Militão, de dez anos de idade; Josefina, de oito anos de idade; Delfino, de sete anos de idade; Maria de cinco anos de idade; e Manoel, de quatro anos de idade, pouco mais, moradores todos na Fazenda Cacimbas do termo de Assú, e que viviam em sua companhia.

Embora, no documento inicial, Manoel José Martins tenha falado em 10 filhos, depois, na sequência, ficou confirmado que eram 9 filhos.

Mais adiante, no ano de 1879, Manoel José Martins, tutor dos seus sobrinhos órfãos Francisco, Militão, Maria, Delfino e Manoel, filhos do falecido José Alves Martins, disse que tendo tocado em herança aos mesmos órfãos a escrava Rita, mulata de 31 anos de idade, e a seus irmãos José Alves Martins, João Alves Martins, Joaquim Alves Martins, e Josefina Emília Alves Martins, que se achavam emancipados, e querendo vender estes as partes que tem do valor da dita escrava, era conveniente que se vendessem, também, as partes dos órfãos, não só pela precisão que estes tinham de algum

vestuário, e de alimentos, como porque dita escrava nenhum rendimento dava, e seu valor estava decrescendo.

Nessa informação acima, vemos que os nomes completos só aparecem quando os filhos já estavam emancipados.

Os filhos de Jose Alves Martins e Francisca Martins de Oliveira, quando se casavam ou completavam a maioridade requiriam a entrega dos seus bens.

Nesse inventário não aparece nenhuma informação a mais sobre Maria, uma das filhas. Todos os outros filhos têm como sobrenome Alves Martins. Um dos últimos a solicitar seus bens é Manoel Alves Martins. Esse era o pai de seu Nezinho. No documento, quem recebeu os bens de Josefina Emília foi seu marido, Absalão Fernandes da Silva Bacilon. Ela casou com 16 anos de idade. Absalão e Josefina eram os pais de Dona Liquinha.

Assim a trajetória dos Alves começa na Ilha de Manoel Gonçalves. Depois o capitão João Martins Ferreira, o filho José Martins Ferreira, e mais quatro genros vão para Macau, quando a ilha começou a ser coberta pelo mar. Posteriormente, o major José Martins Ferreira segue com seus filhos para Cacimbas de Vianna, antes em Assú, e hoje em Porto do Mangue. Com as enchentes constantes em Cacimbas de Viana e Rosário, alguns seguiram para Santana do Matos. Foi lá onde nasceram Seu Nezinho e Dona Liquinha, primos legítimos, pais do Ministro Aluízio Alves. Também, em Santana do Matos, nasceu a mãe de Aristófanés Fernandes, irmã de Dona Liquinha. Assim, fica confirmado o que deixou escrito meu pai Miguel Trindade Filho, por informação de sua mãe, nascida em Cacimbas de Vianna, Maria Josefina Martins Ferreira, sobrinha de José Alves Martins.

Sobre a origem do sobrenome Alves, desconfio que tenha vindo da esposa do capitão João Martins Ferreira, Dona Josefa Clara Lessa. Quando Bento José da Costa foi o inventariante dos bens dos

sogros, quem administrava a Ilha de Manoel Gonçalves era José Álvares Lessa. Suspeito que esse fosse o pai de Josefa Clara Lessa. Um colega pesquisador descobriu a Genealogia de um português José Álvares Lessa que veio, posteriormente, para Pernambuco. Vamos, agora, buscar esse elo.

IMPOSTOS, O PARECER DE METELLO



A respeito da cobrança de impostos para os desposórios dos príncipes, no ano de 1729, reclamada pelo Senado da Câmara de Natal, objeto de um artigo anterior neste jornal, Alexandre Metello de Sousa Menezes, membro do Conselho Ultramarino, emitiu o parecer que se segue. Algumas palavras são ilegíveis e outras podem ter sido lidos de forma errônea, mas sem prejudicar o conteúdo. Vejamos.

Pareceu ao Conselho que como esta matéria é gravíssima por todas as suas circunstâncias e de sumo escrupulo, e em que as pessoas particulares não costumam falar aos Príncipes com a sinceridade e singeleza que devem por recearem o seu desagrado, eles, Conselheiros, pela obrigação do cargo em que Vossa Majestade foi servido pô-los, e pela fidelidade e zelo, que devem a seu real serviço estavam precisados a representar a Vossa Majestade com o mais profundo respeito, e veneração tudo o que se lhe oferece em matéria tão grave, e escrupulosa, fiados na Real benignidade de Vossa Majestade e no amor, e desejo que mostra ter ao conhecimento da Verdade.

Pelas notícias que tem os Conselheiros, dadas por pessoas prudentes, e desinteressadas, se fazem críveis estes clamores dos vasallos do Rio Grande, assim pelas razões particulares que ponderam

a seu respeito por causa de pobreza geral do país, e da seca de sete anos antecedentes, como porque estas vozes concordam com as de todo o Brasil por não obstante não ser tão destituído de cabedais como o Rio Grande, todo ele geme, e tem por intolerável a carga que lhe acresceu com a imposição do donativo os casamentos de suas Altezas, e consideram por imódica, e insuportável a obrigação de contribuir para eles com a imensa soma de mais de sete milhões, e clamam que as quantias exorbitantes que lhe foram taxadas não foram neles voluntárias mas extorquidas com temor, e respeito arbitrados somente pelos Governadores que a custa das suas lágrimas, e do seu sangue, quizeram melhorar, na Corte, a sua condição, e as suas pretensões, não atendendo a que tem por Rei um Príncipe que não quer em taça de ouro beber o sangue de seus vassalos, antes deve ser pai benigno de todos, e procurar-lhe alívio das cargas, que suportam. Que eles assim como não duvidam concorrer com as contribuições necessárias às necessidades públicas, assim também devem esperar que Vossa Majestade os não obrigue ao que não é preciso, principalmente, quando o imposto é sem moderação como se vê, na imensa soma de sete ou oito milhões quantia que nunca se ouviu entre os portugueses. E como esta contribuição não pode deixar de durar muitos anos, ela tão sensível, e tão penosa, se fará intolerável porque a paciência quando é muitas vezes ofendida se solta em loucura, e desatino, principalmente vendo que a necessidade para que são compelidos a contribuir tem passado, e já a não há, nem os vassalos eram obrigados a concorrer para as despesas dos dois casamentos reais, mas somente para um que era o da Serenissima Senhora Infanta por assim o disporem os mesmos Senhores Reis de Portugal nas suas leis, não arrogando a si mais que a obrigação dos seus vassalos com tributo para o seu casamento e de suas filhas.

E como o Conselho entende por todas estas razões que o arbítrio com o que o Vice Rei, e governadores do Brasil lançaram este donativo foi imoderado, e se não comensurou com a necessidade

para que deviam contribuir os vassallos, teve por justo, e conveniente fazer presente a Vossa Majestade este negócio como tão grave, e de que podem resultar consequências e ultima importância, por que se qualquer parte do Brasil entrar em desesperação, e recusar a continuação deste donativo há de ser preciso levantá-lo em todo ele com grande abatimento das disposições do governo, e seria melhor acudir a tempo, e evitar este risco com grande crédito da Real generosidade, e beneficência de Vossa Majestade emendando Vossa Majestade os imprudentes excesso de seus Vice-Rei e governadores o que exaltaria o Real nome de Vossa Majestade sobre todos os seus grandiosos predecessores.

E quanto a informação do Governador de Pernambuco entende o Conselho que ele não deixa de ser (ilegível), e consta que o arbítrio de um milhão e duzentos e cinquenta cruzados foi unicamente seu nem os povos tiveram nele parte; e é crível que o queira sustentar, e acreditar o seu serviço nem os seus desserviços satisfazer as queixas daqueles moradores do Rio Grande.

E ainda que o Provedor da Fazenda dê a entender nas suas repostas que como a ordem para esta contribuição não foi expedida pelo Conselho se não deve ele intrometer nela, lhe parece ao Conselho que este ditame só se deve praticar em não dispor nada contra esta matéria, mas não para abandonar do seu cuidado tudo a que a ela pertence, e os seus efeitos e de (ilegível) mas que deve ouvir e atender as representações que fizerem os povos e expor humildemente a Sua Majestade tudo que entender em matéria tão grave e tão escrupulosa e em que tanto se interessa a verdadeira razão de estado, e a conservação daquele de que depende a de toda monarquia. Lisboa, 09/06/1730, Conselheiro Alexandre Metello de Sousa Menezes.

O PADRE REVOLUCIONÁRIO E OS MONTENEGROS DE ASSÚ (I)



Pe. Francisco Sadoc de Araújo escreveu na Revista do Instituto do Ceará, em 1983, que Pe. João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, o líder e principal mentor da Revolução Pernambucana de 1817, deve ter nascido em Sobral, contrariando outros autores que dizem ter ele nascido em Tracunhaém, aos 28 de fevereiro de 1766.

Diz mais Pe. Sadoc: sabemos hoje, com absoluta certeza, a naturalidade de seus ascendentes mais próximos. Manuel de Mello Montenegro, seu pai, é natural de Itamaracá e sua mãe, Genebra Francisca Pessoa, de Igarassú. O avô paterno, capitão Domingos de Melo Montenegro, nasceu em Tracunhaém e a avó, Maria Teresa de Melo, em Itamaracá. O avô materno, capitão-mor João Ribeiro Pessoa, é natural de Igarassú, e a avó, Genebra de Vasconcelos Castro, de Goiana.

Nos apontamentos do major Salvador Drumond encontro que: Em 21 de novembro de 1731, pelas quatro horas da tarde na Capela de S. Luzia, desta Freguesia de Igarassú, em cuja Matriz donde os contraentes são moradores, e na Capela de Inhaman, donde o contraente é aplicado e na dita Capela de Santa Luzia, onde a contraente é aplicada, e na Matriz da Igreja de Tracunhaém, onde o contraente foi morador, e na Matriz da Vila de Goiana donde a contraente é natural, feitas as denúncias em todas as sobreditas partes sem se descobrir impedimento, como me constou por certidão dos banhos que ficam em meu poder, com licença minha em presença do Rev. Pe. Bernardo de Miranda e Vasconcelos e das testemunhas Pe. Manoel Pessoa, o capitão Luiz da Veiga Pessoa, o capitão-mor João Carneiro da Cunha, o Rev. João Damasceno Soares, e outras, todos desta freguesia, se casaram solenemente por palavras

de presente João Ribeiro Pessoa, natural desta Freguesia de Igarassú, filho do capitão João Ribeiro Pessoa, já defunto, e de sua mulher Ignez da Veiga de Brito, com D. Genebra de Vasconcellos e Castro, filha do tenente Francisco de Brito Lira, já defunto, e de sua mulher D. Juliana de Drumond e receberam logo as bênçãos com os ritos da Santa Madre Igreja. Em fé do que se fez este termo que assinei com as testemunhas. Paulo Teixeira, Vigário, Bernardo de Miranda e Vasconcellos, Luiz da Veiga Pessoa, Manoel Pessoa.

Pe. Sadoc pesquisou nos livros originais de batismo e casamentos da Freguesia de Sobral, e, por isso, afirma: as ligações do Pe. João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro com Sobral se devem ao fato de ser sobrinho materno de seu homônimo Padre João Ribeiro Pessoa que foi vigário da freguesia sobralense durante 25 anos, ou mais precisamente, de 20 de dezembro de 1762 a 16 de maio de 1787, dia em que faleceu com 58 anos de idade, sendo sepultado na Matriz. Por essa idade deve ser sido o primeiro filho de João Ribeiro e Genebra de Vasconcelos. Diz ainda Pe. Sadoc, a partir das suas pesquisas, que: para viver em companhia do Pároco, vieram residir em Sobral os seus irmãos José Tavares Pessoa, Gonçalo Novo de Lira e Genebra Francisca Pessoa, esta mãe do Pe. João Ribeiro de Mello Montenegro.

Quanto aos filhos de Genebra Francisca descobriu os termos de batismo de quatro deles, não encontrando o do líder revolucionário. Batizados em Sobral foram: Manuel, em 26/02/1780; José, em 9/09/1784; Brás, em 22/01/1786; e Teresa, em 9/04/1787. Exemplifica através de um deles: Manuel, filho legítimo de Manuel de Mello Montenegro, natural da Freguesia de Itamaracá, e de sua mulher, D. Genebra Francisca Pessoa, natural de Igarassú, e moradores nesta de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Sobral, neto paterno do capitão Domingos de Mello Montenegro, natural da Freguesia de Tracunhaém, e de sua mulher Dona Tereza Maria de Melo, natural

de Itamaracá, e materno do capitão João Ribeiro Pessoa, natural de Igarassú, e sua mulher dona Genebra de Vasconcelos e Castro, natural de Goiana, nasceu a doze de junho de mil setecentos e oitenta e foi batizado, com os santos óleos a vinte e cinco do mesmo mês e ano, nesta Matriz, por mim cura João Ribeiro Pessoa. Foram padrinhos José Tavares Pessoa, casado, e D. Felicia Teodora d'Ornelas Pessoa, mulher do Gonçalo Novo de Lira, moradores nesta Freguesia. Do que fiz este termo que para constar assinei, João Ribeiro Pessoa. Cura e Vigário da Vila de Sobral.

Nos registros de Assú encontrei: Aos oito dias do mês de janeiro de mil oitocentos e vinte e quatro pelas oito horas da tarde nesta Matriz de São João Batista do Assú, em minha presença e das testemunhas abaixo nomeadas, se receberam por esposos presentes Domingos de Mello Montenegro e Dona Antonia Francisca Correa de Araújo, meus fregueses: o esposo de idade de quarenta e seis anos, filho legítimo do capitão Manuel de Mello Montenegro e Dona Genebra Francisca de Vasconcellos Pessoa, já falecidos, natural de Tejucupapo de donde apresentou seus papéis desimpedidos; e de Goianinha, onde morou: a esposa de idade de quarenta e dois anos, filha legítima do capitão-mor Antonio Correa de Araújo Furtado, já falecido, e Dona Maria Francisca da Trindade, natural deste Assú, e moradores onde se fizeram as denunciações, duas em dois dias feriais, e uma em um domingo por despacho do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Cabido, sem impedimento, e logo lhes dei as bênçãos matrimoniais, sendo primeiramente confessados e examinados na Doutrina Cristã, presentes por testemunhas João da Fonseca Silva, e Mathias Antonio de Oliveira Cabral, solteiros, todos deste Assú. E para constar fiz este assento em que me assinei. Joaquim José de Santa Anna, Pároco do Assú.

No próximo artigo faremos considerações sobre as implicações desse último casamento.

O PADRE REVOLUCIONÁRIO E OS MONTENEGROS DE ASSÚ (II)



No artigo anterior vimos que Domingos de Mello Montenegro, filho de Manuel de Mello Montenegro e Genebra Francisca de Vasconcelos Pessoa, casou em 1824, no Assú, com a idade de 46 anos, sendo ele natural de Tejucupapo, Pernambuco. Daí concluímos, pelas informações do Pe. Sadoc, que Domingos era irmão do Padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro e que nasceu por volta de 1778. Portanto, ele era mais velho do que seus irmãos sobralenses. Mais ainda, essa informação confirma que os pais do padre revolucionário só podem ter ido para Sobral depois do ano de 1778 e, por isso, o Padre João Ribeiro deve ter nascido em Tracunhém como dizem os mais diversos autores. Outro detalhe é que o intervalo entre a data do nascimento do Padre e a de Domingos é de 12 anos, e, portanto, Manuel e Genebra devem ter tido outros filhos nesse período.

Uma das testemunhas do casamento de Domingos foi Mathias Antonio de Oliveira Cabral, na época solteiro. Ele casou em 17 de novembro de 1827, no Assú, com D. Maria Umbelina Montenegro, 22 anos, natural de Goianinha, filha de Manuel de Mello Montenegro Pessoa, já falecido e D. Ângela Garcia de Araújo Freire. Quem era esse Manuel de Mello Montenegro? É provável que seja Manuel nascido em 1780, em Sobral, irmão de Domingos e do Padre João Ribeiro. Como D. Maria Umbelina nasceu em Goianinha, vemos que tanto Domingos como seu irmão Manuel moraram nessa cidade antes de ir para Assú. Outro fato interessante é que D. Ângela foi madrinha, em 1835, de Ovídio, filho de outro Manuel de Mello Montenegro Pessoa e de Maria Beatriz Paz Barreto. É possível que o genro de Manuel Varella Barca seja filho, portanto, de Manuel de

Mello Montenegro e D. Ângela Garcia, e por consequência sobrinho do Padre revolucionário.

Em 16 de agosto de 1846, no Assú, foi batizada Catharina, filha de João Ribeiro Pessoa e Maria Romualda Cavalcante, e teve como padrinhos o major Mathias Antonio de Oliveira Cabral e sua mulher D. Maria Hermelinda Albuquerque Montenegro. Dona Maria Umbelina Montenegro deve ter falecido, e, portanto, Mathias casou novamente. É provável que essa segunda esposa fosse irmã da primeira. No batismo de Manoel, outro filho de Manoel de Mello Montenegro Pessoa, e Maria Beatriz Paz Barreto, uma das madrinhas foi Maria Hermelinda de Albuquerque, pelas minhas suspeitas, tia do batizado. Nas minhas suspeitas, Manuel de Melo Montenegro Pessoa, Maria Umbelina e Maria Hermelinda deviam ser irmãos, filhos todos de Manuel e Ângela, citados acima.

Outro detalhe da vida dos Montenegros vem de um artigo de Vinicius Barros Leal, intitulado *O Padre João Ribeiro e o Ceará*. Nesse artigo ele noticia a existência de dois filhos do Padre, a saber: Hermano e Filadélfia que no ano de 1831 tinham respectivamente 26 e 21 anos, moravam em lugares separados, o primeiro em Pernambuco e ela, Filadélfia, no Ceará, na companhia de seu tio, o Padre Francisco Urbano Pessoa Montenegro, vigário de Uruburetama. A admiração do Padre João Ribeiro por George Washington o fez por o nome de Filadélfia na filha.

Segundo Vinicius, Filadélfia, em 4 de novembro de 1834, casou-se com o baturiteense José Fideles Moreira Lima, filho de Antonio Moreira Barros e Josefa de Abreu e Lima. No registro do casamento a noiva é dada como nascida no Rio Grande do Norte, e filha natural de Leocádia Cândida Torres. Diz ainda Vinicius que noutro local, precisando melhor o lugar de seu nascimento, o Assú, a sua mãe figura com o nome de Teresa Joaquina Ribeiro. Entre os filhos nascido do casal cita: José, a 1º de abril de 1838; Hermano, a

12 de abril de 1841; João, em setembro de 1842; Tito, a 8 de dezembro de 1843; Francisco Urbano e Maria Hermelinda, que casou com Antonio Joaquim de Melo e foram os pais de José Artur Montenegro, nascido a 29 de fevereiro de 1864 e falecido a 3 de abril de 1901.

Filadélfia homenageou o irmão, Hermano, batizando um dos filhos com esse nome. Da mesma forma homenageou o tio, Padre Francisco Urbano Pessoa Montenegro, outro irmão do Padre João Ribeiro, que não localizei onde nasceu. É oportuno lembrar que havia no Assú um Padre com o nome de Francisco Urbano de Albuquerque Montenegro, que suspeito ser da mesma família do Padre João Ribeiro. Esse Padre Francisco Urbano foi quem celebrou, em 1843, o último batismo que encontrei na Ilha de Manoel Gonçalves. Esse sobrenome Albuquerque que aparece na família vem de Dona Brites Albuquerque, uma ascendente dos Montenegros.

Os Montenegros têm ainda um entrelaçamento com a família Raposo da Câmara. Encontramos que o capitão Cândido Soares Raposo da Câmara era casado com Dona Genebra Philadélfia de Vasconcelos, em outros registros Montenegro Câmara, Oliveira Câmara, e Cabral de Oliveira Câmara. Toda essa variação de sobrenomes, de Dona Genebra, me faz crer, que ela era uma das filhas de Mathias Antonio Cabral de Macedo e Maria Hermelinda de Albuquerque Montenegro. Foi uma homenagem tanto a mãe, como a filha do Padre. Outros filhos de Mathias e Hermelinda encontrados: Edwiges Emília de Oliveira Cabral, Cassiano Cabral de Oliveira Montenegro e Leocádia Leopoldina de Oliveira Montenegro. Está faltando um livro que trate das famílias do velho Assú. A região merece.

E o nome do Aeroporto de São Gonçalo do Potengi, quem vai escolher?

FELIZ ANO NOVO, NATAL



Natal, sei que sua vida, desde o seu nascimento, não foi fácil. Depois da instalação do Forte, foram necessárias muitas negociações com os nativos da terra para que você pudesse vir ao mundo. E, mesmo depois do seu nascimento, seu desenvolvimento foi difícil, pois os habitantes do Rio Grande preferiam viver nas circunvizinhanças, criando seus gados, plantando e pescando do que morar com você.

Não sei o que os holandeses vieram fazer aqui. Talvez tenham vindo para cá por conta da vulnerabilidade da costa do Rio Grande e pela sua Fortaleza. Não melhoraram em nada a sua vida. Nada de novo aconteceu por aqui. Os oficiais e soldados da Companhia viviam, fora a própria Fortaleza, mais nas redondezas do que aqui. Sem nenhum apreço por você, os mercenários da Companhia Ocidental das Índias começaram uma nova cidade, lá para as bandas de Jundiáí.

Até o mercenário-mor quando teve por aqui com seu pintor a tiracolo, só levou o registro da Fortaleza, e nada mais sobre você. Foram-se, deixando você pior do que a conheceram.

Nova esperança surgiu com o repovoamento do nosso Rio Grande. Mas a guerra contra os nativos da terra, que durou muitos anos, não fez você prosperar.

Mesmo cessando a guerra bárbara, nada melhorou. A submissão às capitanias de Pernambuco e Paraíba fez de você uma filha abandonada a sua própria sorte. Caetano Sanches, quando veio assumir a Capitania, a encontrou em estado miserável. Koster e Tollenare não fizeram boas referências sobre você. As revoluções de 17, 30 e 35,

não duraram o suficiente para provocar mudanças radicais na sua vida.

Na segunda guerra mundial, você foi mais uma vez usada e abusada, e só serviu de trampolim para as forças aliadas.

Depois de tudo isso, sua vida foi melhorando aos poucos. Sua geografia e suas belezas naturais contribuíram para a sua sobrevivência. Os poucos recursos gerados nas suas terras não permitiram desenvolvimento mais rápido. A falta de criatividade e as brigas intestinas não contribuíram para que você tivesse uma vida mais fácil.

As vésperas de um novo ano lastimo o estado em que você se encontra. O povo acreditou, ilusoriamente, talvez por erros de associação de ideias, que o verde era esperança. Do milhão de árvores prometidas para você respirar melhor, quantas foram plantadas? E seus canteiros por que estão amarelados e sujos? Por que as pedras, que fazem o meio-fio, estão fora do lugar, e de vez em quando são pintadas, mesmo assim? Natal, não se pode falar em melhoria da saúde e da educação, com tanto lixo, metralhas e galhos secos, espalhados por aí.

Natal, diga para seus vereadores que você gostaria de ficar mais bonita, e que lixo e buraco não são apenas detalhes. Peça a eles, vereadores, que estudem os códigos de postura do passado, de vários municípios do Rio Grande do Norte. Por que não se elaboram regras mais rígidas sobre as calçadas? Por que tantos terrenos vazios espalhados pela cidade sem muros e sem calçadas? Por que surgiram mais cigarreiras sobre os canteiros e calçadas? Por que os carroceiros continuam levando sujeira dos mais sabidos para os terrenos dos mais tolos? Lembre aos seus vereadores que eles representam os seus moradores e, por isso, deveriam ser mais vigilantes e lhe proteger melhor.

Natal você está sendo tratada com maldade e com perversidade. E isso, também, é improbidade. Sei que é doloroso lembrar

o esquecimento que tiveram de suas partes, como a Biblioteca, o Parque das Crianças, o Parque da Cidade, os Ginásios de Esporte, o Presépio, o Machado, a própria Fortaleza, o Juvenal Lamartine, a Ribeira com sua revitalização e seus prédios mais antigos e sem preservação. Até suas praias estão abandonadas e começam a ser cuidadas pela iniciativa privada. Seus habitantes estão adormecidos e não reagem com veemência a tanto descaso.

Não se iluda Natal. As obras da copa de 2014 não vão melhorar sua vida. Talvez, pelo que se observa, nos próximos meses, você estará mais feia e mais suja.

Por tudo isso, paro o que faço para desejar a você, Natal, um Feliz Ano Novo. Que o ano de 2012 ilumine a cabeça dos seus filhos.

OS CAMINHOS DE MANOEL ALVES MARTINS



Anossa presença aqui, na Terra, se dá através de uma corrida de revezamento, onde os ancestrais passam para os descendentes a chama da vida. A grande maioria das pessoas não se dá conta dos obstáculos que seus antecessores enfrentaram para passar essa chama. É preciso que valorizemos mais aqueles que nos antecederam. Vamos exemplificar por meio de Manoel Alves Martins.

Em 1871, ele já era órfão de sua mãe, Francisca Martins de Oliveira, quando perdeu seu pai, José Alves Martins, que tinha, nessa data, exatos 40 anos. Manoel tinha apenas quatro anos de idade, e era o mais novo de nove irmãos. A tarefa de educá-los coube ao seu tio Manoel José Martins, e a esposa deste, Prudência Teixeira Martins,

que moravam, também, como José Alves Martins, em Cacimbas do Vianna.

Aos dois dias do mês de outubro de 1885, na Cidade do Assú, se apresentou, mais uma vez, Manoel José Martins para prestar contas dos bens do seu tutelado Manoel. Na oportunidade declarou ter seu sobrinho, naquela data, dezoito anos, e que teve a educação precisa, como saber ler, escrever e a doutrina cristã. Disse mais que Manoel esteve por dois anos na Cidade de Macau para praticar como caixeiro, não recebendo do seu patrão ordenado, mas roupa e alimentação. Disse mais, que o patrão ia começar a pagá-lo, mas Manoel desistiu, não se sujeitando a ser caixeiro e regressou para Cacimbas de Vianna e achava-se em sua companhia.

Descreveu os bens existentes na data supra que eram: duas éguas, uma mula de ano, uma poldra, quatro vacas, dois bezerros, um boi, duas garrotas e um garrote; Deu notícia do que vendeu nesse período e, também, das despesas com roupas, dízimos de gado e alguns objetos necessários ao uso de Manoel Alves Martins.

No dia quatro de dezembro de mil oitocentos e oitenta e oito, no Sítio das Cacimbas de Vianna, termo da cidade do Assú, presentes o tutor Manoel José Martins e Manoel Alves Martins, agora emancipado, por contar 21 anos, foi feita nova prestação de contas.

Dos bens do tutelado constavam cinco vacas, três garrotes, dois bezerros, três éguas, uma poldreta, uma mula, e um poldrinho. Havia mais trinta mil-réis, produto de uma novilha de vaca que se vendeu.

Havia ainda por herança do pai, três pés de coqueiros na Ponta do Mel, no valor de nove mil-réis; havia mais a importância de vinte mil-réis, produto da venda de um garrote; mais a quantia de sessenta e dois mil duzentos e onze réis saldo da última prestação de contas do ano mil oitocentos e oitenta e cinco. Com relação às despesas da última prestação de contas até essa data, o seguinte: dinheiro

que pagou a justiça com a última prestação de conta, como consta da contagem nos autos da mesma prestação, dezesseis mil cento e dez réis. De calçados e fazendas, a quantia de trinta e seis mil setecentos réis; de mais fazendas que o mesmo órfão comprou para o seu uso, a quantia de trinta mil-réis.

Informou o tutor que Manoel se empregou. De tudo restou, em dinheiro, para o tutelado, a quantia de oitenta e nove mil e novecentos e trinta e um réis. Em 20 de dezembro de 1888 foi encerrada a tutela e Manoel Alves Martins recebeu sua herança das mãos do tio Manoel José Martins.

Voltamos a encontrar nosso personagem em 1891, já casado em Santana do Matos, com Joaquina Teixeira Martins. Não encontrei o registro de casamento de Manoel Alves Martins, mas os registros de dois dos seus filhos, na freguesia de Santana do Matos.

O primeiro filho, Manoel, nascido em dois de dezembro de mil oitocentos e noventa e um, foi batizado na Matriz de Santana do Matos a vinte e sete do mesmo mês e ano, tendo como padrinhos Delfino Alves Martins e Josefina (Emília) Alves Fernandes, esses dois irmãos de Manoel Alves Martins. Manoel Alves Martins ficou viúvo de Dona Joaquina, e voltou a casar, desta vez, com Maria Ignácia da Conceição. Em 10 de agosto de mil oitocentos e noventa e quatro nasceu desse casal outro Manoel que foi batizado na Matriz de Santana do Matos, em nove de setembro do mesmo ano, tendo como padrinhos Nossa Senhora da Dores e Manoel Francisco Cordeiro.

As esposas dos irmãos Francisco Alves Martins, Joaquim Alves Martins e Manoel Alves Martins, bem como a do tio Manoel José Martins, tinham Teixeira no sobrenome, mas não consegui descobrir se elas tinham parentesco entre si. Pelo inventário aqui citado, a esposa de Joaquim, Joanna Teixeira Martins tinha, originalmente, o nome de Joanna Lins Teixeira de Sousa. Alguns membros da família

Teixeira de Sousa, com origem em Angicos e Assú, tinham fazendas em Cacimbas do Viana.

Quando adulto, o primeiro filho de Manoel Alves Martins tinha o nome de Manoel Alves Martins Filho e o segundo, Manoel Alves Filho. O primeiro é ascendente do vereador da Câmara Municipal do Natal, Enildo Alves, e o segundo ascendente do ex-prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves e do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho. O sobrenome Martins, parece ter desaparecido definitivamente dos descendentes, mas todos eles descendem de um dos fundadores de Macau, o capitão João Martins Ferreira, e da sua esposa Josefa Clara Lessa.

SARGENTO-MOR JOÃO RODRIGUES DE SEIXAS E DESCENDÊNCIAS



A primeira referência que encontrei ao sargento-mor João Rodrigues de Seixas foi em um dos livros de batismos, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, depositado no Instituto Histórico de Pernambuco. Está lá escrito: aos 25 de março de 1713 anos nesta Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, de minha licença, batizou o Padre Coadjutor, Reverendo Antonio de Andrade de Araújo, a Anastácia, filha legítima de Thomaz Rodrigues de Amorim, e de sua mulher Dona Maria da Conceição; foram padrinhos o sargento-mor João Rodrigues Seixas e Maria da Conceição, filha do capitão Manoel Gonçalves Branco, tem os santos óleos. Simão Rodrigues de Sá.

Posteriormente, encontro nos livros de casamento da nossa freguesia vários registros onde ele e a esposa aparecem como

testemunhas. Em 27 de abril de mil setecentos e quarenta e quatro casou, na Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga, Maria Rodrigues da Silveira, filha do sargento-mor João Rodrigues de Seixas e Joanna da Silveira, com João Rabello da Costa, filho de Antonio Rabello de Carvalho e Serafina da Costa Lial, ambos de Santa Maria de Ayres, arcebispado de Braga. Nessa data, o sargento-mor João Rodrigues já era defunto.

Outro filho do casal Seixas, de bastante destaque nos registros da Igreja, tinha o mesmo nome do pai. Era o capitão João Rodrigues de Seixas, que casou, em dez de agosto de mil setecentos e quarenta e um, na Capela de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, com Joanna Rodrigues Santiago, filha do sargento-mor Salvador de Araújo Correa, já defunto, e de sua mulher Izabel Rodrigues Santiago. As denúncias foram feitas nas partes necessárias da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, como também, por conta do contraente, na Matriz do Corpo Santo do Recife de Pernambuco, e na Igreja de Nossa Senhora do Livramento de Santo Antonio do Recife.

Lembramos que Dona Izabel Rodrigues Santiago era filha de Manoel Rodrigues Santiago e Catherina Duarte de Azevedo, esta última, neta do mártir Estevão Machado de Miranda e Dona Bárbara Vilela Cid, uma das filhas de Antonio Vilela Cid e Ignez Duarte.

Thereza Duarte de Jesus, uma das filhas do casal João Rodrigues Seixas e Joanna Rodrigues Santiago, foi batizada em 23 de abril de mil setecentos e cinquenta e cinco, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá (que destino teve essa Capela?), tendo como padrinhos o sargento-mor Francisco de Araújo Correa, e sua irmã Ignez Duarte, filhos de Elena Duarte, esta última, irmã de Izabel Rodrigues Santiago. Em 23 de novembro de 1764, Thereza casou, na mesma Capela onde se batizou, com o português do

Arcebispado de Braga, José Teixeira da Silva, filho de João Teixeira da Silva e Maria Joanna.

Nos livros de assentamento de praça, do ano de 1776, encontramos os seguintes filhos do capitão João Rodrigues Seixas: Manoel de Araújo Correa, com vinte e sete anos; Alexandre Rodrigues Santiago, com 24 anos; Salvador de Araújo Correa, com 23 anos; e Antonio Rodrigues da Silveira (Santiago, algumas vezes), com 30 anos.

Alexandre foi batizado em 3 de setembro de mil setecentos e cinquenta e três, tendo como padrinhos Antonio Rodrigues Santiago e Izabel Rodrigues, filhos de Izabel Rodrigues e, portanto, tios de Alexandre.

Manoel de Araújo Correa casou com Maria Jacinta Pródiga da Costa, filha do português de Lisboa, Dionísio da Costa Soares, e D. Eugenia de Oliveira. Um dos filhos de Manoel e Maria Jacinta, que tinha o nome do avô Dionísio, nasceu em 30 de abril de 1784, e foi batizado em 4 de maio de 1784.

No livro sobre a família Casa Grande, do Assú, encontramos que Antonio Rodrigues Santiago (ou Silveira), casou com Maria Ignácia Cabral de Macedo, filha de Antonio Cabral de Macedo e Josefa Martins de Sá; Outra informação, que consta lá, é que Izabel Costa, filha de João Rodrigues Seixas e Joanna (lá está escrito João Francisco Seixas) casou com Mathias Cabral de Macedo, também filho de Antonio Cabral de Macedo e Josefa Martins de Sá. Embora, Joanna Rodrigues da Santiago pudesse ter colocado o nome de Isabel, em homenagem a sua mãe, não encontrei nenhum registro de filha com esse nome, nem tampouco nas memórias das famílias de Utinga, escrita por um neto dela.

Escreveu Cascudo, em uma das suas Actas Diurnas, que a segunda esposa de Agostinho Leitão de Almeida, Josefa Maria de Macedo, era filha de Mathias Cabral de Macedo e Izabel Ferreira da

Costa, acredito que os mesmos citados acima. Essas informações sobre Izabel me deixam mais dúvidas por conta do sobrenome Costa que aparece no nome dela. Acredito que deve ter ocorrido algum erro nas informações de Antonio Soares de Macedo sobre os pais de Izabel, esposa de Mathias Cabral de Macedo. Ademais, Agostinho foi padrinho de crisma, em 1820, de Manoel Maurício, o memorialista de Utinga, e por isso, não escaparia na sua relação o nome de uma tia.

QUEM ERA D. ANTONIA MARIA SOARES DE MELLO?



Omestre Cascudo, em uma das suas Actas Diurnas, escreveu sobre Francisco Machado de Oliveira Barros o seguinte trecho: para aqui veio já casado com a pernambucana D. Antonia Maria Soares de Mello, e ficou, trabalhando, servindo, até que morreu, viúvo, com 72 anos de idade, a 28 de abril de 1795.

Na verdade, observando alguns documentos que pesquisei, tenho outra versão sobre a vida desse casal que vou reconstituir com base em alguns registros que Câmara Cascudo não teve conhecimento.

Em 1760, Francisco Machado foi nomeado para o posto de sargento-mor da Cavalaria do Regimento de que era coronel, Francisco da Costa de Vasconcellos, na vaga por falecimento de Cosme Medeiros. Ele tinha servido na praça de Recife por mais de 8 anos. Em 1771 foi nomeado, no mesmo Regimento, para o posto de tenente-coronel. Não sei em que ano foi nomeado Mestre de Campo. Em 1763, o sargento-mor Francisco Machado de Oliveira Barros era casado, e, ainda, morador em Pernambuco, conforme o batismo de

Joachim, filho de André Matheus e Rosa Maria de Oliveira. No ano de 1765, no batizado de Felis, filho do tenente-coronel Felis Barbosa Tinoco e Antonia Maria da Conceição, o sargento-mor Francisco Machado de Oliveira Barros, casado, comparece, como padrinho, na companhia de Dona Antonia Maria Soares de Mello, filha de Dona Eugenia de Oliveira e Mello.

Outro documento dá conta que, em 1766, no batizado de Jerônimo, filho de uma escrava de Josefa Gomes, quem estavam como padrinhos eram Miguel, filho do tenente-coronel Francisco Machado e Maria Jacinta, filha de Eugenia de Oliveira e Mello. Esses padrinhos deviam ser Miguel Francisco do Rego Barros e Maria Jacinta Pródiga da Costa.

O coronel Paulo Leitão de Almeida encomendou algumas pesquisas sobre o ascendente da família Leitão de Almeida, o professor régio José Leitão de Almeida. Com essas informações escreveu um trabalho onde revela que: Dona Anna de Mello e Albuquerque fez doação para dois sobrinhos, Padre Antonio Caetano do Rego Barros e Francisca Xavier de Vasconcelos, filhos de Francisco Machado e de Dona Ignácia do Carmo. Dona Francisca Xavier foi a segunda esposa de José Leitão de Almeida. A primeira foi Dona Maria Felícia dos Santos.

Nas mesmas pesquisas, Paulo Leitão informa que Dona Anna de Mello e Albuquerque contestou o testamento do seu irmão, Francisco Machado, por nomear, como seu herdeiro, o filho Joaquim José do Rego Barros, acusado por ela de ser filho de punível coito. Ora, a mãe de Joaquim era Dona Antonia Maria Soares de Mello. Por isso, suponho que o Mestre de Campo, iniciou um relacionamento com Dona Antonia ainda casado com D. Ignácia do Carmo, e que Joaquim nasceu desse relacionamento, embora, tempos depois tenha oficializado o casamento, pelo se que observa de registros posteriores.

Quem era essa Dona Antonia Maria Soares de Mello? Qual era a naturalidade dela? Os registros da Igreja revelam que ela era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, ao contrário do que imaginava Cascudo, e os indícios nos levam para a hipótese de ser a filha de Dona Eugenia de Oliveira e Mello, citada acima, e do sargento-mor Dioniso da Costa Soares, irmã, portanto, de Anna Maria Soares de Mello, esposa de Gonçalo Soares Raposo da Câmara. O Mestre de Campo Francisco Machado de Oliveira Barros e Dona Antonia Maria Soares de Mello tiveram uma filha de nome Dionísia Soares de Mello, (homenagem ao avô da batizada), que casou com Francisco Antonio Carrilho.

Paulo Leitão de Almeida supõe que quem veio representar José Leitão de Almeida, na questão da doação de bens para sua segunda esposa, Francisca Xavier, foi o filho do dito com Dona Maria Felícia, Agostinho Leitão de Almeida.

Em 1795, ano da morte do Mestre de Campo, os bens em mãos de Joaquim José do Rego Barros foram sequestrados, por decisão judicial. Acredito, porém, que tudo foi resolvido a contento, pois o dito Agostinho Leitão de Almeida casou com Dona Antonia Maria Soares de Mello, filha de Francisco Antonio Carrilho e de Dionísia Soares de Mello, irmã de Joaquim José do Rego Barros, por parte de pai e mãe.

Dona Antonia Maria Soares de Mello faleceu em 1784, com a idade de 41 anos pouco mais ou menos. O óbito do Mestre de Campo, Francisco Machado revela que ele ficou viúvo dela até 1795, ano que faleceu.

É importante salientar que Francisco Machado de Oliveira Barros, Joaquim José do Rego Barros, e Agostinho Leitão de Almeida, três importantes personagens da História do Rio Grande do Norte, foram contemplados por três Actas Diurnas do Mestre Cascudo, e persistem dúvidas, até hoje, sobre alguns aspectos das suas vidas.

Quer conhecer mais sobre nossas velhas figuras? Adquira, antes que se esgote, o livro que reúne as Actas Diurnas de Câmara Cascudo lançado há pouco tempo. Serve para toda a família. Todas as escolas de todos os níveis deveriam receber essa preciosidade.

MIGUEL RAPOSO DE MELLO



Da Ilha de São Miguel, além de Manuel Raposo da Câmara, veio também Miguel Raposo de Melo, que não era seu irmão. Encontramos registros de dois casamentos dele. O primeiro faz parte dos documentos salvos pelo major Salvador, tantas vezes já citado aqui. Por sua importância na formação das famílias do Rio Grande do Norte, e por sua participação ativa no exercício de funções públicas merece destaque nos nossos escritos. Vejamos o primeiro registro, na sua íntegra.

Aos 25 de outubro de 1723, nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em presença do Reverendo Vigário o Doutor Mathias Florêncio e do alferes Vicente Dias da Novoa, o capitão Pedro Gonçalves da Novoa, D. Antonia da Silva, mulher do capitão Manuel Raposo da Câmara e Ignácia de Oliveira, mulher do cabo de esquadra José da Rosa, se receberam com palavras de presente por marido e mulher Miguel Raposo de Mello, filho legítimo de João Cabral de Mello e de sua mulher Maria Pacheco, todos naturais e moradores na cidade de São Sebastião, Ilha de São Miguel, e Maria José de Oliveira, filha legítima do ajudante Mathias Quaresma, e de sua mulher Agueda de Oliveira de Vasconcellos, natural desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, e nela moradores; em virtude de um mandado do Muito Reverendo Vigário da Vara, o Doutor Bernardo de Paiva Freire, perante o qual

justificou o contraente ser solteiro, livre e desimpedido; dando fiança aos banhos até virem corridos da sua pátria, sendo também corridos nesta Matriz, e guardando em tudo o mais a forma do Sagrado Concílio Tridentino, e por verdade, fiz este assento em que assinei. João Gomes Freire, Coadjutor.

Viúvo, voltou a casar com uma viúva. Naqueles tempos, nossos ascendentes não demoravam muito na solidão.

Aos nove de maio de mil setecentos, e quarenta e oito anos, pelas nove horas da noite, pouco mais ou menos, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário desta cidade, Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feitas as denúncias nesta Matriz em três dias consecutivos, pelo assim dispensar o Reverendo Padre Mestre Frei Juvenal de Santo Albano, capuchinho missionário apostólico, que se acha de missão atual nesta cidade e apresentando a nubente banhos corridos da Vila do Recife, e Santo Antonio, donde é natural, cujos ficam em meu poder, feitas as demais diligências, sem se descobrir impedimento algum, em presença do meu Reverendo Coadjutor, que fazia vezes de Pároco, em minha ausência, sendo presentes por testemunhas, o Doutor Ignácio de Sousa Rocha Branco, Provedor da Fazenda Real desta Capitania, e o alferes tenente da Fortaleza, Manuel Pacheco, pessoas conhecidas, e moradores desta dita Freguesia, se casaram em face da Igreja, solenemente, por palavras, Miguel Raposo, viúvo que ficou de sua mulher Maria José, escrivão das Execuções da Fazenda Real, natural da Ilha de São Miguel, com Dona Catherina Cardoso, viúva que ficou do seu marido sargento Alves, filha do alferes tenente Manuel Pacheco, e de sua mulher Dona Maria de Freitas, naturais da Praça do Recife, e por ora moradores desta dita Freguesia, do que mandei fazer esse assento, em que me assinei. Manuel Correa Gomes.

Entre os filhos de Miguel Raposo de Mello, encontramos: Antonio Raposo de Mello, que casou em 11 de junho de 1749, na

Matriz, na presença do sargento-mor Miguel de Oliveira e Mello, e Miguel Raposo de Mello, com D. Thereza de Jesus de Mello, filha do capitão Francisco Pinto e D. Plácida Rodrigues de Mello; Thereza Antonia de Jesus, que casou em 26 de novembro de 1755, na presença do capitão-mor Pedro de Albuquerque e Mello, e do capitão Manuel de Oliveira Miranda, com o cabo de esquadra Manuel de Araújo, natural de Muribeca, filho de Manuel de Araújo Baracho e Antonia de Freitas, viúvo por falecimento de sua esposa Brizida Ferreira; Valentim Raposo de Mello, casado com Maria do Rosário (Rosaura em alguns registros), filha de Matheus Ferreira da Costa e Maria Luiza do Desterro.

FRANCISCO DE OLIVEIRA BANHOS E D. ANTONIA TAVARES DE MELLO



A família Oliveira e Mello aparece com muita frequência nos registros mais antigos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Desde o princípio, suspeitamos que fosse originária da junção de uma família Oliveira com uma família Mello. Catharina de Oliveira e Mello e Suzana de Oliveira e Mello apareciam com mais frequência nos registros de batismos do final do século XVII e início do século XVIII. A primeira era casada com Manuel Gonçalves Branco, e a segunda, irmã da primeira, com Antonio da Silva de Carvalho. Suzana era sogra do capitão Manuel Raposo da Câmara.

Em 1692, encontramos um batismo onde a madrinha era Francisca de Oliveira de Mello, filha do capitão Francisco de Oliveira Banhos. Em um registro de 1693, a madrinha de outro batismo era Ângela de Oliveira de Mello, também filha do capitão Francisco de

Oliveira Banhos. Um colega genealogista já tinha me encaminhado uma lista de filhos de Manuel Gonçalves Branco, onde, entre eles, estava um de nome Francisco de Oliveira Banhos. Francisco Augusto, outro colega genealogista, comenta, na transcrição do livro de batismos (encontrado no IAHGP) para Word, sobre um descendente de José Pinheiro Teixeira e Maria da Conceição Oliveira com o nome de Francisco de Oliveira Banhos, com grande descendência no Ceará. Como Maria da Conceição era uma das filhas de Manuel Gonçalves Branco, isso configurava mais um repetição do nome do capitão, pai de Francisca de Oliveira de Mello e Ângela de Oliveira de Mello.

Em 1694, Alberto Pimentel, filho de Sebastião Pimentel, que foi presidente da nossa província, e de Anna, casou com Francisca Tavares de Mello, filha do capitão Francisco de Oliveira Banhos e Antonia Tavares de Mello. Essa Francisca Tavares de Mello é a mesma Francisca de Oliveira e Mello já citada acima no registro de 1692. Nos registros de batismos dos filhos de Alberto e Francisca sempre aparece o nome da mãe como Francisca de Oliveira.

Dona Antonia Tavares de Mello aparece com madrinha de Antonia, filha de Jerônimo Gonçalves e Ângela de Oliveira de Mello, em 1698; em 1689, foi madrinha de Antonio, filho de Manuel Gonçalves Branco e de Catharina de Oliveira e Mello; em 1698, foi madrinha de Rosaura, filha de Antonio da Silva de Carvalho e de Suzana de Oliveira e Mello. Naquela época os avós quase sempre eram padrinhos ou madrinhas de algum neto.

Outro detalhe é que um dos filhos de Manuel Gonçalves Branco e Catharina de Oliveira e Mello tinha o nome de Valentim Tavares de Mello.

Juntando todas essas informações e outros registros encontrados, nossa hipótese é que Francisco de Oliveira Banhos e Antonia Tavares de Mello, além de serem os pais de Francisca de Oliveira de Melo e de Ângela de Oliveira de Mello, eram também os pais de

Catharina e Suzana, e, portanto são ascendentes de muitas famílias do Rio Grande do Norte e vizinhanças, incluindo aí os Raposo da Câmara.

FRANCISCO MACHADO DE OLIVEIRA BARROS



Voltei à presença do coronel Paulo Leitão de Almeida em busca de mais detalhes sobre o mestre de campo Francisco Machado de Oliveira Barros, que deveria constar nos documentos que serviram de base para o trabalho sobre o Professor Régio, José Leitão de Almeida. Com 90 anos de idade, Paulo continua dedicado ao trabalho de deixar para filhos e netos memórias de sua vida, através dos fascículos Gotas de Saudades. Recebi para exame a brochura que continha os documentos de pesquisa encomendado por ele.

Nessa brochura estavam documentos relativos ao polêmico testamento deixado pelo mestre de campo. Conforme escrevemos em artigo anterior, Dona Anna de Mello e Albuquerque contestou o testamento do irmão, que instituiu o filho Joaquim José Barros do Rego, por ser este nascido de punitivo coito, tendo sido excluído do mesmo o Padre Antonio Caetano do Rego Barros e Dona Francisca Xavier de Vasconcelos. Esses, ao contrário do que eu pensava, eram filhos ilegítimos do Mestre de Campo. Parece, pelo que se depreende dos documentos, que D. Ignácia do Carmo, primeira esposa do dito Francisco Machado, não deixou descendência. Assim, Dona Anna de Mello e Albuquerque se considerava herdeira do falecido irmão, e por não ter ascendentes e descendentes fez doação aos seus sobrinhos Padre Antonio Caetano e D. Francisca Xavier (esposa do Professor

Régio José Leitão de Almeida), incapacitados de herdar por conta da ilegitimidade do nascimento, como se ver nos diversos depoimentos.

Uma das cláusulas de doação era que os beneficiados reservassem para Dona Anna, alguns móveis caso ganhassem a ação.

Os bens estavam quase todos na posse do alferes Joaquim José do Rego Barros, como herdeiro nomeado no testamento do seu defunto pai. Havia uma parte dos títulos dos bens na posse do Padre Antonio Caetano do Rego Barros, incluindo aí uma casa de pedra e cal de sobrado na Boa Vista. O Padre Miguel Francisco do Rego Barros detinha também parte dos bens, incluindo aí, três canoas velhas no sitio Rodrigo Moleiro. Os genros do mestre de campo Alexandre de Mello Andrade e Francisco Antonio Carrilho detinham, também, em suas mãos parte dos bens. Alexandre, por exemplo, estava com: uma estante grande em bom uso e, a metade do dote que ficou em si para entrar na herança do defunto, no caso de ser sua mulher herdeira, e como no testamento foi excluída pelo mesmo defunto que não devia dele herdar por ter tido, em tempo de casado, com a primeira mulher Ignácia do Carmo, deixando esta metade de dote as suas netas fêmeas, filha do mesmo Alexandre. A mesma forma se aplicou com relação à metade do dote em mãos de Francisco Antonio Carrilho. Em todo o documento, o único momento em que aparece citada D. Ignácia do Carmo é o que está acima.

Alexandre de Mello de Andrade, filho de Manoel de Mello de Andrade e D. Joanna Gomes de Abreu, ambos falecidos, casou, em 11 de julho de 1780, em casa de oratório de Francisco Machado, com Dona Rita Joaquina da Conceição, filha legítima do tenente-coronel Francisco Machado de Oliveira Barros e D. Antonia Maria Soares de Mello.

Francisco Antonio Carrilho, natural de Beja, da Freguesia de Santa Maria, filho de José Fernandes Carrilho e Esperança Rodrigues, casou na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em

28 de julho de 1783, com Dona Dionísia Romana da Costa Soares, filha do tenente-coronel Francisco Machado de Oliveira Barros e D. Antonia Maria Soares de Mello, desta Freguesia.

O coronel de Milícias Joaquim José do Rego Barros, filho do mestre de campo Francisco Machado de Oliveira Barros e D. Antonia Maria Soares de Mello, casou em casa do coronel Francisco da Costa e Vasconcellos, no lugar chamado Coité, em 25 de fevereiro de 1802, com D. Maria Angélica da Conceição e Vasconcellos, filha do coronel de cavalaria Francisco da Costa e Vasconcellos e D. Maria Rosa Teixeira. No registro aparece como filho legítimo, acho que por ter sido regularizado o casamento do mestre de campo.

Em um dos documentos, aparece como depoente um primo de Anna de Mello e Albuquerque e, portanto, do mestre de campo, de nome João Pita Porto Carrero de Mello e Albuquerque. Esse João Pita foi casado com uma filha legitimada do vigário do Rio Grande do Norte, Pantaleão da Costa de Araújo.

Entre os óbitos que encontrei está o de Francisca Xavier de Vasconcellos, viúva de um Cosme do Rego Barros, que faleceu com 90 e tantos anos, em 1783. É interessante notar que o mestre de campo tinha uma filha com esse nome. Há um Cosme do Rego Barros, que Cascudo não achou o elo como o mestre de campo, mas parece ser um dos filhos de Fernando Antonio Carrilho. Cosme e sua esposa Francisca podem ser ascendentes do mestre de campo. Se encontrássemos o testamento resolveríamos a questão.

A ESCOLHA DO CAPITÃO-MOR DO RIO GRANDE



Transcrevo para este artigo o manuscrito que faz parte do Projeto Resgate, constante do Centro de Memória Digital da UNB. Ele trata da escolha do capitão-mor do Rio Grande, no ano de 1739. Vejamos o que escreveu o Conselho Ultramarino.

Por se achar em termos de se prover o posto de capitão-mor do Rio Grande se puseram editais por tempo de vinte dias para que todas as pessoas que o quisessem pretender apresentassem seus papéis correntes em poder do Secretário do Conselho, dentro do dito termo os ofereceram.

Francisco Xavier de Miranda Henriques moço fidalgo da casa de Vossa Majestade consta haver servido a Vossa Majestade neste Reino e na Praça de Marzagão por espaço de dezoito anos, onze meses e vinte e nove dias continuados de vinte e um de junho de mil setecentos e dezenove, até quatro de julho de mil setecentos e trinta e oito, em praça de soldado de Cavalo no Regimento de que foi coronel-brigadeiro, o marquês de Marialva, sem nota alguma, e passando no ano de mil setecentos e trinta e três voluntário a continuar o serviço à Praça de Marzagão sentar nela praça de soldado do Infante, e passar a cavaleiro acobertado com armas, e cavalos às suas custas e outra vez soldado infante com exercício de capitão de infantaria por patente do governador que foi da dita Praça João Jacques Magalhães, e no decurso do referido tempo se achar em várias ocasiões de combates que se tiveram com os mouros acompanhando ao Aldail com valor e assistindo as suas obrigações com muita pontualidade e obediência. Em setecentos e trinta e quatro se achar em uma escaramuça que houve com os mouros sendo dos primeiros cavaleiros que os acometeram e indo socorrer um cavaleiro que caiu, e se achar em

evidente perigo de vida pelo cercar grande multidão de infiéis. Em setecentos e trinta e cinco se achar em vários choques que com os mesmos se teve obrando sempre em grande esforço. Em setecentos e trinta e seis achando-se um barco ancorado para dentro do Cabo de Azamor mandar o governador que então era daquela Praça Bernardo Pereira Berredo dois (ou doze) barcos armados em guerra e em um deles o suplicante para que este fosse buscar, e, com efeito, saindo de noite executar esta diligência com tão bom sucesso que pela manhã o trouxe rendido para a praça com vinte e oito homens, uma boa carga de fazendas, obrando em tudo com grande valor e distinção.

Caetano de Mendonça, cavaleiro fidalgo da casa de Vossa Majestade por fé de ofício, certidões e mais papéis que apresentou, consta haver servido a Vossa Majestade nas capitânicas de Pernambuco, Rio Grande e na Cavalaria desta corte por espaço de doze anos, dois meses e oito dias, com interpolação e continuados de quatorze de janeiro de mil setecentos e vinte e dois até vinte e sete de abril de mil setecentos e trinta e três em praça de soldado Infante, ajudante supra de um dos terços volantes dos moços solteiros, por patente do governador, que então era da dita capitania de Pernambuco, Manoel Rolim de Moura, ajudante também supra da capitania do Rio Grande do terço paulista em que foi por Vossa Majestade Reformado, e ultimamente vindo para esta corte continuar o serviço em praça de soldado de cavalo do Regimento de Cascais, no decurso do referido tempo fazer sempre a sua obrigação entrando e saindo de guarda e dando pronta execução às repetidas diligências que lhe foram encarregadas pelos seus oficiais maiores, assim em marchas, como em prisões de criminosos que lhe foram cometidas, ensinando com muito cuidado e destreza aos soldados os exercícios militares, e havendo-se sempre com grande zelo, e na ocasião do levante dos terços de Pernambuco, assistir no Presídio do Arraial do Rio Grande, havendo-se sempre com grande obediência a seus oficiais maiores.

Rafael Ribeiro Pereira, cavaleiro professo da ordem de Cristo que consta haver servido a Vossa Majestade no militar até o posto de capitão-tenente da Fortaleza de São Sebastião do Rio de Janeiro, como no de alferes em uma campanha da nobreza auxiliar da mesma praça em cujas ocupações se houve com grande zelo do Real Serviço, e nestas cidades por nomeação que lhe fizeram serviu de tesoureiro geral do (ilegível) pelos dinheiros dado a risco, e juro e de todo cabedal que recebeu fez entrega no tesouro, sem ter de todo este trabalho ordenado algum nem conveniência mais que a de servir a Vossa Majestade como tudo consta dos documentos os quais ofereceu.

E sendo visto os serviços referidos, parece ao Conselho propor em primeiro lugar a Francisco Xavier de Miranda Henriques; em segundo lugar a Caetano de Mendonça; e em terceiro lugar a Rafael Ribeiro Pereira. Lisboa ocidental, treze de fevereiro de mil setecentos e trinta e nove. Alexandre Metello de Souza e Menezes, Thomé Gomes Moreira, Manoel Caetano Lopes de Lavre, Joseph Ignácio de Arouche, Manoel Fernandes Vargas e Joseph Carvalho de Abreu.

Francisco Xavier de Miranda Henriques foi nomeado capitão-mor do Rio Grande por tempo de três anos. Na verdade, ele permaneceu como capitão-mor até 1751. No Ceará foi capitão-mor de 1755 até 1759. Em 1761 assumiu o governo da Paraíba, que deixou em 1764.

Francisco Xavier de Miranda Henriques foi suspenso em 1748, por quatro meses, conforme se observa de uma petição feita pelo procurador Antonio de Miranda Henriques, seu irmão.

ANTIGOS BATISMOS, VELHAS CAPELAS



As nossas capelas são mais velhas do que indicam as datas em seus frontispícios. Muitas dessas datas foram colocadas após alguma reforma, além do que todas as ditas capelas e igrejas foram reconstruídas, pois muitas delas eram de taipa. Hoje vamos dar notícias aqui de alguns batismos do início do século XVIII, em algumas dessas capelas ou igrejas, e conhecer os nossos moradores daquela época.

Durante a Guerra dos Bárbaros, muitas pessoas vieram para cá, algumas delas de São Paulo para compor o Terço Paulista. Entre elas José Porrante de Moraes Castro e seus primos, os irmãos Manuel Álvares de Moraes Navarro e José de Moraes Navarro. José Porrante aqui casou, em 1707, na Capela de Santo Antonio com Dona Margarida da Rocha, filha do capitão Theodósio da Rocha e Dona Antonia de Oliveira. Em 3 de junho de 1713, na Capela de Santo Antonio da Ribeira do Potegi, o Vigário Simão Rodrigues de Sá batizou a Sebastiana, filha do capitão José Porrante de Moraes Castro e de sua mulher Dona Margarida da Rocha. Foi padrinho o sargento-mor Joseph de Moraes Navarro.

Alguns nomes de pessoas são mais antigos do que pensamos, como podemos observar no batismo seguinte. Em 29 de janeiro de 1713, na Igreja de São Miguel do Guajirú, de licença do Padre Simão Rodrigues de Sá, batizou o Reverendo Padre Superior Pedro Taborda a Fabiana, filha de Manuel Álvares e de sua mulher Andreza Gonçalves. Foram padrinhos o capitão Bento Fernandes e Izabel Gonçalves, filha de Ignácio Gonçalves.

Alguns nomes se repetem com frequência nas descendências de algumas famílias, o que pode causar muitos equívocos, se não forem observadas corretamente as datas dos eventos. Genealogia sem

data é um perigo. Em 5 de dezembro de 1712 na Capela do Senhor Santo Antonio da Ribeira do Potegi, o Padre Simão Rodrigues de Sá batizou a João, filho do capitão Manoel Correa Pestana e de sua mulher Joanna de Freitas (da Fonseca). Foram padrinhos o alferes Felis de Souza e Domingas da Fonseca, mulher do capitão João da Costa de Almeida. Esse que foi batizado era, também, João da Costa de Almeida que casou em 1739 com Catherina de Oliveira e Mello, filha natural do sargento-mor Gregório de Oliveira e Mello e Luiza de Freitas Palhano.

Uma presença constante nos documentos mais antigos desta capitania é de Estevão Velho de Mello, natural de Igarassú. Em 19 de abril de 1713, na Capela de Jundiáí, de licença do Vigário Simão Rodrigues de Sá, o Padre Pedro Fernandes batizou a Manoel Antonio, filho de Estevão Velho de Mello e de sua mulher Joanna Ferreira de Mello. Foram padrinhos o capitão Domingos de Moraes Navarro e Maria Magdanella, filha do coronel Gonçalo da Costa Faleiros. Esse que foi batizado era Manoel Antonio Pimentel de Mello que casou com Anna Maria da Conceição, filha de Francisco Pinheiro Teixeira e Maria Conceição de Barros. Bonifácia Antonia de Mello, irmã de Manoel Antonio, casou com Francisco Pinheiro Teixeira (segundo do nome), irmão de Anna Maria. Francisco Pinheiro e Bonifácia geraram Francisca Antonia Teixeira, que gerou, com Manoel Pinto de Castro, ao nosso frei Miguelinho.

Um dos filhos de Theodósio da Rocha tinha o mesmo nome do que foi capitão-mor da nossa Província, Antonio Vaz Gondim. Em 14 de junho de 1713, na Capela do Senhor São Gonçalo do Potigi, de licença do Padre Simão Rodrigues de Sá, o Padre João Fernandes Barbosa batizou a Marcelina, filha de Antonia do Livramento, mulher solteira, e de Antonio Vaz Gondim. Foram padrinhos o sargento-mor Manuel de Abreu Friellas e sua filha Dona Marcelina de Abreu Soares.

Sebastião Pimentel foi presidente da nossa Província. Um dos seus filhos era o alferes Alberto Pimentel que casou, em 1694, com Dona Francisca Tavares de Mello, filha do Francisco de Oliveira Banhos e Antonia Tavares de Mello. Em 29 de junho de 1713, na Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, o Padre Simão Rodrigues de Sá, batizou a Pedro, filho do alferes Alberto Pimentel e de sua mulher Francisca de Oliveira (o nome muda a cada registro). Foram padrinhos Pedro Ferreira de Mello e o coronel Manoel Gomes Torres.

Em 29 de junho de 1713, na Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, de licença do Padre Simão Rodrigues de Sá, batizou o Padre Bernardo de Farias Freire, a Luzia, filha de Manoel da Silva Queiroz e de sua mulher Maria da Silva Freire. Foram padrinhos Manoel Rodrigues Taborda e Francisca de Oliveira, mulher do alferes Alberto Pimentel. Há um outro Manoel da Silva Queiroz, filho de Francisco Fernandes de Carvalho e Maria Gomes da Silva, que talvez seja neto desse mais antigo. Gaspar Freire de Carvalho, que casou com Clara Martins de Macedo, era filho do coronel Manoel da Silva Queiroz e Maria da Silva Freire.

Em 15 de abril de 1713, na Paroquial de Nossa Senhora da Apresentação, de licença do Padre Simão Rodrigues de Sá, batizou o Padre Manoel Pinheiro Teixeira a Joseph, filho de Francisco Pinheiro Teixeira e de sua mulher Maria da Conceição (Barros). Foram padrinhos o Procurador da Fazenda Real, capitão-mor José Barbosa Leal e Dona Domingas de Mello, mulher do alferes Francisco Barbosa da Costa. José Barbosa Leal, depois de ter passado por Angola, Luanda e ter servido por mais de 22 anos ao Reino de Portugal, foi nomeado, em 1696, por Bernardo Vieira de Mello, Comissário Geral de Cavalaria da Capitania do Rio Grande.

Como em muitas histórias genealógicas, chegaram de Arrifana de Sousa, Bispaço do Porto, Portugal, três irmãos: Padre Manoel Pinheiro Teixeira, Francisco Pinheiro Teixeira e José Pinheiro Teixeira.

NÓS O ESQUECEMOS, O REI NÃO



Manoel de Abreu Soares não aparece na relação dos capitães-mores de Vicente de Lemos, e essa omissão se repete nos demais livros de nossos autores. A segunda nomeação de Antonio Vaz Gondim para capitão-mor do Rio Grande contém o seguinte trecho: E com igual procedimento se haver no governo da capitania do Rio Grande em que assistiu por mais de seis anos, procedendo a contento daqueles moradores, fazendo muitas obras necessárias para conservação daquela praça e fortaleza dos Reis Magos. Daí, Lemos deduziu que Vaz Gondim foi nomeado em 1656, e, por isso, foi o primeiro capitão-mor depois da saída dos holandeses. O documento de nomeação de Antonio Vaz Gondim, possivelmente contém um erro, relativamente ao tempo que ele foi pela primeira vez capitão-mor, pois nessa data o nomeado foi outro.

Manoel de Abreu Soares nasceu nesta Capitania do Rio Grande. Seu pai, Jerônimo da Cunha, recebeu três sesmarias, sendo duas em 1605 e outra em 1610, as duas primeiras pelo Pitimbú, no caminho de Cajupiranga, e a terceira pelo Rio Potengi. Os nossos livros dão destaque a sua participação na Guerra dos Bárbaros, nomeado que foi como capitão-mor de toda a infantaria de soldados, pretos e índios, em 1688. Mas, antes disso tudo, teve uma participação heroica nos combates contra os holandeses e, foi nomeado capitão-mor da Capitania do Rio Grande, no ano de 1656, pouco tempo depois da saída dos holandeses. Foi, também, capitão-mor de Sergipe d' El Rei. Dois documentos fazem referência à passagem dele como capitão-mor da Capitania do Rio Grande: um Alvará expedido pelo Rei de Portugal em 1681, e a nomeação como capitão-mor de Infantaria dos soldados, pretos e índios, em 1688. Vejamos o documento de 1681.

O Príncipe como Regente, e Governador dos Reinos de Portugal, e Algarves: faço saber aos que este meu Alvará virem, que tendo respeito aos serviços, que Manoel de Abreu Soares, filho de Hierônimo da Cunha, e natural da Capitania do Rio Grande, me fez nas guerras do Brasil, em praça de soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes, ajudante, capitão de Infantaria, e capitão-mor do Rio Grande, por espaço de vinte e um anos, dez meses, e três dias, desde o primeiro de agosto de seiscentos e trinta e oito, até dez de fevereiro de seiscentos e setenta e um, e neste tempo se achar em Pernambuco na entrada que se fez pela campanha do inimigo, no encontro do Engenho de Santo André; na peleja que se travou com o Conde de Nassau a vista de Porto Calvo, e mais encontros que com ele houve, na Campanha, passando a nado o Rio São Francisco, e em tudo fazer sua obrigação a que também acudiu no socorro com que o Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra veio do Rio Una a Bahia. Tornando a Pernambuco, no ano de seiscentos e quarenta e cinco, se achar, outrossim, nos assaltos que se deram aos Holandeses, e Índios na Freguesia de São Lourenço; em várias ocasiões de peleja, em que o inimigo recebeu muita perda, saindo ferido de uma pelourada na perna esquerda; na que sucedeu na fronteira da Força dos Afogados, e Cinco Pontas, indo reconhecer o posto com trabalho, e risco; e assim mais nas marchas das Capitánias do Norte, e sucessos dela.

Por ordem que se lhe deu ir ao Rio São Francisco a conduzir gado para Infantaria; na primeira batalha dos Guararapes assinalar entre os mais; e assistindo por Cabo de cinco Companhias no posto de Salinas, fronteira ao Recife, ter alguns encontros com os inimigos; socorrer por vezes ao Governador Henrique Dias na marcha que fez a Paratibe; e nas jornadas da campanha da Paraíba. Na segunda batalha dos Guararapes obrar com valor, e ser ferido com uma bala por um ombro; no assalto que se deu ao inimigo com a sua Companhia, e outra à sua ordem, em Cunhaú; nas emboscadas do Paço de Barreta, e peleja que travou com os Holandeses, ser ferido

de uma pelourada; e nos mais que houve, marchas que se fizeram, e sítios que se puseram ao Forte de Salinas, Casa do Rego, e Forte de Altena, até se recuperarem as Fortalezas do Recife, procedendo de modo, que lhe deram dois escudos de vantagem. Passando depois à Capitania do Rio Grande, marchar quarenta léguas pelo Sertão em seguimento dos Tapuias. E sendo provido no posto de capitão-mor da mesma Capitania no ano de seiscentos, e cinquenta e seis, proceder como muito devia.

Em satisfação de tudo, e de atualmente estar servindo com cuidado e zelo, de capitão-mor de Sergipe, em que tem despedido muito de sua fazenda. Hei por bem de lhe fazer mercê (além de outra que pelos mesmos respeitos lhe fiz) deste Alvará de Ofício de Justiça, ou Fazenda, para filha ou filho. E este se cumprirá inteiramente como nele se conclui, sem dúvida alguma, e valerá, como Carta sem embargos de ordenação do L^o 2^o tt^o 40, em contrário. E se passou por duas vias, uma só haverá efeito, e pagou de novo direito vinte réis que se carregarão ao Tesoureiro Hieronimo da Nóbrega de Azevedo a folhas quatrocentos e quatorze. André Serrão de Carvalho o fez em Lisboa, a vinte e dois de julho de seiscentos e oitenta e um. O secretário André Lopes de Souza o que escreveu.

Assim, pelo visto acima nossos livros devem incluir na relação dos nossos capitães-mores, o potiguar Manoel de Abreu Soares.

Esse Alvará foi usado, somente em 1729, pelo seu filho, alferes Pascoal Gomes de Lima, assunto que vamos tratar em outro artigo.

A PETIÇÃO DE PASCHOAL GOMES DE LIMA



Professor da UFRN e membro do IHGRN e do INRG

Em artigo anterior falamos sobre um alvará, de 1681, concedido pelo Príncipe Regente e Governador de Portugal e Algarves, D. Pedro II (irmão do Rei Afonso VI), que comprova que Manoel de Abreu Soares foi capitão-mor do Rio Grande, em 1656. Esse alvará apareceu em uma petição do filho, Pascoal Gomes de Lima, que requereu os benefícios do dito documento, quarenta e oito anos depois de sua expedição.

Em julho de 1729, o alferes Pascoal Gomes de Lima, morador na Capitania do Rio Grande, requereu ao Rei Dom João V (o Freirático), filho de D. Pedro II, acima, o posto de escrivão da ouvidoria, da cidade da Paraíba que se achava vago, ou, em falta deste, o de oficial da Fazenda Real que é o da abertura, ou de Provedor da Fazenda Real do Rio Grande, que também se achava vago, por ser ele, na época, filho legítimo e único do capitão-mor Manoel de Abreu Soares, com base no sobredito alvará concedido, para filho ou filha do capitão-mor Manoel de Abreu Soares.

A fim de comprovar sua filiação, foram apresentadas testemunhas ao Juiz Ordinário Theodósio de Freire Amorim. Deram seus testemunhos as seguintes pessoas; Comissário Geral Manoel de Mello Albuquerque, casado, 65 anos; licenciado Francisco Alves Bastos, casado, Juiz de Órfãos, 50 anos; Pascoal Freire de Crasto, casado, mestre da Capela, 82 anos; sargento-mor Bento Teixeira Ribeiro, casado, morador na Ribeira do Mipibú, 68 anos. Todos eles confirmaram, sob juramento, que Pascoal Gomes de Lima era filho legítimo do capitão-mor Manoel de Abreu Soares, e que naquela

data todos os irmãos do requerente eram já defuntos. Foi dito, também, por alguns, que a esposa de Manoel de Abreu Soares, e mãe de Pascoal, era Dona Maria de Siqueira.

O outro documento que faz menção ao potiguar Manoel de Abreu Soares como capitão-mor de nossa Capitania é o que lhe concedeu o título de capitão-mor de toda a infantaria de soldados pretos e índios, em 1688, por conta do aperto em que várias nações bárbaras tinha posto à capitania do Rio Grande. Foi ordenado, por Mathias da Cunha, do Conselho de Sua Majestade, ao Governador da Capitania de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, que mandasse duzentos infantes com seus capitães e governador dos índios, com quatrocentos arcos, e o terço de Henrique Dias, com cem soldados pretos, para fazerem aos Bárbaros a guerra ofensiva que estava pedindo a sua solução e estrago dos moradores da Capitania do Rio Grande. Em um dos trechos do documento, complementa: E para isso era necessário nomear capitão-mor de toda essa gente, pessoa de grande valor e experiência. Respeitando eu o bem que estas qualidades na de Manoel de Abreu Soares, que nela assiste, e aos muitos anos que tem servido a Sua Majestade nas guerras de Pernambuco, ocupando todos os postos até o de capitão de infantaria, capitão-mor da mesma capitania do Rio Grande e ultimamente da de Sergipe d'El Rei; e tendo consideração o se me representar pelo Procurador dos moradores do Rio Grande, que fosse ele sujeito, a que se remetesse o socorro que se me pedia: esperando que nas obrigações que lhe tocarem em ocupação de tanta importância, se haverá muito conforme a opinião que se tem de sua pessoa e confiança que faço do seu merecimento: hei por bem de o eleger e nomear, como em virtude do presente elejo e nomeio capitão-mor de toda a infantaria soldados pretos e índios.

Sobre essa participação de Manoel de Abreu Soares, há várias referências de Taunay, em sua Guerra dos Bárbaros, hoje disponível

na internet. Entre elas, citamos: Ao mesmo tempo mandara servir no teatro das operações o experimentado e bravo, embora já muito idoso, Manoel de Abreu Soares, homem de tão bela fé de ofício. Agiria autonomamente procurando socorrer a Albuquerque Câmara. Partira Soares sem detença de Natal para as margens do Piranhas ocupando um lugar chamado de Olho d'Água e depois Poço Verde onde construiu uma estacada.

Segundo alguns autores, nessa época Manoel de Abreu Soares, já era octogenário. Em outro artigo trataremos da descendência de Manoel de Abreu Soares.

Os sites sobre São Gonçalo do Amarante informam, erradamente, que Pascoal Gomes de Lima era português, e chegou lá, proveniente de Pernambuco, em 1710, junto com outro português, Ambrósio Miguel Sirinhaém. Jerônimo da Cunha, o avô, já tinha sesmaria por aqui em 1605; o pai, Manoel de Abreu Soares, nasceu aqui, no Rio Grande; há vários registros de Pascoal, antes de 1710, por aqui. Antes de se escrever qualquer outro livro sobre São Gonçalo, há necessidade de se consultar as fontes primárias, no lugar de ficar repetindo erros.

Por falar em equívocos, o Senador Georgino Avelino nasceu em 1886, e não em 1888, como se propaga. Escreveremos sobre isso.

Já está nas livrarias, meu livro, editado pela UFRN, Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte, com 119 artigos publicados, no *O Jornal de Hoje*.

O BATISMO DE JOSÉ GEORGINO



Todos os documentos que pesquisei sobre o Senador Georgino Avelino, até agora, informavam que ele nasceu no dia 31 de julho de 1888. Durante minhas pesquisas, nos livros de batismos de Angicos, não encontrei o referido assento. Supus em alguns momentos que ele pudesse ter se batizado em outra Freguesia.

O Jornalista Pedro Avelino e Maria das Neves Alves de Sousa, pais de Georgino, casaram em 27 de outubro de 1885, ele com 24 anos e ela com 20 anos. Nas proximidades do citado nascimento de José Georgino, o batismo que encontrei foi de sua irmã Maria (possivelmente Maria Albertina Leite), cujo registro transcrevo abaixo.

Aos 4 de janeiro de 1888, nesta Matriz, batizei solenemente a Maria, natural desta Freguesia, sendo padrinhos José Francisco Alves de Sousa e sua mulher Maria Ignácia Alves da Silva (Sousa), nascida a 4 de dezembro de 1887, e filha legítima de Pedro Celestino da Costa Avelino e Maria das Neves Alves Avelino, livres, brasileiros, moradores nesta Freguesia, do que mandei fazer este assento, em que assino. O Vigário Felis Alves de Sousa.

Os padrinhos de Maria eram seus avós maternos. Lembramos que Dona Maria das Neves era irmã do capitão J. da Penha e de José Anselmo.

Recebi de um neto do Senador Georgino Avelino, o Professor George Avelino Filho, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, uma biografia extraída do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, do Centro de Pesquisa e Documentos de História Contemporânea do Brasil, da dita Fundação, onde também se repetia a mesma data de nascimento para o Senador.

O tempo foi passando sem que o mistério tivesse se resolvido. Afonso Bezerra Sobrinho, que encontrei no município de Afonso Bezerra, tinha uma cisma que Georgino tinha nascido em Carapebas. Mas mesmo assim, o registro de batismo deveria ter ocorrido em Angicos.

Há poucos dias, ordenando algumas cópias de registros de batismo com o intuito de fotografá-las, encontrei o registro do nosso personagem, que transcrevo para cá.

Aos 5 de setembro de 1886, nesta Matriz, foi, de minha licença, solenemente batizado pelo Reverendo Cônego Antonio Eustáquio da Silva, José, natural desta Freguesia, sendo seus Padrinhos eu – Felis Alves de Sousa, Vigário da Freguesia, e Anna da Natividade Bezerra, nascido aos 31 de julho do dito ano, e filho legítimo de Pedro Celestino da Costa Avelino, e Maria das Neves Alves Avelino, livres, brasileiros, meus fregueses: do que mandei fazer este assento em que assino. O Vigário Felis Alves de Sousa.

O Vigário Felis Alves de Sousa era tio-bisavô de José Georgino pela parte materna. Dona Anna da Natividade Bezerra era filha de Matheus da Rocha Bezerra e Anna Angélica; casou com Vicente Maria da Costa Avelino. Daí nasceu Pedro Avelino. Era portanto, avô de José Georgino Alves de Sousa Avelino.

Dessa forma fica corrigida para todo o sempre a data de nascimento do Senador Georgino Avelino. A imagem do batismo de Georgino Avelino foi postada no blog <http://putegi.blogspot.com>.

Você já ouviu falar em Natalópolis, Conde do Rio Grande, no capitão-mor Antonio Fernandes Furna, e no donatário Manoel Jordão? Conheça tudo isso no blog acima.

O CONDE QUE ARRIBOU NA ILHA DE MANOEL GONÇALVES



Na Penny Cyclopaedia of the Society for the Diffusion of Useful Knowledge, encontramos as seguintes informações: Mauritius Augustus, Conde de Benyowsky, magnata húngaro, nasceu em Worbuenta ou Verbowna, domínio hereditário de sua família no condado de Nittria no reino da Hungria, no início do ano de 1741 (outros dão seu nascimento como em 20 de setembro de 1746). Era filho de Samuel Conde de Benyowsky, um general da cavalaria no serviço do Imperador da Áustria, e de Rosa, baronesa de Revay.

Na sequência, a dita enciclopédia relata grande parte das aventuras do Conde, com base, principalmente, no livro intitulado *Memórias e Viagens de M. A. Conde de Benyowsky*, escrito por ele mesmo. Uma das informações importantes para nosso artigo é que, segundo a enciclopédia, ele partiu de Baltimore para o Porto de St. Augustine, na costa leste de Madagascar, em 25 de outubro de 1784, no navio que foi chamado de *Intrepid*. Devido à gravidez de Madame Benyowsky, o conde deixou sua família na América. A viagem, desde o princípio foi lenta e azarada. No início de janeiro de 1785, o *Intrepid* chegou à costa do Brasil, de onde Benyowsky escreveu a última carta que seus amigos tenham recebido. Cerca de um mês depois o navio encalhou na Ilha de Juan Gonçalves (na verdade Ilha de Manoel Gonçalves, como veremos), e não foi antes de abril que ele saiu em boas condições de navegabilidade. Benyowsky partiu, então, pelo Atlântico em direção ao continente Africano.

É no projeto Resgate Barão do Rio Branco, projeto ultramar da UFPE, que vamos encontrar o sumário do que aconteceu com o Navio *Intrepid* que arribou na Ilha de Manoel Gonçalves.

Em 27 de maio de 1785, o governador da Capitania de Pernambuco, José Cesar de Menezes, enviou ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, encaminhando o sumário abaixo, e seus complementos.

“Nas praias de Manoel Gonçalves, distrito da Capitania do Rio Grande do Norte, arribou em princípios de janeiro, próximo pretérito, o navio americano denominado Intrépido, comandado por Lucas David, e mandando eu pelo Doutor Provedor da Fazenda Real da dita Capitania praticar as diligências, que em tais casos determina o Régio Alvará, de cinco de outubro de mil setecentos e quinze, satisfez com o sumário, que ponho com esta na presença de Vossa Excelência, do qual se mostra que saindo o dito navio de Baltimore para o Cabo da Boa Esperança, e Madagascar, por causa dos ventos e correnteza das águas, e também por falta de água e lenha, arribara ao mencionado distrito, de donde continuou sua viagem depois que proveu do necessário; e não fez comércio algum enquanto ali se deteve”.

Para praticar as diligências, acima referidas, foram para Ilha de Manoel Gonçalves as seguintes pessoas: Provedor Doutor Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim; Escrivão Antonio José de Sousa e Oliveira; Meirinho da Real Fazenda, José Ribeiro da Silva; o seu escrivão João Cardoso Batalha; os oficiais nomeados pelos capitães-mores interinos da Capitania José Barbosa Goveia, militar, Antonio da Rocha Bezerra, vereador mais velho, a saber: o sargento José da Costa Pereira, Comandante da Tropa paga, por não haver outro oficial maior, na dita tropa; o mestre carpinteiro Francisco da Rocha; o mestre calafate Alexo Silva.

Na Ilha de Manoel Gonçalves foram tomados os muitos depoimentos dos tripulantes e passageiros, que praticamente contaram a mesma história relatada no sumário. Entre eles, depoentes, estavam o Conde, já citado acima, várias mulheres, e o comandante

na Ilha, José Pereira Vas Botelho. Em síntese, disseram que o navio saiu de Baltimore para o Cabo da Boa Esperança e Madagascar, no início de outubro, mas as correntezas e os ventos dificultaram a viagem. As correntezas levaram para os baixos do Cabo de São Roque, mas não puderam contorná-lo. Por conta da dilatação da viagem, começou a faltar tanto água, como lenha. Procuraram avistar terras para suprir suas necessidades, chegando ao Cabo de Tubarão. Tentaram fazer reparo e o provimento das necessidades fora da Barra, sem intenção de entrar nela. Usaram bandeiras para se comunicar com uns pescadores que estavam numa jangada próxima ao Navio Intrepid. Entretanto, eles fugiram. Mas no outro dia, apareceu um português que subiu no navio e se ofereceu para levar para mais próximo da terra, pois seria melhor para provimento de água e lenha. Mas, o navio encalhou em um banco de areia, aumentando as avarias. Com dez pessoas e duas bombas não conseguiram conter o volume de água que entrava a cada hora cinco pés ou sete palmos. Tiveram que jogar ao mar cinco peças, vários mastros, paus e outros objetos. Para escaparem, o General (conde de Benyowsky) e vários passageiros saíram em um Escaler para a terra. Na Ilha de Manoel Gonçalves pediram auxílio ao capitão mandante José Pereira Vas Botelho, 50 anos, capitão da Cavalaria Auxiliar do Regimento da Ribeira do Assú, residente naquelas praias, que acudiu, em vista do perigo, e mandou um prático, outro português, para entrar na Barra, onde estavam agora consertando o navio.

Informou, o Conde sobre o material encontrado no navio, que tudo era dele, depoente, que levava para as suas fábricas de açucares, e aguardente, como caldeira de cobre, e ferro, bacias do mesmo; moinhos vários, alguma pólvora, espingarda de caçar para negócio, e uns pretos da África; tijolos para alguma obra, e cal. O Conde fez seu depoimento em Latim que foi vertido no português, e assinou com o Ministro nomeado Antonio Carneiro.

Nas suas credenciais constava, entre outras, como Conde do Sacro Romano Império a Benyowsky, magnata do Reino da Hungria e da Polônia, Comendador da Ordem da Águia Branca, Cavaleiro da Ordem Real Militar de São Luiz, Camarista de Sua Majestade Imperial e General maior da mesma Majestade.

Em <http://utinga.blogspot.com> você encontrará um imagem do Conde e a assinatura que colocou no seu depoimento, na Ilha de Manoel Gonçalves, na Costa do Rio Grande do Norte.

GONÇALO JOSÉ BARBOSA E OS SOBRENOMES DIFERENTES



Muitas vezes as pessoas não compreendem porque, em suas famílias do passado, vários irmãos tinham sobrenomes diferentes. Sempre acham que era desleixo por partes dos pais. Entretanto, depois de pesquisar várias famílias, descobri que na verdade eles tentavam dar continuidade aos sobrenomes dos seus ancestrais no lugar de ficar repetindo o mesmo por várias gerações.

Francisco Xavier da Cruz e Lourença Dias da Rosa tiveram os seguintes filhos que detectei: Miguel Francisco da Costa Machado, Vicente Ferreira Xavier da Cruz, Joaquina Maria de Santa Ana, Mathildes Quitéria da Cruz e Gonçalo José Barbosa. Para confirmar essas relações de parentesco de gente com sobrenomes diferentes tive que utilizar várias informações paralelas, pois, ou não tinha o casamento deles ou quando tinha, não havia a informação dos pais. Para essas pessoas acima, utilizei a árvore de Jacob Avelino, documento de 1949, as informações de meu pai, e o casamento de Gonçalo José Barbosa. Neste caso, de onde surgiram esses sobrenomes?

As mulheres, em sua maioria, tinham nomes religiosos; Miguel Francisco herdou Costa do avô paterno, João Barbosa da Costa, e Machado do avô materno, Antonio Dias Machado; Gonçalo ficou com Barbosa do avô paterno, citado acima; Vicente carrega o Xavier da Cruz do próprio pai. Uma curiosidade na descendência de João Barbosa da Costa e Damásia Soares é que os sobrenomes Ferreira e Melo, que não aparecem nos filhos, surgem, posteriormente, em vários descendentes, nas mais variadas combinações, entre elas Ferreira Barbosa, Costa Ferreira, Ferreira da Costa e, Costa e Melo, . Possivelmente havia um Ferreira e um Melo nos ascendentes de João Barbosa da Costa ou de Damásia Soares. O desaparecimento dos livros mais antigos do Assú criou dificuldades para todos os genealogistas da região.

Mais vamos escrever um pouco sobre Gonçalo José Barbosa. Quando estava pesquisando, estranhei a presença dele nos eventos religiosos da minha família, pois desconhecia que era irmão de dois bisavós meus, Vicente Ferreira Xavier da Cruz e Miguel Francisco da Costa Machado.

Gonçalo casou três vezes. O registro de casamento dele, em 29 de setembro de 1828, em Santana do Matos, com Maria Francisca das Virgens, dá conta que ele ficara viúvo de Francisca Ritta, de quem não tive maiores informações. Maria Francisca era filha de João Paes e Francisca Xavier. Houve dispensa de segundo grau de consanguinidade atingente ao primeiro, denunciando parentesco com a nubente. Com os sobrenomes reduzidos na forma acima, ficou difícil descobrir como se dava esse parentesco.

Aos 13 de fevereiro de 1831, de novo viúvo, ele volta a casar, na mesma Matriz de Santana do Matos. Vejamos esse registro na íntegra.

Aos treze dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e trinta e um, nesta Matriz de Santa Ana do Mattos, pelas onze horas da

manhã, tendo precedido as canônicas denúncias sem impedimento, confissão, comunhão, e exame de doutrina cristã, ajuntei em matrimônio, e dei as bênçãos nupciais aos meus paroquianos Gonçalo José Barbosa, e Marianna Rosa da Silva, naturais e moradores nesta Freguesia, ele viúvo, por falecimento de sua mulher Maria Francisca, e filho legítimo de Francisco Xavier da Costa, e de Lourença Dias, já falecida, ela filha legítima de João de Barros Silva, e Jerônima Francisca da Costa, sendo testemunhas Francisco Xavier de Sousa, e Francisco Sales Sidrim, casados, desta Freguesia; do que para constar fiz este assento, que com as ditas testemunhas assino. João Theotonio de Sousa e Silva, Francisco Xavier de Sousa, Francisco de Sales Sedrinho.

Às vezes os nomes nos registros não batiam com as assinaturas, como ocorreu no caso acima.

É nesse documento que surgem os nomes dos pais de Gonçalo: Francisco Xavier da Costa (na verdade da Cruz) e Lourença Dias (da Rosa). Os registros nem sempre são fiéis ou completos com relação aos nomes dos personagens presentes neles.

Alguns filhos de Gonçalo e Marianna, que encontrei, tinham, também, diversidades de sobrenomes, a saber: Antonio Francisco Xavier da Costa casado com Anna Joaquina Xavier da Costa; Lourença Silvério Xavier da Costa casada com Alexandre Francisco da Silva Bastos; Luiz Antonio Brasileiro casado com Anna Rosa da Silva; Januário Xavier de Menezes casado com Francisca Xavier da Silva; Francisco Xavier de Oliveira Bello casado a primeira vez com Rita da Natividade Xavier da Costa, e a segunda com Francisca Ritta Xavier de Maria; José Alves Xavier da Silva casado com Francisca Emiliana Xavier de Melo; Rita Silvina Xavier da Costa casada com Alexandre Xavier da Costa; e João Xavier da Costa casado com Teresa de Jesus Xavier da Silva.

Nos filhos do casal, Gonçalo e Marianna, é possível ver de onde vêm os sobrenomes de alguns, mas de outros não. Oliveira, Brasileiro, Melo e Menezes de onde surgiram?

ISABEL GONDIM, NÍSIA FLORESTA E MIGUELINHO



Muitos dos nossos ancestrais chegaram ao Rio Grande do Norte há mais de 300 anos. Outros estão aqui desde o início do século XVI.

Quando a viúva Maria da Conceição de Barros fez seu testamento, em 24 de dezembro de 1766, disse que era natural da nova Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres da Vila de Extremoz, onde foi batizada, sendo filha de Manoel Rodrigues Coelho, e de sua mulher Izabel de Barros, ambos defuntos. Disse mais que foi casada com Francisco Pinheiro Teixeira, na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

Examinando os documentos mais antigos de batismos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, encontramos que Maria da Conceição Barros foi batizada em 8 de dezembro de 1694, na Igreja de São Miguel da Aldeia de Guajiru (Extremoz), pelo Padre João de Mattos, da Companhia de Jesus, tendo como padrinhos o sargento-mor Manoel de Abreu e Maria das Neves. Outros filhos do capitão Manoel Rodrigues Coelho e de sua mulher Izabel de Barros que aparecem nesses registros são: Ana, batizada em 21 de outubro de 1691; Francisco, em 12 de agosto de 1697; e Manoel, em 23 de abril de 1705. Em alguns outros documentos aparece como madrinha uma filha do casal de nome Paula.

Outra informação contida nos documentos citados acima dá conta que em 1710, Dona Maria da Conceição de Barros já era casada com Francisco Pinheiro Teixeira, e batizaram o filho Leonardo em 1711. Francisco Pinheiro Teixeira chegou ao nosso Rio Grande junto com os irmãos Padre Manoel Pinheiro Teixeira e José Pinheiro Teixeira, sendo eles originários de Arrifana de Sousa, Portugal. José Pinheiro Teixeira casou com Maria da Conceição de Oliveira filha do Provedor da Fazenda Real, Manoel Gonçalves Branco, e de Dona Catarina de Oliveira.

No seu testamento Dona Maria da Conceição diz que não houve descendência dos seus filhos Padre José Rodrigues Pinheiro e de Gonçalo Pinheiro. Inclui como herdeiros um filho do seu filho Manoel Pinheiro, já falecido, e os filhos de Leonardo Pinheiro, também falecido. Entre os filhos vivos, cita a viúva Francisca Antonia Teixeira (que foi casada com o lisboeta Manoel das Neves de Oliveira); Tecla Rodrigues, mulher de Francisco de Sousa e Oliveira; Bernardo Pinheiro; Anna Maria da Conceição, casada com o sargento-mor Manoel Antonio Pimentel de Mello; o padre Miguel Pinheiro Teixeira; Antonia Maria da Conceição, casada com o tenente-coronel Felipe Barbosa Tinoco; Francisco Pinheiro Teixeira; e Ignácio Pinheiro.

Alguns dados genealógicos a seguir foram extraídos dos livros de Arisnete Câmara sobre Isabel Gondim, de Adauto Câmara sobre Nísia Floresta, de Câmara Cascudo e Hélio Galvão, com algumas correções.

Vejamos agora relação do casal Francisco Pinheiro Teixeira e Dona Maria da Conceição com Nísia Floresta e Frei Miguelinho.

Frei Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida Castro) era filho de Manoel Pinto de Castro, natural do Bispado de Penafiel (um dos testamenteiros de Dona Maria da Conceição) e de Francisca Antonia Teixeira, neto pela parte materna de Francisco Pinheiro

Teixeira e Dona Bonifácia Antonia de Mello. Portanto Miguelinho era bisneto de Francisco Pinheiro Teixeira e Dona Maria da Conceição de Barros.

Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pinto), por sua vez, era filha de Dionísio Gonçalves Pinto e Antonia Clara, neta materna de Bento Freire de Revoredo e Mônica da Rocha Bezerra. Mônica era filha de Mônica Borges da Rocha Bezerra e de Leonardo Pinheiro (Coelho). Portanto, Nísia era trineta de Francisco Pinheiro Teixeira e Dona Maria da Conceição de Barros. Essa Mônica Borges era filha de Julião Borges e Mônica da Rocha Bezerra. Há registro sobre Julião e Mônica, como padrinhos, em 1705.

Dona Bonifácia Antonia de Melo e Manoel Antonio Pimentel de Mello, citados acima, eram irmãos, filhos de Estevão Velho de Mello e Joanna Ferreira de Mello. Uma filha de Manoel Antonio e Anna Maria, com o mesmo nome da mãe, Anna Maria da Conceição, casou com João Damasceno Xavier Carneiro, que quando enviuvou se tornou padre. No registro de casamento de João Damasceno, ele é dado como filho natural do Provedor da Fazenda Real, Antonio Carneiro de Albuquerque Gondim. Não aparece o nome da mãe no registro de casamento, mas surge no batismo de seu filho, Joaquim (foi padre, também), de 19 de janeiro de 1785. Ela era Ignez Ritta de Mello Monteiro. Aliás, no artigo que fizemos sobre a intriga do Provedor Antonio Carneiro com o Padre Feliciano Dornelas, noticiamos que Dona Maria da Apresentação, domiciliária no Sertão de Panema, esposa do Provedor acima, em 1783 tinha encaminhado para D. Maria I, solicitação de provisão contra seu marido para libelo de divórcio. Não sei se houve regularização da relação de Antonio Carneiro com Dona Ignez, pois eles foram pais, também, de Ignácia Ignez Gondim que foi casada com José Ignácio Marinho Gomes. Do último casal nasceu Clara Monteiro de Mello, que foi casada com José Ignácio Borges que geraram Isabel Deolinda de Mello

Albuquerque Gondim que casou com Urbano Egydio da Silva Costa, pais da Professora Isabel Urbana de Albuquerque Gondim.

As professoras e escritoras Isabel Gondim e Nísia Floresta nasceram em Papari (hoje Município de Nísia Floresta). Frei Miguelinho nasceu em Natal. A localidade de Olho d'Água de Onça em Pernambuco teve seu nome alterado e hoje é o município de Frei Miguelinho.

A FILHA DE JOÃO MACHADO DE MIRANDA E ROGÉRIO DE OLANDA



As informações genealógicas, muitas vezes, se escondem e reaparecem em outros momentos. A partir de um batismo, encontrei mais uma tia-pentavó, irmã do meu pentavô Antonio Dias Machado, lá de Utinga. Vamos conhecê-la através do batismo encontrado, já com algumas correções. Alguns Holandas do Rio Grande do Norte descendem dela.

Joachim, filho legítimo de Rogério de Olanda, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, e de sua mulher Anna Maria (da Conceição), natural, e moradores ambos desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, neto por parte paterna de Mascall Pires e Branca da Costa, naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Várzea, e por parte materna de João Machado (de Miranda), e de sua mulher Leonor Duarte (de Azevedo), naturais desta Freguesia; foi batizado com os Santos Óleos aos quatro de abril de mil setecentos e sessenta e dois anos, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiáí, desta dita Freguesia, pelo Reverendo Padre Lourenço Gracy de Mello,

de licença minha; foram padrinhos Manoel Rodrigues Santiago, solteiro, e Dona Custódia do Sacramento, viúva, fregueses e moradores todos desta Freguesia; e pela certidão que veio do dito Reverendo Padre, fiz este assento em que por verdade, me assinei. João Freyre de Amorim.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário da Várzea data de 1612. Hoje ela é Matriz com a mesma invocação, em Várzea, bairro de Recife. Na Igreja Matriz há uma placa que informa que foi sepultado, em 1648, o bravo Dom Antonio Filipe Camarão, governador dos Índios, que com seus arcos e flechas, defendeu a fé e a pátria contra o batavo inimigo. Escavações recentes, na sacristia, demonstram que os mortos das duas batalhas de Guararapes foram enterrados lá, nessa Igreja. Esse sobrenome Olanda, talvez venha dessa época.

Joachim, que se tornou Joaquim de Olanda Machado, casou aos dezoito de dezembro de 1803, na Capela da Senhora Santa Anna, do Engenho Ferreiro Torto, onde eram moradores, com Maria José da Conceição, natural da Paraíba, filha de André Dias Sargado e Francisca Antonia. Foram testemunhas o tenente-coronel Manoel Álvares Correa, viúvo, e João de Araújo Correa, casado.

A irmã de Joaquim de Olanda Machado, de nome Antonia Maria de Olanda, casou no dia treze de janeiro de 1774, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá, com Manoel Pereira de Jesus, filho de Lino das Chagas Ferreira e de Agostinha Moreira, naturais da Freguesia de São José, da Capitania do Rio Grande. Estavam presentes como testemunhas o capitão Francisco da Costa de Vasconcellos e o sargento-mor Lourenço de Góis de Vasconcellos, solteiros. Nessa época o pai de Antonio, Rogério de Olanda, já era falecido, pois seu óbito ocorreu aos vinte e cinco de outubro de 1763, pouco tempo depois do nascimento de Joaquim. Era morador do Sítio Várzea.

Outra filha de Rogério e Anna Maria, de nome Fidélis Maria de Santa Anna, casou em 17 de junho de 1767, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, com Pedro Coitinho de Mattos, filho de Jorge de Mattos Camelo e de Dona Maria do Prado, sendo natural da Freguesia de Taipú, da Paraíba, tendo como testemunhas Joaquim de Moraes Navarro e Manoel Álvares Correa.

Vejamos alguns netos de Rogério de Olanda e Anna Maria da Conceição, que encontramos até agora.

Manoel, filho de Pedro Coitinho e Fidélis, nasceu em 7 de maio de 1768, tendo sido batizado, por necessidade, no mesmo dia por João de Araújo, tendo em dois de junho recebido os santos óleos, na Capela de Jundiaí. Seu casamento, já com o nome de Manoel Coitinho de Mattos, foi aos 19 de maio de 1801, na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiaí, com Anna Maria, filha natural de Ignácia Maria, escrava de Salvador Maria da Trindade, sendo presentes, como testemunhas, o alferes Antonio José Luiz e Alexandre da Circuncisão, ambos casados.

Pedro, filho de Pedro Coitinho e de Fidélis, nasceu aos 30 de janeiro de 1776, tendo sido batizado aos dois de abril, do mesmo ano, tendo como padrinhos Antonio Rodrigues Santiago, solteiro, e Córdula Rodrigues, filha de Victoriano Rodrigues.

Adrianna, filho de Pedro Coitinho e de Fidélis, nasceu ao 4 de fevereiro de 1773, foi batizada na Capela de Jundiaí aos 29 de junho do dito ano, sendo seus padrinhos Bento do Rego Bezerra, e Bernarda Correa de Araújo, mulher do sargento-maior Rodrigo Álvares Correa.

Bernarda Correa, Antonio Rodrigues Santiago, Salvador Maria da Trindade, Manoel Álvares Correa, João de Araújo Correa, Manoel Rodrigues Santiago, que aparecem acima, são descendentes de Estevão Machado de Miranda e Antonio Vilela Cid, mártires de Uruassú. Dona Córdula do Sacramento era casada com o

sargento-mor Antonio Rodrigues Santiago, outro descendente dos mártires. Córdula (ou Córdova) Rodrigues era bisneta de João Machado de Miranda. Há uma forte ligação dos meus hexavós, João Machado de Miranda e Leonor Duarte de Azevedo, com a família dos mártires. Não encontrei, ainda, o elo.

CARTA DE PEDRO AVELINO PARA EMYGDIO AVELINO



Um dos documentos encontrados no Museu José Elviro, em Macau, foi a cópia “Xerox” de uma carta que o jornalista Pedro Avelino escreveu para seu irmão, o advogado Emygdio Avelino (avô de Gilberto Avelino), sobre a liberdade de um escravo, no ano de 1885. Ela foi emitida em Angicos, em 10 de agosto de 1885.

Emygdio. É portador desta o escravo Pedro, pertencente ao Epiphanio, cunhado de Manoel Câmara, que para aí segue, de acordo comigo, e meus amigos, com o fim único de tratar de sua liberdade em cujo desideratum sofre positiva coação do seu senhor representado pelo mesmo Câmara. O referido escravo tem para isso o pecúlio de 100\$000 e sofre de hérnia, mas padeceu ultimamente em inventário a avaliação de 300\$000; e é quanto quer sem o menor abate o respectivo senhor. O Manoel Câmara julgando-se, talvez na Sibéria (é o que consigo ler) ou em pleno Jardim blasonou aqui publicamente, já ameaçando o escravo pela sua sorte futura, já atacando com o mais revoltante cinismo e petulância o direito das gentes, privilegiado em sua essência e já ofendendo grosseiramente em seu puro e legítimo melindre esse sentimento altruísta, altamente nobre, humanitário e universal, que hoje marca o característico do povo brasileiro, e faz o

apanágio das nações civilizadas. Indigna e mesmo escandaliza ver ou ouvir falar a um escravagista ignorante, e que alimenta sentimentos tão baixos e mesquinhos como o de exercer vingança, munido só de bárbara prepotência, – sobre uma fraca e indefesa vítima da mais monstruosa e cruel tirania de que pode ser capaz o homem, – escravizando, inculcando os sentimentos e aspirações nativas e tantas de uma parte bem importante, mas bem infeliz da espécie humana! É preciso não termos ternura no coração para não sentirmos atraídos e interessados por esses infelizes, especialmente perante cenas puramente escravagistas!

É por esta simples, mas forte razão que me empenho em favor do escravo em questão, pedindo-lhe com muito interesse para você, que se orgulha em desposar a grande causa do abolicionismo, faça em prol do direito deste infeliz o que lhe facultarem seus recursos, e luzes – ponderando ao mesmo tempo em que vivamente lhe agradeço, associando-se a mim os amigos daqui – Deus – e a humanidade.

Sim. O escravo foi recolhido a depósito com a audiência já marcada pela 2ª feira próxima vindoura, porém sucedendo-se um rapto por Manoel Câmara, manda-me aí o dito escravo para o fim acima declarado, porém se não for, por causa disso, possível tratar-se aí da liberdade do escravo, reitero meu pedido a você para por tudo obter atestado médico, com que se prove o mau físico do escravo, ainda (compreenda!) que este documento seja de duvidosa fé médica, mas que para o caso é um poderoso elemento: afinal muito devo esperar dos seus sentimentos generosos, já bastante conhecidos, e nos quais pouso as minhas esperanças nesta questão – o advogado escravagista é Menezes! Vai o cavalo de tio Aureliano, que está aqui, para você vir. Nisso fazemos, todos, grande empenho, inclusive Padre Vigário, que neste sentido escreveu pelo escravo ao Padre Tote, e alguém a Elias Souto.

Desejava imenso que você Emygdio aparecesse ainda que não se demorasse, em último caso não podendo vir, mande o cavalo pelo mesmo escravo, e mande-me cópia de requerimento, prevenindo um despacho desfavorável, ou outro qualquer incidente nesta questão, que você melhor do que eu pode prever.

Tio Aureliano pede-lhe para você tomar prestado por poucos dias o violão encordado do filho de Zeza, ou o de Galdino, e tio Aureliano manda-lhe dizer que esperava encontrar você aqui, porém como infelizmente não encontrou, pede-lhe com urgência para você vir cá que tem negócio sério com você.

Diga-me, que do meu remédio? Pois preciso tanto dele. Adeus. Tome em atenção o que lhe vim de dizer nesta, e disponha da vontade do seu mano e amigo, Pedro Avelino.

P.S. Entenda-se com Tote sobre a questão do escravo. Talvez seja preciso. As cartas vão por seu intermédio.

Esse Aureliano, citado acima, é Aureliano da Rocha Bezerra, nascido ao 16 de junho de 1857, filho de Matheus da Rocha Bezerra e Anna Angélica Bezerra. No seu batismo teve como padrinhos o Padre Vigário Felis Alves de Sousa e a irmã Ana Bezerra da Natividade, mãe de Pedro e Emygdio. Ele nasceu na mesmo ano que a irmã casou. Era um pouco mais velho que Emygdio (1858) e Pedro Avelino (1861). Aureliano faleceu em 12/4/1886, com 29 anos de idade em Macau, pouco menos de um ano dessa carta.

O padre Tote, citado acima, era Antonio Germano Barbalho Bezerra, filho de Antonio Barbalho Bezerra e Ignácia Francisca Bezerra. Fundou a Sociedade Libertadora Assuense a 13 de maio de 1885, com o propósito de libertar os escravos existentes no município de Assú. Foi o seu primeiro presidente. Era irmão do padre Elias Barbalho Bezerra como conta monsenhor Severino Bezerra, em Levitas do Senhor.

D. ÁGUIDA TORRES E MAJOR BERNARDO PINTO DE ABREU



Aguida Torres, conhecida por tia Dona, era filha de Francisco Avelino da Costa Bezerra e D. Josefa Maria da Costa Torres, lá dos Angicos. Quando escrevi meu primeiro livro, *Servatis ex More Servandis*, a única informação que tive dela era que seu marido foi o pernambucano Bernardo Pinto de Abreu. Deste último não tive, durante muito tempo, nenhuma informação, por mais que procurasse.

Meu avô, Cícero Avelino, irmão de D. Águida, foi batizado em 8 de junho de 1884, em Angicos, tendo como padrinhos o Bacharel José Moreira Brandão Castello Branco, e sua filha, Justina Deodata Moreira Brandão. Resolvi descobrir quem eram esses padrinhos. Recebi das mãos do Professor Marinho uma cópia do livro “Moreira Brandão”, escrito por um sobrinho de mesmo nome. Nesse livro, de ótima qualidade, aprendi muito sobre o ilustre deputado provincial, Moreira Brandão. Além disso, encontrei referências ao Professor Francisco Pinto de Abreu, casado com Dona Maria Suzana Teixeira de Moura, que por isso, foi, durante um curto espaço de tempo, dono do Ferreiro Torto. Tentei, então, descobrir se havia alguma relação de parentesco entre Bernardo e Francisco, mas nada.

Depois de certo tempo, familiares me disseram que Bernardo era dono do Ferreiro Torto, e imaginei que havia certa confusão por parte dos informantes.

Resolvi então localizar os descendentes de Bernardo e Águida, com a ajuda dos meus tios. Tio Laércio Avelino me passou o telefone de tio Francisco Avelino, que mora no Rio, pois o mesmo convivia com Manoel e Fátima Pantoja, filhos do Raimundo Pantoja

d'Oliveira, militar do exército, e Maria Pinto de Abreu, esta última filha de Bernardo e Águida.

Do contato com Fátima e Manoel Pantoja, a primeira informação que recebi era que o Professor Francisco Pinto de Abreu era filho de Bernardo Pinto de Abreu e de Cândida Gonçalves de Oliveira (não havia certeza sobre o sobrenome dela). Desse consórcio, além de Francisco Pinto de Abreu, houve mais três filhos, a saber: Emília Pinto de Abreu, João Pinto de Abreu e Manoel Pinto de Abreu.

Segundo Fátima e Manoel, Bernardo casou, depois de enviudar de D. Cândida, com D. Águida Torres e dela teve os seguintes filhos: Maria Pinto de Abreu, José Pinto de Abreu, Rosália Pinto de Abreu, a única ainda viva, e, hoje, com 104 anos, e Benedito Pinto de Abreu.

Entrei em contato com D. Rosália, que mora em Recife. Como ela estava um pouco doente pediu para eu falar com Irene, filha dela. Segundo Irene, Bernardo Pinto de Abreu era natural de Goiana, Pernambuco, e lá dono de Usina. Ele foi residir em Angicos, por conselho médico, porque sofria de asma. Lá alugou uma casa, vizinha a de Águida, e por ela se apaixonou.

Conversei com Anderson Tavares, que eu andava no encalço da relação entre Bernardo Pinto de Abreu e o Professor Francisco Pinto de Abreu, sobre quem ele postou uma matéria no seu blog. Pouco dias depois, Anderson me enviou umas notas do antigo Jornal da Manhã, do ano de 1913, que ele trouxera do Rio de Janeiro. A primeira nota é um documento que confirma parte das informações recebidas. Estava escrito: Ontem, pela manhã (27 de fevereiro de 1913), faleceu na vila de Angicos, onde há 14 anos fixara residência, o respeitável cidadão major Bernardo Pinto de Abreu, nosso dedicado amigo e correligionário.

O Major Abreu, que gozava de geral estima pelos seus predicados de caráter e de coração, era natural de Pernambuco, tinha 72

anos de idade e casara-se em segundas núpcias, naquela vila, com a Exma. Sra. D. Águida Pinto. Deixou do primeiro consórcio quatro filhos maiores, e do segundo quatro menores.

A todos da família, enlutada, especialmente à Exma. D. Águida Pinto, Dr. Pinto de Abreu, nosso distinto colaborador, e major Manoel Pinto de Abreu, chefe da Estação Telegráfica do Apodi, viúva e filhos do extinto, apresentamos nossas condolências.

A República da época publicou nota semelhante. A segunda nota, enviada por Anderson, era um convite expedido por Francisco Pinto de Abreu e esposa para a missa, na Sé, às 8 horas do dia 5 de março, pela alma do seu estremecido pai e sogro Bernardo Pinto de Abreu.

Outra informação, extraída do livro *Moreira Bandão*, que encontrei recentemente, confirma as conversas com os netos de Bernardo Pinto de Abreu. João Pinto de Abreu, filho do major Bernardo, casou com Anna da Fonseca Moura, irmã de Áurea da Fonseca Moura, que foi casada com Francisco Xavier Pereira de Brito, pais do Ministro da Saúde, no governo de Castelo Branco, Raymundo de Moura Brito.

Sobre o Professor Francisco Pinto de Abreu, que foi, também, diretor do Atheneu, recebi a informação de Irene que ele casou uma terceira vez com uma pernambucana de nome Anunciada e teve desse último consórcio dois filhos, Marcelo e Maria da Apresentação.

Francisco Pinto de Abreu criou seus irmãos menores, filhos de Bernardo e Águida. Dona Águida, depois que enviuvou, teve uma filha de nome Rita, cujo pai não descobri ainda o nome.

O PATACHO TRÊS DE MARÇO NO PONTAL DO AMARGOSO



Um dia vai chegar, aqui no Rio Grande do Norte, uma organização estrangeira para fazer uma exploração completa onde foi a Ilha de Manoel Gonçalves, um dos locais mais importantes da História potiguar. Por que o Governo do Estado, a UFRN, a Marinha Brasileira, a Petrobrás, a Prefeitura de Macau, e as companhias salineiras não se juntam e fazem um projeto para investigar tudo sobre a Ilha que o oceano tragou?

As informações sobre os habitantes da Ilha de Manoel Gonçalves e os primeiros povoadores de Macau não são muitas. Aqui mesmo, neste jornal, já trouxemos várias informações a partir de registros paroquiais. Entretanto, com a facilidade de acesso aos jornais mais antigos digitalizados pela Biblioteca Nacional, podemos trazer mais detalhes sobre os personagens que transitaram pelas duas Ilhas. No Diário Novo encontramos uma publicação que trata de um caso que ocorreu com o patacho Três de Março. O espaço aqui não comporta toda a matéria, mas os leitores podem ver todo o material no meu blog, incluindo os depoimentos. Vejamos, pois, parte da publicação.

Os abaixo assinados, sabem por ser público, e alguns terem presenciado, que o patacho – Três de Março – do qual é capitão Joaquim Manoel da Costa Pereira, fôra encalhado no pontal do Amargoso de propósito para o perderem, por ser aquele lugar impróprio para se encalhar navios para se raspar, tendo por isso tomado uma porção de água pelos altos, e também por o terem arrombado no costado conforme a câmara; e tanto prova ser de propósito, que o mesmo capitão deu ao carpinteiro Manoel de Sousa Monteiro, e ao Calafate Gorgonio Ferreira de Carvalho, por suborno, a quantia

de cem mil-réis, para assinarem o termo de vistoria, além dos seus ganhos pelo contado, assim mais dera o dito capitão ao capitão Manoel José Fernandes, cem patações no valor de duzentos mil-réis; para julgar as vistorias, protesto e mais papéis a seu favor, como sub-delegado de polícia; porque dissera o mesmo Fernandes, que sem receber essa soma nada assinava; dito isso pelo sobredito capitão Pereira, a José Luiz Correia, e ao capitão Silvério Martins de Oliveira, e estes o referiram ao capitão Jacinto João da Ora, a Antonio Alves da Silva, a Ignácio Zacarias de Miranda, a Pedro Alves Ferreira, e que dera mais a Joaquim José de Souza, trinta e dois mil-réis, para assinar os mencionados papéis como homem marítimo, além de outras peitas que tem havido que por ora não podem declarar suas quantias. O referido é verdade e juraremos se for preciso. Macáo do Assú, 24 de julho de 1847. Ignácio Zacarias de Miranda, Francisco Gabriel Domingues, Antonio Alves da Silva, Manoel de Miranda Netto, Pedro Alves Ferreira, Francisco José de Mello Guerra, Jacinto João da Ora, João Martins Ferreira. Estava reconhecido.

Alguns desses personagens encontramos nos registros da Igreja: o carpinteiro Manoel de Sousa Monteiro casou na Ilha de Manoel Gonçalves, com Anna Francisca Lessa, em 1829; o capitão Manoel José Fernandes, português, era casado com Anna Martins Ferreira, filha do também português capitão João Martins Ferreira, um dos primeiros povoadores de Macau; Francisca Idalina de Carvalho, filha do Calafate Gorgônio Ferreira de Carvalho e de Anna Joaquina Cordeira, casou com o assinante acima, Ignácio Zacharias de Miranda, filho do Capitão Jacinto João da Ora e Adriana Pereira dos Anjos; Anna Joaquina de Mello Guerra, filha de Francisco José de Mello Guerra e Maria Francisca de Miranda, casou com José Correia de Mello, filho de João Correia de Mello e Josefa Maria da Conceição; Pedro Alves Ferreira, suspeito que era filho do Capitão João Martins Ferreira e Josefa Clara Lessa; João Martins Ferreira, que aparece como assinante, não era o capitão de mesmo nome já citado,

pois nessa data Dona Josefa Clara era viúva, mas pode ser um filho do dito capitão, cujo batismo não foi localizado; o capitão Silvério Martins de Oliveira era casado com Dona Joana Nepomucena, e viveu na Ilha de Manoel Gonçalves, tendo sido o primeiro Presidente da Mesa de Rendas de Macau; sobre o capitão Joaquim Manoel não foi encontrado qualquer referência; Manoel Moreira de Sousa, um filho de Joaquim José de Sousa e Josefa Moreira da Costa, casou em Macau, no ano de 1860, com Joana Serino da Silva, filha de Luis Soares da Costa Catolé e Francisca Maria de Seixas.

Segue depoimento de um prático: José Antonio do Nascimento, prático 1º substituto da barra do Assú, etc. – Atesto que fui a bordo do patacho nacional Três de Março, por me fazer sinal para entrar, e chegando a bordo do mesmo houve o capitão Joaquim Manoel da Costa Pereira de me aceitar para o botar dentro da Barra, o que assim o fiz, e chegando dentro do rio, confronte o pontal do Amargoso, ali fundeei dito patacho a salvamento às 5 horas da tarde do dia 9 de julho, e na maré seguinte de madrugada do outro dia querendo vir com o navio para o ancoradouro, disse-me o mesmo capitão que não vinha por ir encalhar o dito navio na praia para o raspar, e dizendo-lhe eu que aquele lugar aonde ele determinava encalhar o mesmo navio não era próprio, por estar muito perto da barreira do rio, e mesmo por empolar alguns mares, e como o mesmo capitão a nada que lhe disse atendeu, houve eu de saltar para terra, e ele o encalhou sempre aonde tinha determinado no dia 11 do corrente; e foi este o motivo, que teve o navio de se encher de água pelos altos, por ter o mesmo capitão dito, que ele tomava água pelos ditos altos, e que o fundo estava estanque, e isto afirmo por ser a verdade, e jurei aos santos evangelhos, se preciso for. Povoação de Macáo, 16 de julho de 1847. A rogo de José Antonio do Nascimento, Pedro Álvares Ferreira. Estava reconhecido.

OS ASCENDENTES DE ANNA FERREIRA DE MIRANDA



Os testamentos trazem, muitas vezes, informações que não encontramos nos registros da Igreja. Por isso, são importantes como documentos auxiliares da Genealogia. Muitos deles já se acham com partes comprometidas, mas é possível se extrair algumas preciosidades ou curiosidades. Isso, no futuro, poderá ajudar outros pesquisadores. Vejamos o caso do testamento de Dona Anna Ferreira de Miranda, viúva do Lisboeta, João Gomes Carneiro, cuja descendência se espalha por vários lugares deste Rio Grande do Norte e se entrelaça com várias das nossas famílias, entre elas Abreu Soares, Araújo Pereira, Rocha Pita, Xavier da Cruz, Rodrigues Santiago, Gomes Carneiro e tantas outras.

No seu testamento feito em 24 de maio de 1786, já acamada de tísica, declarou que era natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha, onde foi batizada. O documento está muito estragado, mas por ele se vê que seu pai se chamava Manoel Francisco, e sua mãe tinha o sobre nome Paiva da Rocha. O sobrenome do pai está ilegível, e nem era Ferreira, nem Miranda. O nome da mãe não é mais possível ler.

Fomos procurar, nos nossos bancos de imagens, todas as pessoas com nome Manoel Francisco e todas as que tinham como sobrenome Paiva da Rocha. Com a ajuda da informática, isso é mais fácil hoje em dia.

As coincidências podem nos pregar uma peça, mas teríamos que buscar um bom número de informações. Um primeiro registro que encontramos nos dá as primeiras pistas.

Eram muitas as pessoas com o nome de Manoel Francisco. Uma das imagens trazia na sua nomeação, Manoel Francisco Barbosa. Abrimos o documento e lá tinha o batismo de Josefa, outro registro, também, difícil de ler, pois a tinta que usaram atravessava o lado do papel, misturando os registros da frente e os do verso. Mas, dava para ver que os avós paternos de Josefa eram Manoel Francisco Rebouças e Bibiana de Paiva da Rocha. Quando registrei aquela imagem, anteriormente, escrevi Barbosa no lugar de Rebouças. Assim, fui com mais precisão em busca dos Rebouças. São muitos, também, mas a pesquisa ia se refinando. Encontramos o casamento de um irmão de Dona Anna Ferreira de Miranda que transcrevemos para cá. É um registro simples, sem as naturalidades das pessoas.

Aos dezoito de agosto de mil setecentos e oitenta e nove às onze horas do dia, na Capela de Santa Ana do Ferreiro Torto, assistiu ao matrimônio que entre si contraíram juxta tridentinum os nubentes supra (deveria ser infra) José Rebouças de Paiva, filho legítimo de Manoel Francisco Rebouças, já defunto, e de Bibiana de Paiva da Rocha, com Anna Rosa de Jesus, filha de Thomé de Sousa de Jesus, e de Josefa Maria Filgueira, o Padre Manoel Antonio de Oliveira, de licença minha, e presente as testemunhas Manoel Antonio da Cunha Calheiros e (Fulano) Gomes de Castro, moradores na Freguesia de São José que assinaram o assento que veio; e logo lhes deu as Santas Bênçãos na forma do Ritual Romano, de que mandei fazer o presente assento em que, por verdade, me assino. Pantaleão da Costa de Araújo.

Precisaríamos de mais registros para, por aproximações sucessivas, como usamos na matemática, confirmar os pais de Dona Anna Ferreira de Miranda. Encontramos o batismo de José, que casou acima. Nele vamos encontrar os pais de Manoel Francisco e os de Bibiana.

José, filho legítimo de Manoel Francisco Rebouças, natural desta Freguesia, e de Bibiana de Paiva, natural da Freguesia de Nossa Senhora do O' de Papary, neto por parte paterna de José Rebouças e Ângela das Neves, naturais desta Freguesia, e pela materna de Antonio de Paiva da Rocha, e de Úrsula Ribeiro, natural de Papary, Freguesia de Nossa Senhora do O', nasceu aos três de outubro do ano de mil setecentos e sessenta, e oito, e foi batizado com os santos óleos, na Capela de São Gonçalo do Potigi, de licença minha, pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira, aos vinte e sete de novembro do dito ano, foram seus padrinhos José Rodrigues da Rocha, solteiro, e Bernarda de Araújo, mulher do sargento-mor Rodrigo Álvares. De que por impedimento meu mandei lançar este assento, em que por verdade me assino, Pantaleão da Costa de Araújo.

Manoel Francisco era irmão de Salvador Rebouças de Oliveira, pelo que vimos dos batismos dos filhos deste último. Nos ditos documentos de batismos consta que os pais deles eram o Capitão José Rebouças de Oliveira, natural de Igarassú, e Ângela das Neves, natural da Freguesia de São Pedro de Olinda, portanto, avós paternos de Anna Ferreira de Miranda.

Os avós maternos de Anna, Antonio de Paiva da Rocha e Úrsula Ribeiro de Macedo, casaram em 11 de fevereiro de 1733, na Capela de Nossa Senhora do O'. Ele filho de Antonio de Paiva da Rocha e Anna Ferreira (Velosa?); ela filha de Amaro Dias Moreira e Martha Francisca de Macedo.

Anna Ferreira de Miranda, que morreu no dia 27 de maio de 1786, poucos dias depois de fazer seu testamento, disse que tinha sete filhos do seu casamento com João Gomes Carneiro. Cita apenas Maria Gomes, João Gomes Carneiro, que foi casado com Maria Theresa de Mello, filha de Antonio Rodrigues Santiago e Ignácia Francisca de Mello, e Francisco, que morreu pouco antes dela, em 17 de maio de 1786. Outros filhos de Anna e João Gomes, citado

em outro artigo, eram Anna Maria Carneiro que foi casada com Manoel de Abreu Soares; Antonia Gomes Carneiro, que foi casada com o filho deste último, Bento Luis Gomes de Mello; Alexandre Ferreira que foi casado com Antonia Francisco de Mello, irmã de Maria Theresa de Mello, acima; e Joanna Gomes Carneiro, da qual não obtive maiores informações.

Dia 10 de maio, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, às 19:30, promovido pelo INRG, tem palestra de Anderson Tavares sobre velhos troncos de Macaíba.

ANNA FERREIRA DE MIRANDA, ASCENDÊNCIA EM QUESTÃO



No último artigo, neste jornal, traçamos, a partir de informações do testamento de Anna Ferreira de Miranda, a sua ascendência. Pelo referido documento, sabíamos o nome do pai, Manoel Francisco, e o sobrenome da mãe, Paiva da Rocha. Como escrevemos antes, procuramos registros que tinham o nome do pai dela e o sobrenome da mãe. Encontramos, então, Manoel Francisco Rebouças e sua mulher Bibiana de Paiva da Rocha como os mais prováveis pais de Anna. Outras informações nos registros nos levavam a convicção que eram esses os pais dela. Entretanto, um detalhe põe em dúvida tal possibilidade: a idade com que faleceu Anna Ferreira de Miranda. Segundo o registro de óbito, ela tinha cinquenta e seis anos de idade, em 1786. Por isso, o provável ano do seu nascimento seria 1730.

Mas conforme registramos no antigo anterior, Antonio de Paiva da Rocha e Úrsula Ribeiro de Macedo, pais de Bibiana e avós

maternos de Anna, contraíram núpcias em 11 de fevereiro de 1733. Assim Anna teria nascido três anos antes do casamento de seus avós. Como eu já tinha visto muitos erros nos registros de óbitos, tais como os de Antonia da Silva, esposa do capitão Manoel Raposo da Câmara e de Custódia do Sacramento, esposa do sargento-mor Antonio Rodrigues Santiago, imaginei que fosse mais um equívoco.

Um colega genealogista observou, também, tal incompatibilidade e aventou a possibilidade de Bibiana ter nascido em 1734, casado em 1749, com a idade de 15 anos, ter sido mãe de Anna em 1750. Com isso Anna Ferreira teria falecido com 36 anos e não 56. Aí tudo se resolveria.

Mas segundo o colega genealogista (ele não permite a sua nomeação), através da Nobiliarquia Pernambucana, Antonio de Paiva da Rocha que foi capitão-mor nesta Capitania, casado com Anna Ferreira (Colaço), tinha um filho de nome Antonio de Paiva da Rocha que casou aqui (com Úrsula Ribeiro). Tinha também uma filha de nome Ângela de Paiva da Rocha que casou com um certo Manoel Francisco. O colega aventa então a seguinte hipótese: Manoel Francisco casou primeiro com Ângela, e daí nasceu Anna Ferreira de Miranda, no tempo certo. Depois, enviuvando, casou com Bibiana, sobrinha da primeira mulher. Isto é, Anna Ferreira de Miranda, não seria neta de Antonio de Paiva e Úrsula, mas de Antonio de Paiva e Anna Ferreira. Continuaríamos no terreno das hipóteses.

Por conta de alguns registros de netos de João Gomes e Anna Ferreira, vimos que eles estiveram em Assu, por um certo tempo, pois alguns filhos nasceram lá, como Alexandre Ferreira, Ana Gomes Carneiro, Antonia e João Gomes.

Tentei mais uma vez examinar o testamento de Anna Ferreira de Miranda, depois de uma foto mais aproximada da parte que fala nos pais dela. Realmente, não se consegue ler o nome da mãe, mas não pode ser Ângela, pois não há nenhuma perna de g para baixo.

Quanto ao pai, o sobrenome não parece ser Rebouças, mas algo parecido com Amaro.

Resolvi investigar, então a vida dos seus testamenteiros, em busca de algum detalhe que esclarecesse nossas dúvidas. Eram eles José Rodrigues da Rocha, compadre de Anna, Antonio Rodrigues Santiago, e o sargento-mor Prudente de Sá Bezerra. Todos esses senhores tem vários homônimos parentes, o que torna difícil saber quem era quem. Mas, vejamos os que seriam próximos de Anna Ferreira de Miranda, para situar o tempo em que ela viveu.

Antonio Rodrigues Santiago e sua mulher Ignácia Francisca de Mello casaram em 1773, e foram os pais de Maria Thereza de Mello, que casou com João Gomes Carneiro, filho de João Gomes Carneiro e Anna Ferreira de Miranda, em 4 de novembro de 1800. Foram os pais, também, de Antonia Francisca de Mello, que casou com Alexandre Ferreira, outro filho de João e Anna.

Prudente de Sá Bezerra era irmão de Manoel de Abreu Soares, genro de João Gomes e Anna Ferreira. Manoel casou em 20 de setembro de mil setecentos e oitenta com Anna Maria da Rocha (ou Anna Maria Gomes). A irmã de Anna, Antonia Gomes Carneiro casou com o filho de Manoel de Abreu, Bento Luis, nessa mesma data.

José Rodrigues da Rocha, um dos vários que encontrei, era filho de Antonio de Paiva da Rocha e Úrsula Ribeiro, e casou com Izabel Theresa, filha de Prudente de Sá Bezerra e Maria Theresa de Mello.

Examinando mais os registros dessas pessoas, não conseguimos identificar qualquer informação que nos ajudasse a solucionar, por completo, os nomes dos pais de Anna Ferreira de Miranda.

Outro detalhe no testamento, é que Anna Ferreira de Miranda declara que não recebeu dote dos pais. Disse mais, que a

dívida deixada pelo marido, João Gomes Carneiro, foi toda paga por ela, pois os filhos não contribuíram com as suas partes.

Assim, vamos aguardar outras informações para descobrir os nomes completos dos pais de Anna Ferreira de Miranda.

BARRAS E ENSEADAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 1799



Um documento importante, extraído do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, é a relação das Barras e Enseadas, listadas pelo capitão-mor Caetano da Silva Sanches em 1799. Por isso, transcrevo para cá.

Ofício do capitão-mor do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches ao Secretário de Estado de Mar e Ultramar, Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, enviando relação das Barras e Enseadas existentes no Rio Grande do Norte

Recebi a carta de Vossa Excelência de 20 de agosto de 1798, em que foi servido dizer-me que foi presente a Sua Majestade a minha carta de 25 de abril e a mesma Senhora procurará todos os mais de animar o comércio direto deste governo para essa capital, se eu mandar uma relação exata dos portos que há neste governo, da grandeza e porte dos navios que podem aqui abordar, e da facilidade de estabelecer aqui alfândegas, onde os gêneros paguem tanto, quanto pagam nos outros portos do Brasil.

Em cuja observância remeto a Vossa Excelência a relação inclusa de todos os portos que há neste governo desde o princípio dele da parte Sul, até o fim para o Norte; e de todas as Barras

nomeadas na dita relação pode entrar na desta cidade embarcação, que nade na água que declara a mesma relação. Esta capitania a vinte e tantos anos é que principiou a ter algum estabelecimento no que respeita as produções da terra, como principal açúcar, e algodões, que antes se ia buscar o primeiro gênero a Pernambuco, e desse tempo para cá, se tem fundada algumas Engenhocas que fabricam seus açucares, e os agricultores empregados nas plantações dos algodões; porém a rigorosa seca que houve em três anos sucessivos, quais foram os de 1791, 1792 e 1793, os derrotou, e depois desses anos de seca tem sido os invernos muito escassos de chuvas, de sorte que tem feito desanimar a alguns por não terem produzido os ditos gêneros, e se terem empenhado com as ditas plantações, ainda que eu os tenha animado para continuarem, e assim o vão fazendo. No que respeita da grandeza, e porte dos navios que podem aqui se abordar, digo a Vossa Excelência que pode vir, por agora, a este porto uma embarcação da lotação de trezentas caixas, porque esta se pode carregar de açúcar, algodões, couros e alguma sola, porém não nestes anos, porquanto os efeitos dele já se exportaram para Pernambuco e só para o ano vindouro, fazendo-me Vossa Excelência a mercê de avisar-me de certeza de vir, para eu deter os gêneros e cientificar aos agricultores, e todos os mais desta Capitania para se animarem com mais frequência tanto nas suas plantações, como em procurar os mais gêneros, e os exportarem para este porto, na esperança de terem melhor estabelecimento nos seus negócios. E quanto a facilidade de estabelecer aqui alfândega, onde os gêneros paguem tanto, quanto pagam nos outros portos do Brasil, respondo a Vossa Excelência que nesta cidade há o ofício de Juiz de Alfândega, o qual anda anexo ao que serve o cargo de Provedor da Fazenda Real, como também o de Escrivão de Alfândega ao de Escrivão da Fazenda Real, cujos cargos há muitos anos assim se acham estabelecidos, pelo que me parece, falando reverente, que estando este Juízo já criado de tão antigo, e existindo não haverá dúvida de facilidade de pagarem os direitos que

se devem pagar na alfândega, assim como se pagam nos outros portos do Brasil, e só se necessitará criarem-se alguns oficiais mais, que forem precisos a mesma alfândega.

Cidade do Natal do Rio Grande do Norte em 1 de março de 1799. Caetano da Silva Sanches.

Relação das Barras e Enseadas que há nesta Capitania do Rio Grande do Norte, principiando do Sul para o Norte.

De Sagi a Formosa distam quatro léguas, esta tem uma Enseada grande, em que pode nela dar fundo a maior Nau. Da dita Formosa a Barra do Cunhaú dista uma légua, esta Barra é estreita, e tem uma pedra no meio em que só entram barcos a carregar os efeitos daquele Distrito com risco. Do dito Cunhaú a Pipa distam duas léguas, esta tem uma Enseada grande que podem dar fundo defronte da primeira barreira que faz no meio da Enseada, embarcações de alto bordo. Da Pipa a Tabatinga medem só quatro léguas, esta tem uma Enseada pequena aonde dão fundo barcos por causa de tempo. De Tabatinga ao Pirangi distam três léguas, tem esta uma Enseada pela parte Norte, em que podem dar fundo embarcações grandes. Do dito Pirangi a Ponta-Negra distam três léguas, tem esta uma Enseada de quase uma légua de comprimento, toda ela muito funda e limpa. Da dita Ponta Negra a Barra desta cidade distam três léguas; esta Barra entre um Picão, e outro tem cinco braças de fundo, e da parte de dentro tem mais de seis, e da parte de fora defronte da Fortaleza pode fundear embarcações de alto bordo. As ditas Enseadas acima declaradas, e Barra de Cunhaú tudo fica ao Sul desta Cidade.

Para o Norte

Desta dita cidade ao Genipabu distam duas léguas, tem uma grande Enseada com muito fundo e limpa em que podem fundear muitas embarcações pela parte do Norte da ponta. Do dito Genipabu a Ponta Gorda, chamada Cabo de São Roque, distam seis léguas, tudo é limpo, e só em terra é que tem baixo. Do dito Cabo, ou Ponta

Gorda a Petitinga distam três léguas, e corre um baixio, ficando pela parte de dentro deste um canal com cinco braças de fundo, por onde navegam barcos, e quando se veem obrigados do tempo vão dar fundo na dita Petitinga; esta tem uma Enseada com uma légua de comprido muito funda, e limpa. Os ditos baixos são chamados de São Roque, e defronte da dita Petitinga há uma aberta de mais de uma légua de comprido com fundo bastante, e campo em que podem fundear, distante da terra um quarto de légua, pouco mais ou menos, embarcações grandes, e passada esta aberta confrontando com uma barreira vermelha continuam os ditos baixos até os Olhos de Água, que são cinco léguas, ficando-lhe também canal por onde navegam barcos. Dos ditos Olhos de Água até a Cutia distam doze léguas: tem baixos vizinhos a terra, em se livrando deles em toda esta distância pode dar fundo qualquer embarcação, por ser limpo e fundo. Da dita Cutia até a Caiçara distam três léguas, e como toda esta distância tudo são baixos, e entre estes há um canal por onde navegam barcos; os baixos que ficam da parte do mar do dito canal ficam distantes da terra três léguas. Da Caiçara a Água-Maré distam sete léguas, tudo são baixos de Coroa de areia com distância de terra duas léguas, e em outras partes menos; ao mar das ditas Coroas três léguas, são baixos de pedra e areia, entre os ditos baixos há um canal por onde navegam os barcos. De Água-Maré a Manoel Gonçalves, Distrito de Assú, distam sete léguas, tem uma Barra, em que só entram barcos em águas vivas, por ter a dita Barra pouco fundo, e os ditos barcos vão aí a carregar sal, peixes, e outros efeitos. Do dito Manoel Gonçalves a Barra do Assú dista uma légua, em que entram barcos em águas vivas por ter a dita Barra pouco fundo, e da parte de dentro é fundo bastante, e é Rio com oito léguas de comprido e um quarto de léguas pouco mais ou menos de largo. Os ditos barcos vão aí carregar sal, peixes, algodões, couros e solas. Da dita Barra do Assú a Ponta do Mel distam seis léguas, toda esta distância é limpa, e livre de baixos, e só os tem perto da terra. Esta Ponta faz uma Enseada limpa em que podem dar

fundo pela parte Norte dela embarcações grandes. Da Ponta do Mel a Redonda distam duas léguas, esta tem uma Enseada grande e limpa, e pela parte Norte dela podem dar fundo embarcações grandes, ao Mar da dita Enseada seis léguas, pouco mais ou menos, a caminho de Nordeste tem um baixo, e que chamam Baixo de João Cunha, que terá de comprido um quarto de légua, pouco mais ou menos. Da dita Redonda a Barra de Moçoró distam três léguas, e nela só entram barcos com águas vivas por ter pouco fundo, e da parte de dentro dela é fundo bastante, e tem o Rio na Enseada cinco léguas de comprido, e terá meia légua de largo pouco mais ou menos. Os ditos barcos vão aí a carregar sal, algodões, alguns couros e solas. A dita Barra é o fim desta Capitania. Caetano da Silva Sanches.

FREI MIGUELINHO E OS TEIXEIRA DE SOUZA



Navegava tranquilamente pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional quando me deparei com uma homenagem póstuma ao coronel José Theodoro de Souza Pinheiro, postada no Diário do Natal, pelo partido oposicionista de Angicos, em 2 de setembro de 1906. Essa publicação transcrevi para o meu blog, mas algumas particularidades, ali contidas, me fizeram reexaminar algumas questões genealógicas que precisavam ser revistas.

No documento em questão constava que José Theodoro era filho de Antonio Teixeira de Souza e Dona Anna Ritta Veiga de Azevedo, e neto paterno do capitão Francisco Antonio Teixeira de Souza, descendente da família de Frei Miguelinho, e materno do capitão Francisco Lopes Viégas. Por isso, resolvi saber mais sobre

o capitão Francisco Antonio Teixeira de Souza, pois já tinha feito um artigo sobre os Teixeira de Souza e outro sobre o testamento de Mariana Lopes Viégas, esposa do dito capitão. Encontrei mais dois documentos importantes para o nosso trabalho: primeiro, uma homenagem póstuma para o avô paterno de José Theodoro, na mesma Hemeroteca, e segundo, um batismo em 1795.

Antes de entrar nesses documentos vale lembrar que Nestor Lima e Aluizio Alves escreveram que o capitão Francisco Antonio Teixeira de Souza, descendente da família “Saco” (sem explicar que família era essa), e que foi juiz ordinário, em Natal, casou com Florinda Lopes, filha do tenente Antonio Lopes Viégas. Mais ainda, que Manoel Antonio de Oliveira Câmara, sobrinho do capitão, casou com outra filha de Viégas, Marianna Francisca Lopes. Pelas minhas pesquisas, o capitão Francisco Antonio Teixeira de Sousa tinha casado duas vezes, uma com Marianna Lopes Viégas, e depois, com Joaquina Lúcia da Conceição. Além disso, o registro de óbito dele informava que morreu em 27 de setembro de 1888, já viúvo de Joaquina Lúcia, com a idade de 102 anos mais ou menos, sendo a causa da morte, velhice.

O primeiro documento que encontrei, na Gazeta do Natal, datado de 10 de outubro de 1888, dizia que o capitão Francisco Antonio Teixeira de Souza, tinha falecido em 27 de setembro de 1888, mas com a idade de 106 anos. Melhor ainda, informava que ele tinha nascido em 5 de janeiro de 1783 (talvez 1782, pelas contas, ou 105 anos de idade), dia em que seu pai, o capitão Francisco Antonio Teixeira de Souza, assumia as suas funções do cargo de Juiz Ordinário na Vila da Princesa, hoje cidade do Assú.

Com as informações acima, ficava patente que tínhamos dois Francisco Antonio Teixeira de Souza, e parte da história sobre os Teixeira de Souza precisava ser reescrita. Como sempre repito, a duplicação de nomes gera problemas para os genealogistas. Vamos

ao segundo documento, o batismo que encontramos, inserido no meio de registros de batismos de 1848, transcrito pelo Reverendo Manuel Januário Bezerra Cavalcanti. Um achado e tanto!

João, filho legítimo de Francisco Antonio Teixeira de Souza e Florentina Lopes Viégas, nasceu em dias do ano de mil setecentos, e noventa e seis, e foi batizado no mesmo ano, nesta matriz de São João Baptista do Assú, pelo Reverendo Vigário Francisco de Salles Gurjão, com os santos óleos; foram padrinhos o capitão-mor João do Rego Barros, e Anna Francisca da Conceição, todos desta Freguesia. Do que fiz este termo em que assino. Manoel Januário Bezerra Cavalcanti.

No registro acima, a esposa do primeiro Francisco, era Florentina, e não Florinda como escreveram Aluízio e Nestor. Esse, portanto, era o nome da filha do tenente Antonio Lopes Viégas, salvo equívoco no registro de batismo.

Quanto ao segundo Francisco Antonio Teixeira de Souza, filho do primeiro, temos as seguintes informações extraídas da Gazeta do Natal: seu primeiro casamento teve lugar no dia 8 de janeiro de 1810 com Dona Marianna Lopes Viégas, filha do capitão Francisco Lopes Viégas. Desse casamento teve 20 filhos, passando à segunda núpcias, em 20 de setembro de 1840, com sua sobrinha D. Joaquina Lúcia Viégas, filha do Alferes Francisco Lopes Viégas. Deste 2º consórcio teve 16 filhos, com os quais fez o número de 36.

Assim, Francisco Antonio (2º do nome) casou, a primeira vez, com uma prima. Se D. Joaquina Lúcia era sobrinha de Francisco Antonio, então o alferes Francisco Lopes Viégas devia ser irmão dele.

Por enquanto, não dá mais para fazer ilações, principalmente, por conta das repetições de nomes. Assim, evitamos novos erros. Agora, resta descobrir quem eram os ascendentes de Francisco Antonio Teixeira de Souza (1º do nome) que tinha parentesco com Frei Miguelinho. Lembramos que a mãe de Miguelinho, Dona

Francisca Antonia Teixeira, era neta do português de Arrifana de Sousa, Francisco Pinheiro Teixeira e de Dona Maria da Conceição Barros.

O texto completo sobre o Francisco Antonio (2º do nome), que encontramos na Gazeta, foi postado no blog.

Aproveitamos este espaço para parabenizar o Arquivo da Cúria e o Departamento de História da UFRN pela digitalização dos microfilmes dos livros de batismos, casamentos e óbitos, que atualmente realizam. Nota 10.

BIBLIOGRAFIA



Angicos, Aluizio Alves

Angicos, ontem e hoje, Maria Zélia Moreira Alves da Cunha

Notícia Histórica do Município de Santana do Matos, Luís da Câmara Cascudo

Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil, Joan Nieuhof

História das Última Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias, Pierre Moreau e Roulox Baro

Personalidades históricas do Rio Grande do Norte, séculos XVI a XIX, Fundação José Augusto, Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine

Memórias de Macau, Hélio Dantas

Um Rio Grande e Macau, Getúlio Moura

A noiva da revolução, Paulo Santos

Além dos Jardins, História e Genealogia de Jardim de Angicos/RN, João Evangelista Romão

Ensaio, contos e crônicas, Afonso Bezerra

O livro das velhas figuras, diversos números, Câmara Cascudo

Itajá dos Lopes, José Evangelista Lopes

Florânia, Fundação José Augusto

1º Centenário da Ordenação Sacerdotal do Monsenhor Joaquim Honório da Silveira, Sebo Vermelho

Famílias Tradicionais: Um estudo genealógico, Manoel Américo de Carvalho Pitta

O espiritismo e os sábios, capitão José da Penha

Guerreiros do Sol, Frederico Pernambucano

Velhas Figuras do Seridó, Olavo de Medeiros Filho

Registros de casamentos, óbitos e batismos, Cúria Metropolitana

Registros de casamentos, óbitos e batismos, IHGRN

Registros de batismos, de 1688 a 1712, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Inventários dos Cartórios de Assú, Macau, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

Notas Históricas e Curiosas, major Salvador Drumond, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

História da Fortaleza da Barra do Rio Grande, Hélio Galvão

História do Rio Grande do Norte, Tavares de Lira

Notas Dominicais, L. F. de Tollenare

Sesmarias do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense

No Roteiro dos Azevedos e outras famílias do Nordeste, Sebastião de Azevedo Bastos

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Projeto Rio Branco – Centro de Memória Digital, UNB.

Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte, Volumes 1 e 2, Vicente de Lemos, Tarcísio Medeiros

Apontamentos para a História Territorial da Paraíba, I e II, João de Lyra Tavares

Outros livros e documentos são citados nos artigos.